

The logo for Edunb, featuring a stylized 'E' and 'B' with a small square icon above the 'b'.

Volume 8 . número 4 . 1992 . ISSN 0101-9479

Humanidades

30

U n B

3 0

A N O S

SANTO DE CASA FAZ MILAGRES!



CPCE

O QUE VOCÊ NÃO
VÊ NA TV ESTÁ
BEM PERTO DE
VOCÊ.

Os vídeos produzidos pela UnB, através de seu Centro de Produção Cultural e Educativa - CPCE, são uma alternativa acessível de programação, com mais de 150 títulos, abordando temas atuais e de interesse abrangente: folclore, ecologia, arte, arqueologia, antropologia, história, educação, arquitetura etc...

Antes de ser uma instituição, a UnB é um projeto. Mas um projeto que precisa ser viabilizado. Entre uma e outra modalidade de existência, encontram-se os horizontes tensivos e problemáticos de seu percurso histórico.

Este número 30 da revista *Humanidades* é dedicado à UnB. Número trinta de uma revista que completa dez anos para uma universidade comemorando seus trinta anos de fundação. Os algarismos em si não dizem nada. Apenas remetem para a recordação e para a reflexão.

Nesses trinta anos, a UnB tem sua história que acompanha questões acadêmicas e políticas no Brasil e no mundo. As inúmeras crises pelas quais passa a instituição – impressas também na revista *Humanidades* – enriquecem e reorientam seu projeto original. A instabilidade na década de 1960, a linha dura na de 1970, a redemocratização na de 1980 convergem para enquadrar a universidade no tempo dos desafios e das mudanças.

Nem só de passado a UnB vive. Pensando no futuro, foi criado o CEAM (Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares) que congrega especialistas de diversas áreas e desenvolve pesquisas que atingem problemáticas fundamentais com maior eficiência, através do próprio questionamento sobre como abordá-las.

Desse modo, a UnB busca relacionar-se intimamente com a revisão das epistemologias e com pesquisas de ponta. Funciona como um catalisador do novo e do original, difundindo diferenciadas propostas de ensino e pesquisa, como no caso do curso de medicina, entre outros exemplos.

Neste seu aniversário, ratifica-se a vocação crítica e ampla de seu projeto fundador. É tempo não só de comemorar, mas de regozizar-se com uma UnB que, apesar de e com os processos históricos, vem dando certo.

UnB FAZ TRINTA ANOS

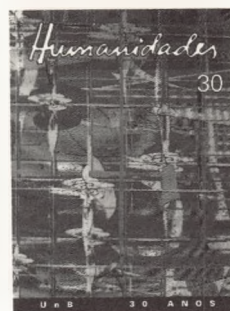
Trinta anos é muito pouco tempo para que se possa tirar conclusões definitivas sobre a vida de uma instituição de ensino, particularmente uma universidade, em cujo caso a existência costuma ser medida em séculos e são, frequentemente, necessários vários deles para consolidar algum prestígio. Mesmo considerando o caso brasileiro, em que a primeira universidade – a do Paraná – foi criada apenas em 1912, fazendo dela a mais antiga das universidades brasileiras, com apenas oitenta anos, trinta anos representam, quanto muito, a adolescência. Trinta anos, três décadas, seis lustros. Não importa qual a unidade usada na medição, o tempo transcorrido é o de uma geração, somente. No entanto, estes escassos trinta anos bastaram para a UnB acumular história, drama e realizações acadêmicas capazes de preencher um século, em outras instituições e em outras circunstâncias. Este curto tempo foi suficiente para construir uma tradição de qualidade, cultivada na coragem de lutar por seus ideais, no amor à liberdade plural do pensamento, no respeito à vontade coletiva e aos direitos individuais e, acima de tudo, na consciência de sua responsabilidade para com o social, o humano e o natural.

Nascida de um projeto ambicioso que se propunha romper com a mesmice que sufocava a universidade brasileira de então, a UnB surge, em 1962, abolindo a cátedra, introduzindo o sistema de créditos, o ciclo básico, os institutos, a estrutura departamental, a produção de conhecimento original através da pesquisa, a dedicação exclusiva e a pós-graduação, recém-implantada oficialmente no país, com a criação da CAPES, em 1951. Seu vanguardismo, contudo, quase lhe foi fatal. A inaptidão da ditadura militar para conviver com o pensamento avançado e a universidade politizada tentou, com a truculência que lhe era peculiar, reduzir a UnB às dimensões de uma 'bem-comportada' escola de terceiro grau. Os anos que se seguiram a 1964 foram anos de sofrimento, mas foram, também, anos de amadurecimento. Depois de 21 anos sob o tacho militar, a UnB volta a reencontrar-se com seus ideais originais quando, em 1985, elege seu primeiro reitor, restaurando o ambiente propício à livre criação intelectual, próprio de uma universidade.

Hoje, decorridos sete anos da reconquista da UnB e, apesar de todas as vicissitudes que lhe têm sido impostas, podemos nos orgulhar ao vê-la superando problemas e dificuldades, situar-se entre as melhores e mais completas universidades do país e exibindo, mesmo, alguns indicadores invejáveis, como, por exemplo, o de ser a segunda melhor universidade federal em qualificação de professores. Possui, hoje, a UnB, 42 cursos de graduação, 34 cursos de mestrado, oito cursos de doutorado, quase 12 mil alunos – sendo aproximadamente 1.500 de pós-graduação – e cerca de 1.200 professores. O reflexo imediato da alta qualificação docente são as duas mil pesquisas atualmente em andamento – algumas das quais de relevante importância – sob a responsabilidade de 760 professores-pesquisadores.

Coincidentemente, os trinta anos da UnB estão sendo assinalados neste trigésimo número de *Humanidades*, também em fase renovada. Se os próximos trinta anos da UnB e de *Humanidades* forem como os últimos sete, podemos prever um belo futuro. Mas, provavelmente, ainda assim continuaremos insatisfeitos, lutando e trabalhando para sermos melhores do que o futuro nos reserva.

Antonio Ibañez Ruiz
Reitor da Universidade de Brasília



Capa: Imagem computadorizada pertencente a pesquisas de Alufcio Arcela

A revista HUMANIDADES é uma publicação da Editora Universidade de Brasília

Editor responsável: Thelma Rosane Perelra de Souza
Editor executivo: Marcus Mota
Editor de arte: Chiquinho Amaral
Conselho Editorial: Ana Maria Fernandes, Emanuel Oliveira de Araújo, José Geraldo de Sousa Júnior, Luiz Gouvea Laboriau, Paulo César Coelho Abrantes, Victor Paes de Barros Leonardi
Versões: Elga Pérez-Laborde e Mark Ridd
Revisão: Luiza Maria da Rocha Nogueira e Maria Helena Aragão
Ilustrações: Fred Lobo, Girafa, Ralph Gehre e Zeluca
Fotografias: Patrick Grossner e Rinaldo Morelli
Composição: Edilson Oliveira Silva
Os títulos foram feitos por: Raimunda Dias do Nascimento
Arte Final: Valperino Andrade
Secretaria Gráfica: Antonio Batista Filho e Elmano Rodrigues Pinheiro
Cadastro de Assinaturas: Rosa Maria Dantas de Oliveira e Gilmar Castelo Branco
Promoção, vendas e assinaturas: Alexandre Lima
Preço: Cr\$ 50 000,00 (exemplar avulso)
 Cr\$ 190 000,00 (assinatura quatro números)
Endereço: Revista HUMANIDADES – Editora Universidade de Brasília, Campus Universitário – Asa Norte – Prédio Multiuso I, sala B. 1 – 54
 Caixa Postal 045511
 70919-900 Brasília, DF
Telefones: (061) 274-5352 e 348-2576
FAX: (061) 274-5352 Telex: (61) 1083 UNBS BR

Fotolitos: Lasercoor
Impressão: Gráfica Coronário

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores

Os preços de exemplar e assinatura estão sujeitos a alteração periódica por razões de mercado.

Editora Universidade de Brasília: Emanuel Oliveira de Araújo (Diretor)
Universidade de Brasília: Antonio Ibañez Ruiz (Reitor)

432 UnB 30 ANOS

Geralda Dias Aparecida

442 POLÍTICAS INVISÍVEIS DO COTIDIANO

Sônia Maria Neves Bittencourt de Sá e Lunde Braghini

MULTIDISCIPLINARIDADE NA UnB

445 UMA INTRODUÇÃO À INTER E MULTIDISCIPLINARIDADE NA UnB

Aldo Paviani

448 NOVOS PARADIGMAS E O NÚCLEO DE ESTUDOS PARA A PAZ

José Geraldo de Sousa Júnior e Roberto Aguiar

450 OS NÚCLEOS TEMÁTICOS E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Maria Novaes Pinto

454 POLÍTICA SOCIAL: UM ESPAÇO PARA A INTERDISCIPLINARIDADE

Potyara A. P. Pereira

455 PROBLEMATIZAÇÕES DO SENTIDO E DO DISCURSO NA UnB

Maria Izabel S. Magalhães

457 ENSAIO SOBRE A QUESTÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE

Ivan Rocha

460 REORGANIZAÇÃO REGIONAL: DESAFIOS PARA OS ANOS 90

Aldo Paviani

464 A PARAPSIKOLOGIA E SUA RELAÇÃO COM OUTRAS DISCIPLINAS

Joston Miguel Silva

470 TRADIÇÃO DE PORTUGAL REVISTA

José Santiago Naud

472 INOVAÇÃO CURRICULAR NA ÁREA MÉDICA

Dejano T. Sobral

478 FORMAS ARROJADAS EM ESTRUTURA ESTELAR

Matheus Gorovitz e Ernesto Guilherme Walter

486 SÍNTESE DE IMAGENS COM PEDAÇOS DE TEMPO

Aluizio Arcela

O DIREITO ACHADO NA RUA

495 O DIREITO ACHADO NA RUA: CONCEPÇÃO E PRÁTICA

José Geraldo de Sousa Júnior

498 MOVIMENTOS SOCIAIS, CIDADANIA E ESPAÇO PÚBLICO – ANOS 90

Maria Célia Paoli

505 HISTÓRICO E PROPOSTAS PARA NOVAS PRÁTICAS JURÍDICAS

Roberto Aguiar

508 BIBLIOTECA CENTRAL: HISTÓRIA E PERSPECTIVAS

Odilon Pereira

512 CENTRO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

João Pedro Mendes

515 MODERNISMO

Sérgio Rouanet

519 HUMANIDADES 10 ANOS

O Editor

524 PAIDÉIA

Eudoro de Sousa

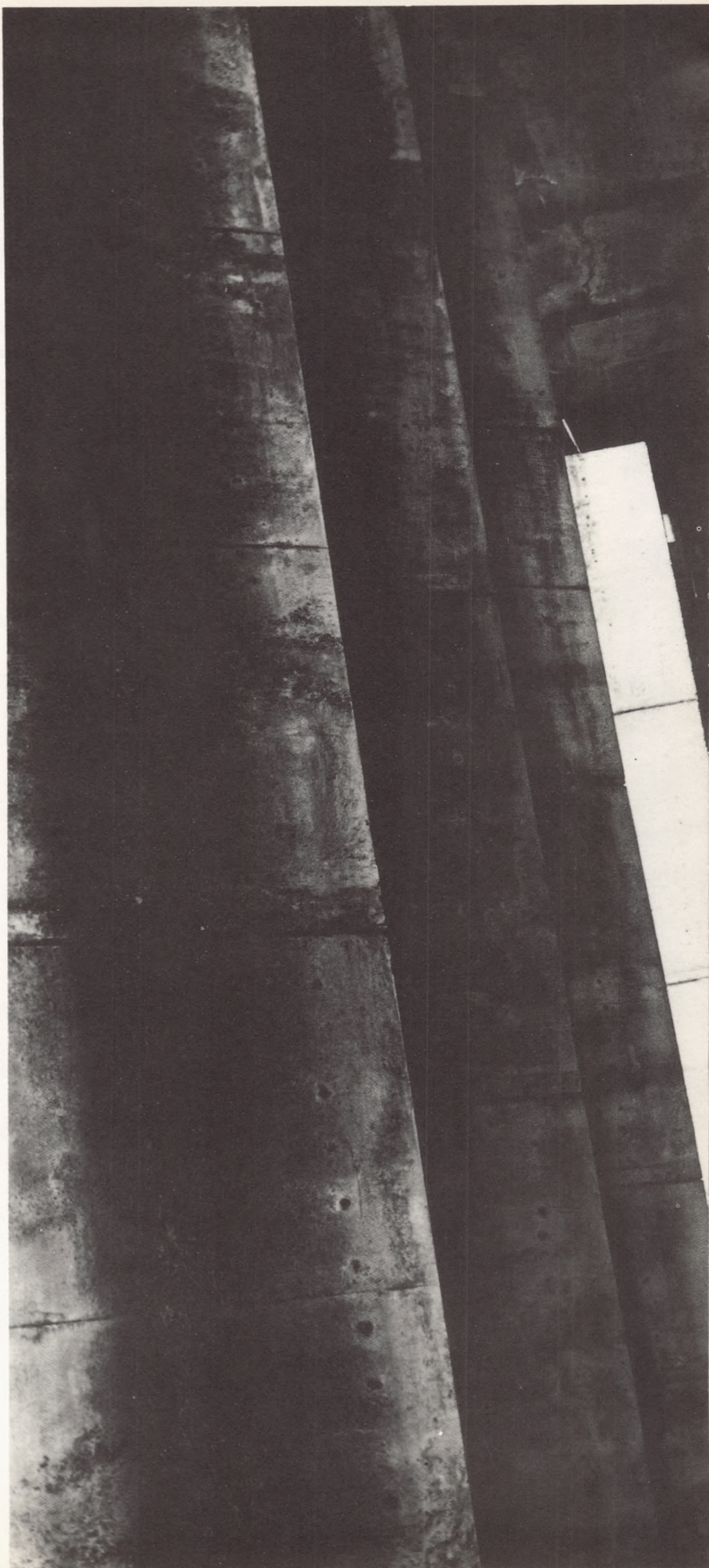
H I S T Ó R I A

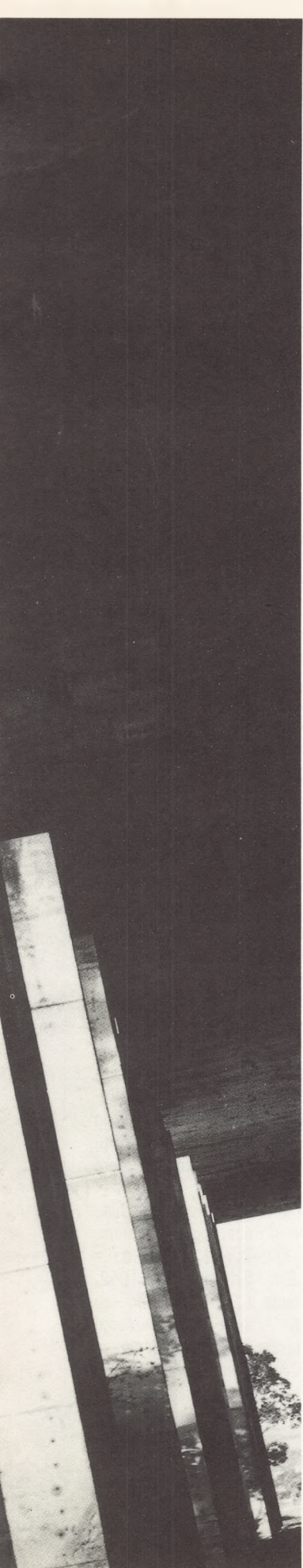
U n B

30

Fotos: PATRICK GROSNER – PRÊMIO UnB 30 ANOS

A N O S





A HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA PRECISA SER
CONTADA NO PLURAL. ENCONTRAM-SE EM SUAS FORMAS
ARROJADAS AS ASPIRAÇÕES DE POLÍTICOS E INTELECTUAIS
ENCANTADOS COM O BRASIL DO FUTURO. A UnB, NO CORAÇÃO
DO BRASIL, VENTILARIA OS IDEAIS DE RENOVAÇÃO NO PEN-
SAMENTO PARA O PAÍS INTEIRO. COMO FRUTO DE UMA UTO-
PIA, A UnB TERÁ QUE CONVIVER COM AS OSCILAÇÕES DE SEU
PROJETO FUNDADOR.

GERALDA DIAS APARECIDA



“Queríamos trabalhar para a Nação, ser capazes de pensar e elaborar o saber brasileiro e contribuir para a formulação do nosso projeto de Nação. Mas para isso seria preciso haver liberdade de assumirmos riscos, cometermos erros na busca de nosso caminho. A UnB tinha que ser uma universidade de homens livres, e, a partir do momento em que não houve mais liberdade no Brasil, aquele sonho foi abaixo, e a UnB foi transformada em seu oposto, uma velha universidade, que reproduz os privilégios e as classes dirigentes de um país colonizado e dependente, existindo para outros povos que não o seu próprio.”

Darcy Ribeiro. Conferência realizada em Brasília em 1978. Fragmentos reproduzidos no *Boletim da Associação de Docente da UnB*, nº 3, nov. 1978.

“No ano findo mereceu inusitada repercussão um problema interno da UnB – a suspensão de 16 alunos. Desde junho de 1969 até maio de 1976 a UnB não conhecia qualquer problema de ordem disciplinar e nesses sete anos foi possível construir a Universidade de Brasília, que até então só existia no papel ou na fantasia de alguns.”

José Carlos Azevedo. Apresentação do Relatório de Atividades da UnB de 1977, UnB, vol. I, 1978.

Na história da UnB sobressaem duas imagens que marcam profundamente a sua individualidade. Uma, a de sua origem, alimentada pela idéia da “universidade necessária” e a outra que procura encarnar sua existência como “universidade construída”. Estas imagens pertencem aos dois primeiros momentos de sua contribuição e correspondem a projetos diferentes quanto

à concepção, organização e gestão de uma instituição universitária. Ambas mantêm como referência o fato da emergência da UnB no início da década de sessenta, como portadora da idéia de renovação dentro do quadro universitário brasileiro.

O Projeto da UnB surgiu em contraposição ao modelo tradicional de universidade criado nos anos trinta no Brasil, modelo que estava sendo questionado por setores das próprias instituições de ensino e pesquisa e por aqueles que pensavam em uma universidade voltada para as transformações que requeria a sociedade brasileira naquele momento. Na concepção de seus criadores, deveria ser uma universidade que, junto ao humanismo, à livre criação cultural, fosse integrada à ciência e à tecnologia modernas. No conjunto, seriam modificados os padrões de conhecimento presentes no ensino superior brasileiro.

Este projeto apresentava como um dos requisitos para seu êxito o funcionamento de uma sociedade democrática, onde a liberdade fosse exercida sem constrangimentos. Propunha-se uma instituição autônoma que pudesse definir seus próprios rumos, integrada, no entanto, à sociedade que a amparava. Logo no início de sua aplicação, mudaram as condições políticas do país, que não permitiram seu pleno desenvolvimento. Os primeiros construtores traziam muitas certezas e esperanças, que refletiram em sua ação inicial. Logicamente estas certezas e esperanças não foram perdidas ao longo do tempo, mas os novos atores que possibilitaram a sua constituição contaram com outros fatores não previstos pelos seus idealizadores. Após dois anos de funcionamento, o regime militar foi instaurado no país e este formulou um modelo político diferente, no qual a UnB seria integrada de forma traumática.

A identificação com o "novo" continuou como parte de seu universo ideológico, mas, ao longo de sua experiência, outros elementos foram agregados à sua constituição, entre eles, a luta política para manter fidelidade aos princípios iniciais e isso marcou sua imagem e identidade no conjunto das universidades brasileiras. Nesses trinta anos formaram-se várias gerações de estudantes, seu corpo docente e o técnico-administrativo sofreram uma grande variação e permaneceu uma estrutura acadêmica um tanto desfigurada em relação à proposta inicial.

O projeto inicial tentou resistir nos seis primeiros anos de sua implantação, mas terminou por ser esvaziado em seu conteúdo ao ser eliminado o primeiro grupo de professores comprometidos com suas idéias e a formulação de outras diretrizes para seu funcionamento. A partir de 1970 até 1985 foi implementado um modelo acadêmico que, para sua execução, teve como requisito a criação de mecanismos que pudessem disciplinar e controlar sua aplicação, em consonância ao projeto político levado a cabo pelo regime militar.

Estas formas de controle de sua aplicação começaram a ser combatidas após seis anos de plena expansão do modelo implantado, mas resistiram até 1985 quando a abertura democrática no país permitiu o seu redirecionamento. Vale ressaltar que ainda não foi feita uma avaliação mais profunda do conteúdo do trabalho acadêmico desenvolvido durante sua trajetória, apesar de a UnB ser objeto de inúmeros trabalhos consubstanciados em relatórios, artigos e teses acadêmicas. À primeira vista, a sua história espelha um estado crônico de crises que dificulta a apreensão de outras dimensões de seu trabalho. Os campos po-

lítico e ideológico são aqueles que têm alimentado polêmicas e criado imagens por parte daqueles que estiveram ou continuam envolvidos direta e indiretamente no curso de sua história.

A UnB, depois de trinta anos, já não é a única portadora de novas mensagens, como apareceu no início dos anos sessenta, mas esse momento continua como referencial quando se trata de procurar sua identificação no quadro universitário brasileiro. As opiniões sobre o seu papel nestas três décadas são variadas e apresentam imagens fragmentárias, dependendo da experiência de seus atores, nas diferentes etapas em que participaram de sua construção. Procuramos reunir aqui alguns aspectos de sua dimensão política de seus dois momentos constitutivos de 1962 a 1985.

O INÍCIO DA CONSTRUÇÃO

Em 21 de abril de 1962 inaugurava-se a Universidade com algumas instalações provisórias e outras poucas definitivas. A homenagem, nesse dia, coube aos "Dois Candangos," operários que morreram soterrados na construção do auditório que levou esta denominação. Justamente ali era celebrado o ato fundacional do que poderia vir a ser apenas uma utopia ou a instituição real que refletia os desejos de transformar o ensino no país. Até esse 21 de abril, algumas batalhas foram travadas, através de negociações e convencimento, para quebrar a resistência daqueles que não aceitavam o projeto anunciado. A instalação de uma universidade em Brasília não constituía apenas um problema de ordem prática, mas suscitava a dúvida entre alguns intelectuais e políticos, incrédulos, com a idéia de que uma cidade sem tradição não poderia abrigar com eficiência uma instituição daquele porte, ou simplesmente viria alterar a ordem da nova cidade.

Ganhou-se a batalha mais importante, traduzida na decisão política de sua criação, comunicada pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira em 21 de abril de 1960, dia da inauguração da nova capital, quando o então presidente encaminhou mensagem ao Congresso solicitando autorização para que ela fosse instituída. Durante esse ano e no seguinte foram promovidos debates e reuniões formais e informais sobre a concepção e estrutura da Universidade em criação. Essas reuniões foram lideradas por Darcy Ribeiro e contaram com a participação de vários intelectuais e cientistas que contribuíram para definir o projeto. No segundo semestre de 1960 foi realizado um simpósio pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência/SBPC, quando vários pareceres foram apresentados e discutidos sobre suas áreas acadêmicas e estrutura.

Finalmente, em 15 de dezembro de 1961, o presidente João Goulart sancionou a lei que autorizava o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília/FUB, que seria a mantenedora da futura Universidade. Em 15 de janeiro de 1962, através do decreto nº 500, foi instituída a FUB, aprovado seu estatuto e a estrutura da Universidade. A partir desse momento havia uma determinação legal e a tarefa seria estabelecer as condições práticas de funcionamento. A semente seria implantada imediatamente com a decisão de três cursos transitórios, um núcleo de atividades culturais a serviço da população e fixar em Brasília uma equipe de professores e pesquisadores, que, além

de suas atividades docentes, colaborassem na programação das diversas unidades acadêmicas a serem estruturadas. Cada área de conhecimento foi atribuída a um pesquisador ou docente experiente com a tarefa de coordenar os trabalhos da unidade que lhe correspondiam.

Os três cursos provisórios seriam posteriormente integrados à estrutura definitiva. Foram chamados de cursos-tronco e constituíram o embrião da UnB: direito, economia e administração, coordenado pelo professor Vitor Nunes Leal; arquitetura e urbanismo sob a direção de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa e letras que abrangia a licenciatura em línguas e literatura vernácula e redator em jornal, rádio e televisão, coordenado por Cyro dos Anjos. A partir de 21 de abril de 1962 estava oficialmente colocada à prova o seu Projeto.

Das atividades docentes se encarregou um pequeno grupo de professores e instrutores. A implantação plena de sua estrutura acadêmica estava prevista para 1966. Para esta tarefa também constariam com a cooperação de instituições nacionais e estrangeiras, principalmente no campo da ciência e da tecnologia. Já em 1962, na área de física havia a colaboração do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas/CBPF e entendimento com o Fundo Especial da ONU para financiamento, preparo de docentes, equipamentos e biblioteca. Na área de química, estava prevista a associação, por dez anos, com o Departamento de Química da Universidade de Indiana, nos Estados Unidos. A matemática deveria contar com um Centro de Computação que prestaria serviços não só internamente às unidades da UnB, mas também assistência especializada aos órgãos do poder público.

Apesar de todos os planos, entre 1962 e 1964, por imperativos de ordem política, a UnB funcionou com sua estrutura provisória. Em consequência, alterou em parte a primeira etapa de implementação, retardando em um ano a instalação de algumas unidades. Somente no início de 1964 começaram a chegar os cientistas que deveriam abrir os Institutos de Ciências. Nesse ano foram matriculados 872 alunos regulares e a Universidade contava com 87 professores, além de vários instrutores. Começaram também a afluir os recursos externos que seriam fontes de financiamentos complementares.

O entusiasmo de alunos, professores e técnico-administrativos com a obra a ser construída começou a ser destruído com o primeiro choque que receberam em abril de 1964, quando a UnB foi eleita como um dos alvos dos grupos que instalaram a nova ordem militar. Diminuiu o ritmo de sua construção e a Universidade entraria em uma crise crônica de recursos e uma luta política que iria até 1968.

A UnB EM PROJETO

Darcy Ribeiro, em um de seus trabalhos sobre a UnB, dizia que seu modelo não tinha de inovador porque “constitui a estrutura universitária usual, largamente experimentada e comprovada em sua eficácia, em todos os países desenvolvidos. A renovação do ensino superior na Alemanha, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Rússia, se fez ao integrarem-se nos seus cursos universitários a ciência moderna e a tecnologia e processou-se por um caminho que ainda hoje se recomenda ao Brasil.

Somos, talvez, o único país que ainda pretende formar cientistas e tecnólogos segundo o modelo tradicional de ensinar e cultivar a erudição clássica...”

Se o modelo não era novo nos países desenvolvidos, no Brasil viria a quebrar os padrões vigentes do ensino superior. A oursadia seria identificada com seus princípios, com o regime jurídico da Universidade, com a estrutura acadêmico-administrativa, com o conteúdo dos programas e a introdução sistemática da pesquisa. Tudo era novo em um país acostumado a um conjunto de universidades estreitamente amarradas ao controle da burocracia do Estado, quanto aos seus planos, conteúdos didáticos e formas de aplicação e gestão.

O princípio básico em que se fundava era o da autonomia. Esta, já consagrada nas leis brasileiras de ensino, ganharia forma mais concreta na UnB, ao ser definida a sua capacidade de exercê-la, através de lei do Congresso, e criadas as condições efetivas para torná-la viável. A lei de sua criação rompia com a legislação casuística que determinava o ordenamento e funcionamento acadêmico das demais universidades. Aqui, as definições de seus rumos seriam tomadas no âmbito da comunidade acadêmica.

No campo da autonomia didática garantia: “Na organização de seu regime didático, inclusive de currículo de seus cursos, a Universidade de Brasília não estará adstrita às exigências da legislação geral do ensino superior...”. Ressalvava apenas a manutenção da frequência obrigatória dos alunos, o respeito à duração mínima estipulada para os cursos e a manutenção de disciplinas obrigatórias de cada carreira, podendo, entretanto, definir sua extensão. Estava obrigada, ainda, a organizar a carreira docente respeitando o concurso de títulos e provas. No aspecto financeiro, além das dotações do Tesouro, foram criadas fontes alternativas de receita, como as rendas provenientes de ações da Companhia Siderúrgica Nacional/CSN, da metade das rendas da Rádio Nacional e também foi dotada de um patrimônio urbano em Brasília, que deveria ser movimentado para gerar rendas. Nos campos administrativo e disciplinar, o limite seriam as disposições da FUB, sua mantenedora.

A definição de seu regime jurídico como fundação de caráter especial deveria assegurar a autonomia na sua organização, manutenção e direção. Respaldaado nessa concepção, foi previsto para seu funcionamento um modelo acadêmico-administrativo que objetivava a articulação de suas atividades de ensino e pesquisa. Esta articulação seria feita através dos institutos e faculdades, organizados em departamentos, acompanhados pelos órgãos complementares, que em seu conjunto promoveriam o ensino e a pesquisa e garantiriam a sua integração com a comunidade externa.

As formas de organização interna e de gestão da Universidade foram previstas em seu primeiro estatuto, aprovado no final do ano de 1962. No campo da gestão acadêmica previa várias instâncias de decisão coletiva com uma representação ampliada de estudantes e professores, em relação à existente em outras universidades.

UnB: UM FOCO DE “SUBVERSÃO”

A instalação da Universidade, em 1962, em seu período inicial, coincidiu com uma conjuntura política especial no país. Em

janeiro do ano anterior Jânio Quadros havia tomado posse, após obter uma votação massiva nas eleições, quando sua campanha empolgou uma grande parte da população, com a bandeira da moralidade administrativa. Sua renúncia no mesmo ano estabeleceu uma crise na sucessão presidencial, resolvida momentaneamente com um arranjo entre a elite política e os militares, implantando o sistema parlamentarista de governo, que possibilitou a posse de João Goulart. Até 1964 a tendência foi de aprofundamento da crise política, que incidia sobre a governabilidade do país.

Durante este período, as forças políticas progressistas levantaram a bandeira das reformas estruturais que deveriam ser efetuadas para transformação da sociedade. Eram as reformas agrária, urbana, bancária e outras. Entre elas, a luta pela reforma universitária ganhou as ruas com um movimento estudantil bem organizado e com grande espaço de mobilização. A principal questão levantada pelos estudantes era a democratização da universidade, reivindicando a ampliação da representação estudantil para 1/3 nos órgãos colegiados, fundamentalmente nos conselhos universitários, que mantinham as decisões máximas internamente. A modernização do sistema universitário era colocada como uma das premissas para o desenvolvimento do país, argumento que havia sido usado para a criação da UnB.

Na Universidade de Brasília, dois meses depois de sua instalação, surgia o primeiro órgão de representação estudantil, o Diretório Acadêmico da Arquitetura/DACAU e, logo em seguida, outros foram sendo organizados, e mais tarde a Federação dos Estudantes Universitários de Brasília/FEUB. Já no final de julho de 1962 foi deflagrada a primeira greve liderada pelo DACAU, solidária aos cem mil estudantes em greve em todo o país, em defesa da representação de 1/3. Pelos estatutos da UnB, naquele momento em elaboração, estava prevista uma representação maior do que aquela existente até então, inclusive com uma câmara com poderes para convocar o próprio Conselho Universitário. Entretanto, alegavam que esta representação estava dividida com os estudantes de pós-graduação e que estes exerciam uma posição privilegiada, porque podiam, inclusive, ser professores e, portanto, não poderiam ser considerados como verdadeiros estudantes.

O movimento estudantil na UnB foi se firmando rapidamente e, paralelamente, começaram a se organizar os professores. No segundo semestre de 1963, diante da morosidade da implantação do estatuto aprovado no ano anterior, delineou-se um descontentamento com a direção da Universidade, no momento dirigida por Anísio Teixeira. Reclamavam os professores por medidas mais rápidas no processo de institucionalização, com a instalação dos órgãos de decisão coletiva. Para organizar o movimento foi criada a primeira entidade de representação docente a "Associação dos Professores Universitários do DF" que, segundo seus organizadores, deveria enfrentar os vários problemas que começavam a afetar o desenvolvimento da UnB.

O professor Teodoro Lamounier, em intervenção realizada na assembléia que constituiu a Associação, apontou os fatores que determinavam o descontentamento dos docentes: impossibilidade de diálogo com a reitoria, comportamento autocrático e auto-suficiente da direção, adiamento da implantação dos órgãos co-

legiados, insultamento do Conselho Diretor da FUB e carência de planejamento e da mais elementar política de pessoal.

Segundo o professor Lamounier, estes eram os fatores responsáveis pela "administração tumultuada" da UnB e propunha como solução: formação dos colegiados visando maior aproximação entre coordenadores e professores, estudantes e funcionários; estruturação dos organismos departamentais para que pudessem participar do plano orçamentário e preservação da liberdade de ensino e da unidade coletiva, únicas disposições, de acordo com ele, que ainda não haviam sido feridas.

A movimentação política na Universidade começava a preoocupar alguns setores extra-universitários e a preocupação maior era com a posição ideológica dos professores. Comentava-se que havia uma tendência marxista na UnB, liderada pelos professores jovens, os instrutores. Na Câmara dos Deputados o deputado Abel Rafael, da bancada de Minas Gerais, chegou a pedir a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para analisar o problema. O assunto foi debatido na Comissão de Educação da Câmara Federal, onde o referido deputado fez várias acusações aos professores, afirmando que se encontrava revoltado ao ver que a "mente maleável" dos jovens estava entregue a docentes cuja capacidade didática ou profissional era desconhecida.

Alguns deputados se pronunciaram a favor da UnB, principalmente aqueles que freqüentavam os cursos de extensão oferecidas pela instituição. Eram contra a CPI, argumentando que sua instalação era inconstitucional, por ser garantida pela Constituição a livre expressão de pensamento. Caso fosse aprovada, pela primeira vez na história da Câmara, uma CPI estaria examinando uma ordem absolutamente imaterial, ou seja, uma suposição de ordem ideológica.

Darcy Ribeiro, em seu depoimento nessa comissão, defendeu a UnB como centro de debates, aberto a todas as idéias, e afirmava que sua única ideologia era de ser moderna, com fidelidade aos padrões internacionais do saber, lealdade às tradições universitárias e tolerância em termos de pensamento. Não via problemas no entusiasmo dos jovens instrutores e admitia até que alguns pudessem defender idéias do tipo daquelas levantadas pelas denúncias, mas isso era um problema de todas as universidades e não só da UnB. Chamava a atenção do deputado sobre a possibilidade de gerar um movimento contrário, em defesa da UnB, como já estava se iniciando no país. A CPI não foi instaurada nesse ano de 1963, mas o fato da universidade estar sendo debatida, pelas razões apresentadas, indicava o grau de polarização ideológica daquele momento.

A CONSTRUÇÃO INTERDITADA

A idéia de que a UnB era um foco de subversão seria reforçada a partir da instalação do regime militar. Nove dias depois do golpe de Estado, em 9 de abril de 1964, ela foi ocupada pelas tropas da Polícia Militar de Minas Gerais. Efetuaram-se prisões de professores e alunos e foi instaurado um inquérito policial militar/IPM para apurar a subversão no *campus*. Este IPM foi arquivado por falta de consistência das denúncias. Após a ocupação foram destituídas as autoridades universitárias e nomeado o professor Zeferino Vaz, da Faculdade de Medicina de Ribeirão



Preto, como interventor e, logo em seguida, ele tomou posse como membro do Conselho Diretor da FUB. Eleito seu presidente, foi conduzido automaticamente como reitor.

O novo reitor procurou, de imediato, manter um diálogo com a comunidade acadêmica e anunciou que seriam libertados os professores presos e comprometia-se a dar continuidade à obra de Darcy Ribeiro. Este comprometimento repercutiu bem, internamente, mas no plano externo houve uma retomada da campanha ideológica contra a universidade. Continuou a ser liderada pelo deputado Abel Rafael, que participou da marcha da família com Deus pela liberdade em Minas Gerais. Agora contava com o apoio do ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, e com outros setores do governo e da imprensa. O deputado passou a atacar o próprio reitor e exigia que ele agisse na qualidade de representante da "Revolução" ou deixasse o cargo. Afirmava que esta não foi feita em nome da liberdade, mas em nome do anticomunismo e da moralidade. O jornal *O Globo* alertava o ministro da Educação sobre a necessidade de controlar a subversão nos órgãos educativos, especialmente na UnB, e solicitava inquérito para apurar os movimentos subversivos.

Zeferino Vaz, diante das pressões, começou a agir e, em nota oficial, comunicava à comunidade que havia informado ao MEC sobre a demissão de nove professores por motivos ideoló-

gicos e incompetência. No final do mês de maio dizia que o "expurgo" na Universidade estava concluído com o afastamento de 16 professores e um aluno. Entretanto, não era esta a posição do ministro. Através da imprensa ele anunciava que a UnB deveria passar por uma reestruturação já que ela não poderia ser considerada uma universidade padrão, com tantos professores demissíveis, e que o inquérito que ocorria na instituição deveria apontar nova lista de docentes subversivos a serem demitidos. Frente a estas demissões os estudantes se mobilizaram, através da FEUB, exigindo a readmissão dos professores e denunciando o clima de "terrorismo cultural" implantado no país.

Durante o ano de 1965 este clima de instabilidade prosseguia. A ameaça de novas demissões determinou o enfrentamento do corpo docente com a reitoria. Diante do caso concreto de pressão militar para demitir o professor de filosofia Hernani Fiori e outros, desencadeou-se o movimento pela defesa da autonomia da universidade. Em manifesto de junho os coordenadores de institutos e faculdades, principais autoridades acadêmicas da UnB, condenaram as pressões extra-universitárias e manifestaram apoio ao reitor em todas aquelas medidas que colaborassem para manter a autonomia e o cumprimento do estatuto da Universidade.

Entre junho e setembro a crise complicou-se cada vez mais, com a expulsão de alunos considerados agitadores, ameaças e depois deflagração de greves que viriam a repercutir nos meios políticos. Os coordenadores procuraram mediar o conflito para que o mesmo se mantivesse nas fronteiras do *campus*, o clima era de radicalização já que a comunidade acadêmica, por motivos ideológicos, entendia que a origem da crise encontrava-se fora do meio universitário. O próprio reitor Zeferino Vaz era duramente criticado por setores do governo e da imprensa por não conseguir controlar o movimento e manter a ordem. Os professores continuavam a expressar sua posição de solidariedade ao reitor, mas ameaçavam com a demissão coletiva, caso fossem dispensados outros colegas.

Em agosto, o reitor, depois de uma audiência com o presidente Castelo Branco, anunciou sua renúncia, que seria efetivada logo após a nomeação de alguns membros do Conselho Diretor da FUB. Em seguida, os instrutores aderiram à greve dos alunos e denunciaram a falta de condições para o trabalho, a exclusão de professores, a prisão de alunos, a retenção de verbas e a intromissão de militares na Universidade. Denunciavam, também, o não cumprimento do estatuto, o que impedia a implantação dos órgãos de decisão e afirmavam que a greve era uma advertência pró-autonomia.

No final de agosto, em um manifesto assinado por 117 professores, o corpo docente reivindicava a convocação do Conselho Diretor para tomar providências imediatas no sentido de colocar em prática a estrutura definitiva da Universidade. Expressava posição contrária a qualquer dispensa de professores, sem decisão dos referidos órgãos. O Conselho Diretor reuniu-se e empossou o novo reitor Laerte Ramos de Carvalho, professor da USP. A ele foi delegada a decisão sobre as reivindicações apresentadas.

Frente à possibilidade de consumir mais uma demissão, no caso o professor Roberto de Las Casas, os coordenadores apresentaram o pedido de demissão coletiva. As manifestações dos alunos e professores aumentaram em apoio aos primeiros. Em outubro houve o desfecho da crise. Os alunos mantinham a greve e os professores declararam-se em assembleia permanente. Em meio à mobilização o reitor suspendeu as atividades acadêmicas e solicitou ao Departamento Federal de Segurança Pública o envio de tropas policiais para a manutenção da ordem e preservação do patrimônio. Os policiais ocuparam a Universidade durante uma semana.

18 de outubro: foram demitidos 15 professores considerados subversivos e em seguida houve o pedido de demissão coletiva de 209 professores e instrutores. O reitor deu um prazo de 24 horas para que todos os signatários do documento apresentassem o pedido de demissão individual. O processo de dispensa durou até o início de 1966: A Universidade ficou praticamente sem professores e dos que permaneceram, 18 eram recém-chegados na administração de Laerte Ramos.

DAS "11 CONCLUSÕES" À INSTITUCIONALIZAÇÃO

O que fazer com a UnB? A resposta a esta pergunta logicamente seria diferente para os diversos setores interessados na Instituição. Um deles, o Serviço Nacional de Informações/SNI, expressou seu ponto de vista através de um informe especial

sobre a UnB, em setembro de 1965, em meio à crise dos professores. O informe apresentava um diagnóstico e possíveis soluções para reordenar a Universidade. Eram 11 as conclusões. No aspecto administrativo concluía: 1) a mudança de reitor não era suficiente para garantir uma mudança de filosofia e objetivos da UnB; 2) a equipe de Darcy Ribeiro era eficiente e envolvia a reitoria através de assessoramento técnico com a constituição de laços de amizade; 3) havia necessidade de substituir os detentores de cargos-chave e transformá-los em cargos de confiança e 4) a reitoria deveria criar um órgão do tipo "Centro Social" para centralizar as vantagens e benefícios concedidos aos alunos e pessoal docente e técnico-administrativo.

Na área de pessoal afirmava: 1) os professores deveriam ser contratados por um período de até dois anos e considerado este serviço como 'relevante' e 2) os "elementos subversivos e anti-revolucionários" deveriam ser substituídos por outros "democratas de igual gabarito ou até mesmo superiores" para que não fossem feitas comparações em torno da capacidade profissional.

Quanto ao corpo discente: 1) prestigiar os órgãos de representação legal não dominados por "subversivos" ou "anti-revolucionários"; 2) antecipar o atendimento às reivindicações para que as mesmas não fossem canalizadas pela oposição; 3) apoiar financeiramente o plano de obras, desenvolvendo um clima de emulação do pessoal para "distrair", em parte, as atividades dos alunos e professores para tais realizações e assim prestigiar a nova administração; 4) estabelecer um diálogo permanente com os alunos, formar líderes democratas e através deles controlar a "classe", anulando a liderança comunista e 5) criar o CPOR/Brasília, com sede na UnB, para manter uma "escola de civismo" e recuperar o prestígio do Exército entre os estudantes e aproveitar melhor para aquela corporação o "potencial técnico e de lideranças" que se encontrava ocioso na UnB.

A administração Laerte Ramos, que durou até novembro de 1967, não obteve condições financeiras e materiais para impor um plano de obras e nem opções para planejar a substituição do corpo docente de forma ordenada e como recomendava aquele documento. Com a demissão coletiva dos professores, a recomposição do quadro docente foi feita de forma emergencial, em um primeiro momento, e depois encontrou dificuldades para atrair um grande número de professores altamente qualificados em outros centros acadêmicos. Segundo o próprio reitor, os cientistas não estavam dispostos a substituir os demissionários. Em dois anos, contratou um novo quadro de professores, que três anos depois estaria sendo modificado. Em 1966 trabalharam 341 docentes e no ano seguinte este número subiu para 454.

Para conhecer as condições da Universidade, Laerte Ramos mandou elaborar um diagnóstico preliminar que constatou, entre outros pontos, que a receita da Universidade era proveniente, em 97%, do orçamento da União e seria difícil recuperar sua autonomia financeira através de outras fontes. No final de sua gestão a Universidade não estava ainda institucionalizada; passava por uma crise financeira e não contava com crédito na praça, devido aos atrasos de pagamentos.

Quanto aos estudantes, não se conseguiu que eles criassem os órgãos estudantis previstos na Lei Suplicy. Continuaram atuando na FEUB e nos diretórios existentes. A partir de 1967 o movimento estudantil começou a recuperar-se e no Instituto de Artes e na Faculdade de Arquitetura/ICA-FAU deflagrou uma greve e os estudantes fecharam a FAU durante vários meses. Reivindicavam a demissão de todos os professores contratados após a crise de 1965 e denunciavam a incompetência dos mesmos. Pediam uma reestruturação geral do ICA-FAU. Estas reivindicações seriam atendidas no meio do ano seguinte.

ORDENAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

A partir de novembro de 1967 o reitor Laerte Ramos foi substituído por Caio Benjamin Dias, médico de Minas Gerais. Este congregou uma equipe que introduziu o discurso de planejamento na UnB. A primeira tarefa foi elaborar um diagnóstico geral feito durante o ano de 1968. Também nesse ano foi aprovado o segundo estatuto da UnB. Segundo um de seus assessores, não havia no momento da chegada desta equipe “uma estrutura em funcionamento”, todas as soluções haviam sido improvisadas, sem nenhuma política de pessoal na área acadêmica ou administrativa e não havia “forma de agir e dialogar com os estudantes”.

Ao final de sua gestão, em 1971, Caio Benjamin Dias afirmava que havia cumprido as metas propostas inicialmente: reforma administrativa, reforma dos cursos de graduação, criação da pós-graduação, restabelecimento da autoridade, renovação da confiança na Universidade, sobre a qual pesava uma descrença e “quando não hostilidade, dos meios culturais brasileiros”. Também procurou promover a vida social da comunidade acadêmica com atendimento de alojamento e alimentação, combateu os desvirtuamentos e a indisciplina da liderança estudantil, atendeu as legítimas reivindicações dos estudantes. Informava que sua tarefa inicial foi a recuperação financeira da Universidade e o reinício das construções e, quanto à política de pessoal, procurou recrutar docentes e técnico-administrativos de alta qualificação.

Apesar da crise estudantil de 1968, o novo reitor conseguiu iniciar seu processo de institucionalização com a adaptação de seu estatuto à legislação do ensino superior. Mas seria a partir de 1969, com a vigência do decreto-lei 477, que eliminou o movimento político reivindicatório nas Universidades, que a direção começou a colocar realmente em prática as suas metas. O corpo docente foi sendo substituído, com base no discurso da incapacidade da maioria dos professores, que em muitos casos eram também denunciados pelos estudantes, e a necessidade de cientistas e docentes de alta qualificação. Com esta administração o corpo docente e técnico-administrativo começou a apresentar um novo perfil e, entre 1970 e 1976, a renovação atingiu mais de 60% entre os professores. Também foi possível completar a legislação interna, com a aprovação de vários regimentos. Paulatinamente a Universidade foi sendo enquadrada nas diretrizes do regime militar.

No início de 1971, o reitor Caio Benjamin dizia que as realizações ocorridas na UnB comprovavam o “êxito da política educacional dos patrióticos governos que se instalaram após a Re-

volução de 1964, quando a educação se firmou como atividade prioritária para o desenvolvimento nacional”. Segundo ele, a situação desta Universidade em uma das áreas de prioridade do desenvolvimento era importante até “por motivos de segurança e soberania”. Sua influência deveria estender-se a todo o Centro-Oeste, Extremo-Noroeste e Amazônia: “Neste extenso território, muito se espera da atuação da Universidade de Brasília, em cooperação com outras instituições educacionais, por se tratar da mais completa e adiantada organização de ensino superior localizada na região”.

Um novo discurso começou a ser delineado pela direção da UnB, mostrando uma imagem de trabalho em confronto com a ordem anterior. Este discurso de eficiência passaria a ser constante nos relatórios anuais da UnB até 1985. A UnB da década de 1960, que seria um dos instrumentos propulsores do desenvolvimento, seria agora parte do “Brasil potência” que começou a alimentar os sonhos dos dirigentes do país. Foi a primeira a adequar-se ao ritmo da reforma universitária, da qual ela própria seria um dos referenciais. Atraía professores qualificados e já não contava com as forças desagregadoras.

CRISE E DISCIPLINARIZAÇÃO

Os dirigentes da UnB puderam implementar uma nova política na organização e direcionamento desta instituição quando as condições políticas se tornaram favoráveis ao controle e disciplinarização. Um elemento importante foi a crise estudantil de 1968 que resultou na derrota desse movimento e externamente coincidiu com o arrocho do regime militar, através do Ato Institucional nº 5 de dezembro daquele ano. Na área universitária, 1968 foi marcado pela atuação desse movimento em nível nacional e pela discussão da reforma universitária. Esta era a bandeira tradicional da União Nacional dos Estudantes/UNE, que no início dos anos sessenta exerceu um papel importante ao transformar esta bandeira em questão nacional.

Agora, em 1968, a reforma passou a ser uma das metas do governo federal. Constatava-se a grande evasão de cientistas para o exterior – fenômeno divulgado na época como a “evasão de cérebros” – e a falta de resposta das universidades para atender à formação dos especialistas, gerando a deficiência do conhecimento científico. A universidade deveria adaptar-se às “condições do mundo moderno” com a formação de técnicos e profissionais capacitados para que o Brasil entrasse na “era tecnológica” e pudesse receber o impulso do desenvolvimento.

O governo apresentava as mesmas razões, para a reforma universitária, que serviram de justificativa para a criação da UnB. O seu modelo passou a ser o paradigma para a reforma. Nesse sentido comentava o ministro da Educação Tarso Dutra que a eficiência do ensino poderia ser expressa pela Universidade de Brasília e apontava sua flexibilidade estrutural como a mais adequada porque “... lhe permitiu sobreviver a poderosas forças de influência nela instaladas inicialmente e que poderiam ser impeditivas de seu desenvolvimento, substituindo os padrões culturais pelos fatores políticos”.

A reforma universitária seria também uma resposta à grande insatisfação dos estudantes. Desde 1966 as autoridades universitárias vinham sendo alertadas pelos órgãos de segurança

sobre a rearticulação do movimento estudantil. A maior preocupação era o questionamento político do regime, via universidade. O controle das atividades acadêmicas começaria a ser institucionalizado acabando com a autonomia prevista em lei. Em janeiro de 1968, a portaria nº 25, do MEC, determinava que qualquer evento acadêmico deveria ser precedido de uma programação aprovada pelo ministro de Estado. Esta medida visava, principalmente, impedir a movimentação dos estudantes.

Apesar dessa preocupação, a tensão nas universidades aumentou no início de 1968 e tomou maior impulso com a morte do estudante Edson Luís, no restaurante “Calabouço”, no Rio de Janeiro, vítima da repressão policial. As manifestações ganharam a rua em todo o país e em algumas instituições, como no caso da UnB, as consequências foram mais amplas. No dia seguinte à morte do estudante houve grande mobilização interna no *campus* e atos públicos na cidade. Estes foram reprimidos com espancamentos e prisões. Imediatamente, depois do conflito, foi instaurado um inquérito policial-militar para apurar as responsabilidades da liderança estudantil.

De abril até agosto a UnB viveu uma grande movimentação política. Eram atritos entre estudantes e policiais infiltrados no *campus*, pressão de alunos pela melhoria da qualidade de ensino, protestos contra o estatuto em elaboração, pedido de demissão de professores por parte dos alunos e manifestações que acompanhavam o movimento nacional. Sobressaiu, entre esses fatos, o caso “Román Blanco”, professor de história, identificado pelos alunos com o sistema de repressão. Sua saída da universidade foi pressionada pelos estudantes e o conflito se ampliou com provocações de lado a lado: estudantes e professor. Culminaram com agressões e despejo do professor de sua residência no *campus* pelos alunos. Sua saída do *campus* foi garantida pela reitoria mas, a situação ainda teria desdobramentos posteriores.

29 de agosto: sob o pretexto de prender cinco estudantes que se encontravam com prisão preventiva decretada, as forças policiais invadiram a Universidade. Esta invasão, por sua violência, com uso de armas, destruição de equipamentos e prisões causou grande reação da sociedade. No Congresso a repercussão foi muito grande e os próprios deputados governistas a condenaram; a imprensa foi unânime em criticar a postura do governo e houve um grande movimento de solidariedade estudantil em nível nacional. O jornal *O Globo* comentava que em troca de cinco, a polícia acabou convertendo toda uma comunidade em maior ou menor grau às teses dos cinco e, simultaneamente, oferecendo aos baderneiros de todo o país um excelente pretexto.

Os estudantes reagiram com atos e passeatas que foram reprimidos. Inquéritos foram abertos mas não houve punição para os responsáveis pela invasão. Pelo contrário, passados os fatos, a UnB começou a sofrer uma grande campanha de difamação que durou até o final do ano.

Esta campanha, por parte da imprensa, foi desencadeada pelo *O Globo* com um depoimento do professor Román Blanco à polícia, publicado por aquele jornal. Denunciavam a universidade não só como centro de subversão e comunismo, mas também como centro de drogas, prostituição e falta de autoridade. A figura do reitor Caio Benjamin foi duramente atacada e o discurs-

so era a falta de autoridade. A UnB estava ainda sob este tipo de pressões quando foi editado o ato institucional nº 5 que permitiu o estabelecimento do período de maior repressão da ditadura militar.

Além do AI-5, as instituições de ensino foram contempladas com o decreto 477 que seria o instrumento legal para eliminar a contestação política nas universidades. No caso de Brasília, logo depois de sua publicação, o comandante da 11ª Região Militar encaminhou ao reitor uma síntese das medidas preventivas a serem seguidas pela UnB, visando à manutenção da ordem pública. Determinava que a atuação das autoridades militares seria coordenada juntamente com o MEC, caso fosse necessária sua entrada na Universidade. A partir desse momento foi desarticulado o movimento estudantil que se recuperaria em meados da década de 1970. O projeto da UnB foi então totalmente redirecionado.

TUDO BEM NA UnB?

Com esta pergunta os professores questionavam, em 1979, a forma de controle exercida pela direção da UnB e apontavam os problemas que se acumulavam em relação à vida acadêmica. O modelo implantado na gestão de Caio Benjamin foi aprofundado nos anos posteriores nos períodos de gestão dos reitores Amadeu Cury, entre 1971 e 1976, e José Carlos Azevedo, de 1976 a 1985. O primeiro afirmava, em 1975, que o ano anterior havia registrado o término “do caminho percorrido pela UnB num novo patamar da trajetória de seu desenvolvimento, que se iniciara no ano de 1971”. Para ele, a UnB encontrava-se “realmente ao final de uma nova etapa de sua vida”.

Nesse sentido, o reitor Amadeu Cury considerava que no ano de 1984 havia concluído uma nova etapa na UnB, iniciada em 1971, data que coincide com a sua chegada na direção da Universidade. Afirmava que: “Pode-se, assim, ao fim dessa trajetória, estabelecer as bases para etapa subsequente, a criação de significativo número de cursos de pós-graduação, o incremento das pesquisas e da prestação de serviços, a integração mecanizada de todos os procedimentos administrativos e a consolidação de todos os textos de ordenamento da UnB”. Os acertos atribuía, em grande parte, à “comunidade universitária, operosa e ordeira que tem sabido compreender o significado da hora presente da UnB e do próprio país...” No ano de 1975, segundo ele, a tônica que prevaleceu foi a qualidade de ensino, a eficácia da comunidade, dentro de suas limitações, e a ausência de problemas disciplinares. Considerava a UnB uma Universidade estruturada em bases modernas, nos termos da reforma universitária.

Durante esses anos a direção da Universidade contou com grande apoio do governo federal e, dessa forma, conseguiu montar grande parte da estrutura física, constante de seu plano inicial, e criar os mecanismos para o funcionamento acadêmico. Mas, a partir de 1976, as formas de condução desse modelo começaram a sofrer as primeiras críticas, momento em que os estudantes tentaram organizar seus órgãos de representação. É também nesse momento que assume a reitoria José Carlos de Almeida Azevedo. O novo reitor já exercia um grande poder na Universidade, por ter sido uma das principais figuras na consti-

tuição do modelo implantado desde 1969. Sua presença na UnB é registrada pelo menos desde 1967, quando prestava assessoria ao reitor Laerte Ramos na reestruturação do Instituto de Física.

Entretanto, ele só seria conhecido publicamente pela UnB, quando no final da crise estudantil de 1968, em setembro, seria indicado como vice-reitor, cargo que exerceria até 1976, com amplas delegações de poder por parte dos reitores. Desde o primeiro momento foi identificado pelos professores, alunos e funcionários como o representante máximo do regime militar na Universidade, não só pela sua condição de capitão da Marinha, mas pelo papel que passou a exercer internamente no controle do poder. Em 1976 assumiu o cargo máximo da UnB, justamente quando o modelo que ele ajudou a construir começaria a ser contestado.

As primeiras manifestações estudantis de 1976 não tiveram forças suficientes para sua expansão. Somente no ano seguinte os estudantes conseguiram abrir um grande espaço para a contestação. Inicialmente dirigiram seus protestos contra a elitização do ensino, a possibilidade de introdução do ensino pago e o corte de verbas para o ensino superior. No plano interno contrapunham ao discurso da eficácia desenvolvido pelas autoridades universitárias a denúncia sobre a falta de instalações físicas, ociosidade de laboratórios, a falta de professores, o sistema de jubramento e o cerceamento à liberdade de expressão e organização de entidades representativas dos estudantes.

Esse movimento ampliou-se ao acompanhar a tendência que se esboçava nas manifestações estudantis em outros centros universitários, principalmente em São Paulo, assumindo a bandeira de defesa das liberdades políticas e introdução da questão da anistia em favor daqueles atingidos em seus direitos pelo regime militar. Na UnB o primeiro grande ato público realizou-se em 19 de maio, data em que os estudantes definiram como Dia Nacional de Luta, em torno de suas bandeiras. Para os dirigentes da UnB o movimento visava não só atingir os problemas desta Universidade, mas procurava "perturbar a sociedade" e, valendo-se de temas políticos e formas não-acadêmicas, havia instaurado a anarquia e a greve de forma violenta. De fato, ao ser reprimida a primeira manifestação com punições à liderança do movimento, a greve foi o recurso utilizado pelos estudantes, decretada em 31 de maio. A partir daí o confronto se aprofundou.

Novamente, desde 1968, a UnB foi palco de uma grande crise política e foram testados seus mecanismos de controle, vigentes desde que começou seu processo de disciplinarização. A reitoria, sem condições de resolver o novo desafio, apelou novamente para a intervenção da força policial. O mesmo cenário de seus anos iniciais com prisões, inquéritos e eliminação de lideranças era desenvolvido. A permanência da polícia no *campus* foi a mais longa ocorrida nesta Universidade. Por mais de três meses os dirigentes não conseguiram manter a ordem anterior e os estudantes colocaram em descoberto os problemas de funcionamento do projeto acadêmico em vigor. A solidariedade do movimento estudantil, em nível nacional, e de vários setores da sociedade possibilitou a ampliação da denúncia das formas de controle das instituições pelo regime militar. Internamente colocou a questão da mudança do grupo de poder, luta que

posteriormente seria centralizada na saída do reitor, símbolo maior do modelo até então implementado.

A partir de 1988, uma nova força interna surgiu com a organização dos professores na Associação dos Docentes/ADUnB. Continuou-se a demonstrar que a UnB não ia tão bem como queria o discurso oficial. O questionamento da gestão acadêmica, da estrutura formal e burocrática e da discriminação quanto ao acesso dos professores à carreira docente seriam os temas mais frequentes da ADUnB, em suas denúncias sobre o funcionamento da Universidade. Reivindicava um papel mais ativo por parte da comunidade interna e a dinamização e democratização de seus órgãos decisórios.

A partir de 1989 os professores levantaram o problema sucessório da reitoria, visando à renovação e redirecionamento da estrutura acadêmica. Entretanto duraria ainda mais de cinco anos a luta que culminou com a possibilidade real da democratização da Universidade. Professores e estudantes utilizaram várias formas de denúncias, inclusive as greves, como meio de romper os elementos básicos que sustentavam o funcionamento da instituição.

O ano de 1985 marcaria o final de constituição e consolidação daquela universidade concebida como "necessária" para o desenvolvimento do país. Para os seus primeiros idealizadores ela não tomara o rumo por eles desejado. Os primeiros construtores foram impedidos de realizar o sonho inicial. Mas o projeto apropriado, desenvolvido em outra direção, permitiu o estabelecimento de uma universidade, que apesar dos descaminhos e dos acertos, conseguiu tomar forma entre as instituições de ensino superior do país.

A UnB ainda guarda a sua primeira mensagem e mantém a memória da resistência imprimida pelas comunidades universitárias ao longo desses anos. Na sua memória haverá sempre a permanência das duas imagens impostas pela realidade: a "necessária" e a "construída", não importando seus atores.

Geralda Dias Aparecida é professora Departamento de História da Universidade de Brasília.

Resumen

UnB 30 años

La historia de la Universidad de Brasilia precisa ser contada en plural. Se encuentran en sus atrevidas formas, las aspiraciones de políticos e intelectuales encantados con el Brasil del futuro. La UnB, en el corazón del Brasil, ventilaría las ideas de renovación en el pensamiento para el país entero. Como fruto de una utopía, la UnB tendrá que convivir con las oscilaciones de su proyecto fundador.

Abstract

UnB – 30 years on

The history of Brasilia University (UnB) must be told in the plural. Its bold architectural forms spell out the aspirations of politicians and intellectuals fired by the prospect of a Brazil of the future. Set in the heart of Brazil, UnB was conceived to spur renovation in thinking throughout the country. As the fruit of a Utopian dream, UnB must needs come to grips with the ups and downs of the blueprint that founded it.

POLÍTICAS INVISÍVEIS DO COTIDIANO



DIA-A-DIA A INSTITUIÇÃO DE
ENSINO É AVALIADA POR
AQUELES QUE SE INTERRO-
GAM A RESPEITO DAS PRÁ-
TICAS DE ENSINO E PESQUI-
SA. TAIS QUESTIONAMENTOS
REIVINDICAM UMA UnB ME-
NOS BUROCRÁTICA E MAIS
COMPROMETIDA COM A RE-
NOVAÇÃO DO CONHECIMEN-
TO.

**SONIA MARIA NEVES
BITTENCOURT DE SÁ
E LUNDE BRAGHINI**

Seria legítimo, diante dos grandes temas de plantão, refletir sobre o cotidiano universitário? Respondemos afirmativamente, já que no cotidiano transparecem grandes políticas invisíveis que determinam o nosso encontro com a Universidade.

Para falarmos sobre estas políticas, destacamos aquelas que mais nos "tocam a pele", deixando tatuada com o passar do tempo uma história que se confunde com a da própria instituição.

Alguns temas sínteses perfazem a rotina do pensamento acadêmico, tais como: qualidade de ensino, mudança de currículo, processo de avaliação e produção acadêmica. O que de fato significam esses temas no dia-a-dia de estudantes, professores e funcionários? Como são internalizados em cada um os processos de fomentação da transformação institucional?

Estes tópicos nos remetem a pensar sobre três políticas invisíveis do cotidiano universitário: as políticas da programação, da engrenagem e do espaço mental.

Na constelação de artigos, livros, discursos, discussões, além de outras formas de conhecimento, são escassos os artigos ou análises que já não pertençam a um determinado tipo de programa discursivo. Rara vez, um outro é tratado de forma peculiar que mereça uma bela reprodução fotocopiada, uma leitura atenta, uma escuta reflexiva. É grande o descrédito de que alguém ainda possa dizer algo de relevante e não-padronizado.

Fica-nos quase a evidência de que o meio acadêmico rotinizou-se, através de um programa comparável ao de computador, que nos reserva apenas o espaço da complementação e da efetuação de sua rotina. Dentro desse aspecto, o pensar e o agir se automatizaram.

A compartimentalização física e curricular da Universidade é apenas uma imagem virtual do pensar programado. Assim, cada qual, a seu modo, cumpre uma parte do programa, de certa forma desconhecido de todos.

Torna-se difícil, nestas circunstâncias, aos alunos, funcionários e professores vivenciarem "camalmente" o sentimento de pertencer a um projeto ainda inacabado e pouco programado, que se traduziria num fazer e refazer dia-a-dia a universidade.

A recusa, mesmo inconsciente, de entrar nesse programa ressoa como uma atitude individualista e isolacionista. Daí o es-



vaziamento, o descrédito e a perversão da participação.

As tentativas formais de provocar entrosamentos inter, multi ou transdisciplinares esbarram, sobretudo, na introjeção de uma estrutura mental programada, onde não conseguimos visualizar a opção de se pensar e fazer outra coisa. Torna-se assim crucial buscar formas de quebrar a estrutura cognitiva rotinizada que fecha as portas aos processos de criatividade não-funcionalizados.

A Universidade, em hipótese nenhuma, pode, em nome da funcionalidade e eficiência, sucumbir à simples execução de tarefas e programas. É verdade que o cotidiano gera hábitos, mas estes pressupõem flexibilidade e maleabilidade, não mera adaptação às situações diferentes de uma rotina estrategicamente programada.

Outra metáfora do mundo das máquinas anima uma segunda política invisível.

A política da engrenagem pressupõe que é mais fácil colocar em discussão a mudança das estruturas do que as nossas pequenas práticas ordinárias, unidas de forma autocomplacente.

A base desta política é o currículo, que faz as vezes de primeira vítima nas discussões sobre a qualidade de ensino. Há uma "mecânica curricular" regida por princípios, um deles é a necessidade de postular maior integração entre as disciplinas; criticar o teórico e solidificar o adestramento técnico necessário ao mercado; incluir ou excluir disciplinas, em função do programa e da rotina.

A expressão *Grade Curricular* serve, talvez para identificar a rigidez e solidez atribuídas às prescrições curriculares. A existência de dispositivos reguladores das "vontades curriculares", como as disposições do Conselho Federal de Educação, também ajuda a legitimar o reclame constante por um novo currículo.

O que significa esse novo currículo? Concretamente a discussão é marcada por questões que tais: número de créditos, proporção entre conteúdos práticos e teóricos, número de alunos, etc. Ou seja, apenas trocamos uma rotina quantificada e precisa por outra. A questão curricular joga para o divã do analista, talvez, o cotidiano disciplinar, o dia-a-dia em que construímos a nossa formação intelectual, ética e estética. Para o senso comum, disciplina são "matérias", "cadeiras"; perdem-se os sentidos de regularidade, normatividade e processo en-

volvidos na conquista da disciplina intelectual do trabalho.

Outra característica da política de subestimação do cotidiano é o desprezo às avaliações ou qualquer sorte de análise objetiva que identifique demandas de fato.

Por último, falaremos sobre a necessidade de rediscutir explicitamente o espaço cotidiano.

A noção de espaço para nós implica um conceito bastante psicológico que se associa ao de vivência. Caracterizando-se, neste caso, pela alteração e mudança de atitude no que concerne ao entendimento de um "eu" que se constrói nas relações cotidianas, no conhecimento e no social em que nos inserimos.

As dimensões de vivência na Universidade são tão múltiplas quanto as biografias dos que nela coabitam. Isso significa que é necessário levar em conta as especificidades de cada tipo de conhecimento e as múltiplas formas de atuação e transmissão do saber.

Uma universidade democrática implica no cotidiano democrático, o que envolve mudança de atitude e reeducação, mais além de uma melhor compreensão das ideologias e dos discursos. A superação da metáfora bélica do combate significa também a perda da postura corporal de auto-defesa e uma abertura à aceitação da emoção como um fator cognitivo legítimo. Na construção deste espaço a linguagem é de encontro e não de embate.

Sônia Maria Neves Bittencourt de Sá é professora do Departamento de Educação Física da Universidade de Brasília.

Lunde Braghini Júnior é jornalista.

Resumen

Políticas invisibles de lo cotidiano

Día a día la institución de la enseñanza es evaluada por quienes se cuestionan a respecto de la prácticas de la enseñanza y la investigación. Tales cuestionamientos reivindican una UnB menos burocrática y más comprometida con la renovación del conocimiento.

Abstract

Invisible policies of routine

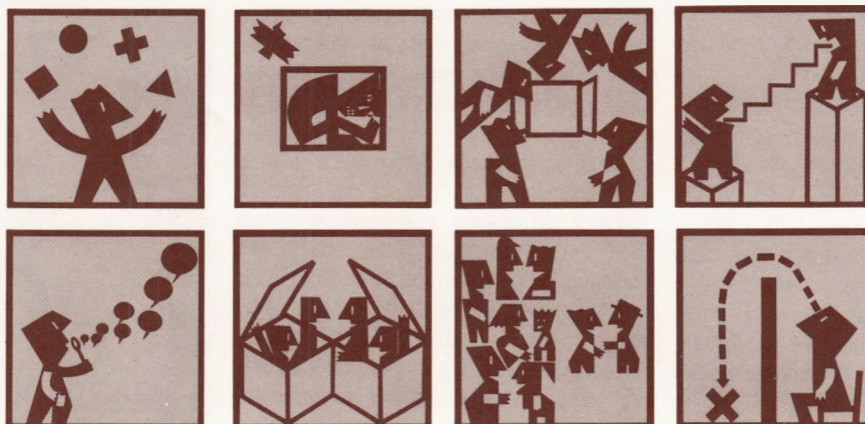
Day by day, Brasilia University is assessed by those who probe teaching and research practices. Their questioning seeks to attain a less bureaucratic university, one more committed to the renewal of knowledge.



MULTIDISCIPLINARIDADE NA UnB



Ilustrações: ZELUCA



COM O INTUITO DE ULTRAPASSAR OS LIMITES TEÓRICOS DAS DISCIPLINAS E AS COMPLICAÇÕES BUROCRÁTICAS DOS DEPARTAMENTOS, FOI CRIADO O CEAM (CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS E INTERDISCIPLINARES). ESPECIALISTAS DE DIVERSAS ÁREAS SE REÚNEM PARA DISCUTIR PROBLEMÁTICAS MAIS AMPLAS E PROFUNDAS.



UMA INTRODUÇÃO ÀS INTER E MULTIDISCIPLINARIDADE NA UnB

ALDO PAVIANI

Por ocasião da passagem dos trinta anos de existência da UnB, não se poderia deixar, igualmente, de festejar os seis da criação de uma de suas unidades acadêmicas: o CEAM – Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares.

Este Centro surgiu em plena crise das instituições universitárias e da própria educação brasileira, talvez até como um dos instrumentos para se enfrentar a crise e uma resposta aos desafios e dilemas do cotidiano universitário.

As considerações, a título de introdução aos debates havidos no CEAM, seguem no bojo de uma avaliação conjunta e deseja registrar o “momento” vivo e em construção no interior de uma Universidade que, com apenas trinta anos de implantada, pode orgulhar-se de ter sido considerada, no decurso de 1992, como uma das dez maiores do país.

A UNIVERSIDADE E A CIÊNCIA

A universidade brasileira está em crise, tal como estão em crise o parlamento, as instituições governamentais em geral e todo o sistema produtivo.

A crise da e na universidade se deve também à mutação dos “modelos” de pesquisa e de ensino, que se fazem necessários na virada do século e frente à crise mais ampla.

Assim, a UnB foi sensível em captar o momento de crise que vivem as instituições e a sociedade. Em nível de pensamento de produção, transmissão e divulgação de conhecimento institucio-

nalizado, que a universidade representa, observou-se haver uma tendência universal que reflete um processo de mutação. O pensamento moderno-científico, baseado na razão e na experiência, está reelaborando seus fundamentos. O estágio alcançado em nível de especialização do conhecimento se ressentido de uma visão mais globalizadora deste conhecimento. Discutem-se questões como interdisciplinaridade (justaposição de disciplinas), pluridisciplinaridade (retorno) à unidade do conhecimento que une ciência e tradição). Esta é uma questão ainda em aberto.

Tal situação nos remete à alternativa de desenvolver estudos temáticos, de caráter multidisciplinar, o que não invalida a especialização, mas busca entender os problemas dentro de uma visão globalizadora. Este não é um movimento que ocorre somente em nível local, mas também, em níveis nacional e internacional. A USP criou um Instituto de Estudos Avançados (se bem que com características bem distintas da UnB); a Universidade Nacional Autônoma do México criou o “Centro de Investigaciones Interdisciplinares en Humanidades”, e as universidades norte-americanas e européias, já há algumas décadas, estão nestes caminhos.

A universidade hoje vive um processo de “fechamento em si mesma”. Faz ciência pela ciência, é elitista e individualista. Há quem entenda que ainda vivemos em uma concepção de universidade napoleônica, aquela que emergiu da configuração social gerada durante a Revolução Francesa, quando a universidade foi organizada para formar profissionais liberais, para satisfazer os requerimentos que o tipo de sociedade capitalista do século XIX exigia, cujo rol essencial era prover os profissionais necessários para que as forças produtivas pudessem continuar expandido-se, diferentemente da universidade da Idade Média, que buscava um conhecimento mais global, ainda que teológico.

A mutação que vive a universidade hoje tende à universalização, à socialização do conhecimento, conciliando o avanço científico e técnico propiciado pela especialização, com o compromisso de socializar o conhecimento e sua conseqüente utilidade para a transformação qualitativa da sociedade, que se consubstancia em melhor qualidade de vida e mais conhecimento.

Vislumbrou-se que a organização de núcleos temáticos, na UnB, pode ser uma das alternativas viáveis para solucionar esta equação, pois leva os acadêmicos a acercarem-se da sociedade, através de trabalhos conjuntos, teóricos e práticos. Quer aproximar teoria e prática, criando-se o CEAM – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares.

O CEAM foi criado em 29 de abril de 1986 para desenvolver e coordenar atividades de caráter multidisciplinar na Universidade de Brasília. Está organizado em núcleos temáticos que complementam as atividades dos departamentos. É fruto de uma



concepção da universidade tridimensional: departamentos, núcleos temáticos e núcleos culturais. Busca inserir a universidade na sociedade e inova conhecimentos. Une ciência e humanismo para cumprir sua função social.

Através de núcleos temáticos, os cientistas se relacionam com membros e problemas da comunidade. Compromete-se o conhecimento com o avanço científico dos centros mundiais e com a realidade subdesenvolvida do Terceiro Mundo. Socializa-se o conhecimento e apresenta-se visão globalizante dos problemas numa perspectiva multidisciplinar. Democratiza-se a participação de cientistas, técnicos e membros da comunidade, através de estudos conjuntos de seus problemas. Deselitiza-se o saber.

A criação do CEAM mostrou sensibilidade para captar o momento de crise, em termos de ação. Resgatou experiências anteriores e deu novo sentido a elas. Por isso, o CEAM sente estar sincronizado com o conhecimento de ponta dos países industrializados e, simultaneamente, busca soluções coletivas para nossa realidade periférica de miséria, fome e desigualdade sociais de toda ordem.

Considera-se o CEAM a mais importante reforma acadêmica da UnB. Ao lado dos departamentos, os núcleos temáticos viariam possibilitar o trabalho integrado de professores, estudantes, funcionários e pessoas de fora da universidade, interessados e qualificadas para analisar e atuar em diferentes áreas do conhecimento de problemas da realidade.

Outra questão importante é a flexibilidade de ação dos núcleos temáticos na procura de verbas, recursos e pessoal (inclusive externos à UnB) para o desenvolvimento de projetos específicos. As agências financiadoras têm aprovado recursos que hoje permitem equipar os núcleos temáticos, aliviando o orçamento fornecido ao CEAM pela UnB.

Há, no CEAM, uma diversidade de núcleos temáticos, que tratam de questões como: educação (Núcleo de Estudos da Escola Pública e Núcleo de Estudos da Universidade Brasileira); problemas urbanos e ambientais (Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais e Núcleo de Estudos Ambientais), e, de modo abrangente, o Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo, o qual debate e tem publicado trabalhos sobre a crise de modernidade brasileira. A América Latina e o Caribe são tema para o NECLA, assim como a Ásia é tema para o NEÁsia, a África para o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros. Dois outros temas importantes são tratados no Núcleo de Estudos Estratégicos, Núcleo de Estudos e Pesquisa da Energia e o Núcleo de Estudos da Amazônia, os três de grande atualidade e interesse. Temas que pouco ou raramente são tratados em departamentos permeiam as preocupações do Núcleo de Estudos da Paranormalidade e Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher. Há núcleos tratando da saúde pública e das políticas sociais, da reforma agrária, da paz e dos direitos humanos.

Como o processo é dinâmico, está sendo organizado o Núcleo de Estudos da Universidade Brasileira (NEUB), com a finalidade de se aprofundar um autoconhecimento, do qual resultem avaliações acadêmicas que apontem soluções para a crise em que a universidade (e seus membros) estão imersos.

Ainda em sua dinâmica, o CEAM abriu as portas para serem desenvolvidos estudos do esporte e lazer, com a criação do NELA (Núcleo de Estudos do Esporte e Lazer) e pesquisas e es-

tudos na área do NEPAVI (Núcleo de Estudos e Pesquisas da Arte de Cuidar da Vida).

BASES PARA O DEBATE E AUTO-AVALIAÇÃO

Pretende-se que a existência do CEAM seja permanente no interior das unidades acadêmicas. Todavia, por suas especificidades, os núcleos seriam criados, teriam suas atividades dinamizadas e cessariam suas existências com o atingimento das metas para as quais foram implantados. Assim, se objetivassem a execução de convênios ou projetos, suas atividades estariam presas ao término dos projetos e convênios para os quais os núcleos haviam sido formalizados.

Além disto, os núcleos temáticos seriam constantemente avaliados quanto ao seu desempenho e eficácia: não sendo satisfatórios, poderiam ser desativados. Foi assim que surgiram questões para o debate e bases para a auto-avaliação, das quais os documentos adiante publicados são o registro das diferentes posições assumidas por alguns coordenadores de núcleos.

Apenas para exemplificar, arrolamos, a seguir, algumas questões levantadas pelos núcleos no sentido de dinamizar o debate ou mesmo para fazer avançar o "modo de pensar" multidisciplinar:

O Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP), nos traz sugestões para refletir sobre a questão da multidisciplinaridade:

1. De onde vem a demanda de multidisciplinaridade?
É uma exigência inevitável da realidade mesma, ou principalmente um "modo" de trabalhar científico?
2. A idéia de multidisciplinaridade (md) supõe um certo equilíbrio entre diferentes enfoques disciplinares ou, pelo contrário, implica a hegemonia de um deles e, assim, a subordinação dos outros?
3. Frequentemente, a md é apresentada como uma "garantia" de conhecimento científico, de verdade, de sucesso. Que opina dessa afirmação?
4. Qual a relação entre a tendência à especialização crescente na ciência contemporânea e a questão da md?



5. Na nossa experiência, a md é essencialmente uma atividade cooperativa ou competitiva?
6. Em definitivo, é possível a plena integração multidisciplinar?

O Núcleo de Estudos da Linguagem e da Ideologia (NELI), levanta questões sobre multidisciplinaridade:

1. Em que níveis se vai considerar a multidisciplinaridade no CEAM: entre áreas distintas ou na mesma área?
2. Qual a contribuição de cada núcleo para a renovação do conhecimento em termos de uma prática multidisciplinar?
3. Qual o papel da multidisciplinaridade na construção de um novo parâmetro de universidade?
4. Quais os problemas vivenciados por cada área pela falta de um trabalho multidisciplinar?
5. De que forma a atuação multidisciplinar de cada núcleo pode reverter em benefício da comunidade externa?

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPS) apresenta a seguinte reflexão:

Precisar o termo multidisciplinar ou, pelo menos, eliminar as ambigüidades mais evidentes que cercam o termo, identificando as eventuais distinções entre ele e outros assemelhados.

A melhor maneira de fazer isso é comparar termos congêneres (multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade) tendo referência concreta o quadro de atividades do CEAM.

PROPOSTAS

Identificar a particularidade do CEAM:

- engloba pessoas externas à UnB nas atividades regulares do CEAM;
- realiza ensino, pesquisa e extensão multidisciplinares;
- trabalha com temas multidisciplinares, enquanto os departamentos e institutos trabalham com um domínio especializado do conhecimento científico;
- visam menos à formação especializada e mais à dimensão social e política da pesquisa, do ensino e da extensão.

O Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPeM) explicita as seguintes indagações:

1. Que entende o núcleo (NEPeM) por multidisciplinaridade?
2. Qual é o papel do núcleo (NEPeM) na universidade?
3. Como o núcleo (NEPeM) avalia seu desempenho?
4. Quais as razões das limitações e qual é o projeto do núcleo (NEPeM)?

O Núcleo de Estudos da Paz e dos Direitos Humanos (NEP) levanta questionamentos relativos a:

1. Quais as circunstâncias que conduziram o núcleo a estabelecer os seus interesses e objetivos temáticos e quais as vias mais fecundas para abordá-los?

2. Que percepção epistemológica o núcleo vem desenvolvendo na sua abordagem temática e que categorias emergentes de inteligibilidade globais ou conceitos de fronteira vêm produzindo no confronto atual de modelos científicos em transição?
3. De que maneira a contribuição do núcleo vem sendo integrada às formas e aos modos de produção de conhecimento desenvolvidos na universidade?

O Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (NEUR) colabora no debate indagando:

1. Há possibilidade de se ter confluência de núcleos em certas temáticas ou para o desenvolvimento de atividades conjuntas?
2. Que estratégias o CEAM desenvolveria para estimular os núcleos emergentes ou para a criação de novos?
3. O CEAM abriria possibilidades para as relações interinstitucionais no Brasil e no exterior?
4. Que enfoque ou temáticas teriam prioridade para ações a curto prazo?
5. Que aspirações dos núcleos necessitam esforço conjunto por se constituírem em verdadeiras metas do centro?
6. Que perspectivas tem o CEAM frente à crise pela qual atravessa a universidade brasileira?

Com esta apresentação, remete-se o leitor para as contribuições dos diversos coordenadores de núcleos temáticos, nas quais muitas destas indagações encontrarão resposta. Na inexistência de resposta escrita, fica o registro de que estes questionamentos animaram o debate e a avaliação do CEAM (e lhe deram vida) ao longo de sua curta, porém eficaz, existência.

Aldo Paviani, diretor do CEAM no biênio 1990/1992.

Nota sobre o artigo

Incorpora idéias debatidas com os profs. Nielsen de Paula Pires e José Geraldo de Souza Júnior, aos quais registro agradecimentos.





NOVOS PARADIGMAS E O NÚCLEO DE ESTUDOS PARA A PAZ

JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR
E ROBERTO AGUIAR

O Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos (NEP) representa a mais nítida iniciativa concernente aos direitos humanos no âmbito da Universidade de Brasília. Trata-se de uma unidade de pesquisa, organizada em perspectiva temática e interdisciplinar, administrativamente vinculada ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares. Congregando professores, estudantes, funcionários, profissionais e investigadores de diferentes áreas, dedica-se o NEP à reflexão sobre o problema da paz e à promoção da dignidade da pessoa humana. Basicamente, segue uma linha de atuação com o propósito de reunir pessoas e entidades públicas e privadas para debater e desenvolver novas formas de ensino e aprofundar a pesquisa sobre a paz e os direitos humanos, a fim de que se estabeleçam relações recíprocas, neste campo, entre a sociedade e a universidade.

A concepção de direitos humanos a que se referem os objetivos do NEP deriva de um texto que serviu de ponto de partida para as discussões levadas a efeito no "Colóquio sobre Direitos Humanos na América Latina", e que foi promovido em conjunto com a Fundação Danielle Mitterrand (France-Libertes). Neste texto, o NEP afirmou que na América Latina o problema dos direitos humanos compreende não somente a luta pelos direitos humanos da tradição liberal, como os direitos individuais, políticos e civis: os direitos dos trabalhadores, na pauta socialista; mas, também, a transformação da ordem econômica internacional e nacional, contra toda a marginalização, a exploração e as formas de aniquilamento, que impedem a possibilidade de uma participação digna nos resultados da produção social e o pleno exercício do direito à cidadania. A dignidade aí referida não ex-

prime somente a idéia absoluta e abstrata da natureza humana, designativa dos direitos tradicionais. O NEP sustenta uma concepção abrangente de Paz que compreende um sistema complexo de relações políticas e que dependem da estreita relação entre direitos humanos, democracia e liberdade.

Para alcançar seus objetivos, o NEP se propõe a:

1. desenvolver pesquisa capaz de produzir conhecimento novo sobre a paz e os direitos humanos, reunindo investigadores de diferentes campos científicos num esforço interdisciplinar;
2. manter programa permanente de ensino e pesquisa no âmbito da universidade e na comunidade;
3. divulgar os conhecimentos sobre a paz e os direitos humanos, mediante:
 - a) publicações de resultados de pesquisas, do NEP e de centros congêneres;
 - b) organização de seminários, cursos e atualizações;
 - c) promoção de conferências, colóquios, exposições e eventos.
4. efetuar intercâmbios com centros similares;
5. oferecer à comunidade acesso às suas atividades.

Entre as atribuições do NEP, podem mencionar-se:

1. a aprovação e a coordenação de investigações sobre a sua temática própria;
2. a organização de programas de ensino de graduação, pós-graduação e de extensão sobre conteúdo relativo à paz e aos direitos humanos;
3. o estabelecimento de convênios com instituições para a execução de pesquisas e atividades;
4. o fomento de meios para o seu funcionamento e a sua administração;
5. a participação em atividades de iniciativa da comunidade identificadas com os seus objetos.

O NEP se constitui como uma unidade de pesquisa, dirigida por um conselho deliberativo composto por todos os seus membros, o qual elege um coordenador e seu vice, nomeado pelo reitor da Universidade. A maioria dos membros, incluindo aqueles ligados diretamente a Universidade, participam do Núcleo sem remuneração, exceto a participação em recursos de financiamento de pesquisa ou pró-labore. A estrutura material e de pessoal de apoio é oferecida pela Universidade, por meio do CEAM.

Criado em 1 de dezembro de 1986, por ato do reitor, o NEP já registra resultados significativos, com reconhecimento nacional e internacional, conforme consta de seus relatórios. Seus membros, qualificados pela formação científica e pela experiência de uma intervenção transformadora na sociedade, têm forte presença em eventos, com publicações de trabalhos e progressos em pesquisas nos campos da paz e dos direitos humanos a partir da identificação de suas três principais linhas atuais de pesquisa a saber: "O direito achado na rua", "Pesquisa para a paz" e "direitos humanos e cidadania".

No intuito de responder às questões propostas acerca dos "modos de conhecer" e da prática dos núcleos na Universidade, é importante acentuar alguns aspectos do contexto epistemológico de criação do NEP.

Conforme anotado em outro lugar (Souza Júnior, José Geraldo de, "Núcleos Temáticos", in *Boletim da UnB*, Brasília – 1 a 15 de outubro/1989, pág. 2), a experiência recente de implantação dos núcleos temáticos na UnB colocou até a altura do debate travado no Congresso Universitário, realizado na Universidade, pelo menos duas indagações liminares: há um lugar institucional para a interdisciplinaridade? Em que medida os núcleos temáticos se constituem um espaço privilegiado para uma prática multidisciplinar no tempo científico presente?

É evidente que estas indagações são formuladas, ninguém ignora, numa conjuntura de perda de confiança epistemológica e de ambigüidades que permeiam as nossas convicções atuais sobre os fundamentos da sociedade em que vivemos e o papel que é atribuído à própria ciência nesta trama complexa.

Por conseguinte, oferecer respostas a tais indagações pressupõe alimentar o debate acerca da função, do sentido e dos modos de produção do conhecimento científico, no contexto das múltiplas transições que determinam o seu valor para as nossas práticas de vida e de sociedade.

A questão da interdisciplinaridade emerge, com efeito, nas determinações de uma transição. Chega-se ao esgotamento de um padrão de racionalidade construído sob o paradigma das ciências naturais e que conduziu, na matriz novecentista, a um modelo global de ciência cujo avanço se fez pela observação livre, distanciada e descomprometida da realidade. Busca-se, no novo modelo, uma abordagem capaz de articular os pontos de integração dos fenômenos na vida social.

A interdisciplinaridade, como característica de um paradigma emergente de conhecimento, opera na consciência das interações que toda atividade intelectual tem com a História e com os condicionamentos que lhe imprimem as contradições de cada estrutura social.

Para além da disciplina, quantificação e especialização dos fenômenos que a experiência ordenada produz, a possibilidade de uma abordagem interdisciplinar busca refletir o real sem suprimir-lhe as contradições, acentuando os ângulos de entrosamento dos seus diferentes aspectos na totalidade.

Os termos deste debate foram levados, inclusive, ao Congresso Universitário, com o apoio que Boaventura de Souza Santos aportou a esta discussão, num colóquio sobre "Política, Ciência e Direito e os Desafios da Pós-Modernidade", aliás, promovido pelo NEP. Na sua passagem pela UnB, onde discutiu este e outros temas, o professor Boaventura chamou a atenção para os males do conhecimento disciplinar e de seu reducionismo arbitrário contido num modelo datado de cientificidade.

Para ele, a ciência pós-moderna é uma ciência assumidamente analógica que procura "descobrir categorias de inteligibilidade globais, conceitos quentes que derretem as fronteiras em que a ciência moderna dividiu e encerrou a realidade".

No paradigma emergente o conhecimento é indiviso e a sua fragmentação, disse Boaventura, não é disciplinar e sim temática: "os temas são galerias por onde os conhecimentos progredem ao encontro uns dos outros. Ao contrário do que sucede no paradigma atual, o conhecimento avança à medida que o seu objeto se amplia".

A lógica que preside qualquer avanço numa conjuntura epistemológica de ruptura entre modelos de conhecimento é, naturalmente, existencial e transgressora, nos disse Boaventura:

"como conhecimento sobre as condições de possibilidade da ação humana projetada no mundo, orienta-se pelos sinais da crise de um paradigma que se esgota, não sendo por eles determinada e procura configurar o paradigma emergente por meio de sínteses especulativas sobre um futuro que mal conhece porque apenas começa a ser percorrido".

Foi neste quadro que o debate sobre Núcleos Temáticos começou a ser travado e logrou as condições para responder, aqui na UnB, àquelas duas indagações iniciais.

E, se de alguma forma, reconheceu-se na proposta dos núcleos e na atitude e na promessa da interdisciplinaridade a projeção de uma carta cognitiva para um novo projeto de racionalidade científica, o desafio que se coloca para o movimento transdisciplinar, particularmente para o NEP que o concebe como ponte para a transição epistemológica e para a construção do futuro, é o de compreender, exprimir e tornar coletiva a experiência do saber assim produzido, como intervenção fora dos seus lugares naturais.

Este desafio foi interpretado, acolhido e reelaborado (Aguar, Roberto A. R. de, *A Crise da Advocacia no Brasil, Diagnósticos e perspectivas*, Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1991) para o debate interno do NEP.

A crise de paradigmas não é um problema que se cinge ao saber científico. Ela é uma crise de cosmovisão, uma crise existencial, uma crise de auto-imagem da humanidade.

A pureza científica de raiz kantiana já não tem mais lugar, pressionada por fenômenos evidentemente "impuros". A assepsia positivista é quebrada pelo sangue e a carne dos homens e pela fragmentação da ordem "certa".

As grandes categorias que fariam o pano de fundo seguro das reflexões contestatórias passam por profundas revisões: à história uma se opõem as formas da história; a razão iluminista é revisitada; o conceito de sociedade, sua estrutura e relação já não é o mesmo; a corporeidade escondida emerge com força inaugurando uma nova concretude; os poderes são desvendados não mais como antes, mas como relações; a ciência, muito mais que uma demonstração, se torna uma cartografia temática.

A interpenetração dos saberes já não se dá mais como um procedimento útil para as "zonas cinzentas" e limítrofes entre os saberes. Essa interpenetração é condição necessária para dar conta da constituição e compreensão dos fenômenos contemporâneos.

As classificações das ciências tendem a ir para os escaninhos dos museus. Nem a complexidade crescente e generalidade decrescente de Comte, nem a teleologia aristotélico-tomista, nem a cisão entre a natureza e cultura de Dilthey são critérios suficientes para dar alguma consistência às ciências, suas relações e limites.

As ciências humanas, em sua origem marcada por uma óptica fisicista dos fenômenos, conseguiram decolar no sentido de articular seus próprios modelos e epistemes. Mas é preciso lembrar que esse saudável movimento se deu em relação a uma concepção científica do século XIX, onde a ordem, a neutralidade, a lógica, a matemática e a experimentação eram seus suportes.

Atualmente, as ainda denominadas ciências naturais, espicadas pelos desafios do infinitamente grande e do infinitamente pequeno, urdem ousadas soluções epistêmicas e conceituais

(até porque toda epistemologia é uma ontologia), que sacodem os conceitos de tempo, espaço, matéria, energia, determinação, condição necessária, sensações, percepções, e atingem as relações do homem com a natureza.

A ciência dominante e o conceito ocidental de ser humano e sociedade emergiram de um saber que teve de proceder várias rupturas, como, dentre outras, a com o cosmos. O homem passou a *ser social*, um ser histórico de um lado e um ser *físico-biológico* de outro, perdeu sua inteireza até mesmo por um imperativo metodológico. As denominadas ciências naturais relocalam-no como um ser da natureza, imerso num cosmos onde as contradições, as diferenças, as indeterminações e os acontecimentos são manifestações talvez de ordens não conhecidas, que só poderão ser desveladas por uma cartografia temática que entrelaçará temas, compreensões e métodos, estabelecendo novas articulações que não só utilizam da identidade, da contradição, mas da metáfora, da analogia, para construir outros patamares fenomenológicos.

Desse processo surge algo fundamental: a riqueza do ser humano, que pertence a vários níveis de fenômenos e que pode se construir e perfazer por sua conduta a trajetória coletiva e pessoal.

A partir dessa conclusão pode se dizer que a questão ética é recolocada e o problema do saber, da ciência e da multidisciplinaridade passa pela questão da dignidade, da justiça e da "bondade" humanas e resvala a dimensão estética da criação, do estranhamento e da beleza.

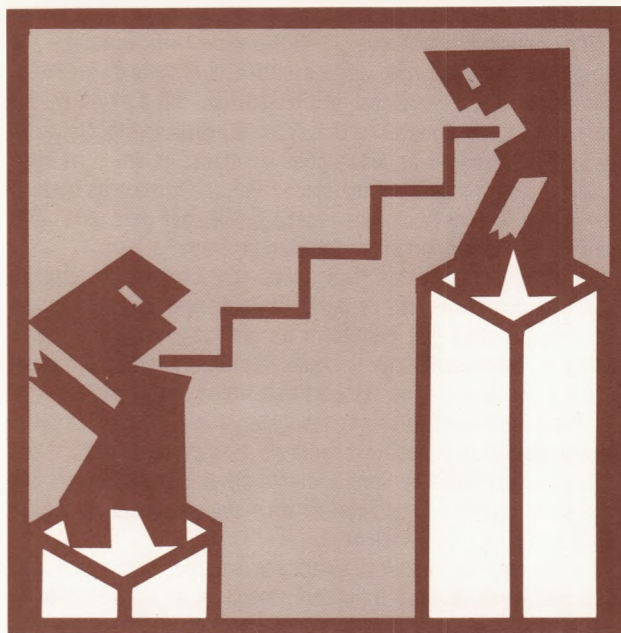
Partindo destas premissas Alayde Sant'Anna propõe a inserção desta problemática na linha de debate sobre a chamada ciência pós-moderna e sugere objetivos para o NEP, em linha de direcionamento para a sua prática e para respostas aos problemas postos na discussão atual que mobiliza o CEAM.

Para ela ("Cidadania Transgressora e Pós-Modernidade", Plano de Estudo aprovado no mestrado em ciência política, Rel-UnB), a pós-modernidade, entendida como uma perda de ilusões significativas, melancolia gerada pela crise de identidade, estilhaçamento das visões unívocas e consistentes do mundo, leva a uma prática que pretende constatar os caracteres ideológicos que a constituem, procurando indicar simultaneamente um foco de idéias que permitam compreender o valor positivo do magma de significações sociais em nível das motivações temáticas que organizam o NEP.

Em outras palavras, o tema da Paz e dos Direitos Humanos, vistos como práticas políticas e simbólicas, mobiliza o NEP em sua prática epistemológica que procurará construir um quadro de sintomas fundamentais que permite entender como a ordem simbólica da pós-modernidade pode produzir uma nova concepção de direito, de democracia, de cidadania, de paz e de direitos humanos.

José Geraldo de Sousa Júnior é coordenador do Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos e professor do Departamento de Direito.

Roberto A. R. de Aguiar é vice-coordenador do Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos e professor do Departamento de Ciência Política e procurador-geral da UnB.



OS NÚCLEOS TEMÁTICOS E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA

MARIA NOVAES PINTO

Os núcleos temáticos constituem um espaço social dentro da universidade brasileira, para ensaiar novas práticas na realização das funções de produção do conhecimento, ensino e extensão. Servem, portanto, para firmar a legitimidade de práticas plurais.

Esse espaço, de caráter multidisciplinar, surgiu como uma necessidade de desenvolvimento de projetos integrados, e de trocas de conhecimentos particulares e especializados para uma dada equifinalidade, apresentando uma visão globalizante dos problemas pela perspectiva interdisciplinar, que requer a existência de pelo menos dois ou mais modos disciplinares de conhecer a mesma realidade em busca de um terceiro modo de conhecer, que passará a orientar a atividade de um grupo; é, portanto, um complemento às atividades departamentais, que têm o caráter monodisciplinar ou unidisciplinar.

A multidisciplinaridade pode ser considerada na universidade brasileira como uma forma de organização acadêmica que, congregando membros de diferentes comunidades científicas, procura estabelecer a comunicação e/ou o confronto permanente entre portadores de modos de conhecer diferentes, com o objetivo de levar a efeito as funções tradicionais da universidade. Nesse sentido, a multidisciplinaridade deve ser compreendida como uma prática integrada por uma formação discursiva e uma comunidade.

~ Por sua vez a interdisciplinaridade, como característica de um paradigma emergente de conhecimento, opera na consciência das interações que toda atividade intelectual tem com a His-

tória e com os condicionamentos que lhe imprimem as contradições de cada estrutura social.

A abordagem interdisciplinar possibilita a interação entre as disciplinas e constitui-se em importante instrumento para a criatividade, resolvendo problemas dos mais simples até aqueles considerados insolúveis. O objetivo da equipe é o de formular novas questões e de conceber idéias originais, visando resolver problemas concretos.

Para além da disciplina, quantificação e especialização dos fenômenos que a experiência ordenada produz, a possibilidade de uma abordagem interdisciplinar busca refletir o real sem suprimir suas contradições, acentuando os ângulos de entrosamento, dos seus diferentes aspectos na totalidade.

O projeto de libertação da universidade brasileira, segundo Cristovam Buarque (1988), tem como principal objetivo retomar velocidade na formulação de idéias novas. A partir de novas perguntas, a universidade deverá ser levada outra vez, à vanguarda na geração de idéias de qualidade.

Um dos instrumentos utilizados para a realização desse projeto é a efetivação de núcleos temáticos porque, no atual momento, os departamentos não são suficientes para compor uma universidade que busque compromisso com os problemas da realidade. Cada um destes problemas só poder ser enfrentado a partir de uma visão multidisciplinar que, indo além das categorias específicas do conhecimento, abarque todas as nuances e desafios do entendimento de problemas temáticos (Buarque, 1988, p. 119).

A solução é a criação de uma estrutura de núcleos temáticos multidisciplinares que permita aos profissionais da universidade organizarem-se também por temas, além de serem partes de cada departamento, e atraírem a convivência de profissionais externos à universidade, na procura do entendimento e solução dos problemas. Desta forma comprometem o conhecimento com o avanço dos países menos desenvolvidos, ou seja, com a nossa realidade.

Os núcleos temáticos existentes na universidade brasileira apresentam características diversas, e, em virtude da abordagem interdisciplinar, encontram uma variada gama de barreiras já tradicionais que precisam e devem ser superadas. Na página 38 da Revista *Humanidades* nº 21, 1989, constam como principais barreiras as seguintes:

- a. conceitual e metodológica – cada especialista possui seus enfoques individuais, o que traz a reboque um certo nível de intransigência;
- b. educacional – lamentavelmente a especialização conduz ao raciocínio dicotômico, dentro de um mesmo entendimento;
- c. psicológica – quando um grupo multidisciplinar se reúne visando uma abordagem interdisciplinar, ocorre, durante os primeiros encontros, um processo adaptativo de adequação metodológica, polimento de arestas das diversas especializações e nivelamento de linguagem;
- d. inter ou intra-institucional – os problemas surgem nos dois níveis, considerando que os grupos multidisciplinares atuam com elementos de organizações diferentes; decorrem daí situações conflitantes sob vários aspectos, tais como posicionamentos, condutas, pontos de vista, etc. Nas universidades

a abordagem interdisciplinar encontra também dificuldades decorrentes da excessiva departamentalização.

Deste modo, a interdisciplinaridade apresenta-se como um desafio, tanto para as organizações como para os profissionais. Somente as instituições de ensino superior, responsáveis pela formação de recursos humanos, podem encontrar as soluções necessárias para a existência desse espaço. Mas justamente dentro dessas instituições encontram-se as origens e a manutenção daquelas barreiras.

OS NÚCLEOS TEMÁTICOS E A ABORDAGEM AMBIENTAL

A ciência tem demonstrado que existem conexões entre os constituintes da sociedade e os da natureza, e essas conexões constituem sistemas hierarquizados. Isto porque o meio ambiente é constituído da integração de fatores bióticos, abióticos e culturais, e a ele interessam várias áreas do conhecimento.

A interação entre o homem e seu ambiente biofísico constitui uma gama de problemas complexos e inter-relacionados, objeto do planejamento, que visa a utilização e a gestão dos recursos naturais para melhorar a qualidade de vida do homem.

O agravamento de impactos negativos sociais e ambientais, que têm sido constatados em vários países, é resultante do conhecimento econômico e demográfico, associado ao uso indiscriminado da tecnologia e à crescente demanda de produtos. Esses reflexos são visíveis na sociedade e têm propiciado uma conscientização dos poderes públicos sobre a importância de se considerar a dimensão ambiental no contexto do desenvolvimento.

Apesar do avanço na compreensão dos problemas ambientais e dos esforços de muitos países para desenvolverem meios técnicos e institucionais para lidar com eles, as ações desenvolvidas têm sido insuficientes para conter a degradação da qualidade ambiental e, em consequência, da vida do próprio homem.

Esta situação é, atualmente, alarmante, tanto em nível local, como em níveis nacional e internacional. As disparidades do desenvolvimento e das condições de vida entre os vários países e nos próprios países, a exemplo do Brasil, têm propiciado uma péssima e preocupante visão do futuro, considerando-se que a cada dia os problemas ambientais tornam-se especialmente diversos e complexos.



De uma maneira geral, os problemas ambientais resultam de situações sócio-econômicas e padrões de comportamento humano impróprios a exemplo da pobreza, do crescimento econômico desordenado e do desperdício de recursos naturais.

A abordagem interdisciplinar constitui-se em importante instrumento para a busca de soluções de problemas concretos, permitindo o entendimento integrado da questão ambiental.

O Simpósio Formas de Organização das Universidades Face aos Problemas Ambientais, realizado em Brasília, no mês de setembro de 1989, ratificou decisão tomada nos Seminários Sobre Universidade e Meio Ambiente e em vários outros eventos sobre a temática ambiental, que constitui uma das propostas daquele simpósio:

Cada universidade deverá buscar uma forma institucionalizada de organização multidisciplinar, para a criação de espaço específico para tratar da temática ambiental. Esse espaço poderá ter a forma de núcleo, associação, etc., cabendo a cada universidade estudar a melhor forma de criação, adaptando-o ao seu modelo institucional; deverá ter a participação de diversas unidades da universidade, podendo ter, temporariamente ou não, a participação popular através de líderes comunitários e de entidades ambientalistas.

Aquele seminário concluiu também que o tema Meio Ambiente deve ser de constante discussão, não só em nível de unidade de ensino, mas também e principalmente nos núcleos e centros universitários.

O Núcleo de Estudos Ambientais – NEA, administrativa e cientificamente vinculado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM, representa a mais nítida iniciativa concernente à questão ambiental no âmbito da Universidade de Brasília. Criado pelo ato da reitoria nº 486/86, de 30 de outubro de 1986, o NEA apresenta uma organização multidisciplinar com perspectiva interdisciplinar, aberta, podendo ter como membros professores, pesquisadores, técnicos, estudantes e funcionários relacionados com a temática ambiental. Membros externos à UnB poderão ser integrados às atividades de pesquisa na qualidade de pesquisador associado.

Basicamente, segue o NEA uma linha de atuação com o propósito de reunir pessoas e entidades públicas e privadas, para debater e desenvolver novas formas de ensino e aprofundar a pesquisa sobre a questão ambiental, a fim de que se estabele-

çam relações recíprocas, neste campo, entre a sociedade e a universidade.

Para alcançar seus objetivos, o NEA se propõe a:

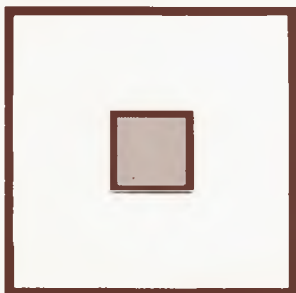
- fomentar e apoiar as atividades de pesquisa, ensino e extensão sobre o meio ambiente;
- desenvolver pesquisas interdisciplinares na área ambiental;
- congregar os grupos que, dentro da universidade, atuam em áreas do meio ambiente;
- promover, apoiar e participar de atividades e eventos relacionados ao meio ambiente;
- realizar documentação, divulgação e intercâmbio na área ambiental.

Durante esses seis anos de sua existência, o NEA promoveu várias atividades, como exemplo:

- apoio ao ensino: 1) oferta da disciplina meio ambiente, em caráter multidisciplinar, em módulo livre, para estudantes dos cursos de graduação da Universidade de Brasília; 2) oferta do curso de extensão universitária à distância intitulado “Educação, Município e Cidadania”, com apoio do Centro de Educação Aberta, Continuada à Distância da Universidade de Brasília, nas cidades de Corumbá de Goiás e de Pirenópolis, estado de Goiás, através de convênios assinados pela Fundação Universidade de Brasília e as prefeituras municipais daquelas localidades;
- apoio à pesquisa: 1) processos erosivos no Distrito Federal; 2) identificação de áreas críticas no Distrito Federal e seu entorno;
- simpósio: Formas de Organização das Universidades Face aos Problemas Ambientais, em 1989, que contou com 113 participantes. Cerca de 44 instituições estiveram representadas oficialmente, sendo 28 de ensino superior e 16 órgãos de financiamento de pesquisa, e outros ligados à temática ambiental;
- audiovisual sobre Erosão no Distrito Federal, para a Secretaria Extraordinária para Controle de Erosão do Governo do Distrito Federal;
- publicação em 1990 pela Editora Universidade de Brasília e Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, do livro intitulado *Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas*.

Referências Bibliográficas

- BUARQUE, Cristovam. UnB: Um projeto em processo. *Humanidades* nº 7, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 115-121, 1988.
- MAGALHÃES, Maria Isabel S. Multidisciplinaridade: uma questão de sentido e discurso. NELI/CEAM-UnB. Texto inédito.
- NEA/CEAM-UnB. Simpósio Formas de Organização das Universidades Face aos Problemas Ambientais. Brasília, setembro de 1989.
- NOVAES, Pinto, Maria. “Meio Ambiente e Interdisciplinaridade”. Revista *Humanidades*, nº 21, pp. 36-42, 1989.
- PAVIANI, Aldo. “Organização Regional e a Interdisciplinaridade. Desafio para os anos 90”. Geosul/Rev. do Dep. de Geociências. Florianópolis, ano IV(8), 1989: s 17-29.
- SOUZA, Júnior, José Geraldo de. Núcleos Temáticos. Boletim da UnB. Brasília, 4(97), 1989: s 17-29.
- SOUZA Júnior, José Geraldo de. CEAM, Núcleos e “Modos de Conhecer”. NEP/CEAM-UNB. Texto inédito.



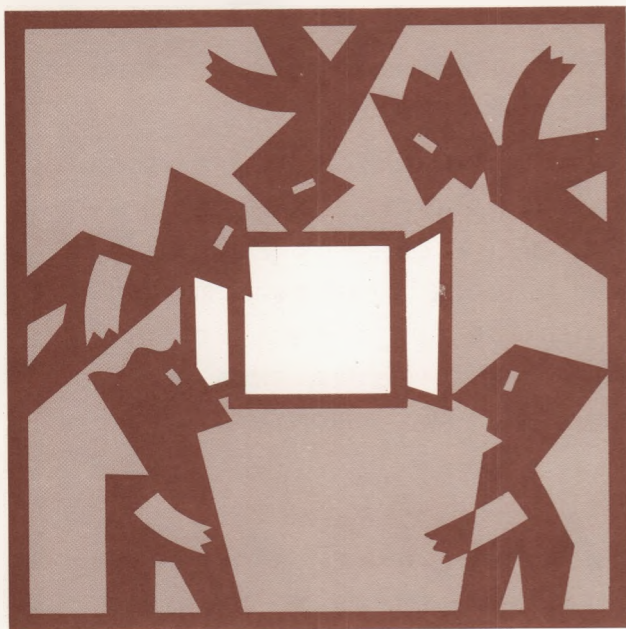
NOVOS TÍTULOS CONFIRMAM A ORIENTAÇÃO DA EDUNB EM PUBLICAR TEXTOS DE ALTA QUALIDADE

MITO E FILOSOFIA, DO PROFESSOR FERNANDO BASTOS, OFERECE UMA INTRODUÇÃO À OBRA DE EUDORO DE SOUSA, PENSADOR LUSO-BRASILEIRO QUE, POR MEIO DE SUA POÉTICA DO MITO, REINTERPRETOU O PERCURSO FILOSÓFICO DA TRADIÇÃO OCIDENTAL EUROPÉIA.

JÁ **A**RQUITETURA, CRIAÇÃO E NECESSIDADE, DE FRANK SVENSSON, PROPORCIONA ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA UMA CRÍTICA ESTÉTICA DA MANIPULAÇÃO DOS ESPAÇOS. A ARQUITETURA, DESTA MANEIRA, TRANSFORMA-SE EM UMA COMPREENSÃO DAS FORMAS ATRAVÉS DAS QUAIS VIVENCIAMOS O MUNDO.

COM **M**ESTRES DO JUAZEIRO, DO PROFESSOR JOÃO EVANGELISTA, ADENTRA-SE NA PROBLEMATIZAÇÃO DA CULTURA POPULAR. ESTA É INTERPRETADA EM SUA MULTIDISCIPLINARIDADE - PSICOLOGIA, SOCIOLOGIA, ANTROPOLOGIA - COMO RECURSO PARA SE RESGATAR SEUS VÁRIOS ASPECTOS E SENTIDOS. POR MEIO DA DESCRIÇÃO DA VIDA E OBRA DE ARTISTAS POPULARES, JOÃO EVANGELISTA RESGATA A MEMÓRIA SOCIAL DA COMUNIDADE DO JUAZEIRO.

E FINALMENTE, **P**ORTUGUÊS PARA DEFICIENTES AUDITIVOS DA PESQUISADORA MARLENE GOTTI, PROPORCIONA SUBSÍDIOS IMPORTANTES PARA OS ESPECIALISTAS DA ÁREA.



POLÍTICA SOCIAL: UM ESPAÇO PARA A INTERDISCIPLINARIDADE

POTYARA A. P. PEREIRA

Inicialmente, gostaríamos de fazer algumas qualificações sobre dois conceitos-chave que compõem o tema desta exposição: *política social e interdisciplinaridade*. Este comeditamento faz-se necessário devido às confusões de ordem epistemológica que ainda envolvem estes dois conceitos.

Começemos pela interdisciplinaridade, dado o seu escopo mais amplo e a sua índole paradigmática, para, depois, fixarmos na política social enquanto um espaço interdisciplinar.

A forma mais simples de caracterizar a interdisciplinaridade é contrapô-la ao conceito de disciplinaridade, conceito com o qual mantém, ao mesmo tempo, relação de antagonismo e de reciprocidade. Senão vejamos:

Disciplina significa domínio especializado do saber, domínio este que tende a ficar cada vez mais confinado a um recorte da realidade, na medida em que se amplia a cadeia de problemas objeto das ciências. Nesse sentido, cada ciência interrompe a cadeia de problemas no ponto em que julga dominar, perseguindo uma verdade particular ou doméstica¹ que, de antemão, renuncia a outras descobertas. Tal procedimento, embora propicie conhecimentos parciais, úteis à compreensão do todo, tem incentivado o isolamento intelectual, a fragmentação de objetos de estudo e o distanciamento do sujeito cognoscente do mundo real, que só é real, porque é a síntese – já dizia Marx – de múltiplas determinações. Portanto, a disciplina, ao se isolar no seu recorte ou no seu ponto de repouso arbitrário, deixa, por isto mesmo, de merecer o nome de ciência.

É em contraposição a essa tendência que a interdisciplinaridade se afirma. Afirma-se não como uma proposta de aniquilamento da especialização, já que esta é necessária, mas como um convite ou um alerta ao especialista para que ele se torne, também, sujeito da totalidade. Significa, portanto, procurar realizar a unidade, e não a mera articulação, entre diferentes disciplinas no interior de um projeto de interesse comum. Neste sentido, a interdisciplinaridade diferencia-se não só da disciplinaridade e da sua propensão individualista, mas também da multi ou da pluridisciplinaridade, que mais se assemelham com “justaposição disciplinar”. Assim, é comum nos encontros multi ou pluridisciplinares, prevalecerem reflexões paralelas entre especialistas que se comprazem em cultivar “ignorâncias recíprocas”² entre os seus respectivos saberes.

Interdisciplinaridade sugere, pois, relação de reciprocidade entre saberes distintos com vistas à recomposição da unidade segmentada do conhecimento, que só é verdadeiramente científico quando organicamente integrado.

Tal assertiva remete-nos à complexa questão epistemológica da existência ou não de espaços específicos ou singulares de conhecimento, que seriam do domínio exclusivo de disciplinas particulares. Embora reconhecendo a complexidade da questão e a incipiência do debate sobre a mesma, temos que admitir a existência de interfaces entre disciplinas, que permitem a integração de seus achados científicos, apesar de sua delimitação formal. E isto só é possível porque não existem territórios cativos do saber, mas espaços móveis cujas fronteiras se alteram e se expandem de acordo com o movimento do real e do vivido que não comporta segmentações. Assim, para que cada especialidade possa ser a representação confiável desse real e desse vivido tem que se abrir para o intercâmbio interdisciplinar.

É dentro da visão interdisciplinar que a política social é encadrada pelo NEPPOS. Para o NEPPOS não existe a política social da ciência política, da sociologia, da economia, do serviço social, assim como não existe a política social do Estado e a da sociedade.

Se partimos do pressuposto de que política social é um conjunto integrado de ações e decisões, que resulta da relação entre interesses contrários – os do capital e os do trabalho – fica claro que ela é a representação ou expressão objetivada desses interesses. Portanto, ela passa a ser objeto de diferentes disciplinas que, para apreendê-la em sua totalidade, têm que efetuar relações de reciprocidade.

Política social é, assim, um processo complexo que não se confunde com a sua aparência fenomênica de administração de benefícios e serviços essenciais. Para além das aparências, a política social tem a ver com a disputa entre atores diferenciados pela distribuição de recursos materiais e de poder e vincula-se às lutas pela extensão da cidadania e instauração da justiça social e da democracia. E isto requer a conjugação de diferentes aportes disciplinares.

Assim, o NEPPOS, de acordo com a filosofia do CEAM, pretende ser o elo de ligação entre os diferentes espaços de conhecimento e ação existentes nessa área, tendo em vista a sua mais ampla elucidação.

Isto implica superar um velho viés, ainda existente tanto na academia quanto na tecnocracia: o dualismo entre conhecimento e ação. Política social, para alguns *approaches*³, seria uma

atividade prescritiva que dispensaria maiores reflexões teóricas. Mas, o processo interdisciplinar, ao promover uma relação de auto-implicação também entre estes níveis, torna a política social um fato ao mesmo tempo pensado, planejado e colocado em prática sob o concurso da teoria, da ética, da política e da técnica de intervenção social.

É nesse sentido que o NEPPoS tem como objetivos:

- a) propiciar um espaço interdisciplinar e interinstitucional de reflexões e troca de experiência com vistas a permanente análise e crítica das políticas sociais, enfatizando o questionamento dos modelos oficialmente adotados dentro de uma visão de conjunto e de uma perspectiva teórico-prática;
- b) garantir o sentido político da produção científica do Núcleo, seja socializando essa produção, seja tentando influir no processo decisório das políticas sociais.

Mas, tais objetivos não são fáceis de serem alcançados. Vivemos em uma sociedade que ainda valoriza o seccionamento autônomo de campos de conhecimento e ação e, conseqüentemente, a esquizofrenia intelectual e operativa. Não é de se estranhar, pois, a recorrência, no âmbito de universidades, de órgãos de fomento à pesquisa e de instituições de planejamento e execução, de expressões como estas: "este campo é da disciplina X e não da Y"; ou, mais pateticamente: "estão invadindo o 'nosso' campo de conhecimento".

Isto nos coloca diante de sérios obstáculos à interdisciplinaridade, obstáculos que vão desde a construção epistemológica de campos "específicos" de saber que, com a sua linguagem hermética, não se comunicam com os demais, até a institucionalização e o cultivo subjetivo de práticas ditadas pela divisão intelectual do trabalho, que nada têm a ver com requerimentos científicos, mas, exclusivamente, com o jogo de poder. Assim, é comum depararmos-nos com "guetos intelectuais", que, protegidos pela linguagem incommunicável e pela posição de domínio que conseguiram galgar na divisão intelectual do trabalho, recusam-se a sair de sua auto-reificação e alargar os seus horizontes e os dos demais.

E se este é o desafio para áreas mais prestigiadas do saber, o é em grau mais elevado para a política social, que ainda não mereceu a devida tematização científica.

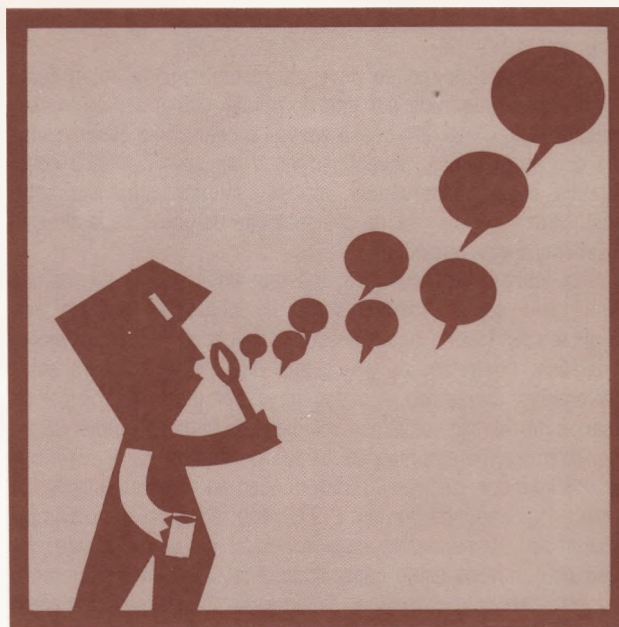
Potyara A. P. Pereira é Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Políticas Sociais – NEPPoS/CEAM/UnB.

Notas sobre o artigo

Versão revista, da comunicação apresentada no dia 2 de abril de 1991, como parte das atividades integradas do CEAM, na Segunda Semana Universitária da UnB. Colaboraram com sugestões e indicações bibliográficas Maria Odília A. R. Oliveira e Leda Del Caro Paiva, do NEPPoS.

Notas

1. GASSET, O ¿Que es conocimiento? Madrid. Rev. de Occiden.
2. Ver Hilton Japiassu, *Interdisciplinaridade e patologia do Saber*. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
3. Veja-se o *approach* da *social administration*, indevidamente traduzido por Marcos Coimbra como serviço social, no livro *Política social e combate à pobreza*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 1937.



PROBLEMATIZAÇÕES DO SENTIDO E DO DISCURSO NA UnB

MARIA IZABEL S. MAGALHÃES

A multidisciplinaridade vem sendo considerada "uma forma de organização acadêmica que, congregando membros de diferentes comunidades científicas, procura estabelecer a comunicação e/ou o confronto permanente entre portadores de modos de conhecer diferentes com o objetivo de levar a efeito as funções tradicionais da universidade." (Documento do NEPeM, p. 1). Multidisciplinaridade é um modo particular de fazer, mais do que conhecer ou pensar a realidade... não existe um modo de conhecer multidisciplinar e sim uma prática multidisciplinar" (ibid.: 1-1).

Nas considerações que farei aqui, tomo a segunda definição de multidisciplinaridade, acrescentando-lhe a dimensão do sentido e a percepção do processo discursivo. O sentido é estabelecido pelos sujeitos ao assumirem determinadas posições no interior de uma *formação discursiva*¹. A multidisciplinaridade é assim mais do que um confronto entre modos de conhecer diferentes, ela é, em nosso modo de ver, *uma prática que resulta da instauração de novos sentidos no discurso acadêmico*. Tais sentidos são novos em termos da combinação de enunciados e tipos de discurso já existentes com enunciados e/ou tipos de discurso emergentes nas diferentes comunidades científicas, em termos de determinadas *posições de sujeito*.

"A noção de 'prática discursiva' integra, pois, estes dois elementos: por um lado, a formação discursiva, por outro, o que chamaremos de *comunidade discursiva*, isto é, o grupo ou a organização de grupos no interior dos quais são produzidos, ge-

rados os textos que dependem da formação discursiva." (Maingueneau, 1989: 56).

A multidisciplinaridade deve ser compreendida então como uma prática integrada por uma formação discursiva e uma comunidade, o CEAM em nosso caso. Tal definição é desenvolvida no que se segue. Ao investigarmos o discurso científico como prática social, observamos, em seu interior, uma luta entre enunciados que resulta da desigualdade de poder na instituição acadêmica e na sociedade.

Na instituição acadêmica, existem posições de sujeito que funcionam como "mantenedoras do poder"/*power holders* (Fairclough, 1989). Determinados sujeitos, ao ocuparem essas posições, controlam os processos discursivos nas seguintes dimensões: *conteúdo* – o que deve ser dito; *relações* – os modos de relação social estabelecidos no discurso, observados, por exemplo, no emprego de formas de tratamento; e *sujeito* – a definição dos sujeitos a terem acesso ao discurso acadêmico (ibid.: 46). Segundo Bordieu (1976: 89), observa-se no *campo científico*: "O monopólio da *autoridade científica*, indissociavelmente definida como capacidade técnica e como poder social da *competência científica*, sendo essa última entendida como capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade) em matéria de ciência e que é socialmente atribuída a um agente determinado."

Existem, assim, campos disciplinares controlados que desenvolvem seus próprios sentidos. Note-se, porém, que a cada instância de enunciação ocorre uma apropriação ou reapropriação da linguagem, mesmo que seja para reproduzir sentidos ou discursos já existentes. Por exemplo, cada vez que produzimos um trabalho acadêmico representa uma instância enunciativa nova. Em cada uma dessas situações, pode reproduzir-se inteiramente o ritual de produção acadêmica, considerado nas dimensões conceitual, metodológica, lingüística e textual. Mas, à medida em que novas posições de sujeito são definidas e legitimadas, o que, em parte, vem se realizando no domínio da pesquisa qualitativa, será possível combinar os tipos de discurso em que os pesquisadores contribuem para a causa dos sujeitos pesquisadores ou para sua qualificação ao exercício da cidadania (Labov, 1982).

Com relação a esse ponto, no V Encontro Nacional da AN-POLL, defendi a proposta de *metodologia democrática*, na qual se atribui aos informantes o direito de partilhar de alguma forma do conhecimento gerado na pesquisa (Magalhães, 1990). Um dos resultados da metodologia democrática é o projeto "Conscientização Lingüística". Nesse trabalho, mostramos às mulheres que suas propostas de modificação nas leis e nos modos de pensar os gêneros na sociedade brasileira precisam ser claras, objetivas, veiculadas numa linguagem que não deixe dúvidas com relação a capacidades e que seja reconhecida pelos interlocutores. Tal linguagem está associada aos padrões de escrita. Uma das etapas desse projeto é a contribuição para a alfabetização de mulheres, como parte de sua conscientização lingüística.

A motivação teórica do projeto é o poder da língua escrita sobre a oral, reforçado pelo sistema social e reproduzido pelo sistema educacional num "processo invisível" (Kress, 1979). A luta das mulheres por um espaço social é política, mas nesta

luta a linguagem tem um papel crucial. O domínio da linguagem escrita representa um instrumental indispensável.

Finalmente, a proposta de metodologia democrática contém enunciados emergentes que se combinam com outros já em circulação no campo científico, exemplificando como o discurso multidisciplinar difere do discurso disciplinar.

Maria Isabel S. Magalhães é coordenadora do Núcleo de Estudos da Linguagem e Ideologia.

Notas

1. O conceito "formação discursiva", do filósofo francês Michel Foucault (1969: 153), é definido como: "um conjunto de regras anônimas, histórias, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiriam em uma época dada e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa". A formação discursiva está ligada a uma formação social, definida esta como um espaço social estruturado em tipos de prática. A formação discursiva é constituída de enunciados ou tipos de discursos relacionados. Os tipos de discurso se caracterizam por convenções próprias para a produção e interpretação da fala. A estruturação e reestruturação dos discursos numa formação discursiva dependem das relações de poder nos níveis institucional e social (Fairclough, 1989).

Referências Bibliográficas

- BORDIEU, Pierre. Le Champ scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. pp. 2-3, 1976.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Languages and power*. London, Longman, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris, Gallimard, 1969. (Ed. bras.) *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1986.)
- KRESS, Gunther. The social values of speech and writing. In: Fowler, Roger et. al. *Language and control*. London, Routledge and Kegan Paul, 1979, pp. 46-62.
- LABOV, William. Objectivity and commitment in linguistic science: the case of the black English trial in Ann Arbour. *Language in Society*, 11, 1982, pp. 165-201.
- MAGALHÃES, Maria Izabel S. Metodologia, contexto social e discurso: a relação com os informantes. V Encontro Nacional da AN-POLL. Recife, UFPE, 1990.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas-SP, Pontes; Ed. da UNICAMP, 1989.
- NEPeM, Para uma hermenêutica disciplinar: produção, ensino e extensões sobre mulher/gênero na UnB. Universidade de Brasília, 1991 (mimeo).





ENSAIO SOBRE A QUESTÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE

IVAN ROCHA

Desde o Atomismo dos gregos, até recentemente, verificou-se, progressivamente, uma tendência de fragmentação do “conhecimento científico”, reduzindo ou simplificando o diálogo das ciências com a realidade. Tal redução se dá pela escolha de paradigmas – modelos, objetos, métodos e linguagens – específicos de investigação. Este movimento tem gerado diferentes configurações ou recortes do conhecimento ao longo do tempo, dando origem às “disciplinas”. Entretanto, a progressiva complexidade e “verticalização” deste diálogo tem exigido a ampliação dos objetos de estudo, bem como a introdução de novas metodologias e linguagens, gerando uma “reação” no sentido da síntese e da “interdisciplinaridade”.

Neste sentido, é sintomática a expressão de Whitehead: “O método científico é abstratizante, isolador, em oposição à experiência envolvente total, emotiva, onde sujeito e objeto, intelecto e sensações se diluem para emergir na vivência global.”

Para viabilizar uma discussão a respeito deste assunto, torna-se necessário estabelecer, de início, o que se pode entender por disciplina. Pode-se entendê-la como um conjunto de conhecimentos apropriados por uma comunidade específica, isto é, por um grupo social particular que organiza as suas formas de ver e interagir com o mundo, segundo determinados paradigmas de diálogo com o real.

Já a interdisciplinaridade seria compreendida como um conjunto de objetos, de métodos e de conhecimentos, compartilhados por diferentes grupos científicos ou disciplinas. Neste sentido, seria entendida como a abordagem de objetos comuns de in-

vestigação, compartilhando-se, também, ao menos parcialmente, acervos de conhecimentos, métodos e linguagens pertinentes mas não-pertinentes a um cer conjunto de grupos e disciplinas. Assim, envolveria a formação de culturas científicas mais abrangentes que a soma das disciplinas isoladas.

Entretanto, cabe observar que a interdisciplinaridade não gera novos paradigmas, nem é incompatível com a verticalização (especialização), mas, ao contrário, depende do aprofundamento das diferentes disciplinas, bem como da reciprocidade e complementaridade entre elas. Os grupos interdisciplinares, como por exemplo as engenharias, a saúde, as ciências ambientais, as ciências sociais etc. diferenciam-se segundo os graus de comunhão de linguagens, métodos e de objetos de interesse. Há uma ampliação das áreas comuns entre esses domínios, segundo um vetor que aponta no sentido da especialidade para a interdisciplinaridade. Assim, no diálogo com objetos de interesse comuns, esta difere da multidisciplinaridade pela sinergia, isto é, pelos graus de reciprocidade e de complementaridade entre as diferentes disciplinas, onde o todo revela-se maior que a soma das partes.

Sem pretender conceituar o que venha a ser ciência, ou sobre o que são as ciências, mas adotando o ponto de vista sociológico, isto é, de assumi-las enquanto “aquilo” que os cientistas fazem e como o fazem, esta questão reduz-se ao estudo dos mecanismos de organização social e aos processos de produção do conhecimento. De qualquer modo, um dos imperativos éticos das ciências refere-se à certificação de validade do conhecimento enquanto científico, assegurada pelas comunidades de pares que são organizados por disciplinas e especialidades.

O movimento no sentido da abordagem de temas (objetos) que requerem o aporte simultâneo e coletivo de várias disciplinas (a interdisciplinaridade) tem gerado novas dificuldades e novas questões, dentre as quais podem ser destacadas as seguintes:

- a avaliação do conhecimento científico se dá pelo consenso dos pares. Os membros de equipes interdisciplinares, a menos que gerem novas disciplinas (robótica, ciências ambientais, gestão de território etc.), pertencem e continuam ligados às comunidades nas quais foram socializados e profissionalizados, praticando seus métodos e linguagens, que os identificam com suas disciplinas e categorias profissionais. A validação científica dos resultados de seus trabalhos continua dependendo da obtenção de consenso de seus pares. Entretanto, o afastamento em relação aos temas de interesse específico de suas disciplinas, determinados pelos respectivos paradigmas, gera dificuldades quanto à adequação do processo de reconhecimento e validação de seus trabalhos e publicação de seus resultados;
- a comunicação entre indivíduos pertencentes a diferentes grupos disciplinares e categorias profissionais torna-se difícil pela inexistência de linguagens comuns e pela impenetrabilidade de seus códigos específicos de transmissão de idéias. Somente a abordagem conjunta (em equipe) de um mesmo objeto de investigação pode gerar mecanismos adequados de comunicação interdisciplinar. A idéia de mobilização de indivíduos socializados em diferentes categorias, para resolver questões específicas (multidisciplinaridade), requer a enuncia-

ção prévia dos mesmos, o que somente se torna possível pela vivência conjunta de problemas concretos e pela reciprocidade entre as distintas abordagens (interdisciplinaridade). Por exemplo, não há como apresentar para os matemáticos as equações prontas que carecem de solução. A menos que estes participem de forma integrada da interação e diálogo com a realidade, os problemas não serão sequer enunciados.

Por outro lado, a consolidação do binômio ciência-tecnologia, como um dipolo, isto é, como algo que não dissocie o saber do saber-fazer organizado, tem exigido movimentos igualmente intensos, tanto no sentido da verticalização disciplinar, quanto em direção à interdisciplinaridade, para reorganizar o conhecimento de uma forma mais abrangente e, sobretudo, mais sintética.

Por exemplo, além da habilidade de “engenheirar”, isto é, da capacidade de utilização da tecnologia para a solução de problemas específicos, a interdisciplinaridade nas engenharias pode ser refletida pelo domínio comum de conhecimentos sobre energia, logística (informática, processos, cálculos etc.) e materiais, bem como pela utilização das linguagens das ciências, como: matemática, física, química, ciências da computação, desenho etc., compartilhadas por todas as suas especialidades. São exemplos notáveis na engenharia moderna o surgimento da telemática, opto-eletrônica, engenharia ambiental, robótica, mecânica, aviação etc., como atividades interdisciplinares.

A universidade parece ser o ambiente mais promissor e, ao mesmo tempo, o mais resistente, para a realização de atividades interdisciplinares. Do lado positivo, pelas possibilidades de organização coletiva e de agregação das competências disponíveis nas várias disciplinas para a abordagem de objetos de investigação de interesse comum. Do lado contrário, pelas razões expostas anteriormente e pela cristalização de suas tradições disciplinares, mais voltadas para a oferta genérica de conhecimentos sem vinculação com as demandas reais da sociedade e para o desenvolvimento de pesquisas segundo temas determinados pelas lógicas internas de cada disciplina. Sugere-se que este processo poderia se dar de forma mais natural, na medida do envolvimento da universidade com os problemas concretos da sociedade (não necessariamente de caráter imediatista) e pelo empreendimento de projetos que requeiram o concurso simultâneo de um conjunto variado de disciplinas. Os interesses de investigação em cada disciplina emergiriam do desenvolvimento de projetos concretos e, dificilmente, poderiam ser definidos aprioristicamente, mas resultariam da interação de equipes interdisciplinares com os seus objetos de pesquisa. Em condições de normalidade paradigmática, as questões passíveis de pesquisa científica, determinadas segundo as lógicas internas de cada disciplina, são claramente enunciadas e delimitadas, enquanto a abordagem de problemas concretos da vida real envolve uma dificuldade maior, qual seja, de exigência de esforços adicionais de formulação (enunciados), bem como do concurso simultâneo e interativo entre diferentes formas de tratá-los (disciplinas).

A organização exclusivamente departamental da maioria das universidades brasileiras tem contribuído para a progressiva verticalização do conhecimento, principalmente segundo as lógicas internas de cada disciplina técnico-científica ou profissional.

Estas se desenvolvem segundo seus paradigmas específicos, que estabelecem os temas válidos e passíveis de investigação e sobre os quais os conhecimentos são apropriados, produzidos e transmitidos. Esta organização, combinada com os sistemas de habilitação dos conselhos profissionais (CREA, CRM, etc.), intensifica as atitudes corporativas, na tentativa de garantir, não somente uma “reserva de domínio de trabalho profissional” mas, também, uma “propriedade” artificial sobre campos específicos do conhecimento. Os sindicatos e os conselhos profissionais tendem a lutar pela preservação e ampliação de espaços exclusivos de trabalho, onde o diploma “substitui” a experiência, as habilidades e as competências reais. Os processos de registro, habilitação e credenciamento para o exercício profissional são fundamentados em meras considerações burocráticas sobre os currículos formais estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação – CFE. Estas instâncias se revelam como os principais agentes de reação e conservadorismo, dificultando sobremaneira o desenvolvimento de iniciativas mais criativas de socialização e de exercício de atividades profissionais interdisciplinares. Obviamente, a estrutura predominantemente departamental das IES contribui para o fortalecimento das lógicas corporativas, dificultando a cooperação e reciprocidade entre diferentes disciplinas.

Ao contrário, a tendência em direção à interdisciplinaridade tem sido a tônica atual nos países desenvolvidos, conforme se pode verificar pelos registros explícitos nos documentos oficiais de suas políticas de educação, ciência e tecnologia, confirmando-a de forma inequívoca. Da retórica para a prática, medidas concretas têm sido adotadas, implicando em ponderáveis investimentos públicos para a organização de unidades e desenvolvimento de projetos interdisciplinares.

A revolução da informação e as rápidas transformações tecnológicas em curso em todo o mundo têm exigido das instituições universitárias uma revisão de suas organizações e de seus papéis sociais, principalmente em relação ao desenvolvimento de atividades interdisciplinares, educação continuada, implantação de parques tecnológicos e outras formas de interação mais íntimas com a sociedade.

No Brasil, a CPI do Ensino Superior – Comissão Parlamentar de Inquérito – recomenda fortemente, com tempestividade e propriedade, a urgência de uma profunda reorganização das universidades brasileiras. Por outro lado, os conselhos profissionais (engenharia e medicina) têm reconhecido a inadequação dos seus mecanismos de credenciamento para o exercício das respectivas habilitações.

Os problemas reais raramente se resumem ou se conformam às abordagens disciplinares ou multidisciplinares. A realidade não questiona o seu investigador, ou agente de transformação, a respeito de suas credenciais formais, nem em termos dos currículos ensinados, nem sobre a instituição que lhe conferiu um diploma universitário (único mecanismo de socialização e profissionalização). Simplesmente, o mundo real não se apresenta de forma a ser satisfatoriamente percebido, mesmo que parcial e temporariamente, pela agregação linear de conhecimentos compreendidos nas disciplinas específicas, nem se submete às credenciais profissionais. Obviamente, não se pretende negar a validade nem a necessidade do aprofundamento vertical dos conhecimentos científicos, mas apenas apontar para

o fato de que, uma abordagem mais horizontal e abrangente (interdisciplinar) de problemas reais se faz necessária, envolvendo a reciprocidade e a conjugação de diferentes campos técnico-científico-profissionais. Esta capacidade de tratamento interdisciplinar de problemas relevantes para a sociedade há que se refletir na organização das instituições de ensino superior. Aliás, esta é a própria razão de ser da universidade, em oposição às escolas isoladas de formação profissional. Entretanto, a organização departamental estática tem transformado muitas das universidades brasileiras em meros aglomerados de escolas isoladas. Além do mais, a expansão dos departamentos e suas lutas internas de poder resultam em fragmentações ainda maiores, pelos seus desmembramentos em outras unidades departamentais, segundo subespecialidades ou subcategorias profissionais, formando mais "feudos" que dificultam a organização de atividades interdisciplinares.

Algumas tentativas exemplares de uma maior interação com a sociedade e para o tratamento de questões interdisciplinares têm sido experimentadas com diferentes graus de sucesso no país, dentre as quais destacam-se as seguintes: a UFPb, no reitorado do prof. Lynaldo Cavalcanti (1976/1980); a UnB, no reitorado do prof. Cristovam Buarque (1986/1990), que organizou mais de quarenta núcleos interdisciplinares vinculados ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM); a Unicamp, que criou recentemente uma faculdade de extensão, demonstrando uma saudável flexibilidade institucional e disposição para uma maior interação com as forças de mercado e de atendimento às demandas sociais; e, mais recentemente, a Unittins (Universidade Estadual do Tocantins), que fundamentou a sua organização institucional em núcleos interdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão, na gestão do prof. Antonio Luiz Maia. Em implantação, há uma proposta de organização interdisciplinar na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) na gestão do prof. Cléber Mendes Silva.

Uma avaliação sumária destas experiências e intenções, criativas e inovadoras, permite identificar alguns fatores de sucesso, bem como de obstáculos que precisam ser superados para o pleno funcionamento de núcleos interdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão, dentre os quais podem ser apontados os seguintes:

- ter autonomia para firmar convênios e contratos de estudos, pesquisa e extensão, bem como de prestação de serviços;
- ter autonomia para contratar pessoal por serviços prestados, sem vinculação empregatícia com a universidade;
- funcionar como unidade orçamentária, sendo o seu chefe o ordenador de despesas dos recursos captados de fontes externas e dos respectivos orçamentos internos;
- poder lotar pessoal (docentes, técnicos e pesquisadores) tal como ocorre com os departamentos e outras unidades acadêmicas, em tempo integral ou parcial, contabilizando suas atividades nos núcleos para efeitos de composição de suas cargas horárias normais de trabalho;
- permitir a prestação de serviços de consultoria com remuneração adicional para os docentes/pesquisadores envolvidos, segundo regulamentação específica que contemple também a captação de recursos para a universidade e para os núcleos;

- recrutar (quando for o caso) docentes/pesquisadores de outras instituições para realização de programas de pós-doutoramento;
- permitir a realização normal de atividades de ensino, inclusive de graduação, pesquisa e pós-graduação, bem como de extensão e prestação de serviços.

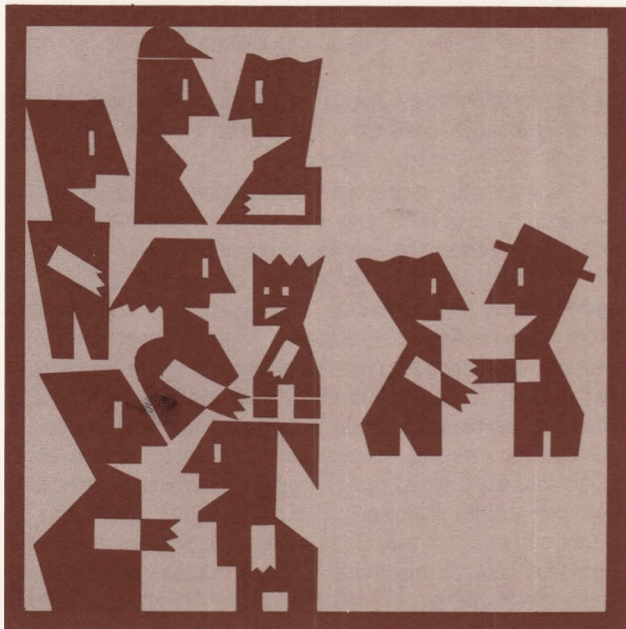
Dada a estrutura predominantemente departamental das universidades, sugere-se uma organização acadêmica matricial, com núcleos interdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão, na horizontal, e os departamentos existentes, na vertical. Deste modo, poder-se-ia equilibrar a especialização departamental com as atividades interdisciplinares. Entretanto, em princípio, os núcleos não teriam estabilidade temporal, mas seriam criados e extintos em função da demanda da sociedade e dos interesses estratégicos da universidade. A oferta de programas de ensino, pesquisa e extensão também deveria obedecer uma dinâmica mais flexível, podendo ser criados e modificados em função da competência técnico-científica disponível e da demanda dos setores público e privado. Os docentes/pesquisadores seriam recrutados prioritariamente em função de necessidades dos projetos e não apenas para dar cobertura a determinadas disciplinas dos cursos de graduação, como costuma ser o caso na maioria dos departamentos. Considera-se que a estrutura proposta não somente fortaleceria os papéis das pró-reitorias de ensino, pesquisa e extensão, mas também das diretorias de centros que cuidariam da coordenação destas atividades entre departamentos e núcleos. A flexibilidade administrativa e acadêmica dos núcleos também eliminaria boa parte dos problemas burocráticos, que têm sido normalmente contornados pela criação de fundações agregadas às universidades, sem que se resolvam os seus obstáculos estruturais internos.

Finalmente, cabe apontar a importância da realização de iniciativas criativas e inovadoras deste tipo por parte das instituições de prestígio em nível nacional, para que estas possam servir de referência enquanto modelos alternativos de organização e dinâmica das atividades acadêmicas no país.

Ivan Rocha trabalha no Núcleo de Política, Ciência e Tecnologia (NPCT) do CEAM.

Referências Bibliográficas

- OFFICE OF TECHNOLOGICAL ASSESSEMENT – OTA. *Federal Research Funding: decisions for a decade*. OTA/Washington 1990.
- ROCHA NETO, Ivan. *The brazilian technical and scientific basis on engineering*. Washington, John Hopkins University, 1989.
- PROJETO PNUD/BID/SCT. "Organização e Dinâmica do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia" (em fase final de preparação).
- PEREIRA, Potyara. *Política social: um espaço interdisciplinar?* CEAM/UnB, 1991.
- CAVALCANTI, Lynaldo e ROCHA NETO, Ivan. *Matriz de competência técnico-científica nacional* (em preparação na ABIPTI).
- UNITINS. "Projeto de Reestruturação da Universidade Estadual do Tocantins". Tocantins, 1991.
- UEMA. "Termos gerais de referência para elaboração do plano diretor da Universidade Estadual do Maranhão". São Luís, 1992.
- UFPb. Regulamentação e normas de funcionamento dos núcleos. Paraíba, 1978.



REORGANIZAÇÃO REGIONAL: DESAFIOS PARA OS ANOS 90

ALDO PAVIANI

Duas ordens de preocupações assaltam os que tentam desvendar as trilhas que deveremos percorrer nesta década: uma referente à instância espacial (regional) da organização do espaço, cujas redes urbanas se estruturam em função de investimentos externos, com as quais aumentam as demandas por informações; outra preocupação, de ordem metodológica (epistemológica), se prende a certas escalas da abordagem espacial, onde a complexidade passa a exigir enfoques interdisciplinares para se avançar cientificamente sobre o produto do trabalho social (a metropolização, por exemplo).

Entendemos que os anos 90 serão demarcados por uma retomada das problemáticas regionais, sobre as quais se demandarão sistemas de informações ágeis e eficientes para o equacionamento de políticas adequadas, esvaziando-se a importância dos chamados problemas "federais", centralizados. Nesta década, a ciência, a serviço da gestão democrática do espaço, deverá ser praticada coletivamente, em abordagens multi e interdisciplinares, face à magnitude dos desafios a enfrentar (Paviani, 1990a, 1990b).

Nesta contribuição, desejamos debater sobre a necessidade de se ter inventários específicos, na esfera regional, a respeito de certos processos espaciais, como os das correntes migratórias. Especulamos sobre a importância da informação a ser coletada regionalmente no sentido de dar substrato científico para a reorganização de subespaços (locais e regionais). Pretendemos, igualmente, ressaltar a necessidade do pensar inter e multidisciplinar para o avanço teórico e epistemológico do urbano-

regional, uma vez que informação e ciência estão cada vez mais presentes entre os que trabalham para uma construção mais justa do espaço.

PROBLEMAS LOCAIS, SOLUÇÕES FEDERAIS?

O centralismo a que se submeteu o País levou a curiosa homogeneização de problemas locais ou regionais à condição de problemas "federais". A União arrogou-se o direito de considerar como sendo "federais" muitos problemas da esfera regional ou local. Pode-se afirmar que, em cerca de trinta anos, tratou-se de homogeneizar o território brasileiro via federalização das políticas. Mas a federalização das ações esbarra na falta de adequados sistemas de informações, como, por exemplo, referentes às correntes migratórias.

Por isto, cada vez com maior frequência, ouvem-se demandas por estudos mais aprofundados a respeito das migrações internas¹. Os centros de pesquisa e as instituições recenseadoras, que levantam dados sobre a mobilidade da população, são instados a que reduzam os intervalos censitários ou que realizem amostragens mais frequentemente, captando as especificidades regionais e locais.

A procura por estatísticas confiáveis procede na medida em que informações e tecnologia, hoje, são essenciais para o avanço do conhecimento científico. Com isto, é clara a tendência de interligar a ciência e tecnologia à informação, com o que se terá possibilidade de promover o desenvolvimento regional, retirando o país do atraso em que se encontra.

O exemplo nos vem dos países desenvolvidos, os quais, numa primeira etapa, mapearam seus territórios, produziram levantamentos aerofotogramétricos ou de imagens de satélite como base para os bancos de dados. As imagens de satélite e as fotografias aéreas, cada vez mais sofisticadas, servem à montagem de sistemas de informação como repositórios imprescindíveis aos elaboradores de políticas públicas ou para o delineamento dos investimentos privados.

Este raciocínio vem a propósito da falta de dados recentes que se tem no Brasil para, por exemplo, analisar as correntes migratórias para o Distrito Federal. A falta de informações adequadas impede que se tenha resposta a uma série de indagações como: qual a intensidade do fluxo migratório para Brasília? Nos últimos dez anos, mudou o perfil do migrante e de sua família? Qual o grau de expulsão de certas áreas de origem do migrante? Tem havido modificações na alternância das etapas ou direção das migrações?²

Uma adequada amostragem poderá dar elementos para interpretação e resposta às questões acima arroladas. Elas, todavia, demandam urgência, uma vez que, a respeito de correntes migratórias, o vó é no escuro e sem instrumentos.

Por outro lado, a procura de respostas para as questões migratórias não deve apontar, apenas, na direção do IBGE, o qual, além dos censos decenais, possui o PNAD em algumas cidades importantes. Não se trata, portanto, de "mexer no time", mas de aumentar a capacidade de "ataque" à problemática dos fluxos populacionais, descentralizando e tornando mais ágil a coleta de dados junto às fontes. O que se aponta é um aumento dos que fazem amostras, por exemplo, na órbita regional e sub-

regional ou na esfera de municipalidades importantes, havidas, tradicionalmente, como receptores de imigrantes³.

Nas órbitas municipal e regional, respeitadas as peculiaridades geográficas, culturais e econômicas, deveriam ser alocados recursos para a realização de censos e amostragens frequentes, anuais ou bienais, com o que se captariam certas especificidades, reduzindo o gigantismo (federalismo) dos recenseamentos do IBGE. A sugestão, obviamente, e nem de leve, deseja esvaziar uma atribuição do IBGE. O que se deseja é o aperfeiçoamento e o aumento da rapidez dos mecanismos e instrumentos para a captura dos dados que, não coletados no tempo e lugar certos, estarão irremediavelmente perdidos. Uma nação que se quer soberana e moderna não pode jogar fora informações, hoje alicerces para a edificação de uma pátria mais justa para seus cidadãos. Aliás, no exercício da cidadania é que se aspira pela ampliação da capacidade de resolução de problemáticas regionais, no âmbito regional; as municipais, em sua esfera – cortando as atribuições exageradamente agigantadas do poder central, pois em escala meso ou sub-regional encontram-se instituições e intelectos com possibilidades e eficiência para o equacionamento de questões como as das migrações. A Constituição de 1988, justamente, aponta no sentido de ampliar as competências e atribuições dos estados e municípios⁴.

Acredita-se que estados e municípios, com maior sensibilidade no trato de suas respectivas populações, melhor equacionariam os enfoques para a problemática das correntes migratórias. Poderiam, inclusive, ver nos migrantes certas soluções como as do povoamento em fronteiras de recursos (Centro-Oeste e Amazônia, em especial). Mas, dependendo da intensidade do fluxo ou da intermitência do mesmo, algumas municipalidades e governos estaduais (Rondônia, por exemplo) se vêem a braços com uma gama de demandas que não podem implementar, por carência de recursos financeiros, técnicos e humanos. Sabe-se qual é o mal dos fluxos, no caso apontado, mas não a dose do remédio a administrar. Daí a importância da amostragem e do censo descentralizado e com realização mais frequente.

Veja-se o caso de Brasília. Há quantos anos não se tem uma amostragem sobre mobilidade da população? A rigor, não temos uma resposta para a questão de “quem sejam os imigrantes”. Seu ponto de convergência seria a habitação ou um lote? Estaria querendo morar na periferia, que se lhe oferece, ou preferiria a favela, mais central, mais próxima dos empregos?

Ao que tudo indica (e daí a necessidade de estudos mais acurados), a grande maré migratória é movida pela “luta-pela-sobrevivência”, isto é, migra-se para Brasília para trabalhar, na suposição lógica de que, quem trabalha, mesmo com “baixa renda”, deve ter um lugar para morar (de preferência junto aos canteiros de obras ou nos serviços auxiliares de ambulantes) (Paviani, 1990b).

No passado, a hipótese acima se confirmou em pesquisas que realizamos na UnB (Ferreira e Paviani, 1973). Resta saber, hoje, passados os anos pioneiros e com a possibilidade da oferta de postos de trabalho em declínio, quais as razões para o incremento dos fluxos migratórios. A questão da migração prende-se à oferta de lotes e/ou habitação, mesmo em periferia desequipada e distante? Há outros atrativos, na “pauta” do migrante? Estariam os migrantes sendo atraídos por capitais ou

cidades grandes não industriais, como Brasília, Goiânia? Em que medida as cidades industriais não apenas não atraem mais os migrantes, mas obriga-os a uma retomada da migração, expulsando-os?

Não temos receio algum em apontar a descentralização dos censos. Longe estamos de ter respostas a todas as questões levantadas, justamente porque os dados têm fontes que possuem agilidade, enquanto que o tratamento, mais aproximado, no âmbito das cidades polarizadas traria inúmeras vantagens, facilitando, inclusive, a ação dos que implementam serviços e infraestruturas na medida em que aumenta a demanda. Por isso, diz-se, sem informação, ao tempo e volume certos, a marcha do desenvolvimento se retarda (inatingindo-se a capacidade de reproduzir e de distribuir a riqueza socialmente gerada). Por este motivo, os anos 90 sinalizam na direção de se ter informações descentralizadas e passíveis de serem trabalhadas com maior rapidez e eficiência, de preferência por equipes inter ou multidisciplinares.

INTERDISCIPLINARIDADE: CONCEITO E NECESSIDADE

Se, no âmbito regional, reclama-se por acesso a informações para uma pretendida reorganização (social) do espaço, na órbita da produção do conhecimento científico, pensa-se na forma pela qual os dados devam ser trabalhados. A velocidade que se quer para sair da crise amplia o desafio para avanços teóricos e metodológicos. Do contrário cristaliza-se o subdesenvolvimento. A crise e o subdesenvolvimento afetam sobremaneira os campos disciplinares, exigindo-lhes novas bases e reavaliação epistemológica.

Mas, as novas bases científicas para enfrentar o atraso não devem apontar para a importação da “ciência pronta”. A propósito, há mais de vinte anos⁵, Myrdal afirmou que “por muito tempo, os homens de Estado e acadêmicos expressaram a esperança de que um nível de desenvolvimento mais rápido do conhecimento técnico e científico, nos países desenvolvidos, pudesse ser adaptado para elevar a produção nos subdesenvolvidos”. Mas, o próprio autor reconhece que “o conhecimento científico e tecnológico tem resultado em desvantagem para os países subdesenvolvidos” (Myrdal, 1970, p. 37).

A idéia vem a propósito de que, por muito tempo, em nosso País, o conhecimento científico e tecnológico esteve atrelado a “modelos”, “padrões” e “sistemas” gerados e difundidos no hemisfério norte desenvolvido. Com isto, pelos canais de difusão da inovação, os países subdesenvolvidos foram penetrados por estereótipos e idéias fixas, numa canhestra adaptação de teorias e clichês desconectados de suas realidades. Exemplos, neste aspecto, na área de conhecimento do urbanismo (e da urbanização), são os inumeráveis relatórios, projetos e pesquisas sobre áreas metropolitanas em que se deu privilégio a “sistemas de cidades”, ou se procedeu à aplicação da regra “tamanho-posição” e das teorias do “lugar central” e dos “pólos de crescimento”, todos na tentativa de reaplicar análises testadas na Europa e na América do Norte.

Considera-se desvantajosa a “adaptação” de modelos importados, não por xenofobia científica, mas porque ocuparam tempo e cérebros em demasia, em relação aos resultados con-

cretos em face da dinâmica urbana e aos processos sociais subjacentes à expansão urbana em nosso contexto. Em outras palavras, a reaplicação de "regras" e "sistemas" importados subtraiu intelectos dos desenvolvimentos próprios e apropriados às realidades urbanas e rurais dos países subdesenvolvidos.

Apesar do brilho (e do prestígio) que tais "modelos" possam dar aos seus seguidores, alguns autores, há mais de dez anos, realizam trabalho inovador na geração de conhecimento novo, a partir de novas posturas epistemológicas, teóricas e da prática do saber socializado, mas calcado em nossas realidades⁶. Entre estas tentativas de avançar, inovando, estão os trabalhos desenvolvidos por equipes inter e multidisciplinares em diversos centros de pesquisas.

O novo que desponta indica caminhos para a interação, para o relacionamento dos "saberes específicos e especializados"; a modernidade aponta para as metodologias inovadoras da inter e multidisciplinaridade. Mas, de que se trata? Segundo o dicionarista (Aurélio), a interdisciplinaridade trata do "comum a duas ou mais disciplinas ou ramos do conhecimento", enquanto que a multidisciplinaridade diz respeito ao que é "referente a, ou que abrange muitas disciplinas".

Pensamos que deveremos avançar, ampliando o significado destes dois conceitos, principalmente ao tratarmos da urbanização, do espaço urbano e do urbanismo. Assim, o espaço não será tratado inter ou multidisciplinarmente com a reunião de dois ou mais especialistas (disciplinares), apenas. Logicamente, além da reunião, a multi e interdisciplinaridade requerem uma postura para a "socialização dos saberes específicos". Uma tarefa ingente, talvez, mas necessária para entrar nos novos momentos paradigmáticos que se vislumbram.

No entender de Novaes Pinto, "a interdisciplinaridade... engloba um conjunto de disciplinas conexas a fim de elaborar uma axiomática comum, visando coordenar esforços realizados em vários níveis. Difere da monodisciplinaridade, que é a especialização isolada; igualmente difere da pluridisciplinaridade, que representa a justaposição de disciplinas, favorecendo as trocas e a cooperação, ou da transdisciplinaridade, que corresponde ao reagrupamento, em vários níveis, de todo um conjunto de disciplinas e de interdisciplinas a partir de um axioma geral, na tentativa de compreender os modelos e os limites do saber humano" (Novaes Pinto, 1989, p. 38).

Assim, a urbanização e o próprio espaço humanizado ganharão maior compreensão se forem abordados de forma interdisciplinar. Na postura interdisciplinar há trocas de conhecimentos particulares e especializados para uma dada equifinalidade, isto é, uma problemática (ou temática) é enfocada por diversos ramos do saber para ganhos em qualidade e profundidade. Com isto, supera-se a departamentalização estreita e vetusta, que, a nosso ver, é um dos componentes da própria crise pela qual passa a universidade.

Neste sentido, a unidisciplinaridade vai sendo superada, uma vez que, como aponta Buarque, "... no atual momento, os departamentos não são suficientes para compor uma universidade que busque compromisso com os problemas da realidade. Cada um destes problemas só pode ser enfrentado a partir de uma visão multidisciplinar que, indo além das categorias específicas do conhecimento, abarque todas as nuances e desafios do entendimento de problemas temáticos. A solução em execução é a

criação de uma estrutura de núcleos temáticos multidisciplinares que permita aos profissionais da universidade organizarem-se também por temas, além de serem partes de cada departamento; e atraírem a convivência de profissionais externos à universidade, na procura do entendimento e solução dos problemas". Por isto, segue Buarque, "nos momentos paradigmáticos, o compromisso com o *status quo* e o *establishment* é tolerado como parte de um projeto de libertação em andamento. Mas na crise não há lugar para o tradicionalismo" (Buarque, 1988, pp. 118 e 119).

Ainda nesta linha, e tentando precisar o conceito e a necessidade de se avançar, concordamos com Souza Júnior para quem "no paradigma emergente (interdisciplinar) o conhecimento é indiviso e a sua fragmentação, diz Boaventura, não é disciplinar e sim temática: os temas são galerias por onde os conhecimentos progredem ao encontro uns dos outros. Ao contrário do que acontece no paradigma atual, o conhecimento avança à medida que o seu objeto se amplia". Por este motivo, continua o mesmo autor, "se a interdisciplinaridade é a característica de um padrão de conhecimento que não se realiza na disciplina ou nas categorias de uma só ciência, ela também não se localiza. Ao contrário, amplia-se, confunde-se, transgride, projeta-se na fusão de estilos que compõem um movimento transdisciplinar de intervenção fora de seus lugares naturais. É, pois, uma atitude e uma promessa; uma construção da modernidade; uma ponte sobre o futuro" (Souza Júnior, 1989, p. 2).

Do exposto, não se deverá fazer a ilação de que a inter e a multidisciplinaridade, necessárias, para o entendimento dos processos espaciais, são a "vaga científica do momento", isto é, modismos. A "moda" é efêmera, portanto, fugaz. Não há momentos científicos consistentes, nem paradigmas, se os cientistas se pautarem por "modismos". Daí ser necessário avanço lento, calcado em reflexão e crítica mútua para que se contribua na direção de conhecimento novo. É tentativa que deverá ser renovada a cada instante do labor científico, sobretudo diante dos preconceitos, das incompreensões e da ojeriza ao novo e inovador.

Cada vez mais a ciência é imprescindível à tecnologia e vice-versa, numa inter-relação própria do "período técnico-científico" a que se refere Milton Santos: "esse período coincide com o desenvolvimento da ciência das técnicas, isto é, da tecnologia, e, desse modo, com a possibilidade de aplicar a ciência ao processo produtivo" (Santos, 1985, p. 37). Claro está que se aplica ciência ao processo de produção do espaço, sendo importante que os praticantes da ciência do espaço (os "espaçólogos", a que se referem Santos e Souza, 1986, p. 3), se deem conta de sua fragilidade, quando atuam isoladamente. Não há onisciência para a compreensão dos processos sócio-espaciais, sendo, por este motivo, desejável e necessário que se ampliem os horizontes de profissionais como sociólogos, geógrafos, historiadores, antropólogos, arquitetos/urbanistas e outros, quando no trato de questões espaciais. Os saberes especializados postos em relação, cérebro-a-cérebro, por dias, por meses, em experimentação constante, haverão de ultrapassar as dificuldades próprias dos trabalhos em equipe. Daí, cada um tratará não mais de sua visão particular (às vezes idiossincrática), mas elaborará conhecimento (com)juntamente aos demais membros do grupo temático.

Neste sentido, esperamos, a urbanização, o espaço urbano e o urbanismo serão entendidos. O trabalho coletivo será, então, direcionado para o entendimento dos processos espaciais, retirando-se o especialista da possível alienação ou "analfabetismo". Como referiu Corrêa da Silva, citando Lucia Goldman, quando, no desempenho de certas funções especializadas, cria-se elite bem preparada e analfabeta no sentido de estar despreparada para a crítica do conhecimento, para a crítica do que faz, para a crítica da utilização da tecnologia e da ciência" (Silva, 1988, p. 106).

É neste sentido que equipes interdisciplinares devem ser organizadas no enfrentamento dos desafios futuros. Assim, não haveria lugar para alguém que se auto-intitulasse "planejador"; esta figura seria substituída, com inúmeras vantagens por equipe entrosada, não-neutra e comprometida com os processos e problemáticas de nossa realidade sócio-espacial.

Isto vem a propósito das considerações introdutórias da obra *O espaço interdisciplinar* feitas por Santos e Souza. Nelas, salientam que "o espaço, enquanto presente, contém o futuro. E, quando se fala em futuro, a noção de totalidade se impõe e a esperança cede lugar ao ceticismo. Sem dúvida, há diferenças de óticas: para alguns, a reconstrução da totalidade, para torná-la outra, é a própria matéria do seu trabalho, mas nem precisam conhecê-la; para outros, nada poderá ser feito se, desde o começo, não for clara a noção do que é a totalidade. Assim, o conhecimento do espaço supõe um trabalho coletivo, no qual tomam parte diversos especialistas" (Santos e Souza, 1986, p. 2).

Há concordância, portanto, quanto à necessidade de novas práticas científicas. Resta dar um primeiro passo. Resta caminhar no sentido do entendimento. Não há saída para a crise senão criar outra, respaldada no sentimento de que um paradigma envelhecido será superado por outro, que acompanha a modernidade. Esta sinaliza no sentido da produção de novos saberes, sendo estes plenos de instabilidades em relação às abordagens ultrapassadas e individualistas. O desafio da ciência é caminhar com o tempo, é acompanhar a marcha da civilização e da História.

DESAFIOS PARA A INTERDISCIPLINARIDADE: À GUIA DE CONCLUSÃO

Linhas atrás indicamos algumas temáticas/problemáticas com apelo para a montagem de "laboratórios" do novo pensar científico. Apontamos igualmente a direção para ganhos específicos para algumas áreas do conhecimento sensíveis à modernidade. Caberia sugerir algumas categorias de análise para a *práxis*.

As temáticas sócio-econômicas espaciais se nos parecem acolhedoras para o trabalho interdisciplinar, tais como: a energia, que não deveria ser privilégio para as engenharias; a urbanização, que geógrafos por si sós não abarcam em sua complexidade; a pobreza (urbana e rural) que economistas e sociólogos têm se ocupado; o planejamento urbano, preocupação básica de arquitetos/urbanistas; movimentos sociais-urbanos, tão caros aos cientistas sociais; a educação, que permitiu portentosas faculdades de educação, mas não a erradicação do analfabetismo; a favela, uma estrutura urbana cada vez mais presente, sobre-

tudo em nossas metrópoles; a inflação e a recessão, que a tecnoburocracia e a especulação alimentam, etc. Estas e outras temáticas não comportam mais a unidisciplinaridade. São desafios cuja velocidade de evolução não comportam postergações. As ações concretas, necessárias, apontam na direção de um novo paradigma e estruturas acadêmicas ágeis e eficazes.

Há que se abrir novas avenidas para deixar fluir os fluxos de conhecimento necessários à resolução dos prementes anseios dos povos empobrecidos dos países subdesenvolvidos. Esta, uma tarefa de todos.

Aldo Paviani é professor do Departamento de Geografia e coordenador do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais/CEAM, Universidade de Brasília. Apoiado pelo CNPq.

Notas

1. Adaptado do artigo de nossa autoria "Ciência e Informação", publicado no *Jornal de Brasília* de 16 de fevereiro de 1990, p. 2.
2. Acredita-se que nenhuma cidade brasileira tenha amostragens sequenciais, que deem oportunidade a que se responda a todas as indagações deste artigo.
3. Já havíamos concluído este trabalho quando fomos informados das modificações a serem introduzidas pelo IBGE no PNAD, com incremento da acurácia dos conceitos e aperfeiçoamentos do questionário. Para os interessados na teorização sobre esta pesquisa, por amostra, indicamos o texto PNAD – *Anteprojeto de Revisão (módulo 1). A Questão Conceitual*. Rio de Janeiro, IBGE/DEREN, 1990, (mimeo).
4. Ver, na Constituição Federal de 1988 o título III, artigos 25 e seguintes e o título VI, especialmente o art. 155 e seguintes.
5. Com base em trabalho de nossa autoria "Urbanização e Interdisciplinaridade", submetido ao Seminário Natureza e Prioridades de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, FAU-USP, março/1990.
6. A este propósito, um marco importante é a obra de Milton Santos. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo, Huicitec, 1978.

Bibliografia

- BUARQUE, Cristovam (1988). Um projeto em processo. *Humanidades*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, V(17): pp. 115-121.
- FERREIRA, Ignez C. B. e PAVIANI, Aldo (1973). As correntes migratórias para o Distrito Federal. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 35(3): pp. 133-162.
- MYRDAL, Gunnar (1970). *Subdesenvolvimento*. Brasília, Coordenação-Editora de Brasília.
- NOVAES PINTO, Maria (1989). Meio ambiente e interdisciplinaridade. *Humanidades*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, VI(21): p. 36-42.
- PAVIANI, Aldo (1990a). Ciência e Informação. *Jornal de Brasília*, 16 de fevereiro de 1990.
- PAVIANI, Aldo (1990b). Perspectivas para as metrópoles regionais. Algumas considerações sobre migrações e lacunas de trabalho nos anos 90. Apresentado no seminário *Metropolização e Rede Urbana: Perspectivas dos anos 90*. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, abril, de 1990.
- SANTOS, Milton (1985). *Espaço & Método*. São Paulo, NOBEL.
- SANTOS, Milton e SOUZA, Maria Adélia A. (1986). *O Espaço Interdisciplinar*. São Paulo, NOBEL.
- SILVA, Armando Corrêa da (1988). A produção do conhecimento científico e tecnológico na crise da sociedade contemporânea. Florianópolis, GEOSUL, 3(6): pp. 105-112.
- SOUZA JÚNIOR, José Geraldo (1989). Núcleos Temáticos. Brasília, Boletim da UnB. 4(97): p. 2.



A PARAPSICOLOGIA E SUA RELAÇÃO COM OUTRAS DISCIPLINAS

JOSTON MIGUEL SILVA

A parapsicologia é uma ciência que angariou para si, no Brasil, a má vontade da comunidade científica por razões óbvias, embora injustificáveis à luz do bom senso. Essa nova disciplina busca dar respostas cientificamente aceitáveis aos fenômenos que diariamente ocorrem em nossa sociedade como curas milagrosas, telepatia, clarividência, experiência fora do corpo (OBE), sonhos premonitórios, efeitos físicos sobre metais, eletricidade e motores, materialização, parapirogenia, *poltergeist*, etc. Para isso, conta, no Brasil e no exterior, com mais de trinta centros de estudos em que os geradores do saber válido – estudiosos e cientistas acreditados – têm dispendido tempo, esforço e dinheiro.

Eis as razões do desprezo da parapsicologia, disciplina criada no Congresso de Utrecht, em 1953:

- Representantes do catolicismo – pe. Quevedo, Albino Aresi, etc. – ergueram a bandeira da parapsicologia como “arma científica” contra o espiritismo (Cf. A face oculta da mente, O homem total, etc.).
- Representantes do espiritismo – Jorge Andrea, Alberto Lira, etc. – usando a parapsicologia como “instrumento científico” em favor do mediunismo, única causa dos fenômenos paranormais. (Cf. Hipóteses científicas, Psicologia espiritual).
- Os dotados de alguma faculdade paranormal, vestindo a camisa da “ciência” para obter credibilidade para si e seus feitos,

gerando a parapsicologia apenas os estudos e não visa dar crédito a quem quer que seja.

Os representantes ortodoxos da comunidade científica, esquecidos de que o conhecimento é cumulativo e que a hegemonia deve sempre ser a dos fatos, fecham as portas às pesquisas sérias e às buscas honestas da compreensão dessa fenomenologia que faz parte do dia-a-dia de todos nós.

Vou deixar ao dr. Valter da Rosa Borges, promotor de justiça e professor de direito civil e do IPPP – Instituto Pernambucano de Pesquisas Psicobiofísicas – descrever as interfaces da Parapsicologia com as várias disciplinas, ilustrando a sua multidisciplinaridade, de trechos do livro *Parapsicologia: Um novo modelo*, que ele escreveu com o engenheiro dr. Ivo Cyro Caruso, reunindo trabalhos do dr. Ronaldo Dantas Lins Filgueira, matemático, José Renato Barros Silva e Ulisses Tavares e Melo Filho, assessores do IPPP.

RELAÇÕES ENTRE A PARAPSICOLOGIA E A BIOLOGIA

A *biologia* é a ciência que estuda os seres vivos, sua história evolutiva, seus mecanismos de transformações e seus processos adaptativos ao meio ambiente. O postulado básico dessa ciência é que a vida se originou da vida, permanecendo ainda, em aberto, a questão do que é a vida e qual a sua origem.

Certos fenômenos paranormais revelam que a mente humana, usando as energias orgânicas exteriorizadas, é capaz de criar formas viventes, conquanto momentâneas, produzindo uma réplica do corpo humano com todas as aparências de uma pessoa viva, com inteligência autônoma, ou, ainda, um simulacro biológico de corpos de animais.

Esses misteriosos fenômenos de *ideoplastia* ou materialização demonstram, cabalmente, que uma idéia pode objetivar-se, apresentando uma aparente atividade biológica, em que pese a transitoriedade e singularidade de sua existência. Comprovam, assim, que *a mente humana pode manipular a matéria viva, dissolvendo parte do organismo do médium sob forma de uma substância indiferenciada – o ectoplasma – e, com essa “argila psíquica” (na feliz expressão de Gustavo Geley), construir novas formas de vida, de duração efêmera. As criações ectoplásmicas fazem lembrar, por analogia, o processo da metamorfose, onde a cabine mediúnica se assemelha ao casulo, dentro da qual isolado e na escuridão, jaz o médium adormecido, em processo de desagregação de suas forças orgânicas.*

RELAÇÕES ENTRE A PARAPSICOLOGIA E A GENÉTICA

Os fenômenos de *memória extracerebral* sugerem uma íntima relação entre a genética e a parapsicologia.

A genética demonstra a milenar continuidade da informação através da infindável sucessão dos seres vivos. A informação, num permanente processo de transmissão de organismo a organismo, denominado de *hereditariedade*, parece-nos eterna, ao menos enquanto a matéria existir. Este complexo informacional ou código genético “reencarna” em cada novo organismo, no qual adquire identidade própria e experiências pessoais.

Podemos, assim, sob esse enfoque, classificar o homem como entidade informacional autoconsciente. Ele é, portanto, herdeiro de si mesmo em cada uma de suas "reencarnações", incorporando, a cada novo veículo biológico de existência, a síntese global de todas as suas vivências pretéritas.

Parece-nos, portanto, esdrúxula a hipótese de que a memória extracerebral seja a manifestação de um *gene recessivo especial*, o qual confere a cada indivíduo, potencialmente, a faculdade de se tornar herdeiro de todo patrimônio da humanidade.

A parapsicologia, assim, poderá contribuir para a compreensão de certos dilemas da genética e esta poderá subsidiá-la no esclarecimento de certas continuidades somáticas, interessando determinadas formações patológicas, com base na viciação originária do ADN.

RELAÇÕES ENTRE A PARAPSICOLOGIA E A ZOOLOGIA

As experiências telepáticas em cães, realizadas, na década de vinte por Vladimir Durov e Bechtere, proporcionam uma inevitável aproximação entre a parapsicologia e a zoologia, sugerindo também a existência de comunicação paranormal entre o homem e o animal.

O médium Olof Jonsson chegou mesmo a afirmar que podia controlar psiquicamente, embora nem sempre, os cães e os gatos.

Parece, assim, que certos animais também partilham com os homens dos direitos de cidadania de nosso universo psíquico.

RELAÇÕES ENTRE A PARAPSICOLOGIA E A BOTÂNICA

Cleve Backster, em 1966, descobriu, fortuitamente, que as plantas podem captar o pensamento humano e reagir segundo ele. Elas modificam sua atividade elétrica na presença de certas pessoas, como se "compreendessem" suas intenções, o que demonstra a existência de uma forma de interação psíquica entre o homem e o vegetal. Tal constatação evidencia um campo de interesse comum entre a parapsicologia e a botânica, desdortinando uma forma de interação sutil entre duas espécies tão distanciadas na escala evolutiva.

O dr. Marcel Vogel, à frente de uma equipe de pesquisadores norte-americanos, está, atualmente, empenhado em determinar a capacidade das plantas como agentes sensoriais em casos de doenças psicopatológicas, partindo da premissa de que

elas podem ser afetadas pelo campo bioelétrico do homem, revelando essa influência nos registros poligráficos. Sabe-se, empiricamente, que certas plantas, como o pinhão roxo e a *vas-sourinha*, atraem as influências malélicas que acometem algumas pessoas, causando-lhes indisposições e uma poderosa sensação de *adinamia*. São as famosas plantas de "descarre-go", tão comumente usadas nos famosos "banhos de descarga", para livrar a pessoa dos seus males espirituais.

Em 1947, o médico francês Paul Vasse e sua esposa Christiane realizaram experiências de aceleração germinal mediante concentração mental. Anos depois, em 1953, essa experiência foi repetida pelo médico inglês Richard da Silva.

Podemos, ousadamente, afirmar que as plantas refletem o tipo de relacionamento psíquico que mantêm com as pessoas que delas cuidam ou vivem próximas a elas.

Lutero Burbank "dialogava" com as plantas, tornando-as mais viçosas. Por esse processo, ele obteve o desenvolvimento de um cacto sem espinho.

O químico agrícola George Washington Carver também "conversava" com as plantas e as curava de suas enfermidades, cuidando delas como se fossem pessoas humanas.

RELAÇÕES ENTRE A PARAPSICOLOGIA E A FÍSICA

A parapsicologia propõe um território comum de investigação, pois certos fenômenos paranormais demonstram a existência de leis mais abrangentes, regendo as relações mente-matéria.

O homem, mesmo involuntariamente, quando dotado de uma extraordinária *aptidão de psi-kapa*, é capaz de movimentar objetos a distância, de fazê-los aparecer, desaparecer ou reaparecer em condições inexplicáveis, de obter a audição de vozes e músicas sem qualquer fonte conhecida, de deformar objetos metálicos ou influir no funcionamento de apetrechos mecânicos.

Além disso, em certas circunstâncias, algumas pessoas são, à sua revelia, elevadas do solo, passando a flutuar no espaço, fenômeno esse conhecido pelo nome de levitação.

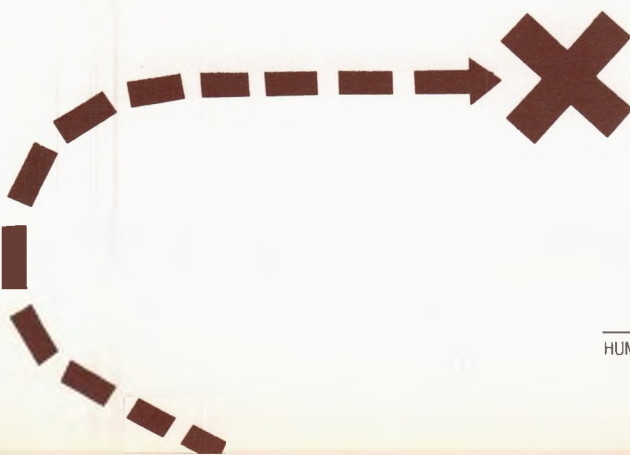
Outro fenômeno que, aparentemente, pode estar ligado à levitação e à telecinesia é aquele que consiste na variação de peso, observado em alguns médiuns e também em objetos, o que sugere uma alteração na massa dos corpos ou em sua relação gravitacional.

A telepatia sugere que a ação da mente humana não é afetada pelos parâmetros de tempo e de espaço, nem também é obstaculada por qualquer estrutura material ou campo eletromagnético. E a clarividência revela a capacidade de que somos dotados de percebermos muito além do campo visual e também de obstáculos materiais.

Prozada, portanto, a ação da mente sobre a matéria e a manifestação de fenômenos insólitos decorrentes dessa interação, é mister reconhecer que se estabelece um novo ramo especializado dentro da física — a física psíquica, a qual deverá ter por objeto a compreensão e o controle desses eventos.

RELAÇÕES ENTRE A PARAPSICOLOGIA E A QUÍMICA

Indiscutíveis também são as relações entre a parapsicologia e a Química.



Na presença de determinados médiuns ocorrem fenômenos de impressão de letras e palavras num papel em branco, ou de imagens em película fotográfica sem necessidade de estimulação luminosa e também de combustão espontânea de objetos, mesmo que eles sejam de matéria incombustível.

Vê-se, assim, que a mente humana tem o poder de desencadear fenômenos químicos, sem necessidade de utilizar qualquer reagente material, o que, de logo, sugere a possibilidade de se utilizar, em certas circunstâncias, a faculdade paranormal de um médium para provocar reações químicas especiais. Esta espécie de *catálise* – a que poderíamos chamar de *catálise psi* – é suscetível, portanto, de alterar a natureza e a propriedade dos corpos pela modificação de suas estruturas atômicas e moleculares.

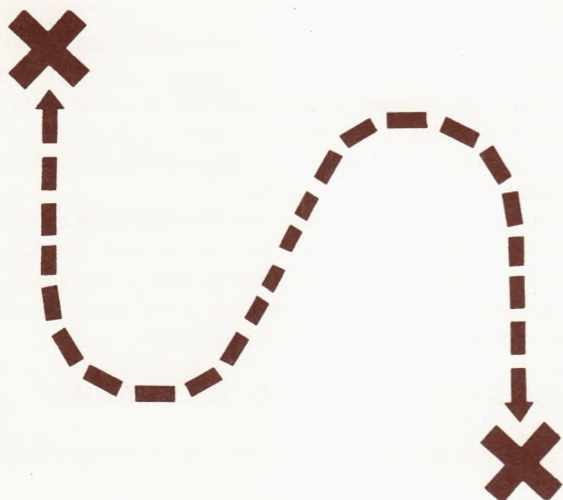
Tudo parece, assim, indicar que a mente humana é o Alquimista e a matéria o seu verdadeiro *atanor*.

RELAÇÕES DA PARAPSICOLOGIA COM A ELETRÔNICA

Quando em 1959, Friedrich Juergenson, casualmente, descobriu o fenômeno de gravação paranormal de vozes humanas em fita magnética, ampliou-se o conhecimento do poder do psiquismo humano sobre o mundo material. De logo, ficou evidente o relacionamento da parapsicologia com a eletrônica, face as interações, agora manifestas, entre o psiquismo e os campos magnéticos ou eletromagnéticos. Imaginou-se, então, a existência de um *campo psi* capaz de interagir com campos magnéticos, influenciando-se reciprocamente.

Em 1968, na Conferência de Parapsicologia, realizada em Moscou, foi criada a psicotrônica, estabelecida no *Manifesto Tcheco*. A psicotrônica reconhece que a consciência, a energia e a matéria estão intimamente interligadas, o que amplia a compreensão das potencialidades energéticas dos seres humanos, dos processos biológicos e da matéria em geral, conforme definição proposta no *II Congresso de Psicotrônica*, reunido, em 1975, em Monte Carlo, Mônaco.

A mesma importância que teve a eletricidade, no século passado, na pesquisa dos fenômenos paranormais, terá também – e talvez bem mais – a eletrônica em nosso século, oferecendo recursos mais seguros e sofisticados à instrumentação parapsicológica.



RELAÇÕES DA PARAPSICOLOGIA COM A GEOLOGIA

Foi William Denton que, em 1854, teve a idéia de utilizar a psicometria para investigações geológicas e históricas. Aliás, a Academia de Ciências da França, em 1913, reconheceu o valor da rabadomancia na prospecção de terrenos, com a finalidade de determinar a localização de jazidas e veios d'água. Na verdade, os bons rabadomantes apresentam um índice de acertos que recomenda a adoção desse procedimento paranormal como um confiável instrumento de pesquisa geológica e de custo financeiro mais baixo.

RELAÇÕES ENTRE A PARAPSICOLOGIA E A GEOGRAFIA

A constatação, até certo ponto empírica, de regiões favoráveis ou desfavoráveis às manifestações de fenômenos parapsicológicos, vem favorecendo a hipótese suscitada por alguns pesquisadores da possível existência de uma geografia paranormal.

O médium Horace Leaf chegou a observar modificações em suas faculdades, quando ele se encontrava em determinados locais.

Fatores climáticos, atmosféricos, a composição do solo, etc., parecem exercer significativa influência sobre a *psi*, alterando o seu rendimento ou até anulando a sua manifestação.

RELAÇÕES ENTRE A PARAPSICOLOGIA E A HISTÓRIA

A pesquisa parapsicológica pode fornecer valiosos subsídios ao historiador, eis que, por intermédio da psicometria, é possível a reconstituição de fatos controvertidos ou a descoberta de fatos desconhecidos, suscetíveis de modificar ou ampliar o conhecimento oficial de determinada época em qualquer região ou país.

A *retrocognição paranormal*, numa espécie de viagem no tempo, poderá desvendar facetas inéditas do conhecimento histórico, mediante a utilização da regressão hipnótica dirigida, ou, eventualmente, em casos de memória extracerebral.

Assim, é possível, com o concurso de médiuns bem treinados, visitar os séculos passados, reconstituindo o ambiente geográfico, social e cultural de determinados povos, reencontrando costumes e línguas mortas ou extintas em toda sua pureza e esplendor.

Em 1887, Fernando Colavida elaborava o método a que denominou de "regressão da memória". Atualmente, a psicóloga Helena Wambach vem realizando significativas experiências de regressão dos seus pacientes a *existências anteriores*, obtendo interessantes informações históricas sobre os séculos passados.

A psicografia também pode fornecer valiosos subsídios ao historiador, bastando lembrar os escritos mediúnicos de Geraldine Cummins, da Sra. Curran, de "Rosemary" e do nosso Francisco Cândido Xavier.

Finalmente, há indícios de que os acontecimentos ficam como que gravados em determinados ambientes, podendo, em certas circunstâncias, ser revividos por algumas pessoas, principalmente se se trata de cenas de intensa emoção ou violência.

RELAÇÕES ENTRE A PARAPSIKOLOGIA E A ANTROPOLOGIA

Há sugestivos indícios de que as manifestações paranormais são mais freqüentes entre as culturas mais primitivas. O homem, dito civilizado, parece ter sufocado essa atividade do inconsciente, pela adoção de uma atitude permanentemente crítica, analítica e racional.

O antropólogo australiano Ronald Rose constatou a altíssima incidência de fenômenos paranormais em povos primitivos, onde a telepatia chega a ser uma forma de comunicação bastante utilizada entre pessoas que estão distantes.

Já em 1966, o parapsicólogo holandês dr. W. H. C. Tenhaeff observou que a personalidade das pessoas dotadas de poderes *psi* está muito mais próxima da criança e do homem primitivo do que dos homens cultos e de forte personalidade.

RELAÇÕES ENTRE A PARAPSIKOLOGIA E A SOCIOLOGIA

Parece evidente que os indivíduos de um determinado grupo ou classe social não estabelecem relações recíprocas apenas em nível consciente. Todos estão imersos numa espécie de oceano psíquico comum, onde cada qual, em particular, manifesta as tendências e inclinações mais profundas do seu agrupamento. O grupo é, na verdade, um sistema altamente complexo de interações manifestas e latentes, visíveis e invisíveis, afetando a vida particular de cada indivíduo. Todos vivem uma espécie de hipnose cultural, em padrões seletivos de percepção, e, assim, é possível apreender a realidade profunda de um determinado grupo social pela prospecção paranormal de qualquer dos seus membros, principalmente daqueles mais receptivos.

É possível que a abordagem parapsicológica de um dado fenômeno social possa contribuir para esclarecer melhor a conduta das pessoas e o comportamento das lideranças. Pode-se, então, questionar até que ponto o carisma do líder influi sobre a orientação comunitária ou, se ao contrário, ele foi um porta-voz, um instrumento dos ideais e necessidades mais profundas da sua comunidade. É difícil, na prática, estabelecer fronteiras definidas entre o social, o psicológico e o parapsicológico na determinação casuística de um acontecimento histórico específico.

Não foi sem razão, portanto, que Jan Ehrenwald admitiu que a telepatia é “um fator mais ou menos autônomo, ainda que sutil, responsável pela formação de grupo”. Na verdade, a pesquisa parapsicológica tem demonstrado o poder que uma mente pode exercer tiranicamente sobre as outras.

RELAÇÃO ENTRE A PARAPSIKOLOGIA E O DIREITO

Toda a estrutura ontológica do direito se fundamenta no primado da vontade em consonância operativa com o fato, a norma e o valor.

O ato jurídico tem a sua gênese no nível consciente da personalidade humana, pois, objetivando a segurança das relações sociais protegidas pela lei, o direito presume que a vontade é livre — embora, casuisticamente, se admita prova em contrário — e, portanto, capaz de gerar ações e de responder por suas conseqüências.

Parece, assim, à primeira vista, inexistir qualquer possível relação entre a parapsicologia e o direito, visto que os fenômenos paranormais se originam do inconsciente, cuja ação se situa fora da jurisdição da norma jurídica.

É justamente no conhecimento da atividade paranormal, influido poderosamente sobre a vontade, admitida, em princípio, como autônoma em cada ação praticada no universo jurídico, que reside o mais importante relacionamento entre o jurista e o parapsicólogo.

Todo o direito civil subordina a eficácia dos atos jurídicos ao livre exercício da vontade. Se essa vontade foi viciada, o ato jurídico é anulável.

Ora, a parapsicologia demonstrou, cabalmente, a realidade da telepatia. E ainda mais: da sugestão mental. Assim, em certas circunstâncias, uma mente pode influir sobre a outra, dominando-a e impondo-lhe a sua vontade. Médiums como Wolf Messing e Olof Jonsson demonstraram seu poder telepático de dominação sobre as pessoas. Se o legislador, um dia, reconhecer a dominação telepática como um vício da vontade, terá a árdua tarefa de estabelecer os critérios para o reconhecimento dessa nulidade.

RELAÇÕES ENTRE A PARAPSIKOLOGIA E A EDUCAÇÃO

Sabe-se que o processo educativo e pedagógico, até o presente, apenas se desenvolveu no patamar da nossa consciência. Todavia, é consenso geral que toda a atividade criativa se origina das profundezas do nosso inconsciente.

Os fenômenos paranormais têm demonstrado, fartamente, a admirável versatilidade do psiquismo humano, principalmente quando funciona sem o controle seletivo do nosso estado de vigília.

O aprendizado verdadeiro é aquele que afeta o homem em todos os níveis do seu ser e não apenas em determinados aspectos particulares e estritamente pragmáticos.

A educação, em seu sentido mais amplo, é uma atividade global, demonstrando que a comunicação entre as pessoas se processa também, muito além dos veículos convencionais da linguagem. Estamos em comunhão psíquica permanente muito mais do que imaginamos, principalmente com aqueles que fazem parte do nosso universo afetivo. A parapsicologia poderá auxiliar, neste mister, o educador demonstrando até que ponto nós educamos telepaticamente os nossos filhos.

RELAÇÕES ENTRE A PARAPSIKOLOGIA E A FILOLOGIA

Indiscutivelmente, os fenômenos de senoglossia poderão subsidiar a pesquisa filológica no estudo de idiomas mortos ou extintos, não só em relação à sua grafia, mas também quanto à sua fonética.

Mediante a técnica de regressão da memória, o médium, induzido a realizar uma hipotética viagem no tempo, poderá falar ou escrever em idioma utilizado em determinado século e determinada região. Os famosos casos de “Lady Nonna” e de “Simandini” autorizam a possibilidade de êxito dessa experiência.

RELAÇÕES ENTRE A PARAPSICOLOGIA E A PSICOLOGIA

A parapsicologia e a psicologia são, na verdade, irmãs gêmeas. Ambas estão empenhadas na compreensão, cada vez maior, do psiquismo humano. Diferem, porém, quanto ao seu campo de pesquisa e de procedimento metodológico em relação aos fenômenos que estudam.

A parapsicologia estuda as manifestações incomuns da mente humana, como a telepatia, a clarividência, a precognição, a projeção da consciência e a memória extracerebral.

A psicologia estuda os fenômenos ordinários do psiquismo do homem normal.

Ambas desenvolvem também uma atividade terapêutica com o propósito de devolver o equilíbrio psicológico e emocional das pessoas normais, transitoriamente perturbadas.

A psicologia trata dos desajustes existenciais das pessoas psicologicamente sadias.

A parapsicologia orienta as pessoas perturbadas pelas manifestações de sua faculdade paranormal, conscientizando-as a conviver com a sua paranormalidade e fornecendo-lhes os meios adequados para o controle da mesma.

Resumindo, podemos dizer que a psicologia trata das pessoas normais e a parapsicologia das pessoas paranormais.

RELAÇÕES ENTRE A PARAPSICOLOGIA E A PSICANÁLISE

A parapsicologia e a psicanálise também se encontram intimamente relacionadas, dada a familiaridade de ambas com os problemas do inconsciente.

Jan Ehrenwald já suscitava a influência da telepatia nas relações interpessoais, como também em determinadas situações psicoanalíticas. Principalmente no relacionamento familiar pode-se observar uma interação telepática profunda entre marido e mulher e entre pais e filhos.

J. L. Moreno e seus colaboradores fizeram observações sugestivas sobre as interações telepáticas nas terapias de grupo e Pederson-Krag escreveu um interessante trabalho acerca da telepatia e da repressão.

Possivelmente certos fenômenos paranormais podem ser melhor compreendidos à luz de interpretações psicanalíticas, notadamente os que envolvem relações parentais.

RELAÇÕES ENTRE A PARAPSICOLOGIA E A PSIQUIATRIA

O relacionamento existente entre a parapsicologia e a psiquiatria se refere à imperiosa necessidade de distinção entre uma manifestação paranormal e um acontecimento psicopatológico.

O psiquiatra trata de pacientes portadores de doença mental.

O parapsicólogo esclarece pessoas portadoras de faculdade paranormal.

O médium, portanto, não é um psicopata, embora um psicopata possa ser médium. Daí, a necessidade de uma aproximação entre o parapsicólogo e o psiquiatra com a finalidade de aprimorar os critérios diferenciais para distinguir, em cada caso concreto, uma manifestação psicopatológica, notadamente nos

fenômenos de personalidade secundária, os quais não devem ser confundidos com os surtos de esquizofrenia ou paranóia.

RELAÇÕES ENTRE A PARAPSICOLOGIA E A FILOSOFIA

As relações entre a parapsicologia e a filosofia são profundamente enriquecedoras, possibilitando um maior aprofundamento dos temas fundamentais da existência humana.

Os fenômenos de precognição reacendem a velha polêmica do determinismo x livre arbítrio.

A telepatia e a clarividência suscitam a necessidade de um novo posicionamento sobre o conceito de individualidade e das relações do homem com o universo material.

Por outro lado, a ação da mente sobre a matéria exige uma ampliação do relacionamento mente-matéria, em favor da visão monística do universo.

RELAÇÕES ENTRE A PARAPSICOLOGIA E A RELIGIÃO

De todas as ciências, a parapsicologia é a que mantém mais estreitas relações com a religião. A pesquisa parapsicológica recoloca, em nova abordagem, o problema da sobrevivência, o qual passa também a ser matéria de especulação científica.

J. B. Rhine já admitira que "a prova de ESP seria mais do que suficiente para estabelecer a hipótese da sobrevivência sobre bases lógicas.² E acrescenta: "Podemos dizer que a pesquisa de ESP faz diretamente surgir a questão do lugar da personalidade no sistema espaço-tempo, oferecendo positiva indicação a favor da sobrevivência. Se não tivesse havido nunca formulação anterior do problema da sobrevivência, ele teria surgido da pesquisa ESP".

Rhine entende que "correto é dizer que a investigação da hipótese da sobrevivência e da comunicação dos espíritos seria investigação parapsicológica".³

Alguns cientistas procuraram abordar o problema da sobrevivência de maneira mais concreta e objetiva. Thomas Alva Edison, em 1920, concebeu um aparelho para estabelecer comunicação com os mortos. E, em 1930, Oliver Lodge previu invenção de uma máquina eletrônica para tornar possível essa comunicação. Recentemente, um engenheiro, dr. George Meek, informou que obteve a primeira comunicação com os mortos, utilizando um aparelho que denominou de "Spiricom", o qual consiste num conjunto de dois sistemas eletrônicos: um aparelho gerador de sinais em *megahertz* e um receptor acoplado a uma antena, que recebe os sinais, depois amplificados.

RELAÇÕES ENTRE A PARAPSICOLOGIA E A TECNOLOGIA

A tecnologia é a aplicação prática do conhecimento científico. A parapsicologia, portanto, pode também desenvolver sua própria tecnologia — a tecnologia psi —, mediante a utilização das faculdades paranormais para finalidades pragmáticas. Permitimo-nos sugerir algumas atividades técnicas que poderão ser desenvolvidas por médiuns que possuam relativo controle sobre suas faculdades.

1) Utilização da precognição como instrumento de prospecção cognitiva do futuro, aliado ao conjunto das previsões de na-

tureza estritamente racionais, ampliando, assim, o conhecimento de acontecimentos possíveis ou prováveis e interessando, notadamente, o mundo da política e dos negócios, o que permitirá a adoção de medidas de mais largo alcance e efetividade para o controle dos fatos. Basta lembrar que, em 1967, o dr. J. C. Barker, psiquiatra, fundou, em Londres, o British Premonitions Bureau, o primeiro centro receptor de avisos sobre pessoas e comunidades ameaçadas.

2) Utilização da clarividência para a descoberta de pessoas desaparecidas e elucidação de crimes misteriosos, assim como para a observação de acontecimentos, a distância. Em 1919, os tchecos empregaram, com êxito, a clarividência na luta contra os húngaros. O mesmo fez a notável médium Stepan Ossowiek, na Segunda Guerra Mundial, na defesa de seu país, a Polônia, contra a Alemanha, tendo sido, em 1940, trucidado pelos nazistas. Os militares tchecos, em 1925, publicaram um manual sobre PES, para o exército, intitulado "Clarividência, Hipnotismo e Magnetismo", de autoria de Karel Hejbalik.

3) Utilização da clarividência psicométrica para as pesquisas históricas, geológicas, arqueológicas e paleontológicas.

4) Utilização da clarividência endoscópica como sucedâneo, em circunstâncias especiais, do raio X, da tomografia e ultrasonografia.

5) Utilização da projeção da consciência para observação de situações especiais, onde não seja possível ou recomendável a presença física de observador humano.

6) Utilização da telepatia para comunicações de emergência, quando impossível o emprego dos veículos tradicionais de comunicação. A experiência telepática realizada pelo astronauta Edgar Michel, na cápsula espacial Apolo XIV, e o médium sueco Olof Jonsson, justifica, plenamente, essa expectativa.

7) Utilização da telepatia nas dificuldades eventuais de tradução interlingüística. O médium Dada-shev demonstrou, em 1973, que a telepatia pode romper a barreira idiomática que se para as pessoas.

8) Utilização da telergia sob supervisão médica, no tratamento convencional, como eventual auxiliar terapêutico.

9) Utilização da telergia como recurso tecnológico complementar de ação sobre o universo material, com o emprego de extensões telérgicas ou ectoplásmicas na substituição eventual de autômatos, ou em situações especiais de emergência, para a manipulação de objetos e acionamento de mecanismos a distância.

10) Utilização da telergia na agricultura, como sucedâneo de fertilizantes artificiais, para acelerar o processo germinativo e assegurar o êxito das safras.

11) Utilização da faculdade de psi-kapa para produzir a combustão de materiais de qualquer natureza, ou provocar reações químicas especiais, fazer funcionar ou parar sistemas mecânicos, promover o transporte de objetos de um local para outro, seja através do nosso espaço tridimensional, seja através do que se convencionou chamar de hiperespaço e outras tantas atividades que a experimentação parapsicológica possa demonstrar possíveis.

CONCLUSÃO

Tudo parece indicar que, em nível inconsciente, sabemos e fazemos coisas extraordinárias, as quais estão fora da juris-

dição da nossa consciência. Esta só conhece o que diz respeito às relações com o mundo objetivo e todo seu conhecimento se restringe ao controle dos fatos do universo físico.

Fomos educados a acreditar que só sabemos o que aprendemos à exceção, é claro, do nosso conhecimento instintivo.

A criança faz o que sabe, instintivamente, embora não saiba que sabe.

O nosso organismo realiza o seu magnífico trabalho sem a nossa participação consciente.

Ora, por que não admitir que podemos possuir um "reconhecimento inato", muito mais amplo do que aquele que se limita à satisfação das nossas necessidades estritamente biológicas? Por que não deverá existir um nível mais alto do nosso ser, de onde se origina um novo tipo de conhecimento e uma outra forma mais abrangente de percepção? Se essa hipótese for verdadeira, então somos aptos a manipular com princípios e forças, ainda desconhecidos pela ciência, conquanto, até o momento, o façamos de maneira inconsciente, empírica e automática. Assim, nesse nível ontológico, agimos à semelhança de uma criança que faz o que sabe, sem que saiba que sabe. O médium, sob esse enfoque, é uma espécie de criança e o fenômeno paranormal se constitui a sua atividade lúdica.

O objetivo, talvez, mais importante, da parapsicologia consiste em transformar essa ciência do inconsciente em conhecimento sistematizado, isto é, em conhecimento científico. Por conseguinte, mister se faz o treinamento dirigido dos médiuns, habilitando-os a obter voluntariamente o fenômeno psi e, através de uma constante e incansável observação, descobrir os seus mecanismos. Uma vez atingido esse desiderato, a faculdade paranormal poderá ser utilizada para finalidades práticas, quando, então, estará consolidada a mais importante revolução que já aconteceu na história da humanidade — A Revolução da Mente —, inaugurando um novo capítulo na evolução biológica.

Joston Miguel Silva é Psicólogo e membro do Núcleo de Estudos de Fenômenos Paranormais — NEFP — Universidade de Brasília.

Notas

1. J. B. Rhine. *O Alcance do Espírito*. São Paulo, Bestseller Importadora de Livros S. A., 1965.
2. Idem.
3. J. B. Rhine. *Parapsicologia. Fronteira Científica da Mente*. Hemus Livraria Editora Ltda., 1966.

Resumen

Multidisciplinarity in the UnB

Con el intento de traspasar los límites teóricos de la disciplinas y las complicaciones burocráticas de los departamentos, se creó el CEAM (Centro de estudios avanzados e interdisciplinarios). Especialistas de diversas áreas se reúnen para discutir problemáticas más amplias y profundas.

Abstract

Integrated advanced research

The Centre for Advanced Interdisciplinary Studies (CEAM) was created as a means of reaching beyond the theoretical constraints of traditional disciplines and by-passing the bureaucratic tangles of departmental organization. Specialists in different fields are brought together to tackle broader, more profound issues.

TRADIÇÃO DE PORTUGAL REVISTA

APÓS UM RECESSO, OS ESTUDOS PORTUGUESES VOLTAM A TER VEZ NA UnB. TRANSFORMARAM-SE OS IDEAIS E PESQUISAS DO ANTIGO CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS PORTUGUESES NO ATUAL NÚCLEO DE ESTUDOS PORTUGUESES. **JOSÉ SANTIAGO NAUD**

O *Centro Brasileiro de Estudos Portugueses* (CBEP) instalou-se em 1962, junto com os primeiros institutos da Universidade de Brasília recém-fundada. Contou com o decidido apoio de Darcy Ribeiro e criou-se graças ao entusiasmo e iniciativa do professor dr. Agostinho da Silva. Deixou de existir em princípios de 1972, por ato da reitoria, que o considerou dispensável. Era dirigido na ocasião pelo seu diretor executivo, dr. José Luís Conceição Silva.

Agostinho da Silva chegou a Brasília procedente da Universidade Federal de Santa Catarina. Trazia um currículo de títulos invejável, obras e publicações extraordinárias. Vinha na trilha dos pioneiros, a crisma dos fundadores. Firmara importantes universidades ou institutos de estudos superiores. Seu trabalho demonstrava o trato com a área humanística além de pesquisas nas ciências puras ou aplicadas e nos estudos sociais. Na verdade, era o homem dos estudos gerais. Herdeiro legítimo das tradições do Porto e de sua faculdade, que o prestígio político ou filosófico de Leonardo Coimbra não logrou subtrair à ditadura — e a gente entende por que —, tais indicadores apontavam em seu favor o adjetivo: renascentista.

Da inconformidade política ou criadora, ainda hoje, com 86 anos, em Lisboa onde vive, este alquimista moderno sabe transformar ira, protesto ou frustração em aproximações de humanidades e saber. Isto é humanismo integral, superação do reducionismo totalitário, ou seja, segundo ele: exercício ecumênico.

Criou na UnB o hábito salutar de abrir as aulas e entremear disciplinas. Era comum os alunos de outras áreas ouvirem as suas lições, muitas vezes até espalhados pelo chão. Não pontificava a arrogância, o sentimento era de que, quanto mais se estudava, menos se sabia, mas isto fazia gosto, e a impressão era de Florença a convivente, mais para Leonardo que para Maquiavel, de quem aliás não se queria nada. Foi essa uma época no *campus* em que mais clara se fez sentir a possibilidade de viver-se o ideal franciscano. Fiel ao sonho navegante, na experiência múltipla de Fernando Pessoa, o Agostinho ensinava a Terra toda, a cultura uma ferramenta e o amor um instrumento para alcançar-se a vida sem qualquer isolamento.

Em meados da década, Conceição Silva veio confirmar a verdade e vitalidade desse ideal. Quando o Centro fechou-se (ou



foi fechado), acabara de divulgar em jornal brasileiro, longe das fontes bibliográficas, a mais pertinente interpretação sobre uma das obras-primas da pintura universal, encomendada no séc. XV ao pintor Nuno Gonçalves pelo rei português Dom Afonso V. A obra guarda-se hoje em Lisboa, em sal especial do Museu de Arte Antiga, vulgarmente conhecido por Museu das Janelas Verdes. Os chamados *Painéis de São Vicente* constituem a cifra histórica da aspiração maior portuguesa, relacionando o ato humano com o culto do Divino, visão maior dos Descobrimentos, atenta à união ecumênica.

Tal aspiração ficou prejudicada pela irracionalidade dos racionalismos que vieram depois, a partir da Renascença, avassalando os séculos posteriores, até o impasse do mundo atual com o comunismo ou o capitalismo. Totalitariamente, trocaram a coletividade pelo individualismo e a pessoa humana pela ganância ou razão de estado. Com esta lição e neste espírito o Conceição administrava, e era bastante para os mandões de setenta o julgarem dispensável. Confiam-se os seus estudos do Painei, no livro: *Os Painéis do Museu das Janelas Verdes*: Guimarães e Cia. Editores, Lisboa, 1981.

Foi assim o CBEP, um centro de convergência e irradiação, em que o saber herdado e os compromissos com o porvir configuravam o ato presente, a partir da ação universitária alimentada pela pesquisa e iluminada pelo estudo crítico, em direção à plenitude – que só pode repousar na bondade humana.

Enquanto diretor executivo, de 1962 a 1966, eu pude acompanhar tais exercícios, levados bem ou mal até o fim. Auxiliávamos o então Instituto Central de Letras (ICL) nas aulas curriculares de literatura portuguesa, abrigávamos acadêmicos ou estudiosos vindos de várias latitudes, intermediávamos bolsas de estudo e organizávamos cursos de extensão, seminários, círculos de estudos ou conferências, atendíamos a demandas nacionais ou do estrangeiro, orientávamos teses, promovíamos convênios, e habitualmente – era o cotidiano – mantínhamos uma rede internacional de comunicação, antecipando a participação do Brasil no conceito universal. Muitos se riam, mas Agostinho costumava dizer (e o JK ainda estava vivo) que o nosso país só pode ser pensado com grandeza e generosidade. Assim, pode haver duas megalomanias: uma que leva ao hospício e outra que faz *Os Lusíadas*.

Circulavam pelas dependências do Centro, modestamente instalado em barraco de madeira fronteiro ao prédio de concreto da ex-reitoria, toda a variedade profissional da UnB. Ali ouvi discussões sobre relatividade e física quântica, astronomia e astrologia, René Ghénon e islamismo, Alberto Victoria e ONU, o despertar dos mágicos a partir de Pawels e Bergier, Béjart e a dança, Diego de Rivera e Portinari, o dodecafonismo e Bartok, Canudos e o Contestado, Gonçalves Dias e o messianismo tupi, Kazantzakis e Nietzsche, o marechal Rondon, a Ágora e “Três Poderes” – sei lá quantas coisas mais... No trabalho específico das letras, ficaram escritos frutos diversos, como as teses universitárias de Luís Piva sobre Camões, de Noemi Elisa sobre o franciscanismo queiroziano, de Carlos Moura sobre arquitetura no Oriente, e tantas outras iniciativas acompanhadas de perto pelo Agostinho.

Agora não me ocorrem todas, pois à época eu estava ausente, mas ficou-me a importância do trabalho dos irmãos Serra

e dos irmãos Bastos, no campo da antropologia, da cultura antiga, da filosofia e da poesia. Eles constituíam o grupo que, no meio do cerrado, junto à residência do “Mestre” – como se dizia no *campus*, achavam o ambiente de estudo e abrigo doméstico. Tal solução, pelo caráter coletivo e recluso, de pobreza franciscana e carências de eremita, ficou sendo conhecida entre a severidade e riso: *A Trapa*.

Nos arquivos do Centro, se foram preservados, deve encontrar-se o registro de toda essa atividade. Da biblioteca, dispersa com a extinção do órgão, dona Maria Augusta Furtado deu um testemunho estarrecedor, em reunião pública assistida pelo ex-reitor, prof. Cristovam Buarque. Os responsáveis foram vandálicos. Lembro que ela dispunha de milhares de títulos, a *Monumenta Cartographica*, essencial para entender o fenômeno das Navegações, e a bibliografia fundamental ao estudo da Língua e sua expansão no mundo, e os documentos essenciais do fenômeno luso-brasileiro, nossas correspondências na Ásia e na África.

O Centro de Estudos Clássicos, criado e dirigido por Eudoro de Sousa, também mestre extraordinário chegado com Agostinho, desde Santa Catarina, constituía a outra face autônoma do CBEP, e foram não poucas as vezes em que “clássicos” e “lusos” dialogaram, se ampararam e se explicaram.

Perfeitamente estruturado desde sua instalação, contava o Centro com o apoio de personalidades, instituições e embaixadas, no Brasil ou no exterior. Nunca representou ônus maior para a UnB que, entretanto, o mantinha oficialmente em seus programas. Por isto, a sua extinção não teve até agora explicação razoável. Tanto é verdade, que acaba de proceder-se à reintegração de alguns dos seus funcionários demitidos, depois de ser o caso examinado por uma comissão de alto nível designada pelo senhor ministro da Educação, conforme disposições constitucionais da Carta de 88.

A própria Universidade veio a reconhecer em nova fase a importância daquelas atividades, quando decide criar o *Núcleo de Estudos Portugueses*, integrado à atividade acadêmica atribuída a setores multidisciplinares. Recentemente, por indicação unânime dos docentes colaboradores do Núcleo e seu coordenador cessante – dr. João Ferreira, o reitor Antonio Ibañez Ruiz nomeou o novo coordenador o professor dr. Henryk Siewierski, que veio da Universidade de Cracóvia, na Polônia, e hoje desempenha com proficiência as funções docentes em teoria literária, no departamento correspondente do Instituto de Letras.

Henryk fez seu aprendizado de português em Lisboa precisamente sob a égide de Agostinho da Silva. Aqui, além do professorado, vem desempenhando um fecundo trabalho de indiscutível caráter criativo. Participa de congressos, pronuncia conferências e dirige uma revista estupenda que, sob a inspiração de Agostinho da Silva, chamou de *Aproximações* – e é de fato uma tentativa inédita de acercar-nos à Europa do leste, com ênfase em sua expressão eslava. Em colaboração com a Academia Brasileira de Letras, o prof. Siewierski orientou um também inédito trabalho de tradução da significativa poesia polonesa, com Milosz, Herbert.

José Santiago Naud é professor do Departamento de Literatura da Universidade de Brasília.

INOVAÇÃO CURRICULAR NA ÁREA MÉDICA

DIRETAMENTE RELACIONADA COM AS PESQUISAS ESTÃO AS PRÁTICAS RENOVADORAS DE ENSINO. COMO UM VERDADEIRO LABORATÓRIO DE EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS A UnB REORIENTA O ESTUDO DE DIVERSAS DISCIPLINAS. TAL É O CASO DO CURSO DE MEDICINA. ROMPE-SE COM O MODELO TRADICIONAL QUE SEPARAVA ACADEMIA E UNIVERSIDADE. OBJETIVA-SE A FORMAÇÃO DO MÉDICO INTEGRAL POR MEIO DE ESTRATÉGIAS DE ENSINO QUE INTEGRAM A COMUNIDADE, O HOSPITAL, PROFESSORES E ALUNOS. COM A DISTRIBUIÇÃO DE DIREITOS E DEVERES, NESSE PROCESSO, A SAÚDE MESMA É A MAIS BENEFICIADA.

DEJANO T. SOBRAL

No bojo da instalação do curso de medicina da Universidade de Brasília, em 1966, desenvolveu-se uma proposta de inovação educacional que englobava todo o currículo. Era guiada por propósitos e diretrizes explícitas e visava a uma preparação equivalente para todos os seus concluintes, no que se denominava medicina integral¹.

Essa proposta inovadora do curso de medicina foi a primeira das experiências históricas, iniciadas na década 1966-1975, que exemplificaram três modalidades de experimentação curricular: (i) a implantação de um curso em escola nova, na Universidade de Brasília (UnB); (ii) a condução de um curso experimental paralelo ao tradicional, na Universidade de São Paulo (USP); e (iii) a vivência de reformulação curricular a partir de

um curso já convencionalmente modificado, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Essas experiências se baseavam principalmente em percepções de três tipos: das demandas insatisfeitas na formação médica contemporânea, da dinamização das funções das escolas médicas e, também, das potencialidades de reorganização curricular e de reorientação de estratégias educativas. Um exame comparativo dos três cursos, baseado na análise de documentos e estudos, foi recentemente publicado². Vale dizer, aliás, que foi notória a influência da proposta de Brasília na eclosão de projetos curriculares em outras faculdades de medicina do país.

O propósito deste trabalho é apresentar um retrospecto do evoluir dessa experimentação curricular na UnB, tendo em conta a proposta do novo currículo do curso – em implantação desde 1988 – em que há prescrição de inserção educativa nos ambientes do nível primário de atendimento à saúde. Três questões são aqui enfocadas:

- 1) Quais foram as características do desenvolvimento curricular original?
- 2) Que resultados foram evidenciados?
- 3) Quais são os subsídios para o novo programa?

CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

Cenário

A mais criativa das experiências curriculares na recém-criada Universidade de Brasília ocorreu com a organização, na instituição, do quadragésimo curso de medicina do Brasil, em 1966. A situação, na ocasião, era de crise institucional, conflitos latentes e grande demanda estudantil. A criação do curso, em si, foi uma resposta à demanda pública, dentro e fora da Universidade.

A implantação do curso, ao longo de cinco anos, se fez paralelamente à contratação do corpo docente e à instalação da infra-estrutura básica. Os fatores determinantes desse empreendimento decorriam, em parte, da natureza da Universidade de Brasília, com novas concepções de integração, flexibilidade e modernização, em seu projeto e organização³. Assim, as diretrizes curriculares do curso médico refletiam novas idéias sobre saúde e doença, medicina, ciência e tecnologia, e educação médica, conforme ressaltado no plano orientador da faculdade⁴.

Um aspecto crítico da proposta do curso foi o convênio firmado entre a Fundação Universidade de Brasília e a Fundação Hospitalar do Distrito Federal, que permitiu a utilização do recém-construído hospital da comunidade de Sobraquinho – que passou a ser denominado Unidade Integrada de Saúde de So-



bradinho – como ambiente clínico das práticas educativas e ações de medicina individual e coletiva a serem desenvolvidas pela nova faculdade. Na verdade, a desativação da ambiência clínico-social em Sobradinho, em 1979, foi o principal marco do declínio do currículo original do curso de medicina.

Descrição dos elementos curriculares

Outras características marcantes da proposta são apresentadas a seguir, tendo como referência dez questões críticas para apreciação do processo de renovação curricular⁵.

– Necessidades identificadas quanto ao tipo de médico. A proposta inicial do curso postulava a formação do médico integral, em adequação às necessidades percebidas quanto à saúde da comunidade. Essa expressão subtendia o estudo e o controle da “carga mórbida” (soma de agravos à saúde) da população, como prioridade institucional.

Na proposta inicial, vale dizer, presumia-se a necessidade de uma diversidade de habilitações ocupacionais, enquanto se privilegiava a formação integral do médico. O ciclo de pós-graduação (para especialização ou iniciação acadêmica) era configurado como parte regular da formação do médico, embora a pré-especialização no decorrer da graduação, fosse expressamente desestimulada.

– Propósitos e objetivos. O propósito global do curso era “preparar um tipo de médico capaz de desempenhar um amplo papel em prol da saúde de uma comunidade”, no sentido da extensão da atuação profissional no âmbito dos fatores que alteram o equilíbrio indivíduo-ambiente. Cinco objetivos gerais foram inferidos, a saber: (i) conhecimento das condições de saúde e de doença e das medidas para seu controle; (ii) formação de mentalidade científica; (iii) desenvolvimento de atitudes e valores enfatizando saúde, ação na comunidade, trabalho cooperativo e enfoque multiprofissional; (iv) adestramento em técnicas de laboratório e habilidades clínicas e cirúrgicas, bem como familiarização com as rotinas dos serviços de saúde. Algumas competências específicas foram gradualmente delineadas, nos anos seguintes⁶.

– Conteúdo especificado. A abrangência e a profundidade das matérias a serem ministradas foram descritas no fluxograma e nos ementários do curso. As indicações sobre critérios de inclusão, extensão ou profundidade dos assuntos eram geralmente limitadas, exceto no sentido de distribuição da carga horária de conteúdo curricular. Em 1971, a carga horária total alcançava cerca de 6.400 horas.

O principal aspecto novel, para a época, foi a inclusão de assuntos pertinentes à orientação comunitária, especialmente em termos da saúde coletiva e do nível primário de atenção à saúde⁷.

– Organização do conteúdo. O fluxograma curricular revela uma (então) nova organização do curso, em termos da sequência temporal de ciclos que denotavam a precedência da ciência básica sobre a aplicada, das áreas gerais sobre as especiais, do estudo propedêutico sobre a prática em serviço.

Assim, a organização curricular compreendia quatro ciclos de ensino: (i) pré-profissional ou básico, desenvolvido nos institutos de ciências e humanidades da Universidade; (ii) profissional básico ou pré-clínico, desenvolvido nos laboratórios multidisciplinares da faculdade; (iii) profissional clínico, desenvolvido na Unidade Integrada de Saúde de Sobradinho (UISS) e agências afiliadas; e (iv) internato, desenvolvido na própria UISS ou em outro hospital credenciado da rede da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Outro aspecto importante na organização do conteúdo consistiu na proporção de assuntos dispostos em série de blocos intensivos, em contraposição à disposição em paralelo com outras disciplinas extensivamente ao longo do período letivo. Na versão inicial do currículo da UnB, até 1971, todos os programas em nível profissional – isto é, do segundo ao quinto ano – no total de 19, eram desenvolvidos em blocos de estudo concentrado, com duração variando entre quatro e 18 semanas.

– Estratégias educativas. O quadro I identifica seis alternativas de estratégia educativa que têm servido de foco para inovações curriculares nas últimas décadas⁸. Essas alternativas representam pólos opostos – de sentido ortodoxo, ou inovador – de escalas contínuas de posicionamento institucional/docente.

O currículo original do curso combinava em seus diversos ciclos elementos de quatro enfoques inovadores, em proporções variáveis conforme visto em sequência.

a) Enfoque de integração disciplinar. Era a tônica dos blocos de sistemas no ciclo pré-clínico e dos blocos de medicina integral no ciclo clínico. No pré-clínico, o âmbito de integração abrangia disciplinas biomédicas aplicadas aos órgãos e aparelhos que incluíam, ao menos, morfologia, fisiologia, fisiopatologia e patologia. A interdisciplinaridade no pré-clínico, por sinal, foi a faceta mais duradoura do currículo original⁹.

b) Enfoque de resolução de problemas. Foi adotado parcialmente, como parte do treinamento clínico. A incorporação desse enfoque em uma das unidades curriculares do pré-clínico, contudo, estendeu significativamente o âmbito da integração e a percepção estudantil do valor e da atratividade da vivência de aprendizagem¹⁰.

c) Enfoque de conteúdo eletivo. Foi adotado de forma restrita no início, mas tornou-se depois uma característica importante. A partir de 1972, a integralização dos créditos do currículo incorporava 10% ou mais do total de créditos em disciplinas de caráter optativo.

d) Enfoque baseado na comunidade. Foi o principal elemento do currículo até a interrupção das atividades em Sobradinho e Planaltina. Esse enfoque é um componente associado ao processo educativo orientado para a comunidade, juntamente com a articulação ensino-serviço e a aprendizagem baseada em resolução de problemas.

Estudo patrocinado pela OMS¹¹ revela que a extensão e o tipo de orientação comunitária de uma escola podem ser descritos em termos de cinco aspectos característicos: (i) princípios que fundamentam as atividades da escola; (ii) ênfase curricular nas concepções da orientação comunitária; (iii) componente de aprendizagem vivencial no currículo; (iv) extensão de envolvimento comunitário; (v) conexões organizacionais entre os sis-

QUADRO I – ENFOQUES ALTERNATIVOS DE ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS (*)

O/I – Alternativas de Enfoque	Descrição do Enfoque Inovador
O – Centrado no docente/ I – Centrado no aluno	– O enfoque centrado no aluno realça a aprendizagem: a escolha do que estudar, quando e em que ritmo pelos estudantes.
O – Disciplina independente/ I – Integração disciplinar	– O enfoque integrado realça a combinação de disciplinas em temas, em torno de órgãos e aparelhos, p. ex.
O – Recepção de informação/ I – Resolução de problemas	– No enfoque baseado em problemas, o aluno adquire conhecimentos e habilidades lidando com problemas, em lugar de receber informação.
O – Baseado no hospital/ I – Baseado na Comunidade	– O processo educativo é centrado na comunidade (centros de saúde, etc.) no enfoque baseado na comunidade.
O – Conteúdo obrigatório/ I – Conteúdo eletivo	– No enfoque eletivo, os alunos têm amplas opções de assuntos ou disciplinas, ao passo que os conteúdos obrigatórios são restritos.
O – Oportunístico/ I – Sistemático	– No enfoque sistemático, todos os alunos têm orientação e oportunidades equivalentes no programa requerido pelo perfil profissional.

(*) De acordo com Harden (ver nota 5)

QUADRO II – GRAU DE ORIENTAÇÃO COMUNITÁRIA EM TRÊS CURSOS INOVADORES

Características de Orientação Comunitária	Escolas/Cursos		
	UnB	USP	UFMG
a) Apoio nos princípios da instituição	*	—	**
b) Ênfase curricular em noções de orientação comunitária	***	*	***
c) Tipo, duração e frequência de vivências baseadas na comunidade	**	*	**
d) Envolvimento comunitário no planejamento e implementação dos programas	*	—	*
e) Articulação ensino-serviço (Integração docente-assistencial)	*	—	**
Grau: * mínimo **parcial ***amplo (Transcrito da Revista Brasileira de Educação Médica, 15: pp. 11-17, 1991)			

temas de formação médica e de prestação de serviços de saúde. As evidências documentais sobre tais aspectos indicam que o curso de medicina da UnB apresentava grau de orientação comunitária expressivo, na primeira década do currículo, em comparação com duas outras experiências curriculares citadas no quadro II¹².

– Métodos e meios de ensino. A tônica na aprendizagem ativa, tão realçada no plano orientador do curso, se expressou (entre outros aspectos) na ênfase dada aos métodos de ensino centrado no aluno, a exemplo do seminário, da discussão em grupo e da prática laboratorial. O ambiente dessas atividades, ao longo do ciclo profissional básico, era o laboratório multidisciplinar ocupado por cada turma de 16 alunos, o que ensejava grande interação interpessoal.

No treinamento clínico, a aprendizagem ativa assumiu predominantemente a forma de integração trabalho-aprendizado, em que os estudantes participavam da prestação de serviços nos

diferentes ambientes e modalidades do processo de atenção à saúde cooptados pela escola.

– Avaliação dos estudantes. O realce dado ao processo avaliador nessa experiência curricular não foi substancial. Introduziu-se, por exemplo, componente formativo junto com a prática de exames periódicos balizados pelo elenco de objetivos de cada programa didático; além disso, para contrabalançar a ênfase na aferição de conhecimentos, aliou-se também um componente de conceituação de atitudes e de desempenho global. Esses procedimentos, porém, tiveram desenvolvimento bem desigual nos diferentes programas didáticos.

– Informação sobre o currículo. A comunicação sobre o processo curricular foi um aspecto significativo. Além do informe inicial sobre as diretrizes e processos gerais do curso, os estudantes recebiam informações sobre o plano de ensino dos programas didáticos que especificavam objetivos, assuntos, méto-

dos de instrução e avaliação, cronogramas de atividade e referências de estudo.

– Ambiente educativo. O contexto de ensino-aprendizagem deveria propiciar o reforço de características de responsabilidade pelo atendimento, conscientização social e cooperação entre os estudantes, mormente por causa da interação, da provisão de atividades relevantes para a prática médica e do grau potencial de coerência das diferentes atividades educativas. Presumia-se, também, que o contexto laboratorial, na formação pré-clínica, deveria encorajar a disciplina intelectual. Não houve, porém, levantamento sistemático das percepções dos estudantes sobre a ambiência do aprendizado ao longo do curso e seus efeitos na mudança de atitudes e valores.

– Gestão do processo curricular. O tratamento dado aos problemas implícitos nessa questão apresentou características variáveis no histórico da instituição. No início, a gestão global do processo cabia ao diretor, que nomeava os assessores, incluindo os supervisores de ciclo; a partir de 1969, o papel de coordenação colegiada foi assumido pelo conselho departamental, em que havia representação estudantil. A responsabilidade direta pelo ensino se concentrava em três departamentos, o que favorecia uma margem mais estreita de controle, inicialmente utilizada para agilizar mudanças na implantação do currículo¹³.

Recrutamento de recursos humanos

A complexidade das questões envolvidas no desenvolvimento curricular indica (retrospectivamente) que a capacitação de recursos humanos docentes seria uma etapa crucial do processo de inovação.

A ênfase inicial, entretanto, foi na seleção de profissionais qualificados que foram atraídos pela oportunidade de trabalho, bem como a orientação dada pela liderança do programa. A possibilidade de participar de cursos de curta duração e de treinamento acadêmico foi aproveitada por parcela substancial dos docentes. A capacitação pedagógica sistemática, porém, não foi enfatizada e se limitou a um grupo bem restrito de docentes.

RESULTADOS EVIDENCIADOS

Os efeitos distintivos dos programas educativos inovadores presume-se atualmente – devem-se ao contexto particular criado como produto dos valores do corpo docente, das características do alunado, do currículo em ação e da natureza da comunicação e das relações interpessoais entre alunos, professores e administradores¹⁴.

No caso do curso de medicina da UnB, esse contexto particular se alterou ao longo dos anos, desde a criação até o ingresso no vestibular da última turma do currículo original, em 1988. Os dois marcos principais de alteração foram: o ajuste curricular de 1971, exigido para a aprovação do curso pela administração central da Universidade e a mudança na ambiência clínico-social, com a transferência do treinamento clínico da UISS para o hospital do INAMPS, em 1979. Que tipo de médico foi produzido pelos processos curriculares e que diferenças seriam de esperar, ao se comparar estudantes ou concluintes, de currículos diversos?

As dificuldades para comparar concluintes de escolas diferentes, em aspectos pertinentes, ainda não foram contornadas e são referidas noutro artigo¹⁵. A alternativa de comparação de estudantes ou concluintes de fases históricas da mesma escola tem sérias objeções metodológicas mas permite, ao menos, sugerir alguns indícios.

Três áreas de diferença são esperadas na comparação de efeitos do currículo, considerando as características de integração interdisciplinar e de orientação comunitária da proposta original:

– Adaptação psicossocial (expressa em interesse na prevenção de doenças, na sensibilidade ao contexto social predominante e na facilidade de trabalho em equipe).

– Opção de prática (expressa na proporção de concluintes que optam por carreiras de atendimento de primeira linha ou dos que advogam questões em saúde).

– Vocação institucional (expressa nas características de estudantes e de docentes atraídos para a escola).

Inexistem evidências claras de diferenças em relação ao efeito de adaptação psicossocial. Cabe apenas referir que os concluintes da primeira década do curso expressaram percepção de incremento na atitude preventiva, do início até o fim do curso¹⁶.

As evidências referentes à opção de prática são mais claras. Uma proporção maior dos concluintes de 1970 a 1980 (do que da década seguinte) retornou às localidades de origem e/ou optou por carreiras de atendimento de primeira linha: em pediatria, obstetrícia-ginecologia ou clínica médica, segundo dados obtidos (estudos em andamento). Ocorreu, ademais, importante e significativa queda na preferência dos estudantes por medicina geral, após a interrupção das atividades em Sobradinho e Planaltina¹⁷.

O aspecto de vocação institucional também é interessante. A imagem de orientação comunitária e de compromisso com o serviço embotou-se com a mudança na ambiência de treinamento clínico (embora não houvesse alteração nominal do currículo). Apurou-se, por exemplo, indícios de mudanças no tipo de alunado atraído pelo curso, por consequência¹⁸.

Essas diferenças, ainda que parcas, são instigantes. Por enquanto, porém, os principais impactos documentados do currículo original foram a prestação direta de serviços por docentes e estudantes, que se refletiu nos indicadores de saúde da comunidade de Sobradinho, e o aumento da disponibilidade de médicos no Distrito Federal¹⁹.

SUBSÍDIOS PARA A RENOVAÇÃO CURRICULAR

Face ao histórico do currículo original e sua progressiva substituição pelo novo currículo no curso de medicina, vale a pena reconsiderar alguns fatores requeridos para iniciar ou manter uma inovação em educação médica²⁰.

A sobrevivência da inovação curricular depende da extensão em que várias contingências são observadas, quanto à estrutura dos propósitos e da gestão do processo e à diferenciação organizativa da instituição. Cinco dessas contingências são explicitadas por sua provável relação com o declínio da adesão à interdisciplinaridade e à orientação comunitária que caracterizavam o currículo original.

1. Compatibilidade entre objetivos inovadores e injunções da prática profissional. O propósito de formação do médico integral (no sentido de habilitação para a prática de medicina geral) é incongruente com a estrutura de trabalho médico especializado existente nas cidades em crescimento a que se destinam os concluintes. A questão da delimitação do perfil e da competência do médico merece, aliás, reapreciação²¹.

2. Aceitação e entendimento dos objetivos inovadores pelos segmentos envolvidos, tanto dentro quanto fora da escola. São elementos críticos do processo, nesse particular, a comunicação e o desenvolvimento educativos. Uma estratégia participativa, norteada para a resolução de problemas, pode ser adequada no contexto educativo²².

3. Compatibilidade entre os objetivos inovadores e os planos de progressão profissional dos docentes. A ênfase na especialização técnica e na capacitação em pesquisa médica para obter titulação acadêmica — que se acentuou no decorrer do tempo — precisa ser contrabalançada por trabalho de orientação pedagógica e incentivos que retribuam o compromisso com o ensino e a extensão comunitária.

4. Consistência na provisão de recursos apropriados ao desenvolvimento dos objetivos inovadores. A disponibilidade inadequada, mormente quanto ao recrutamento de docentes, foi o principal fator limitante à análise da situação, ao desenvolvimento educativo e à própria capacidade operativa requeridos no envolver do currículo original.

5. Efetuação de monitoração sistemática para informar a instituição sobre o progresso na consecução dos objetivos fixados. No caso em foco, essa monitoração foi tardia e insuficiente.

As observações já feitas parecem pertinentes à perspectiva atual da Faculdade de Ciências da Saúde em relação ao Programa Saúde-Brasília UNI, que estabelece diretrizes para que a educação multiprofissional em saúde se faça congruente com as necessidades da comunidade a que deve servir. A título de conclusão, vale a transcrição de uma ponderação que consta do estudo comparativo já citado: "Os fundamentos e implicações da orientação comunitária, incluindo seus componentes de provisão direta de atendimento em nível primário, articulação ensino-serviço e participação comunitária devem ser explicados e divulgados junto aos segmentos de opinião, sob pontos de vista pluralista".

Dejano T. Sobral é professor adjunto do Departamento de Clínica Médica da Universidade de Brasília.

Notas

1. Universidade de Brasília. Faculdade de Ciências Médicas. Brasília, sem data, (mimeo).
2. SOBRAL, D. T. "Três casos de inovação curricular no panorama recente (1964-1988) da educação médica brasileira: subsídios de um retrospecto baseado na revisão de documentos". *R. Bras. Educ. Méd.*, 15: 11-17, 1991.

3. Universidade de Brasília. Relatório Final do PARU/UnB. Brasília, 1985, (mimeo).
4. Ver nota 1, op. cit.
5. HARDEN, R. M. "Ten questions to ask when planning a course or curriculum". *Medical Education*, 20: 356-365, 1986.
6. LOBO, L. C. & FERREIRA, J. R. "La carrera médica en la Universidad de Brasília". *Educ. Méd. Salud*, 4: 310-327, 1970; e ver também, SOBRAL, D. T. "The Medical School of the University of Brasília". *Medical Teacher*, 2: 252-256, 1980.
7. BARBOSA, F. A. S., CARVALHO, A. G., LAVOR, A. C. H. & SANTANA, J. P. F. "Atenção à saúde e educação médica: uma experiência e uma proposição". *Educ. Méd. Salud*, 11: 26-40, 1977. Veja nota 1 op. cit.
8. Ver nota 5, op. cit.
9. SOBRAL, D. T. "Interdisciplinaridade no ensino médico: três aspectos de análise". *Educ. Méd. Salud*, 24: 379-388, 1990.
10. Idem.
11. RICHARDS, R. & FULOP, T. "Innovative schools for health personnel". *Who offset publication n. 102*. World Health Organization, Geneva, 1987.
12. Ver nota 2.
13. SOBRAL, D. T. & MEJIA, A. "The medical school of the University of Brasília, Brazil, 1966-1976". In: *Personnel for Health Care: Case Studies of Educational Programmes*. Ed. by F. M. Katz & T. Fulop. *Public Health Papers n. 70*, WHO, 1978, p. 47-57.
14. FRIEDMAN, C. P., de BLIEK, R., GREER, D. S. et al. "Charting the winds of change: evaluating innovative medical curricula". *Acad. Med.*, 65: 8-14, 1990.
15. Ver nota 2.
16. Ver nota 14.
17. SOBRAL D. T. "Preferência por medicina geral em um curso de medicina: relação com mudança na ambiência clínica". *Rev. Hosp. Clin. Fac. Med. São. Paulo*. Em impressão.
18. Idem.
19. Ver notas 2 e 14.
20. BUSSIGEL, M. N., BARZANSKY, B. M. & GRENHOLM, G. G. "Innovation Processes". In: *Medical Education*. New York, Praeger Publishers, 1988; e ver também, LAZARUS, J. & HARDEN, R. M. "The innovative process in medical education". *Medical Teacher*, 7: 333-342, 1985.
21. Ver nota 9.
22. LAZARUS, J. & HARDEN, R. M. "The innovative process in medical education". *Medical Teacher*, 7: 333-342, 1985.

Resumen

Innovación curricular en las áreas médicas

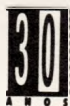
Directamente relacionada con las investigaciones, están las prácticas renovadoras de la enseñanza. Como un verdadero laboratorio de experiencias educacionales la UnB reorienta el estudio de diversas disciplinas. Tal es el caso del curso de Medicina. Se rompe. Con el modelo tradicional que separaba academia y universidad. Se objetivaba la formación del médico integral mediante estrategias de enseñanzas que integran la comunidad, el hospital, profesores y alumnos. con la distribución de derechos y deberes, en este proceso, la salud es la más favorecida.

Abstract

Syllabus innovation in the medical sciences

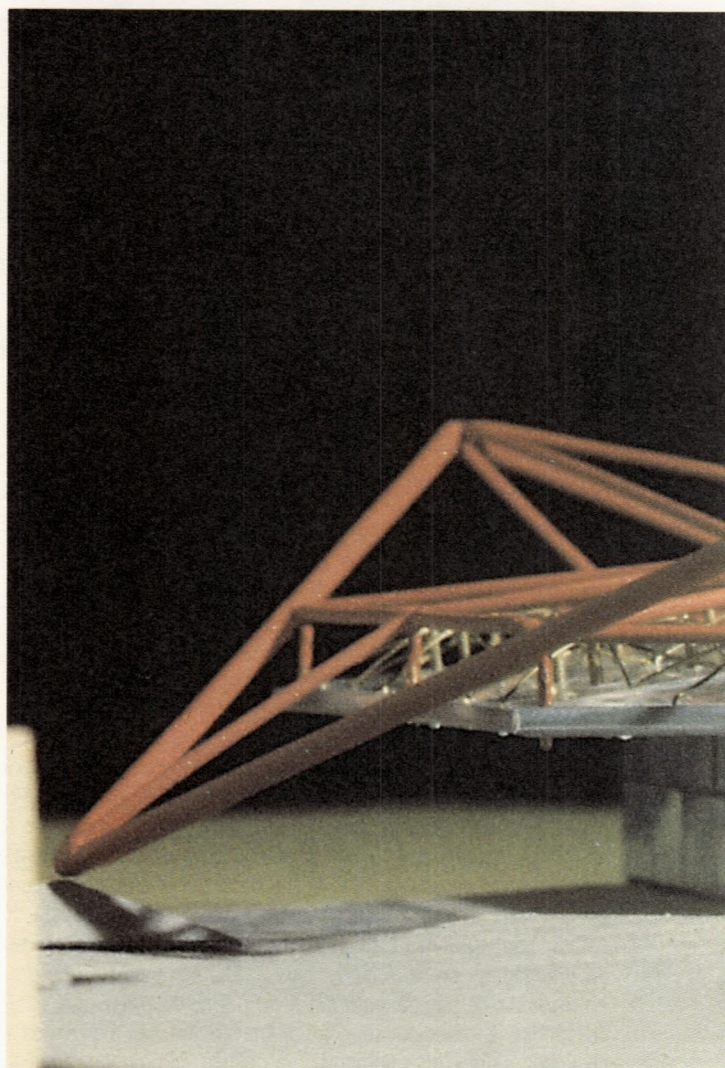
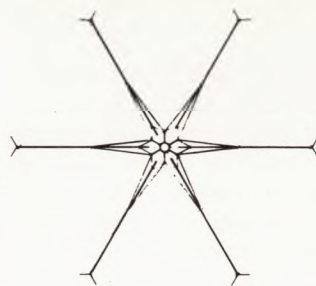
Innovative teaching is directly related to research. Like a true experimental education laboratory, Brasilia University is reshaping studies in a number of disciplines. This is the case in the Medicine course. The traditional model that kept academia and university apart is being sloughed off. The aim is to graduate doctors with all-round medical training by using teaching strategies that integrate the community, hospital, professors and students. The distribution of rights and duties this process affords benefits health above all else.

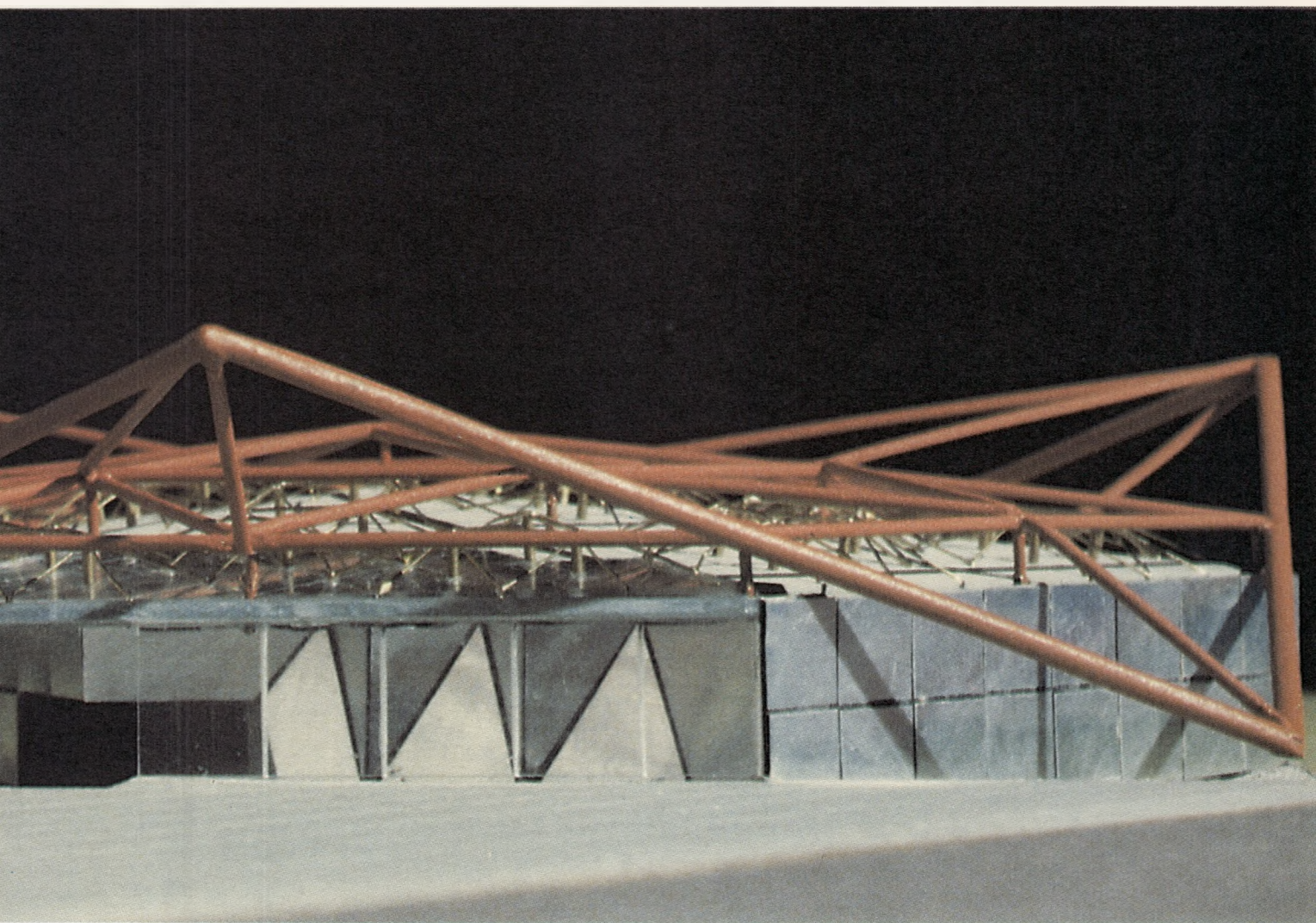
FORMAS ARROJADAS EM ESTRUTURA ESTELAR: O AUDITÓRIO DA UnB



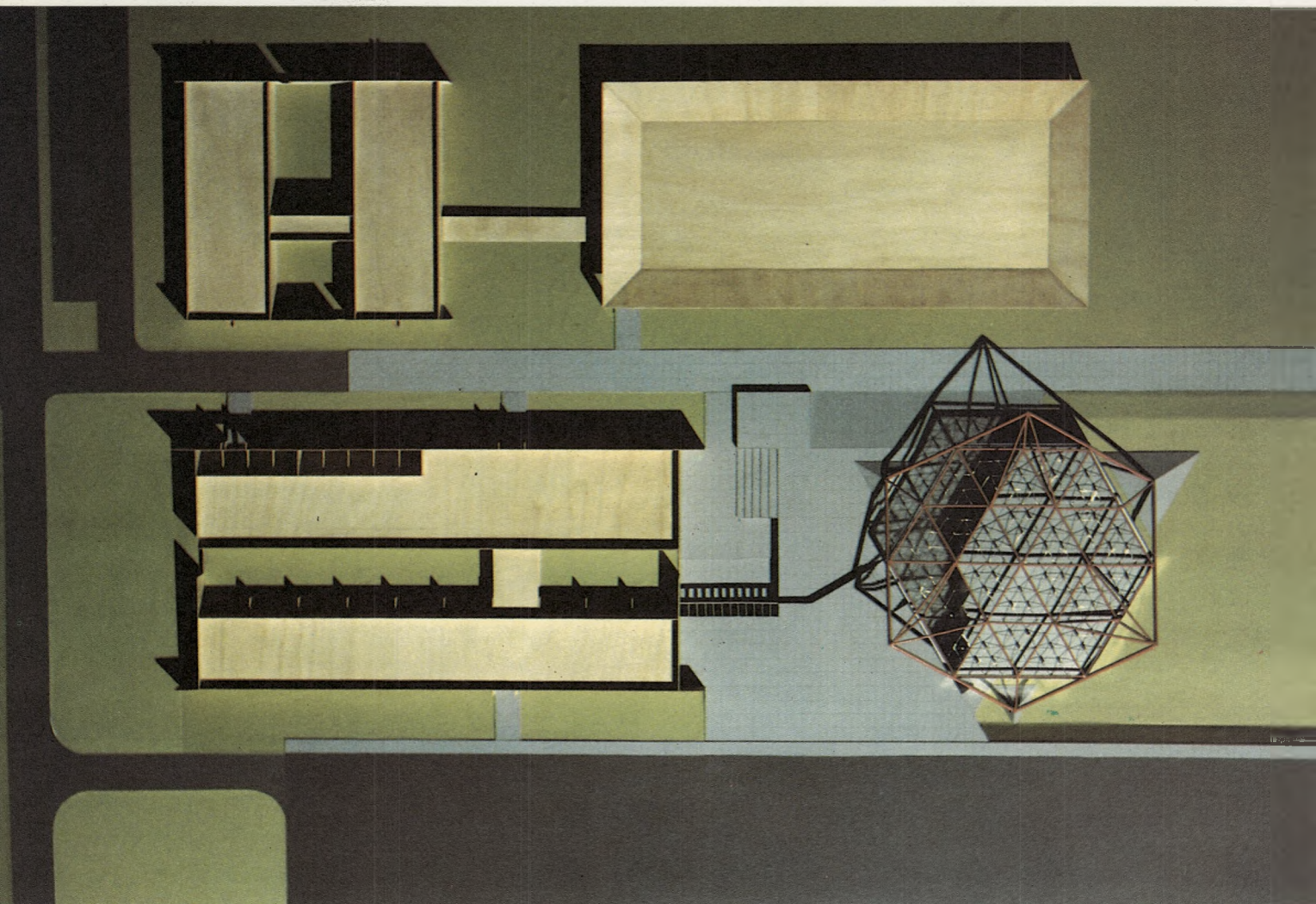
EM CONJUNTO COM A UnB 30 ANOS QUE SE COMEMORA, TEMOS UMA UnB QUE NÃO FOI. ESTE PROJETO NÃO SAIU DO PAPEL, O AUDITÓRIO NÃO FOI CONSTRUÍDO. DESSE MODO, É FEITA UMA HOMENAGEM A TODOS OS SONHOS E IDEAIS NÃO-CONCRETIZADOS QUE RODEIAM AS FORMAS FUTURISTAS DA UnB. TRATA-SE DE UMA MEMÓRIA PARA O FUTURO.

**MATHEUS GOROVITZ E
ERNESTO GUILHERME WALTER**





O auditório, no Campus da UnB, nas imediações do edifício Dois Candangos e Faculdade de Educação.



Visto de cima, o auditório ganha significação em termos de sua funcionalidade e beleza plástico-futurista

Nosso empreendimento é a construção de um auditório, cujo custo é definido, essencialmente, pelo custo da estrutura utilizada.

Seja-nos permitido inicialmente, à guisa de introdução a este Memorial Descritivo sobre o projeto do auditório da UnB, relembrar aquilo que havíamos dito em agosto do ano passado, quando da apresentação do Estudo Preliminar¹: "... assim como dois olhos, sendo diversos no sítio, são um só no ato da vista, porque ambos convêm na cousa que se vê..." (Frei Heitor Pinto disse isso em 1563).

Assim também nos convimos a resolver o auditório da UnB, plantando-o no mesmo sítio com arquitetura diversa da existente, mas com intenção de que sejam olhadas ambas como sói verem os dois olhos, isto é, "num só ato da vista",

Isto porque somos da tribo que argumenta em favor da preservação do que já foi consagrado como arquitetura boa, sem por isso nos obrigarmos a copiá-la. Mesmo porque, nem mestre Alcides se aviria com um simples acréscimo, que fosse mera repetição do que uma vez caracterizou-lhe o estilo. Como mestre que é, decepcioná-lo-ia certamente constatar que discípulo seu esmorecera de prosseguir.

Assim, propomos o mais novo, conservando no entanto intacta a boa arquitetura de mestre Alcides da Rocha Miranda. Materializamos isso deixando um espaço franco e aberto entre as duas arquiteturas, separadas de vinte anos por uma praça de vivência, que é também a transição normal entre o auditório que se pensa construir e o prédio dos "Dois Candangos" já construído.

Mas chove! A ligação se faz então por uma passagem abaixo do nível visual do espectador das duas épocas arquitetônicas, já então mais que uma simples passagem, pois é também uma galeria de exposições, compreendendo a mostra de cartazes, de fotos, de avisos, de tudo enfim que é próprio de conclaves, conferências e convenções.

Ao mais novo no conceito arquitetônico não poderia faltar o mais novo no conceito dos custos, entendido no seu mais lato significado, ou seja: soma total de energia investida no empreendimento. Nosso empreendimento é a construção de um auditório, quer dizer, um grande espaço vazio abrigado, cujo custo é definido, essencialmente, pelo custo da estrutura.

Comparando as duas hipóteses viáveis, isto é, montar um sistema estrutural em concreto ou um sistema tridimensional em aço, evidenciou-se já na fase dos pré-dimensionamentos a enorme diferença de pesos entre os dois. Para o mesmo vão, da ordem de quarenta metros, encontra-se o seguinte: estrutura em concreto: aproximadamente 800 kg/m²; estrutura espacial em aço: aproximadamente 30 kg/m².

Por mais distorcidas que sejam as relações comerciais entre os preços unitários, no mercado da construção, não há como fugir à opção de consumir trinta ao invés de oitocentos quilos, para cobrir cada metro quadrado do auditório. Foi esta verifica-

ção prévia, em termos de consumo, que nos conduziu a propor o sistema estrutural como o fizemos.

E, como não poderia deixar de acontecer, à conciliação da arquitetura com a menor despesa seguiu-se a oportunidade de oferecermos a UnB um auditório atual, não só em sua função de uso, o que seria apenas óbvio, mas igualmente na sua função de singular na forma, que incorpora os avanços da ciência e da arte de construir.

Da sua função de uso preferimos deixar às plantas e à maquete que falem ambas, pois de fato dizem tudo o que tem que ser dito. Mas da sua função de forma não podemos nos dispensar de comentá-la, pois, sendo algo diferente, carece explicar essa diferença.

Referimo-nos ao sistema estrutural. Enquadra-se na classe das treliças espaciais, aqui acrescidas de uma deformação topológica nas barras da periferia. Esta deformação topológica prévia, somada à condição própria das treliças espaciais, dão como resultado imediato dois efeitos simultâneos e complementares. De uma parte, criam espaços reversos surpreendentes, mostrando figurações diversas a cada passo do espectador; de outra parte, conduzem as forças externas atuantes na estrutura, de modo a gerar predominantemente esforços de tração e compressão puros, dando ao observador atento a informação clara sobre o fluxograma das forças internas.

Toda a estrutura apóia-se apenas em três pontos. Cabe ressaltar então o papel relevante que pretendemos dar aos respectivos aparelhos-de-apoio. Seu aspecto visual deverá harmonizar-se com sua dupla finalidade: receber e transmitir ao solo todas as forças atuantes no sistema, e trazer à realidade, por esse ato, o pensamento abstraído pelas formas retorcidas e fugidias da estrutura espacial.

Por fim, mas não menos importante: como todo o sistema estrutural, que pensamos executar em tubos, é montado antes do alçamento, já em sua etapa construtiva apresentará situações originais, ricas em sugestões tecnológicas, cumprindo assim uma das mais importantes finalidades de uma escola de arquitetura, o trabalho de pesquisa.

PROJETO FINAL

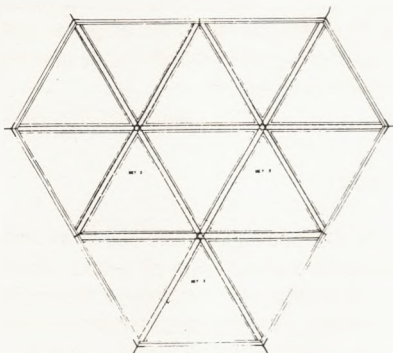
Pois bem, reafirmamos agora tudo que de intenção e pretensão já àquela época transparecem da leitura desse nosso primeiro esboço de explicações. Intenções e pretensões que procuramos materializar, ao longo desse tempo de maturação e desenvolvimento do projeto definitivo, traduzindo-as tanto na elaboração do projeto como um todo, quanto nos desenhos de seus inúmeros detalhes.

Este desenho foi surgindo muito espontaneamente, a partir da função e obrigação estrutural do aparelho de apoio.

No que diz respeito à versão do projeto como um todo, é inequívoco que ele foi desenvolvido a partir de um raciocínio dedutivo, isto é, partiu-se do geral para o particular. Esse raciocínio dedutivo norteou não só o projeto do edifício, como também sua implantação urbana. Sob este aspecto, aliás, cumpre ressaltar logo a profunda modificação conceitual que ocorreu na idéia da galeria de ligação entre os prédios existentes e o auditório. De uma passagem abrigada, eventualmente um local de fixação de avisos, passou a representar uma integração urbana entre esses antigos prédios, o novo auditório e toda a redondeza. Mais que uma galeria, ela é agora uma continuação da praça, ela é o trecho abrigado da praça (ver planta do pavimento inferior e foto). Esta sim é que deve agora ser entendida no seu sentido maior, qual seja o de ser um espaço de vivência.

A praça foi, pois, deliberadamente proposta como "intervalo", na sequência dos espaços urbanos, que antecipa a ocorrência de locais de encontro e de convívio. É um espaço de celebração, assumindo o caráter solene sugerido pelo programa. Daí a escala monumental, entendida como escala da vivência coletiva, como ensina Lúcio Costa. Justifica-se seu despojamento, inclusive de vegetação, pela intenção de contrastar com os gramados vizinhos que caracterizam o encontro, preservando-se apenas o *ficus elasticus* cuja copa majestosa tão bem contrasta com a Faculdade de Educação, e que o tempo se encarregou de incorporar na paisagem.

As modificações em relação à primeira etapa do projeto visaram incorporar à praça, com caráter de espaço público, o *foyer* e o bar, favorecendo a animação desses espaços. Perseguiu-se ainda a sugestão do projeto inicial para a praça maior da Universidade, proposta por Oscar Niemeyer, cuja dimensão e integridade, aliás, lamentamos tenha sido perdida.



O EDIFÍCIO

O prédio do auditório propriamente dito deve ser lido a começar da grande "estrutura-portante", que cobre todo o edifício. Leia-se a seguir o que diz a "cúpula", sustentada pela grande estrutura-portante; a cúpula sustenta por sua vez, por intermédio das "estrelas", as "placas-hexágonos irregulares", sobre as quais estão apoiadas as "placas termoacústicas", cujas placas termoacústicas respondem, em última instância, pela eficácia do auditório como auditório.

Esta flagrante hierarquia funcional da estrutura do prédio é traduzida por uma hierarquia de vãos, que estão distribuídos segundo a sequência seguinte:

- vão das placas termoacústicas: 2,60 m;
- vão das placas-hexágonos irregulares: 5,20 m;
- vão entre estrelas: 10,40 m;
- vão da cúpula: 42,00 m;
- vão da estrutura-portante: 48,00 m.

Essa primeira ordem de leitura do projeto da estrutura, do geral para o particular, não completa todavia o seu entendimento. Há mister de inverter esta ordem, lendo agora o projeto do particular ao geral

A montagem das placas termoacústicas resultou das três funções básicas que devem cumprir, quais sejam as funções de proteger o auditório não só das intempéries, mas ainda térmica e acusticamente. Isto foi conseguido, seguindo orientação do consultor Igor Sresnewsky, pela justaposição em camada de materiais impermeáveis, térmicos e acústicos (ver detalhe das placas termoacústicas). Esta sucessão de materiais especializados garantirá que barulhos de chuva, da passagem de aviões e outros ruídos que tais, sejam devidamente filtrados, em níveis compatíveis com o bom funcionamento do auditório.

A forma de um tetraedro que foi dada às placas termoacústicas não foi gratuita. Ela responde a uma das condições de boa acústica interna do auditório. Dissemos "uma das condições" porque outras mais são exigidas, o que será descrito mais adiante. A forma tetraédrica tem ainda uma consequência interessante: ela torna fácil que as peças sejam autoportantes, permitindo que o tratamento da estrutura espacial que a sustenta – as placas hexágonos irregulares (ver detalhe das placas hexágono irregular) – trabalhe realmente de conformidade com as hipóteses de cálculo, vale dizer, treliças espaciais carregadas pelos nós.

Essas placas-hexágonos irregulares sustentam, cada uma delas, 13 placas termoacústicas. Elas estão propostas em perfis

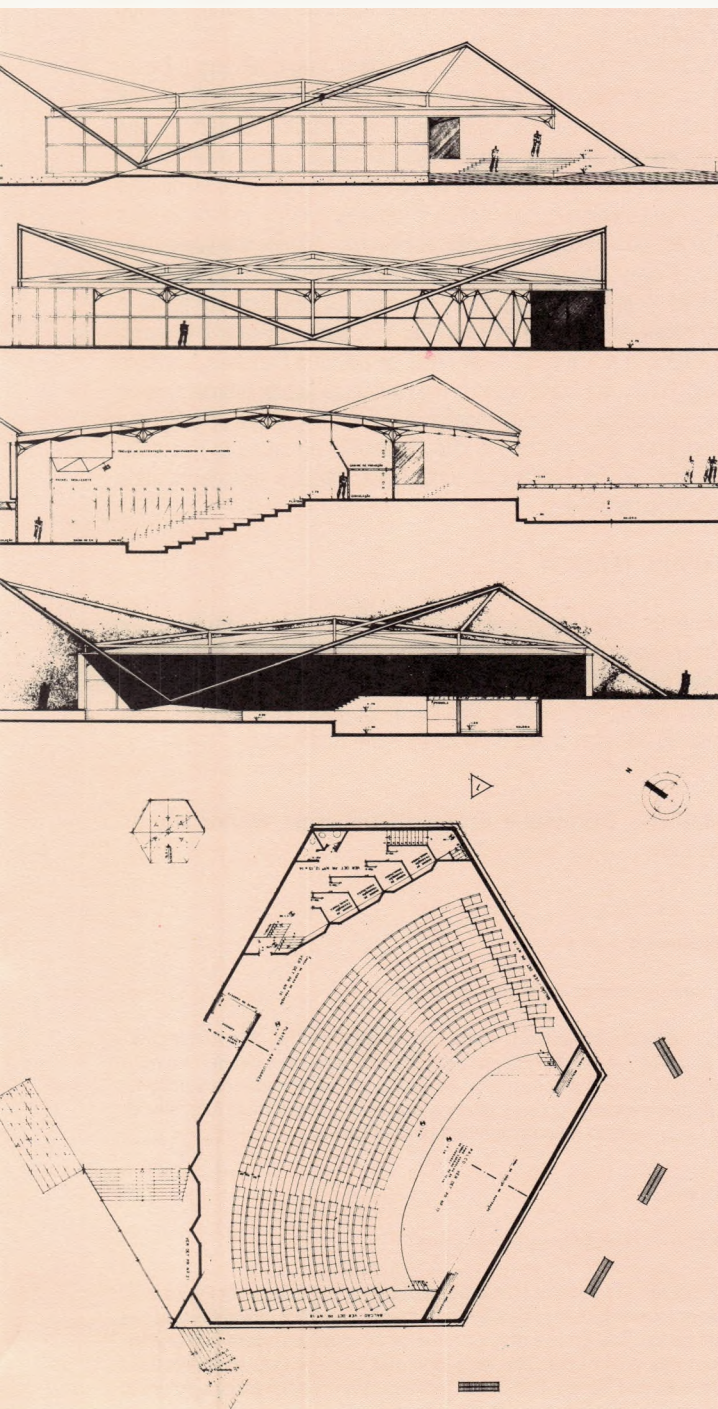
Placas termo acústicas 2.60m



Placas hexágonos irregulares 5.20m



Estrelas 10.40m



de chapas dobradas, que resultam num peso da ordem de 15 kg/m^2 . Para que fiquem bem salientes à vista de quem as olha, quando sentado no auditório, as juntas que as separam entre si, bem como as juntas que as separam das estrelas, foram desenhadas mais largas (10 cm), o que acabou por permitir que sejam também usadas, essas juntas, como condutores das diversas instalações elétricas.

As "estrelas", (ver detalhe das estrelas) com vãos em duplo-balanço somando 5,20 metros (ver detalhe das estrelas), constituem-se nos elementos de transição entre as placas-hexágonos irregulares e a grande estrutura-portante. Completam a cúpula, que é sustentada pela grande estrutura-portante pelos pendurais correspondentes aos eixos centrais das estrelas (ver detalhe das estrelas). Sua configuração espacial é muito rica plasticamente e será bem visível, pois, como já frisamos, estão destacadas das placas-hexágonos irregulares que sustentam por uma junta mais larga.

A grande estrutura-portante permaneceu basicamente como foi originalmente pensada, isto é, uma grande estrutura hexagonal deformada topologicamente. O que julgamos oportuno destacar, como aliás já havíamos frisado no estudo preliminar, é o desenho dos aparelhos-de-apoio (ver elevação das flanges) correspondentes aos três pontos de apoio da estrutura-portante. Este desenho foi surgindo muito espontaneamente, a partir da função e obrigação estrutural do aparelho de apoio. A análise estática da estrutura mostra a necessidade de impedir sua rotação nos pontos de apoio. Isto foi conseguido projetando naturalmente, em cada aparelho de apoio, duas placas metálicas transversais e perpendiculares aos tubos que neles convergem (ver elevação das flanges). Estes tubos estão entre si ligados por flanges (ver detalhe das flanges).

DAS MODIFICAÇÕES NO PROGRAMA ORIGINAL

A primeira solicitação do programa pedia um auditório para conferências. Após a apresentação do estudo preliminar, essa simples sala de conferências evoluiu para uma sala capaz também de abrigar um concerto sinfônico. É claro que isto mudou muita coisa, tanto quanto a necessidade de mais áreas de serviços anexas ao palco, quanto a necessidade de um tratamento acústico que permitisse essas versatilidades de uso do auditório.

Estas necessidades acústicas diversas foram resolvidas, colocando na parte superior do palco placas orientadoras dos diferentes sons agudos e graves da música. Como estas placas orientadoras são visíveis aos espectadores, bem como sua sustentação, esta foi projetada em forma de um treliçado espacial, que pretendemos será agradável de se ver.

Quanto ao pessoal técnico propriamente dito, notou-se a progressiva adaptação de cada um às tarefas nas quais se sentiam mais à vontade.

Ainda no que diz respeito à acústica interna do auditório, queremos ressaltar a forma dada aos painéis divisórios. As superfícies poliédricas que as caracterizam não foram projetadas ao capricho do acaso. Antes disso, elas foram também desenhadas em função de suas obrigações acústicas, mais seus compromissos com a malha de cobertura. Complementam aquelas condições de boa acústica de que falamos quando descrevemos placas termoacústicas da cobertura.

A propósito, quando de nossa viagem a São Paulo, tivemos oportunidade de visitar o Teatro Municipal daquela cidade, ciceroneados pelo prof. Aldo Calvo. Ali ficou claro que os balcões laterais normalmente encontrados nos teatros antigos, além de insinuarem um maior aconchego dos espectadores àquilo que se passa no palco, têm também um excelente comportamento acústico. Neste sentido fomos felizes, pois conseguimos incorporar balcões laterais ao auditório da UnB, sem qualquer acréscimo de área, possibilitando ainda somar mais 43 poltronas às quatrocentas anteriores, totalizando uma capacidade do auditório de 443 espectadores sentados.

Como o palco terá duas funções bem diferentes, quais sejam a de atender a conferências e concertos, isto implica uma "profundidade de palco" também diferente. Resolvemos esta contradição criando painéis divisórios deslizantes, que serão puxados ou não, conforme se trate de conferências ou concertos.

As áreas de serviços anexas ao palco, como decorrência da função "concertos", foram substancialmente aumentadas em relação ao estudo preliminar, para comportar os camarins, a sala dos músicos, os almoxarifados, etc.

As saídas de emergência têm partes comuns com as áreas de serviços do palco.

As cabinas de tradução simultânea, em número de quatro, estão imediatamente em comunicação tanto com a cabine de projeção quanto com o palco, o que está de acordo com o tipo de trabalho executado normalmente pelos tradutores.

Sentimo-nos na obrigação de fechar este nosso memorial descritivo, que tem tido até aqui um tratamento de relatório, com um curto depoimento sobre as pessoas que estiveram, de uma ou outra forma, envolvidas com a elaboração do projeto.

Quanto ao pessoal técnico propriamente dito, o que se notou, ao longo desses meses de intensa atividade, foi a progressiva adaptação de cada um às tarefas nas quais se sentiam mais à vontade. Assim, a Matheus se deve praticamente toda a arquitetura e todo o urbanismo inventados para o auditório. Nessa tarefa, foi muito ajudado pelo Marc Mimram, que, de simples colaborador na fase do estudo preliminar, tomou-se de entusiasmo pelo projeto, dando a ele uma presença que toda a equipe reconhece hoje como inestimável. Ao Marc se deve, inclusive, o projeto da cúpula, com seus hexágonos irregulares e suas estrelas. Ao Ernesto Walter, além da idéia inicial da estrutura-por-

tante, cabe a responsabilidade pelos cálculos estruturais de todo o auditório.

Mary e Jairo, Zadi e Lúcia, Regina e Jorge, Silvano e Dubugras, sua colaboração é fácil de ver, embora não seja tão visível assim o engenho e a qualificação necessários às tarefas que executaram, assim como é difícil de avaliar a competência escondida atrás dos desenhos do Nilson, enfrentando o ineditismo e a complexidade dos detalhes das estruturas metálicas das placas, dos hexágonos e das estrelas. E, falando em competência, é claro que nos vem à lembrança aquela que nos foi transmitida pelo Igor, a quem deveremos as virtudes acústicas e térmicas do auditório da UnB. Por fim, cabe registrar o esmero, o capricho e a precisão com que se houve o Sanchez, auxiliado pelo Flávio, na confecção da bela maquete agora definitivamente incorporada ao projeto, impecavelmente fotografada pelo George Dubugras, mostrando o auditório inserido no conjunto das edificações que o cercam. A todos eles, nossos agradecimentos pela colaboração.

EQUIPE TÉCNICA

Matheus Gorovitz, Ernesto Guilherme Walter Marc Mimram, Igor Sresnewsy, Silvano Silva Pereira, Zadi Paranyba Duarte, Lidia Seba Semerene, George Dubugras, Jairo Cesar Bandeira Coelho, Mary Nozu, Regina Celia Cunico, Jorge Luiz Miranda de Nazaré, Antonio Sanchez Sales e Flavio de Faria Rodrigues.

Matheus Gorovitz e Ernesto Guilherme Walter são arquitetos.

Resumen

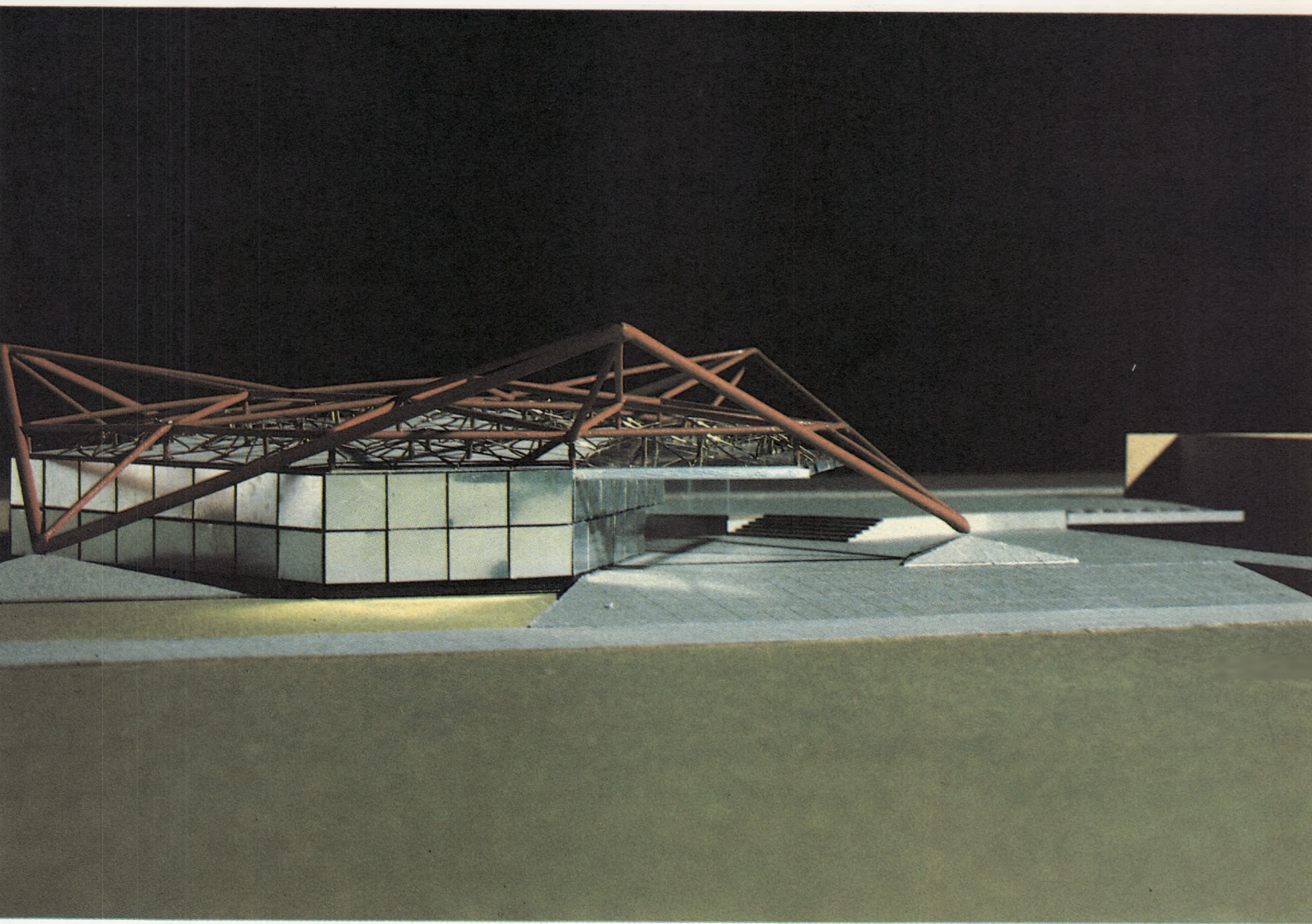
Formas atrevidas en la Estructura Estelar

El auditorium de la UnB. Junto con los 30 años que se conmemoran, —tenemos una UnB que no fue. Este proyecto no salió del papel, el auditorium no fue construido— de este modo se homenajean todos los sueños e ideales no concretados que rodean las formas futuristas de la UnB. Se trata de una memoria para el futuro.

Abstract

Bold forms forged in stellar structure

Alongside the Brasilia University that has come to be over the past 30 years (currently being celebrated), there is another university that has not been. This project did not come off the drawing board; the auditorium was never built. The idea is to pay homage to all the unrealized dreams and ideals that dwell among Brasilia University's futuristic forms. This is a memorial for the future.



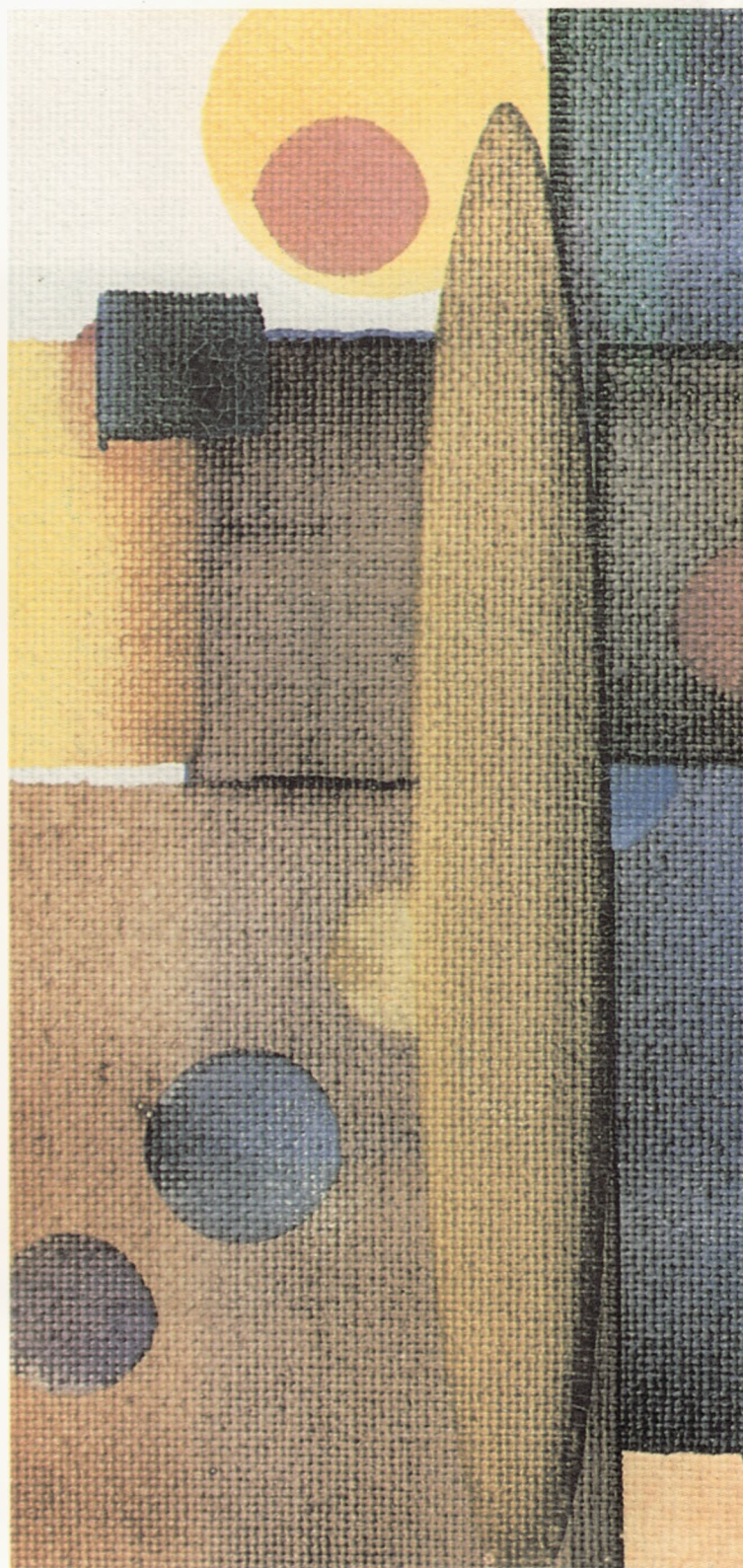
O contraste com os edifícios existentes caracteriza o encontro dos volumes

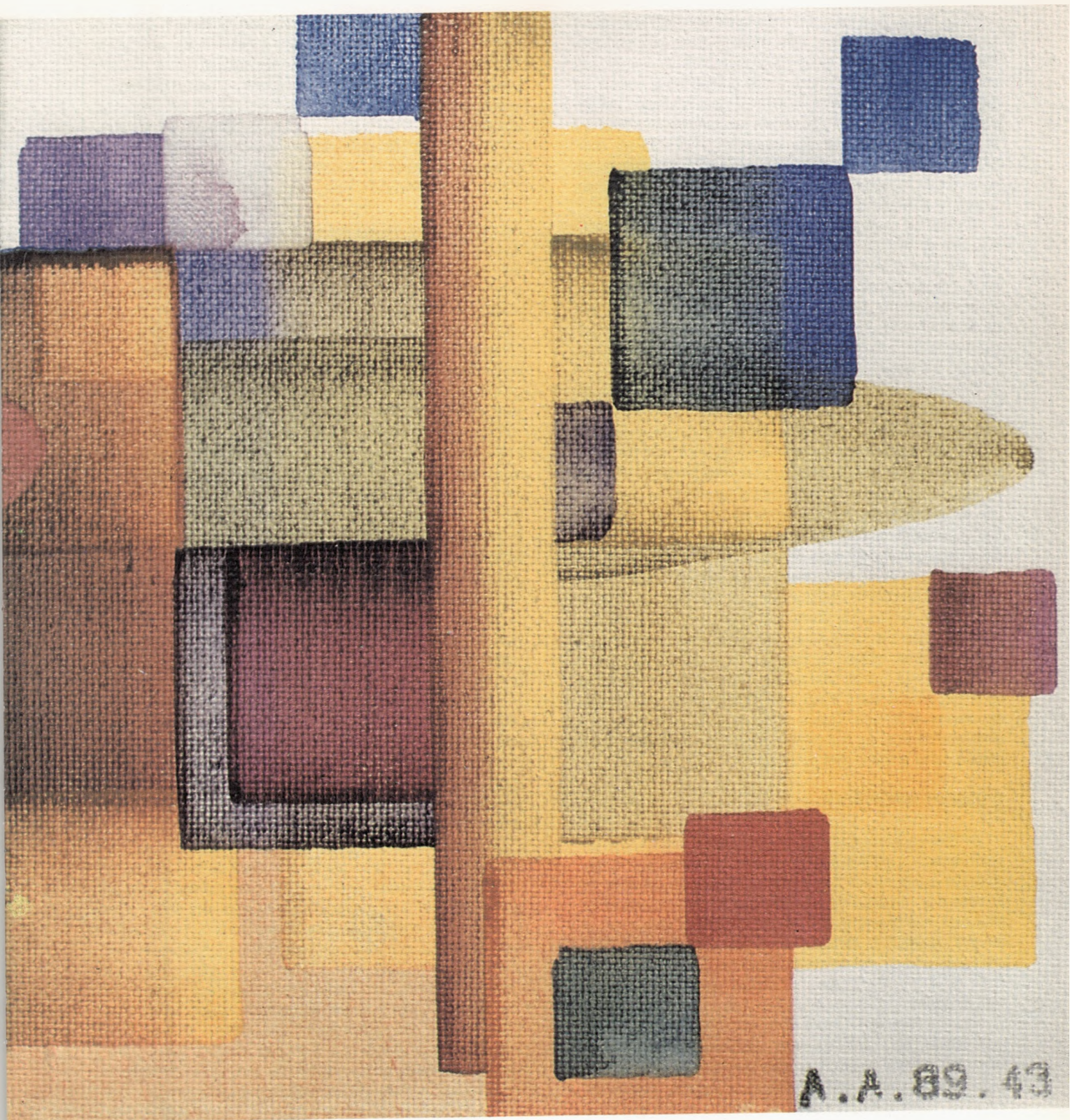
SÍNTESE DE IMAGENS COM PEDAÇOS DE TEMPO



ALÉM DO ENCANTO IMEDIATO DO SOM, OBSERVA-SE QUE A MÚSICA E SUA ORGANIZAÇÃO POSSUEM ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA O ENTENDIMENTO DE COMO OPERAM NOSSAS PERCEPÇÕES. COM ISTO, PRETENDE-SE OPERACIONALIZAR UMA VERDADEIRA GENÉTICA DA COMPREENSÃO HUMANA ENVOLVIDA NA ARTE DOS RITMOS.

ALUIZIO ARCELA





Viagem à Euterpe. Interpretação cromática de partitura polifônica em objetos intervalares

Tudo indica ser a música a única forma perceptível em que o tempo comum dos relógios reina absoluto como ator principal. Pode-se até dizer que todos os ingredientes da música são constituídos do próprio *tempo*. Desde o ritmo até a melodia, do timbre à harmonia, nada mais há a não ser o tempo. Tempos grandes para durações de peças inteiras, tempos intermediários nas frases melódicas, tempos dançantes na divisão por compasso, tempos contáveis na configuração do ritmo, milimétricos na evolução espectral, microscópicos na forma de onda, simultâneos no contraponto.

Quando se analisa a forma musical nas suas bases genéticas, isto é, quando se visita o interior dos intervalos musicais, que são pura e simplesmente a convivência perceptual de dois sons, conclui-se que o tempo primordial da música é uma estrutura de informação possuidora de algo como uma hierarquia de acontecimentos. Isto lhe confere o poder de ligar momentos não contíguos, isto é, o poder de estabelecer um elo entre o passado e o futuro.

Desta forma, o trato com a música deixará de ser apenas através da correlação entre o fenômeno sônico estrito e os mecanismos psicofísicos, para se tornar algo mais próximo da circunstância biológica dos seres vivos — isso por intermédio de *máquinas de tempo* que manipulam a *inteligência* contida nas formas. As estruturas de dados que imprimem uma conformação ao tempo, e que representam o produto dessas máquinas, são nascidas de uma aritmética peculiar e podem ser computadas independentemente do fenômeno.

Para que se produzam formas perceptíveis, há que se fazer a leitura das características físicas de cada *momento* que é estabelecido na metrificação do tempo. Esses *momentos* correspondem também a fontes luminosas dispostas em lugares bem determinados no espaço de medição, de modo que há, no final das contas, não apenas uma música adormecida nas entranhas do tempo, mas também a sua irmã gêmea, isto é, uma imagem de mesma genealogia. Desse ponto de vista, uma imagem é uma peça musical em que os movimentos são tão rápidos que é preciso *parar* o tempo para se apreciá-la.

O OBJETO INTERVALAR

Da mesma forma que o átomo está para a matéria, o *intervalo musical* é um conceito que existe em música para dar significação à sua menor forma possível. Sendo as melodias, os acordes e as divisões rítmicas constituídas por populações de intervalos, não poderá existir uma música menor do que um intervalo¹. Na tradição da teoria da música, essas partículas são chamadas *oitava*, *quinta perfeita*, *quarta justa*, *terça maior*, *terça menor*, *sexta*, *sétima*, etc., o que, para o leigo, nada haverá de dizer.

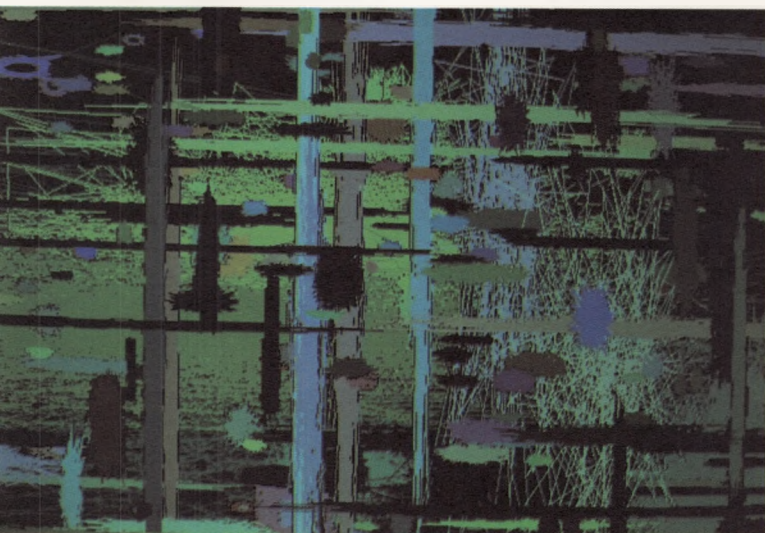
Algumas culturas — como a hindu — desenvolveram um léxico mais familiar para seus sistemas musicais, atribuindo a cada intervalo o adjetivo alusivo à suposta sensação que ele provoca, como *alegre*, *viril*, *triste*, *agressivo*, *resignado*, *insensível*, *vigoroso*, entre outros. Neste caso, embora pareça que o trabalho de costurar os sons fique mais fácil, haja vista o conhecimento prévio da reação psicológica associada a cada intervalo, do ponto de vista da construção formal da música, o sistema, por não estipular uma correlação forte e irrefutável entre o *no-*

me dado e o fenômeno psicofísico, não funcionará. Ocorre o mesmo problema com a luz, pois, a despeito da indiscutível abrangência, todas as culturas da humanidade juntas não são capazes de criar um sistema universal de ordenação para a sensação de cor, justamente porque o nome dado tem origem na ambigüidade e na diversidade das coisas coloridas da natureza, como as flores (*amarelo jasmim*, *vermelho gerânio*,...) as frutas (*verde abacate*, *amarelo limão*,...) as nações (*azul da Pérsia*, *vermelho da China*,...) os minerais (*verde esmeralda*, *azul petróleo*,...) os mares e o firmamento (*azul marinho*, *azul celeste*,...) os animais (*branco marfim*, *vermelho sangue*,...) os pintores (*violeta de Botticelli*, *azul de Rafael*,...) e até, ainda que raramente, as sensações — quase sempre empregadas de modo grotesco, seja em português (*amarelo cheguei*), seja em inglês (*forget-me-not-blue*). Conforme veremos adiante, para se construir um sistema capaz de ordenar e quantificar a percepção das cores, foi preciso a reconciliação (provisória) da arte com a ciência.

Em termos físicos, o intervalo é a simultaneidade de *dois* sons puros cujas frequências estão entre si na razão de dois números inteiros. Assim, 2:1 é uma oitava, 3:2 é a quinta, 5:3 a sexta maior, 6:5 a terça menor, 81:64 a terça pitagórica, de modo que, em termos relativos, o intervalo é o matrimônio de um som grave com um agudo. Entretanto, dos infinitos intervalos que se podem formar com pares de frequência, apenas alguns parecem possuir significado no tecido complexo da linguagem dos sons; os intervalos atam-se uns aos outros de maneira a garantir resistência e integridade a esse tecido sonoro. Alguns intervalos se atraem naturalmente. Outros podem ser acoplados de maneira artificial. E há os que não se entendem do ponto de vista do espaço-tempo. Nos intervalos classificados como dissonantes, as estruturas geométricas de um e de outro não se complementam e os respectivos padrões rítmicos não casam.

Em termos psicofísicos, o intervalo é a percepção do espaço-tempo através da audição, a qual poderá decorrer de uma sensação agradável, desagradável, ou de qualquer outra entre um extremo e outro, em resultado da mistura dos sons grave e agudo. Dessa conjugação do mensurável com o perceptível surgem as teorias para que delas se produzam os teoremas (as peças musicais) dentro das fronteiras da percepção.

O *objeto intervalar*² nada mais é que um modelo para o intervalo musical que toma por base a física da composição de movimentos periódicos, onde existem duas maneiras com as quais é possível a representação matemática dos sons puros: (1) através da equação do *movimento harmônico simples*, que é a maneira mais comum e compreensível, posto que o movimento suave de vai-e-vem é o que há de mais primitivo em termos de fenômeno oscilatório, e (2) através das equações do *movimento circular e uniforme*, um tanto menos usuais, mas imprescindíveis ao modelo dos objetos. Embora esta segunda maneira não faça sentido para o caso de um único som — a amplitude constante do movimento circular não estará representando a qualidade que permite ao ouvido a sensação de nota musical — na convivência de vários sons puros surgem efeitos colaterais, os quais, se não tiverem presença garantida no formalismo do modelo, inviabilizarão a consistência da teoria. Um desses efeitos é o do *mascaramento*, cuja ação na audição dos sons grave e agudo que compõem o intervalo é a de impedir



Estruturas rítmicas diversas captadas por formas geométricas compatíveis com tais movimentos sonoros

que uma das alturas seja percebida, ou, numa situação extremamente peculiar, que nenhuma das duas seja percebida. Outra vez comparando com a matéria, que possui estados (sólido, líquido,...) o intervalo musical estará no estado *baixo* quando tiver a componente grave impondo a sua energia no espaço de percepção. Estará no estado *alto* quando a energia predominante for a do agudo. E estará no estado de *equilíbrio* quando ocorrer uma situação de empate na disputa pelo comando do espaço-tempo, isto é, quando as componentes grave e aguda possuírem o mesmo poder de fogo. No estado de equilíbrio ambas as alturas estarão mascaradas e se ouvirá a altura de um dos sons *ancestrais* do intervalo – os quais inexistem na realidade física, mas se criam no ouvido e na mente³.

O intervalo não estaria sendo corretamente modelado se ambos os sons fossem representados por um mesmo tipo de movimento periódico, de modo que, para capturar essa globalidade pretendida, o objeto intervalar é precisamente a composição ortogonal de um *movimento harmônico simples* (ou *mhs*) com um *movimento circular e uniforme* (ou *mcu*). O *mhs* representando o *som de altura*, isto é, o som que se impõe como altura e o *mcu* representando o *som mascarado* – aquele que é subjugado e cuja altura não se pode perceber diretamente.

O que resulta dessa composição é uma geometria tridimensional intimamente ligada a estruturas temporais, as chamadas *árvores de tempos*⁴, com as quais é possível postular que o *tempo* envolvido nos mecanismos de percepção, além de quântico, isto é, além de discreto e desigual, é também genético e computável. Cada nodo de uma árvore de tempos é uma fonte (de som ou de luz) que nascerá em um determinado instante e viverá por um certo tempo, podendo suas características físicas (frequência e intensidade) serem mensuradas no espaço de percepção com instrumentos matemáticos simples.

As árvores de tempos revelam que no interior dos objetos intervalares reside a música em estado bruto, pronta o suficiente para ser usada na construção sônica. Com a análise das propriedades topológicas das árvores extrai-se uma gramática que torna possível a formação de frases, não de notas simplesmente, mas de árvores de tempos, que trazem a informação global da música, desde os padrões rítmicos, até as estruturas tímbricas dos instrumentos a cada nota.

Da mesma forma que necessita de energia sonora para ser uma peça musical, uma quantização hierarquizada do tempo carecerá de luz para se tornar uma imagem. Algumas dificuldades surgem quando se procede a um mapeamento entre os sons e as cores, havendo inclusive entre os autores muitas imprecisões e considerações incorretas, e houve até quem supusesse que a transformação não seria possível⁵. Os obstáculos apareciam no terreno da percepção, pois enquanto a faixa de audição abrange frequências que vão de 20 a 20.000 Hz – correspondendo a um intervalo de aproximadamente 10 oitavas – a visão alcança apenas uma única oitava. Mas, assim colocada, esta realidade pode levar a uma má interpretação do problema, por sugerir que a visão tem menor capacidade perceptual que a audição.

No caso da cor-pigmento, uma cor é considerada pura se a concentração da substância-pigmento no meio que a contém for de 100%. Qualquer mistura com outro pigmento produzirá uma cor que não será reconhecida como a primeira, a menos que

seja o branco a cor adicionada. Neste caso é possível a construção de uma escala de tons para uma mesma cor – que vai da chamada cor saturada ao branco – correspondendo a concentrações da substância-pigmento de 100% até 0%, à medida que se introduz criteriosamente mais branco à mistura. Os valores desta escala são chamados *croma* ou *saturação*, enquanto que o *matiz* é a qualidade que se reconhece na cor independentemente da saturação, que é a qualidade de ser vermelho, laranja, amarelo, verde, etc. Em termos de cor-luz o matiz é a percepção do comprimento de onda, ao passo que o croma é a percepção da razão entre a intensidade da luz no comprimento de onda em questão e o nível de branco do espectro.

Em 1898 o pintor norte-americano Albert J. Munsell criou um sistema de cores⁶ juntando um certo número de cromas que foram dispostos numa sequência de modo que *parecessem* igualmente espaçados. Em seguida escureceu cada um deles com uma pequena quantidade de preto, dando origem assim a um novo conjunto de tons muito parecidos com os anteriores, mas dando a impressão de terem menos luz. E assim prosseguiu, acrescentando à última sequência sempre uma mesma quantidade de preto, até atingir o escuro total. Com isto, cada matiz tornou-se perceptualmente comensurável através de uma escala matricial de n cromas por m valores de luminância. Um elemento desta escala de luminância – uma escala na qual a energia luminosa é corrigida para compensar a variação da sensibilidade do olho com o comprimento de onda – foi chamado por Munsell de *valor*, simplesmente. Os pintores se referem a estes tons na progressão do escurecimento como uma escala de *rebaixamento* da cor⁷. Os atlas modernos de cores baseados no sistema de Munsell, bastante difundidos entre pintores, trazem cerca de 60 matizes igualmente espaçados na gama visível, cada qual com 10 valores de croma por 9 valores de luminância, perfazendo um total de 5400 tons⁸. Ainda que a metodologia de Munsell tivesse uma componente empírica bastante acentuada, o seu resultado foi de tal modo cartesiano que se evidenciava um sistema legítimo de ordenação das cores segundo a percepção. Munsell representa o equilíbrio da intuição com o conhecimento e a convivência possível da arte com a ciência.

Aproximar o sistema de ordenação de sons do sistema de cores descrito acima é primeiro compreender que não é por coincidência que o número de *cromas* visíveis – aproximadamente 10 – equipare-se ao número de *oitavas* audíveis. Nem que o número de *luminâncias* – em torno de 9 – seja igual ao número de sinais de intensidade – a *dinâmica* – que se utiliza em partituras musicais (*piano*, *pianíssimo*, *fortíssimo*, etc.). Em seguida, para que o som seja visto como luz, ao menos no âmbito de um certo formalismo, todos os sons puros devem ser agrupados numa única oitava, justamente a mais aguda que se pode ouvir. Cada um deles deverá trazer consigo uma etiqueta, onde conste a oitava a que pertencia. A maior frequência de som na oitava de referência corresponde a uma redução da frequência do violeta extremo (790.000.000.000 Hz) de 35 oitavas, o que resulta numa frequência de aproximadamente 22.000 Hz, de modo que a frequência-base da oitava pode assumir um valor em torno de 11.000 Hz. Neste mapeamento que aqui se apresenta, o valor da etiqueta de oitava corresponde ao próprio croma, desde que, por exemplo, uma nota *Mi* será reconhecida em qualquer oitava na mesma medida em que um *verde* será





Impressão ink-jet de uma estrutura musical computada no interior de intervalos musicais

identificado como tal sob qualquer saturação. A *audibilidade* (*loudness*) corresponderá à *luminância* – por serem, ambas, medidas da intensidade do estímulo. A razão entre a frequência de base e a frequência do som, em questão, elevada à oitava de referência é o número que se deve multiplicar o comprimento de onda do vermelho para se obter o matiz. Todos os sons que originalmente pertençam à oitava de referência serão mapeados em cores puras, enquanto que os sons da oitava mais grave da gama audível serão cores desbotadas próximas do branco.

A apreciação estética de peças musicais e de imagens – que se produzem com a teoria e que são expostas em salas de concerto e em galerias de arte – se constitui numa preciosa peça para avaliação e correção dos rumos da pesquisa em música. A experiência tem demonstrado que, se este público não se manifesta favoravelmente, algo vai mal, significando que o trabalho naquela ocasião estaria à *deriva* em relação ao que poderia ser o seu real destino. Obviamente, quando a *crítica* é favorável o suficiente, acredita-se que as bússolas estejam bem ajustadas.

Um dos rumos atuais da investigação em música diz respeito aos modelos do funcionamento neuronal, nos quais o tempo desempenha um papel-chave, que é indissociável de suas bases conceituais. Nos autores McCulloch & Pitts⁹, a idéia de *quantum de tempo* em um neurônio refere-se a um período latente de adição, durante o qual os sinais provenientes de outros neurônios podem ser somados. Se o valor da soma ultrapassar um certo limiar, o sistema produzirá um sinal (possivelmente com frequência fundamental e amplitude bem determinadas) destinado a uma outra unidade neural. Considerando-se que os sinais de entrada chegam em instantes diferentes ao longo da vigência do *quantum* de tempo, há indícios de que existe nas estações neuronais uma computação temporal, ainda que incerta e resistente a formalizações. Os mesmos autores¹⁰ levantaram a hipótese da existência de um dispositivo de espaço-tempo que, fazendo uso do mesmo *hardware* do processamento temporal, pudesse fazer as vezes da dimensão espacial.

No veio de idéias e intuições aberto pelos trabalhos da década de 40 surgiram os *perceptrons* – definidos como a menor máquina capaz de *aprender*. E dentre os modelos que a literatura registra, o que se descreve em Minsky & Papert¹¹ baseia-se em esquemas de processamento de padrões geométricos. Como sabemos, é na geometria que a razão se sente bem à vontade. Mas, o que deixa incompletos esses modelos é o fato de não darem uma forma ao tempo. Sempre que falamos, escrevemos ou apenas pensamos, o tempo assume uma forma na contrapartida do espaço. Deixá-lo correr à toa é negar sua existência. Afinal, a simples noção de morte descontinua a idéia de um tempo que não pára.

Como o *objeto intervalar* é um dispositivo que processa pedaços de tempo e computa uma geometria associada a fontes de luzes e a fontes sonoras, ele poderá ser tomado como uma unidade de percepção, uma espécie de *autômato*¹² *intervalar*. Os *autômatos intervalares* são máquinas computacionais que operam uma aritmética não de números, mas de tempos, e o fazem tomando por elementos primitivos as próprias árvores de tempos. Assim, eles são capazes de estabelecer uma cronologia para coordenar as comunicações nos agregados neuronais, de modo que a percepção resultará da interpretação de uma linguagem feita não apenas de formas geométricas, mas também de

sons e de cores; porque não haverá significado global sem estas qualidades.

Se estes sinais de intercomunicação neuronal forem sinais musicais, isto é, se as frequências envolvidas constituírem grupos harmônicos finitos, os pensamentos funcionarão como se uma partitura estivesse em execução por uma grande, uma enorme orquestra.

De certo modo, o sistema biológico responsável pela memória humana pode ser visto como uma *máquina de tempos* que é capaz de empreender viagens ao passado para capturar a gênese espectral do acontecimento que será lembrado, e, assim, reconstituir as cores, as formas e os sons envolvidos na *sensação de lembrança* dos fatos ocorridos.

Aluizio Arcela é professor do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília.

Notas

1. ARBIB, M. A. *Brains, machines, and mathematics*. Springer-Verlag, 1987.
2. ARCELA, A. "As árvores de tempos e a configuração genética dos intervalos musicais". Rio de Janeiro, Dissertação de doutorado, PUC/RJ, 1984.
3. GOETHE, J. W. *Le traité de couleurs*. (trad. H. Bideau). Paris, Triades, 1973.
4. HELMHOLTZ, H. *On the sensations of tone*. (trad. A. J. Ellis). Nova Iorque, Dover, 1954.
5. HINDEMITH, P. *The craft of musical composition*. (trad. A. Mendel). Nova Iorque, Schott, vol. I, 1968.
6. JO, K & HONDA, K. *Color atlas 5510*. Kyoto, Mitsumura Suiko Shoin, 1986.
7. McCULLOCH, W. S. & PITTS, W. "A logical calculus of the ideas immanent in nervous activity". *Bulletin of Mathematical Biophysics* 5: pp. 115-133, 1943.
8. MINSKY, M. L. & PAPERT, S. A. *Perceptrons: an introduction to computational geometry*. Cambridge, The MIT Press, 1969.
9. MUNSELL, A. H. *A grammar of color*. Nova Iorque, Van Nostrand Reinhold, 1969.
10. PEDROSA, I. *Da cor à cor inexistente*. Editora Universidade de Brasília, 1982.
11. PITTS, W. & McCULLOCH, W. S. "How we know universals: the perception of auditory and visual forms". *Bulletin of Mathematical Biophysics*, 9: pp. 127-147, 1947.
12. TERHARDT, E. "Pitch, consonance and harmony". *Journal of the Acoustical Society of America*, 55: pp. 1061-1069, 1974.

Resumen

Síntesis de imágenes con pedazos de tiempo

Además del encanto inmediato del sonido, se observa que la música y su organización poseen elementos fundamentales para el entendimiento de cómo operan nuestras percepciones. Con esto, se pretenden operacionalizar una verdadera genética de la comprensión humana envuelta en el arte de los ritmos.

Abstract

Blending images with fragments of time

Besides the immediate allure of sound, it is clear that music and the way it is organized shed important light on how our perceptions operate. The aim is to disclose a veritable genetics of human comprehension at work in the art of rhythms.

O DIREITO ACHADO NA RUA

Ilustração: ZÉLUCA



ENTRE AS INOVAÇÕES ACADÊMICAS DESENVOLVIDAS NA UnB, DESTACA-SE O IMPOR-
TANTE TRABALHO REALIZADO PELOS PROFESSORES QUE HERDARAM DE ROBERTO
LYRA FILHO A CHAMADA NOVA ESCOLA JURÍDICA BRASILEIRA. DIVERSIFICAM-SE OS
PAPÉIS E AS RESPONSABILIDADES DO DIREITO POR MEIO DA INTEGRAÇÃO COMPRE-
ENSIVA DE SEUS DETERMINANTES SOCIAIS. A PRÁTICA JURÍDICA É CONTEXTUALIZA-
DA, OBTENDO-SE, COM ISSO, UMA APLICAÇÃO E INTELIGIBILIDADE MAIS SEGURAS.



O DIREITO ACHADO NA RUA: CONCEPÇÃO E PRÁTICA

JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR

O direito achado na rua, lançado inicialmente em 1987 como um curso a distância em publicação produzida pelo Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos e pelo Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância da UnB está, hoje, em sua 3ª edição. A origem imediata deste projeto é a solicitação de advogados de assessorias jurídicas populares, de comissões de direitos humanos e de movimentos sociais e suas organizações urbanas e rurais, no sentido de que a Universidade desenvolvesse um programa capaz de atender às expectativas de uma reflexão acerca da práxis social constituída na sua experiência comum de luta por justiça e por direitos.

Entretanto, a concepção de O direito achado na rua é fruto da reflexão e da prática de um grupo de intelectuais reunidos num movimento denominado Nova Escola Jurídica Brasileira, cujo principal expoente foi o professor Roberto Lyra Filho e a docência que exercitou, por cerca de trinta anos, principalmente na Universidade de Brasília.

A proposta da Nova Escola insere-se na conjuntura de luta social e de crítica teórica, como pensamento alternativo, heterodoxo e não-conformista, voltado para a formulação de uma concepção jurídica de transformação social. Trata-se de uma leitura dialética do fenômeno jurídico, cuja captação se dá num plano alargado de sua manifestação positivada, isto é, a partir da realidade plural de múltiplos ordenamentos sociais e do aparecer de seus respectivos projetos de organização política.

O processo de amadurecimento teórico da Nova Escola desenvolveu-se, inicialmente, por meio da *Revista Direito &*

Avesso. Fundada em 1982 como Boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira, esta publicação definiu-se desde logo: "Este boletim chama-se Direito e Avesso porque o discurso jurídico tem o lado direito – científico e filosófico – e um avesso – ideológico. Nosso objetivo é cultivar o primeiro e combater o segundo (lutando, inclusive, contra qualquer vestígio dele em nós mesmos)." No seu primeiro número, adotando o posicionamento assinado por Roberto Lyra Filho, procuramos assinalar: "não adotamos o rótulo de escola por dogmatismo; as nossas conclusões não formam corpo de doutrina a ser engolida como um catecismo. Reconhecemos, tão-só, que, na pesquisa e reflexão, há menos probabilidade de erro, quando empreendidas em trabalho de companheiros associados, formando um vivo entreposto de trocas intelectuais. Escola, para nós, quer dizer fraternidade, entrosamento e comunhão de esforços, que se escoram reciprocamente e se reajustam à crítica dos consórcios. Nossos princípios comuns têm, por isto, flexibilidade, apesar da firmeza do engajamento e compromisso".

Várias, contudo, são as formas de inserção do novo pensamento jurídico na problemática social de nosso tempo. Na Universidade de Brasília, por exemplo, com a retomada dos compromissos de democratização do saber, criaram-se as condições, sobretudo com a implantação dos Núcleos Temáticos Interdisciplinares, para realimentar o debate acerca da função, do sentido e dos modos de produção ao conhecimento científico e das múltiplas transições que determinam o seu valor para a percepção dos pontos de integração dos fenômenos na vida social. (Sobre os modos de conhecer no paradigma da interdisciplinaridade e a perspectiva do Núcleo de Estudos Para a Paz e os Direitos humanos veja este número de *Humanidades*.)

A identificação do paradigma teórico, pois, da proposta da Nova Escola e o significado de sua contribuição podem ser encontrados em *Direito e Avesso*, já mencionada, na Revista *Humanidades* nº 11 ("A Nova Filosofia Jurídica"); em *Doxa – Problemas Abiertos en la Filosofía del Derecho*, Universidad de Alicante, Espanha, 1 ("A Nova Escola Jurídica Brasileira") e no meu *Para uma Crítica da Eficácia do Direito*.

Neste paradigma, a práxis derivada das exigências de uma conjuntura de luta social e de crítica teórica que conduz à construção de um saber alternativo, naturalmente comprometido com a análise da estrutura social, tendo por objeto a sua transformação nacional. Neste processo, diz Lyra Filho, o direito só pode ser compreendido como a enunciação dos princípios de uma legítima organização social da liberdade. Com efeito, diz ele, "o direito não é; ele se faz, nesse processo histórico de libertação – enquanto desvenda progressivamente os impedimentos da liberdade não-lesiva aos demais. Nasce na rua, no clamor dos espoliados e oprimidos e sua filtragem nas normas costumeiras e legais tanto pode gerar produtos autênticos (isto é, atendendo ao ponto atual mais avançado de conscientização dos melhores padrões de liberdade em convivência), quanto produtos falsificados (isto é, a negação do direito do próprio veículo de sua efetivação, que assim se torna um organismo canceroso, como as leis que ainda por aí representam a chancela da iniquidade, a pretexto da consagração do direito)".

Assumindo um posicionamento que designa humanismo dialético, Lyra Filho vai ratificar a opção de um posicionamento que é político e teórico: "adotando esse caminho – ele diz – o huma-

nismo dialético está mais próximo da prática, da vida jurídica real, do que a teoria legalista (não confundamos a legalidade com o legalismo que é a sua transformação em fetiche, desconhecendo tudo o que fica juridicamente situado fora do bitolamento legislativo e canonizando como jurídico tudo que ali se põe, ainda que não seja o direito autêntico, mas o soco do autoritarismo)".

É desta tomada de posição que vai, exatamente, extrair o sentido simbólico que imprime ao projeto: "Por isso mesmo dei à exposição sistemática do meu humanismo dialético, num compêndio alternativo de *Introdução à ciência do direito*, o título de *Direito achado na rua*, que aplica ao nosso campo de estudos o epigrama hegeliano nº 3 de Marx (Marx-Engels, 1983, EB, 608): "Kant e Fichte buscavam o país distante, pelo gosto de andar lá no munda da lua, mas eu tento só ver, sem viés deformante, o que pude encontrar bem no meio da rua" (*Desordem e Processo*, Sergio Fabris Editor, Porto Alegre, 1986).

A rua aí, evidentemente, é o espaço público e, desnecessário explicar, o lugar simbólico do acontecimento, do protesto, do gesto paradigmático que, como divisa Marshal Berman, "transforma a multidão de solitários urbanos em povo e reivindica a rua da cidade para a vida humana" (*Tudo que é sólido desmancha no ar*, Companhia das Letras, 1987). Entre nós, antes, nesta percepção de reivindicar a rua para a vida humana, para a dignidade e para os direitos, Castro Alves havia indicado: "A praça! A praça é do povo/ Como o céu do condor/ É o antro a liberdade/ Cria águias em seu calor/ Senhor!... pois quereis a praça?! Desgraçada a população/ Só tem a rua de seu..." (*O povo ao poder*, Editora Nova Aguilar, 1976).

Numa perspectiva que articula sua matriz teórica à concepção de O direito achado na rua, podem ser anotados os comentários de Maria Célia Paoli, da Universidade de São Paulo, referindo-se às características do projeto como "a rica e renovada produção recente dos pensadores jurídicos que, nesta década, buscam refletir sobre as relações entre direito e justiça" (*Estudos Avançados – Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP*, v. 3, nº 7. Especificamente sobre O direito achado na rua, ver neste número de *Humanidades* o trabalho preparado por esta autora.)

De igual modo, Antonio Carlos Wolkmer, no livro *Introdução ao pensamento jurídico crítico* (Editora Acadêmica, 1991), faz uma abordagem sistematizadora e localiza o projeto no pensamento jurídico crítico brasileiro. Para Wolkmer, configurando o que denomina de tendência representada pelo "humanismo dialético de raiz neo-hegeliano-marxista", tem-se que "indiscutivelmente, em termos de repercussão e penetração, a principal expressão intelectual de todo o pensamento crítico-dialético no Brasil é Roberto Lyra Filho, o fundador da Nova Escola Jurídica Brasileira (NAIR) e o criador da *Revista Direito & Avesso*". Após discutir as bases teóricas de seu processo de formação crítica, Wolkmer localiza o prosseguimento deste processo enquanto objetivo de "fundamentar a proposta de um direito novo, que, em contexto alternativo, possa se prestar ao projeto de ampliação da capacidade popular de auto-exercitar a sua participação como agente determinante, ativo e soberano no encaminhamento de seus interesses e na direção de seu próprio destino", pondo em relevo, nesse passo, a contribuição prática de mobilização pelo direito de morar e das ações comunitárias

orientadas em movimentos de resistências objetivando o pleno direito da cidadania, enquanto articulação do projeto "O direito achado na rua" e prática do "Núcleo de estudos para Paz e Direitos Humanos da UnB.

Mais recentemente, José Eduardo Farias e Celso Campilongo, da Universidade de São Paulo, lançaram o livro *A Sociologia Jurídica no Brasil* (Sérgio Antônio Fabris Editor, 1991), dedicando uma seção a O direito achado na rua. Para estes autores, o projeto da UnB, "como o próprio nome indica, tem uma preocupação não tanto com o direito dos códigos, ensinado nas faculdades, mas com as diferentes formas jurídicas efetivamente praticadas nas relações sociais. Optando por uma análise 'crítica' do direito estatal, questionando as estratégias de neutralização e despolitização estabelecidas pela dogmática jurídica e privilegiando a transformação social em detrimento da permanência das instituições jurídicas, ou seja, tratando a experiência jurídica sob um ângulo assumidamente político (...) este projeto da UnB tem por objetivo agir como transmissor de informações em favor de uma ordem normativa mais legítima, desformalizada e descentralizada".

Mas, não só no Brasil houve acolhimento ao projeto, hoje, sintomaticamente incorporado também em programas de ensino formal e operando como instrumento crítico de introdução ao estudo do direito. (A este propósito, consulte-se o recente *OAB ensino jurídico: diagnóstico, perspectivas e propostas*, 1992. Entre outras considerações notadamente: Luciano Oliveira – *Ilegalidade e direito alternativo: notas para evitar alguns equívocos* – "Numa palavra, os movimentos sociais vão – segundo Miguel Pressburger – desvendando o Direito" (1987-1988:1). Nada mais típico dessa perspectiva, aliás, do que o Curso de extensão universitária a distância promovido pelo Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos da UnB, e que se chama, precisamente, "O direito achado na rua" (Souza Júnior, 1987)"; Luis Alberto Warat – *Confissões pedagógicas diante da crise do ensino jurídico* – "Não quero encerrar este inventário de nomes, sem mencionar os professores Roberto Lyra Filho, José Geraldo de Sousa Júnior e José Eduardo Faria, os quais tentam mostrar, com diferentes modalidades, a direção política do direito. A contribuição de Lyra foi extremamente significativa, mesmo depois de sua morte: de norte a sul do país os estudantes homenagearam sua memória, criando centros de estudo sobre o seu pensamento. José Geraldo de Sousa Júnior e Alaíde Santana, conservando o legado de Lyra, realizaram um projeto de divulgação popular do conhecimento jurídico, chamado "O direito achado na rua". José Eduardo Faria foi o sociólogo do direito brasileiro mais importante da década, destacando-se as suas contribuições na análise da função social do Poder Judiciário (além de sua participação na formação dos futuros sociólogos do direito brasileiro)."

Também em outros países vem o projeto sendo difundido. Depois de figurar como tema de um dos comitês de pesquisa do XII Congresso Mundial de Sociologia, realizado em Madrid, em 1990, foi objeto de uma resenha de Newsletter, vol. XXVI, nºs 2/3, 1988, de IPRA – *International Peace Research Association*, com o título *People's law of the streets*".

Antes, na França, Andre-Jean Arnaud, então diretor do Instituto Internacional de Sociologia Jurídica de Oñati, publicou uma

recensão no nº 9, de *Droit et Société*, editada em Paris e publicada desde 1926:

“Le droit qu’on trouve dans la rue, comme cours de Faculté de droit, ce n’est pas mal! Décidément, nous avons, en France, bien du chemin à faire... dans la rue, de préférence, nous qui, après tant d’annes d’études, connaissons mieux les couloirs du Palais que les dédales des quartiers populaires...” (Ver neste número de *Humanidades* a recensão completa).

Vê-se, assim, que O direito achado na rua, ao promover uma reflexão criativa do direito, vem logrando proporcionar um espaço para o intercâmbio de experiências, em condições de atualizar as práticas de docência e de pesquisa em direito.

Este espaço vem sendo preenchido com o estímulo à problematização de novos campos de estudos para estudantes de graduação e de pós-graduação. Dois exemplos ilustram bem esta abertura temática: os trabalhos dos estudantes de graduação em direito da UnB, Bistra Stefanova Apostolova, Mauro Almeida Noleto e Inês da Fonseca Porto – “Sujeito de direito coletivo” (premiado no 1º Seminário de Pesquisa na Graduação promovido pela UnB em 1991 e publicado nos respectivos anais e “O advogado frente às novas demandas sociais” (primeiro lugar no concurso nacional de monografias promovido pela OAB do Rio de Janeiro). Estes alunos, aliás, são monitores junto ao CEAD para acompanhamento do curso O direito achado na rua e prosseguem suas pesquisas, apoiados pelo CNPq em programa de iniciação científica. Outro exemplo é o da advogada Mônica Castagna Molina, cujo projeto de dissertação para o mestrado em sociologia na Unicamp trata, exatamente, do desenvolvimento da categoria pluralismo jurídico, a partir de estudo de caso que toma o Movimento Sem-Terra como novo sujeito constitutivo de direitos.

Mais recentemente, o projeto O direito achado na rua tomou expressão como vídeo, com o mesmo nome, produzido inicialmente para o Programa Estação Ciência, da Rede Manchete de Televisão. Desenvolvido de acordo com argumento e roteiro que procuraram configurar os processos sociais de criação de direitos e de construção social da cidadania, o vídeo, agora, integrado a um programa de “vídeo-educação” coordenado pelo Centro de Produção Cultural e Educativa e pelo CEAD, da UnB, passou a constituir-se um instrumento de apoio aos programas de educação a distância. Este vídeo, de resto, acabou por receber dois prêmios num festival nacional de vídeo (14º Guaricê – Festival de Cine-Vídeo de São Luís): troféu melhor argumento, na competição oficial e menção honrosa, categoria nacional, conferida pelo projeto vídeo-escola em mostra paralela promovida pela Fundação Roberto Marinho.

Assim, a fortuna crítica do projeto prossegue e, neste instante, está em desenvolvimento um novo curso “O direito achado na rua II – Direito do Trabalho”. Com a incorporação à UnB de Roberto A. R. de Aguiar, um dos mais prestigiados formuladores do pensamento jurídico crítico brasileiro, o programa ganhou novo impulso, cuja repercussão já pode ser percebida neste projeto relativo ao direito do trabalho. Nele, destaca-se, “o direito do trabalho não pode ser estudado ou praticado sem a constante interligação com o todo social. Isso significa a necessidade de ser abordado de forma interdisciplinar, pois a relação

de trabalho é histórica, econômica, cultural, antropológica, psicológica e, sobretudo, política. Sem a construção de pontes com as ciências que tratam dessas facetas do fenômeno humano corre-se o risco de um reducionismo empobrecedor, que só servirá para enfraquecer a constante busca de relações de trabalho mais livres, mais justas e socialmente mais distributivas em termos de retribuição de salário e acesso aos produtos.” (Sobre os vínculos de Roberto Aguiar e sua percepção do projeto O direito achado na rua, ver o seu artigo neste número de *Humanidades*).

Este é, em suma, o sentido que orienta o trabalho político e teórico de O direito achado na rua. Exatamente, compreender e refletir sobre a atuação jurídica dos novos sujeitos sociais e, com base na análise das experiências populares de criação do direito:

1. determinar o espaço político no qual se desenvolvem as práticas sociais que enunciam direitos, a partir mesmo de sua constituição extralegal, por exemplo, direitos humanos;
2. definir a natureza jurídica do sujeito coletivo capaz de elaborar um projeto político de transformação social e elaborar a sua representação teórica como sujeito coletivo de direito;
3. enquadrar os dados derivados destas práticas sociais criadoras de direitos e estabelecer novas categorias jurídicas para estruturar as relações solidárias de uma sociedade alternativa em que sejam superadas as condições de espoliação e de opressão do homem pelo homem e na qual o direito possa realizar-se como um projeto de legítima organização social da liberdade.

José Geraldo de Sousa Júnior é professor do Departamento de Direito e coordena o Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos da UnB. É o organizador do curso O direito achado na rua, publicado pela UnB e é autor do argumento e co-autor do roteiro do vídeo “O direito achado na rua”.





MOVIMENTOS SOCIAIS; CIDADANIA E ESPAÇO PÚBLICO - ANO 90

MARIA CÉLIA PAOLI

Há muitas indicações que, nestas últimas décadas do século, a sociedade brasileira apresenta traços novos e contraditórios em sua realidade política. De um lado, novas formas de luta e de atores políticos tornaram-se visíveis na feitura da nova Constituição do país (1988, que selou o processo de transição da ditadura militar para um regime democrático formal), seguidos de novas representações sobre o papel do voto e da importância da opinião pública que se mobilizou nas eleições presidenciais de 1989. Durante os anos 80, alguns temas democráticos abriram seu caminho no debate sobre o presente e o futuro desta sociedade tão extremamente desigual e autoritária — como, por exemplo, a urgência em modificar o *apartheid* entre suas classes sociais, a descompressão política da sociedade civil, a necessidade de uma mudança drástica na face naturalizada da pobreza de 70% da população, a responsabilidade em construir um espaço civil cuja legitimidade modifique o autoritário funcionamento do aparato estatal. Apesar do caráter intermitente deste debate e do fato de estar sendo feito tanto em meio à hostilidade tradicional com que as elites dominantes olham a população que se organiza, como da inoperância política da grande parcela da população não-organizada — os temas da cidadania parecem estar mais presentes em muitos lugares da sociedade: nas ruas e nas casas, nos noticiários da imprensa, nos lugares de trabalho. De algum modo, isto parece apontar para uma nova sensibilidade a perspectivas políticas modificadas. O fato de, tradicionalmente, a população brasileira ser percebida como exclusivamente centrada em sua sobrevivência e, portanto, tender a igno-

rar a política como participação no espaço público, confere a esta presença da noção de cidadania um valor indicativo de mudanças nas formas como se relaciona e se debate a relação entre política e cotidiano.

De outro lado, a sociedade brasileira entra na década de noventa sentido-se diante de dificuldades inéditas em sua história. São inéditas por atingirem um debate sobre os padrões éticos exercidos tanto na política como no cotidiano: há um clima visível e audível de descrença e desesperança a respeito da viabilidade de esta sociedade inventar seu presente e seu futuro. Este clima é feito de muitas referências, que vão desde o comportamento da juventude que se debate para vislumbrar perspectivas à violência e insegurança nas ruas, passando pelo descrédito na política representativa à desmoralização das instituições públicas. O ponto central desta crise poderia ser enunciado como incidindo sobre os valores éticos que constituem a “coisa pública”, onde a constante transgressão das regras do jogo parece impedir a criação de horizontes coletivos mais duráveis, sociais e políticos. Sua origem é, dupla: a crise do próprio Estado e a crise da sociabilidade cotidiana. Do lado do Estado, a forma democrática e constitucional dos governos pós-ditadura militar falhou em aparecer como instância política com credibilidade mínima para medir os conflitos mais amplos da sociedade e os interesses em jogo, como também fracassou em organizar eficaz e racionalmente o próprio funcionamento do aparato de Estado: critérios patrimonialistas e prebendelistas foram claramente exercidos por estes governos e neles a corrupção foi aberta, a ineficiência espantosa, e o fracasso das metas e realizações prometidas ficou patente. Em uma palavra, a forma democrática e constitucional continua aberta para constituir relações políticas negociadas e legítimas. A sociabilidade cotidiana, por sua vez, tem sido duramente atingida pela deterioração da qualidade de vida que vem, sobretudo, pela recessão econômica: estagnação do emprego, falta de perspectiva de lugar na ordem profissional, para não falar da pobreza espantosa da metade da população do país que, somada às famílias ditas “remediadas”, formam uma visível sociedade excluída que convive com as classes médias de forma extremamente tensa. Tudo isso gerou a visibilidade de atitudes que os jornais e os sociólogos detectaram como descompromisso de cada um com a coletividade e como uma perda de referências que limitavam normas e os valores até então, em tese, amplamente partilhados. O país que se orgulhava tradicionalmente como tendo uma cultura aproximativa das pessoas e que se aceitava portador de um humor acima de seus dramas e de suas desigualdades encontrou-se com a sensação do “vale-tudo”: aquém das leis, das normas, dos limites éticos.

Como conciliar esta dupla leitura da sociedade brasileira hoje, compreender este encontro direto e contraditório entre a generalização da percepção da cidadania e a generalização do sentimento de uma crise moral profunda — ambas convivendo nos mesmos espaços e tempos, nos mesmos grupos, numa mesma pessoa? Parece claro que algo de extremamente decisivo está em jogo na vida política brasileira neste final de século: a constituição de um campo conflitivo onde o investimento real por uma sociedade regida pela noção de direitos encontra-se em luta real contra uma sociedade acostumada a lidar com seus conflitos pela exclusão e pela violência daqueles que demadam

direitos. Quando a polícia militar de São Paulo chacinou brutalmente 110 pessoas detidas por crimes vários na Casa de Detenção de São Paulo, em outubro de 1992, encontrou uma cidade e um país que ainda comemorava sua apropriação do espaço de cidadania feita pelas decisivas mobilizações populares pró o *impeachment* de um presidente escandalosamente corrupto; e é de se lembrar que esta chacina ocorreu com a convivência e o endosso do governo do estado e, a julgar pelos jornais, com o apoio de parte da população.

Creio que se poderia dizer que está se configurando, no Brasil de hoje, uma luta em torno da formação de uma *cultura política* modificada, cujos sinais mais visíveis estão menos em sua enunciação como tal e mais no fato de os temas da cidadania estarem informando a indignação da opinião pública; se assim for, o campo da discussão política já foi deslocado para uma interrogação ampla que julga o sentido da ação do poder e não apenas uma situação de “ingovernabilidade” estritamente política.

Isso significa que as opiniões sobre as bases do exercício legítimo do poder deslizam, cada vez mais, das suas referências tradicionais de julgamento (o “Estado-que-dá” e o “Estado-que-faz”, ou seja, a tutela populista e/ou autoritária) para a questão da responsabilidade do Estado diante da *república*¹.

O fato novo é, portanto, que se desvanecem as esperanças depositadas em um “bom Estado” e em uma encarnação pessoal da nação que garanta a sua viabilidade. Não é apenas o julgamento do poder que se desloca; também se interroga sobre os padrões de sociabilidade política praticados no mundo como se partilha a cidade, no modo como se negociam as relações de trabalho, no modo como se resolvem os conflitos no campo, na insuportável fluidez dos limites entre violência, solidariedade e civilidade que constituem as relações cotidianas no país.

A sensação de insegurança pessoal e coletiva, que tem justificado para alguns a adoção do arbítrio e da insensibilidade diante dos dramas cotidianos (frente ao “é preciso sobreviver”), encontra em uma grande maioria a busca de referências sobre direitos e deveres que possam balizar a miséria, a crescente violência sobre os pobres (policiais dos mais violentos do mundo, pistoleiros, “esquadrões da morte”, bandidos comuns, milhões de menores abandonados e instrumentados pela repressão), a impunidade dos responsáveis, a ineficiência dos serviços sociais, a morosidade da justiça.

A indignação e a busca destas referências na cidadania, assunto cotidiano de todos os jornais e freqüentes em cada esquina, apontam para duas novidades importantes nas disposições da opinião pública: primeiro, a desnaturalização dos privilégios (tradicionalmente aceitos como atributo de quem tem poder e riqueza) e, segundo, a publicização dos negócios políticos (tradicionalmente existente apenas nas eleições).

Como teriam emergido estes sinais de um novo horizonte de valores públicos que, mesmo apenas vislumbrado, já coloca outros questionamentos para a representação da vida comum em um espaço social compartilhado? Teria vindo apenas da ausência de virtudes e de fortuna dos governos pós-ditadura militar (autodenominados de “transição democrática”), de sua incompetência e fraqueza no exercício das funções governamentais? Ou da própria inviabilidade econômica do país, às vezes dito

“ingovernável” pelo atoleiro que representa sua dívida externa diante da miséria interna? Ou ainda pela dificuldade de o país levar a sério a noção de representação parlamentar constitucional, criando políticos provincianos e corruptos que insistem em exercer a política como pacto de interesses locais, sem povo e sem conflitos?

Sem dúvida tudo isso existe, mas não creio que esgotam a questão; não é apenas a autoridade política que se encontra abalada, mas a própria integridade da sociedade que se põe como questão e como debate. É esta qualidade que faz das denúncias sobre a “desintegração” do país algo mais do que denúncias circunscritas ao momento político; faz emergir uma linguagem cada vez mais freqüente, que se pergunta sobre a validade e legitimidade das condições de existência coletiva.

Esta linguagem, por sua vez, aponta para uma elaboração da noção de cidadania e direitos que vai além da mera opinião; pois ela deve encontrar, na própria sociedade, *ações coletivas* que a enunciem concretamente, para além das idéias e das indignações. Onde encontrar a linguagem dos direitos, explicitando-se e exercitando-se como ação e como discurso?

Os relatos mais satisfatórios de como essas perspectivas democráticas são vislumbradas relacionaram-nas ao surgimento de novas formas de ação coletiva – muito semelhantes ao que é chamado mundialmente de “novos movimentos sociais” – até então pouco notadas na formação histórica da sociedade brasileira². A emergência destes movimentos sociais e populares, durante a década de 70, foi a princípio obscurecida pela excessiva atenção aos processos mais institucionais da chamada “transição democrática”; no entanto, durante toda a década de 80, estes movimentos foram capazes de dotarem-se de uma estrutura organizativa e de uma fala própria, o que mudou decisivamente a natureza das vias desta transição, complicando os conflitos sociais e políticos em causa.

Isso foi (e é) especialmente claro no caso do movimento operário, que conseguiu mobilizar-se para além dos limites das instituições oficiais que o mantinham, há mais de cinquenta anos, preso administrativa e organizacionalmente às burocracias estatais. Nos movimentos operários e sindicais dos últimos 15 anos, a luta pela autonomia organizativa e política foi além da denúncia dos aparatos repressivos onde se bloqueava o exercício de uma política classista e também além da montagem de “organizações paralelas” que agiam dentro e contra as amarras legais dos sindicatos. Esta luta foi e tem sido de fato exercida a partir de outros pontos ocupados pela presença operária. Uma pluralidade de mobilizações locais e diferenciadas, feitas no chão das fábricas, foi-se construindo, articuladas ou não a sindicatos e ativas sobretudo contra o mando patronal, abrindo, por esta via, espaço para a alteração das concepções sobre o trabalho fabril, sobre a representação sindical, sobre o que vem a ser os direitos dos trabalhadores e sua participação nos negócios públicos.

Dessas mobilizações surgiu uma noção coletiva, sem precedentes, da inserção do movimento operário em um horizonte democrático mais amplo. Cada mobilização local e organizada tornou-se um instrumento para negociar não apenas salários e condições de trabalho, mas o próprio código cultural que invalidava o direito dos trabalhadores como cidadãos plenamente ap-

tos a discutirem seu trabalho, sua classe e as políticas econômicas e industriais nas quais se situam.

Essa dinâmica foi essencial para a construção de sindicatos autônomos e, depois, para a formação de centrais sindicais como formas novas de organização e expressão operárias, montadas, aliás, à revelia da legislação vigente na época (1983). Que hoje essas formas de organização estejam reconhecidas como legítimas e constitucionais mostra que se normalizou aquilo que parecia como potencialmente perigoso e destruidor visto de uma ótica conservadora. O fundamental é que, como se assinala frequentemente, o exercício de uma prática saída diretamente das condições sociais deu espaços, ainda que inesperados e não tão seguros, para a criação de novos direitos que ancoram novas percepções de justiça e de política.

Alguns outros exemplos podem ser mencionados para mostrar como grupos sociais, diversificados pela elaboração de uma identidade própria que inventa novos direitos, podem ser lidos como perspectiva para uma nova cultura política. A crescente visibilidade das mulheres, feministas ou não, no debate político veio de uma presença diversificada em espaços múltiplos – nos órgãos públicos, na representação de interesses populares mais amplos, como interlocutoras formais e informais na formulação de políticas públicas, na informação e formação de direitos das mulheres no mercado de trabalho, na legislação, na cultura, nas políticas partidárias.

Os movimentos negros, por sua vez, vêm criando uma nova identidade pela releitura de valores e tradições que informam o tradicional e não abertamente admitido preconceito racial que opera rotineiramente na vida social brasileira. Requalificar o racismo representa redefinir uma identidade, buscada em outras leituras históricas da herança escravocrata do país. Ao mesmo tempo, isto baseia uma atuação também diversificada, que vai desde as assessorias em órgãos públicos da administração educacional e cultural até práticas associativas autônomas.

No campo, a guerra civil por um direito à terra que possa ser regido por concepções próprias aos camponeses e trabalhadores rurais varreu a imagem de incapacidade política de que estes eram portadores.

Nem mesmo as nações indígenas – sujeitas aos julgamentos que mais as desvalorizam como atores políticos – aceitaram o

tradicional veredito da sociedade que lhes prognosticava uma morte inevitável diante de uma modernização inevitável. Articularam-se em uma organização que afirma seus direitos a uma identidade temporal e a uma identidade espacial próprias à sua cultura e que representa seus interesses diante da sociedade nacional. Além disso, conseguiram estabelecer um diálogo com os diferentes povos da floresta, e juntos demandam o direito a serem respeitados em sua diferença.

Finalmente, há os grupos que, nas cidades, lutam por níveis dignos de reprodução social – por casa, por saúde, por educação, por transporte, por creches, por alimentação – e que existem em cada cidade de grande e médio portes do país. São movimentos que elaboram, por diferentes canais, um campo múltiplo de ação societária, mal coberto pela enunciação homogênea que deles faz a sociologia – “movimentos sociais urbanos”.

É evidente que, em todos e em cada exemplo mencionados acima, dificuldades, refluxos e divisões aparecem e reaparecem ao longo da história desses movimentos. É que eles não eram, ao final das contas, um bloco unitário de interesses que visasse ao poder instituído para instaurar, uma vez dentro dele, a sonhada democracia. Não eram, também, “meios” de se estabelecer uma democracia direta, popular, como sonharam alguns militantes políticos. O que os movimentos sociais são, e têm sido, está na descoberta que fazem de si mesmos como atores políticos, ou seja, na idéia e no exercício de uma participação equivalente, diferenciada e coletiva na condução dos assuntos públicos que lhes dizem respeito – por mais localizados que sejam. A sua importância não está no localismo e no comunitarismo de sua mobilização coletiva, mas no alcance que há, em cada uma destas mobilizações e ações, em sua enunciação como sujeitos coletivos de direitos.

É esta enunciação que aponta para uma nova cultura política, exercida ainda desarticulada e fragmentariamente no espaço social. No entanto, sob seu efeito, inaugura-se concretamente uma noção de cidadania não-idealizada nem abstrata, que põe em movimento uma referência para a própria sociedade, mesmo que esta atribua outras origens para a figuração de si como sociedade que aspira à cidadania. Por que é assim?

Esse texto procura mostrar que a efetividade da noção de direitos, produzida pelos movimentos sociais contemporâneos, no Brasil, só pode ser adequadamente avaliada à luz da herança histórica que este país construiu para a sua modernidade – uma herança histórica que conseguiu urbanizar e industrializar o país sem, na verdade, *republicanizá-lo* no sentido integral da palavra.

O Brasil, onde os movimentos sociais nascem, comemora cem anos da instauração política da República sem que, como aponta Marilena Chauí³ seja capaz de operar a distinção entre arbítrio e transgressão, entre o público e o privado, de fazer valer a igualdade jurídica formal, de modificar uma forte hierarquia de privilégios, de superar uma complexa e variada estrutura de preconceitos, de responder com uma outra linguagem, que não a tradicional violência, às reivindicações coletivas populares. Por outro lado, é uma herança histórica que instrumentalizou a noção de cidadania para reforçar a tutela das elites e do Estado sobre as classes populares, tornando a noção de direitos e de lei algo exterior à *experiência* coletiva de vida: não só despoliti-



DIVULGAÇÃO NO EXTERIOR

Resenha do O Direito Achado na Rua, por Adré-Jean Arnaud, publicado em *Droit et Société-Revue internationale de theorie du droit et de sociologie juridique*, Paris, nº 3.

O direito achado na rua como curso da faculdade de direito – isso não é mal. Decididamente, temos, na França, muito caminho a percorrer... na rua, de preferência. Nós que, após tantos anos de estudo, conhecemos melhor as cores do Palácio que os labirintos dos bairros populares. O curso em questão revela uma nova concepção de ensino do direito. É fruto de um trabalho coletivo que tem por núcleo os estudos pela paz e direitos do homem. A equipe responsável pela realização do curso é coordenada por José Geraldo de Sousa Júnior.

Tema 1: Ideologias e filosofia; positivismo e jusnaturalismo; ciência antidogmática do direito. **Tema 2:** Direito, sociedade civil, Estado e lei. A sociologia e a dialética social do direito. **Tema 3:** Normas jurídicas e outras normas sociais. **Tema 4:** Direito de resistência; reforma e revolução; soberania popular; legitimidade, cidadania. **Tema 5:** Dialética dos direitos do homem: direitos individuais e sociais; classes e grupos sociais. **Tema 6:** Hermenêutica: fontes, interpretação e aplicação do direito; o "uso alternativo do direito". **Tema 7:** Jurisprudência progressista, ministério público mediador entre a sociedade civil e o Estado, e função social do advogado. **Tema 8:** Constituição e direito: um modelo avançado de organização social legítima da liberdade.

Os autores se preocupam constantemente em relacionar a teoria com a situação política, social e econômica de seu país. Sem dúvida que os estudantes encontrarão no livro motivos de interesse para as questões jurídicas que não são nunca sacrificadas em prol de militâncias... ou ainda é preciso qualificar de militância as posições de Santo Tomás de Aquino, que vincula claramente questões do direito com as de rebelião, obediência à autoridade com legitimidade da propriedade. Uma boa ocasião para renovar a dimensão política e social do direito.

zou a experiência dos direitos como desenraizou o conhecimento desses como descoberta da sociedade.

Ao construir a noção de cidadania nos próprios domínios da ação coletiva, os movimentos sociais de hoje tentam exercer uma qualidade longamente reprimida: o exercício coletivo, e diferenciado, das faculdades políticas do cidadão comum e a legitimidade das iniciativas populares de proposição e participação nas leis democráticas.

DUAS EXPERIÊNCIAS DE SE CONHECER A CIDADANIA: A HERANÇA HISTÓRICA

Decifrar uma sociedade que, em seu caminho para a modernidade, evitou confrontar-se com a figura universal do cidadão moderno e construir uma esfera pública intermediadora de seus conflitos implica, antes de mais nada, compreender o lugar que nela foi aberto para alocar simbolicamente (e, portanto, politicamente), suas novas classes subalternas. Por este lugar entendo as concepções simbólicas sobre o caráter, os atributos, as possibilidades e os limites assignados aos trabalhadores comuns, pelos quais é possível ler as características prevaletentes de toda uma concepção que a sociedade faz de si mesma. Quais as concepções que comandaram a divisão do poder e das classes sociais na história do Brasil moderno? Quais as regras simbólicas que operaram a legitimidade possível da desigualdade capitalista que se implantava?

Creio não estar reduzindo, excessivamente, a complexa experiência da modernidade brasileira quando a resumo a dois modelos de ajustamento possíveis entre a figura do trabalhador livre e a do cidadão, tentados em períodos diferentes de sua história, mas persistentes como referências e critérios para situar as classes populares em seu espaço social⁴.

O primeiro é formado no peculiar republicanism liberal brasileiro, originalmente adotado entre as últimas décadas do século XIX e as três primeiras décadas deste século. Ele institui uma experiência de proletarização dentro do que Azis Simão chamou de "ordem privada do trabalho", ou seja, dentro do "direito privado de determinar as condições de locação da força de trabalho"⁵.

Isso significava que o poder de mando patronal era exercido de modo tão arbitrário e hierárquico quanto o fora na experiência assalariada que existiu nos interstícios da ordem escravista: as relações de trabalho eram governadas por acordos verbais entre patrões e empregados, sem nenhuma forma semelhante a de um contrato de trabalho com garantias legais. Essa matriz privada de autoridade permitiu uma exploração selvagem e dilapidadora dos trabalhadores comuns e pobres, tendeu a corroer a plausibilidade de suas formas de sociabilidade ordenada e tornou grande parte de suas vidas um espaço de miséria, violência e arbítrio. As condições de trabalho registradas em documentos variados mostram que este trabalhador comum era visto como um verdadeiro *pária* – no sentido proposto por Hannah Arendt – sobretudo a partir do lugar que ocupavam na figuração simbólica da hierarquia de desigualdades sociais. Não aparecem como sujeitos válidos da equivalência jurídica republicana, mas precisamente como pessoas constituídas por um lugar aquém ou fora dela. É de se notar que, como norma e valor aceito pela sociedade, esta situação vigorou por mais de quarenta anos e que, como situação "informal" de fato, persiste para além da existência posterior de uma regulamentação trabalhista.

A situação de "párias" se apóia, evidentemente, em um ancoramento negativo da figura dos trabalhadores na ordem dominante, traço que se aprofunda quando estes trabalhadores começam a organizar-se, valorizando seu trabalho e protestando, através de greves, contra o estilo senhorial de mando de seus patrões. Se, dóceis, os trabalhadores eram homogeneizados como *pobres* genéricos, merecedores de caridade, assistência

e favor mas jamais de direitos; rebeldes, eram objeto de uma violência extremada, apolada na figuração de uma "plebe rude" e de uma "escória sem pátria", (esta última expressão referia-se aos três milhões de imigrantes europeus que entraram no país neste período).

Claramente, a falência em produzir um liberalismo real que construísse as regras para a transição da ordem escravista para as relações capitalistas de produção emoldurou esta imagem dos *desiderata* liberais clássicos – como a livre expressão, a discussão pública e a livre associação – não apenas não valiam, como, provavelmente, eram consideradas incoerentes e sem sentido pelas elites dirigentes apenas recém-urbanizadas.

É bastante provável que, no interior desta cultura política, a experiência proletária tenha sido expatriada para o mundo privado, desde que privada da expressão pública e da legitimidade a demandar responsabilidade política sobre suas condições de trabalho. Até emergir um movimento operário organizado, com uma imprensa independente, as experiências proletária e popular foram elaboradas nos planos familiar e da vizinhança, e neles foi construída uma outra interpretação de si mesmos e da sociedade onde viviam e trabalhavam. É esta outra interpretação que monta as revoltas localizadas e as tentativas mais amplas de organizações operárias, teimosamente repetidas e reprimidas em um ciclo exasperante de rebeldia e repressão. A cada revolta, os trabalhadores tomaram posse do seu lugar positivo diante de uma ordem social que não os acolhia e foi no confronto que fizeram sua experiência de identidade e dignidade coletivas.

Das lutas que diferentes trabalhadores empreenderam, em diferentes lugares do país e em diferentes formas de organização, durante estes quarenta anos, surgiu uma formulação que, em certo sentido, modificava aquilo que estava em causa: o direito de reconhecimento dos trabalhadores, de sua representação e de sua capacidade de negociação, ou seja, o direito de uma outra figuração da vida popular e de sua presença – sem os quais o projeto de modernidade urbana, industrial e republicana ficaria implausível. Esta formulação se expressou como "questão social" e, de seus termos, surgiu o segundo modelo de cidadania que o país experimentou: a tutela estatal desses direitos, ou, como o chamou Wanderley Guilherme dos Santos⁶, a "cidadania regulada".

Aparecendo espetacularmente no cenário político brasileiro através da intervenção autoritária de um "Estado Novo" que havia deslegitimado o liberalismo e denunciado a matriz privada de autoridade, este modelo encapsulou em suas leis e regulamentações trabalhistas todas as demandas de cidadania e de justiça que haviam sido contruídas na própria ação coletiva dos trabalhadores.

Através de uma novidade importante no aparato de Estado – um ministério para os assuntos do trabalho e da indústria – o novo governo instituiu dois conjuntos de leis para os trabalhadores. O primeiro lhes concedia "amparo": uma jornada de trabalho de oito horas, o direito ao emprego, a férias, a descanso semanal, à segurança nos locais de trabalho, a condições especiais para mulheres e crianças trabalhadoras e, sobretudo, a um salário mínimo e à aposentadoria. O segundo era uma lei sindical que reconhecia o direito a organizar-se, desde que os sindicatos seguissem o modelo legal formulado pelo governo, e que incluía o arranjo de suas disposições internas, quem poderia ser

sócio, como deveriam ser suas finanças, quais deveriam ser suas lutas e filiações; e incluía fiscalização direta governamental sobre tudo isso, além do direito do governo em intervir no sindicato e destituir suas lideranças caso este não estivesse cumprindo a lei. O primeiro conjunto de direitos subordinou-se ao segundo, de modo que a figura dos direitos passou do trabalhador ao sindicato e este, ao invés de representar os trabalhadores diante dos patrões e da lei, passou a ser um representante do Estado diante dos trabalhadores: uma investidura estatal.

Foi neste segundo modelo que a sociedade brasileira realmente criou a sua noção real de cidadania, acoplada à situação de trabalho controlado e imposto autoritariamente pelo Estado⁷. O direito a ter direitos ficou preso ao funcionamento das prescrições legais e formalizadas das instituições jurídicas trabalhistas governamentais, e qualquer iniciativa de proposição e participação fora deste espaço foi considerada ilegal e, portanto, sujeita à violência da repressão e da intimidação policial – o que efetivamente aconteceu nos 57 anos da vigência do modelo.

Codificando deste modo a noção e o exercício dos direitos, a lei autoritária diluiu o seu sentido político e, mais do que isto, diluiu um horizonte interpretativo em construção na prática operária, que sequer podia fiscalizar a não implantação destes direitos em seu cotidiano de trabalho – algo também considerado prerrogativa do ministério especializado.

Com isso, os direitos já enunciados burocratizaram-se e foram separados da ação e da reflexão coletivas, incapacitados por decreto a criar novos direitos. Por isso, o conhecimento das leis está apenas na instrumentalização possível que os trabalhadores possam fazer dos direitos legais previdenciários, do salário mínimo e dos serviços assistenciais do sindicato. Todo um espaço público em formação foi sistematicamente destruído pelo Estado, que reprimiu qualquer tentativa de mobilização e participação popular na organização de assuntos públicos e a partir das experiências de vida coletiva.

Como toda a sociedade foi organizada neste modelo – qualquer profissão reconhecida devia ser sindicalizada nestes moldes para poder negociar seus interesses, inclusive os empresários – foi todo o Brasil "moderno" que se subordinou ao Estado e à lei autoritária, evidentemente exercida em meio a uma bruma de violências, particularismo e ineficiências. Este modelo tornou o Estado o campo por excelência das lutas e conflitos de classes e destes, uma negociação burocratizada e repressiva que, no entanto, aparece como tendo o poder de revelar, pela sua vontade, os trabalhadores como cidadãos.

A longa duração desta experiência comum de se conhecer direitos (desde então freqüentemente associada ao indivíduo que, ocupando o cargo de presidente da República, é investido como a "pessoa-coletiva" da nação, dotada de cidadania) excluía tanto a cidadania liberal fundada na equivalência política dos indivíduos como a de uma cidadania coletiva diferenciada, fundada no exercício da participação e da ação comum.

Também foi através deste modelo que inúmeros trabalhadores ficaram *sem* cidadania, pois suas situações de trabalho não favoreciam os direitos institucionalizados: todas as ocupações da chamada "economia informal" (trabalhadores ambulantes, trabalhadores temporários, trabalhadores domésticos), bem como os desempregados, para não mencionar as mulheres e as crianças que, requerendo proteção legal excessivamente cara,

começaram a ser expulsas do mercado de trabalho a não ser quando aceitassem trabalhar "fora da lei", (o que elas aceitavam). São trabalhadores que, jogados em sua forma de ilegalidade "moderna", conseguem, nos melhores casos, constituir-se como cidadãos de segunda classe.

Assim, o Brasil moderno e o cidadão nele definido se instituíram às custas de uma dissolução das referências últimas da ação e participação coletivas que constroem um horizonte democrático. É uma herança pesada que desaba sobre as novas tentativas de formular uma outra noção de sociedade e cidadania, que não dependa de uma autoridade externa para garantir sua coesão e seu movimento. É isto o que constitui o significado primeiro dos movimentos sociais: ao proporem a autonomia da ação coletiva, eles trabalham também para a valorização de uma sociedade finalmente política, e aberta aos conflitos através de uma referência democrática: nem mais párias à política, nem mais súditos do Estado, mas cidadãos.

A DISPUTA PELA CIDADANIA: OS CONFLITOS PARA A CRIAÇÃO DE UMA NOVA CULTURA POLÍTICA

Poder-se-ia objetar que os novos movimentos sociais, embora restabelecendo, de modo inovador, o liame entre ação coletiva e direitos, não conseguem generalizar de modo significativo suas lutas e conquistas e, portanto, não se universalizam como perspectiva de um outro horizonte político para a sociedade.

Com efeito, é freqüente este argumento na literatura sociológica crítica a respeito dos movimentos sociais: aponta-se para seu caráter intermitente, cíclico e defensivo, para a fragmentação de seus interesses, para o imediatismo da ação e para o localismo de seu alcance, para a noção corporativa de direitos que elaboram e para o comunitarismo de suas identificações. Aponta-se também para a recusa que têm das formas de representação política instituídas, deduzindo-se daí a sua incapacidade para formular projetos mais abrangentes⁸.

Gostaria de polemizar brevemente, ao final deste artigo, com este tipo de argumento, indicando em seguida alguns dos espaços sociais onde sua "eficácia" pode ser lida: primeiro no impacto que provocaram no pensamento e nas práticas jurídicas exercidos no país; e segundo, nas mudanças, já perceptíveis, no

modo como se implanta certas políticas sociais em contextos onde existem mobilizações populares. Ambos os efeitos são visíveis em práticas fragmentárias e localizadas, mas a freqüência de seu acontecer já gerou brechas profundas no sentido das políticas oficiais e dos instrumentos formais instituídos, abrindo-se para significações de grande alcance.

A crescente legitimidade dos movimentos sociais em sua luta por direitos humanos e sociais e seu efeito potencial na mudança dos padrões valorativos, pelos quais a sociedade brasileira visualiza seus grupos populares questionou profundamente a auto-imagem dos juristas em seu papel de mediadores efetivos dos conflitos sociais dentro de uma ordem institucional essencialmente normativa⁹.

Isso ficou claro com a dolorosa consciência da crescente perda de legitimidade de sentenças judiciais, descumpridas ou desconsideradas em casos como greves fabris consideradas ilegais mas que continuam, de fato, forçando negociações diretas entre operários e empregadores sem a intermediação necessária da justiça estatal; em invasões rurais e urbanas que se recusam a deixar as terras ociosas de proprietários particulares e outros muitos litígios, onde a atitude hostil dos movimentos populares em relação a juízes e tribunais, investidos tradicionalmente de pouquíssima credibilidade, gerava o fortalecimento ao recurso do confronto direto.

A partir de um certo momento, no entanto, estes movimentos passaram a requerer um tipo de garantia jurídica a seus ganhos, que não apenas acomodasse institucionalmente as demandas populares especificadas aos direitos já existentes, mas uma prática jurídica que *criasse* uma nova legalidade para direitos enunciados nas ações coletivas populares. A montagem de serviços de assessoria jurídica a organizações populares, bem como a liberdade interpretativa das leis vigentes em sentenças judiciais sobre conflitos por direitos sociais trouxeram ao nível prático a questão, até então plenamente acadêmica, de como construir uma "ordem alternativa" onde a legitimidade das demandas populares encontrasse a legalidade de um novo contrato

e isto parece estar sendo conseguido à medida que negociações políticas (que movimentam representações simbólicas sobre o justo e o injusto, o certo e o errado) invadem os processos judiciais e jurisdicionam o tratamento de novas reivindicações que se enunciam como novos direitos.

Ao mesmo tempo, o pensamento jurídico que reflete sobre estas práticas passou a entender o significado daquilo que Santos chamou de "modos de produção da lei e do poder social"¹⁰, ou seja, a existência de várias ordens legais, coexistentes em sua diversidade e significado, ocultadas pelo monopólio do Estado na enunciação do direito. Foi preciso, no Brasil, que os movimentos sociais rompessem os muitos silêncios que permitem a hegemonia deste monopólio para que juízes, advogados e pensadores jurídicos, situando-se em nível onde se produz esta ruptura, evidenciassem a urgência de uma nova enunciação da legitimidade; uma enunciação cuja importância ultrapassa as circunstâncias do conflito porque opera uma mudança na própria ordem simbólica¹¹.

Algo diverso, mas também importante, acontece no modo como certas políticas sociais são implantadas em contextos sociais organizados por movimentos reivindicativos de direitos de sobrevivência. Tradicionalmente ineficazes em dois sentidos im-



portantes: o de regular os processos de formação, qualificação e distribuição da força de trabalho (como sugere Uffe quando pensa nas políticas sociais do mundo central)¹² e o de gerir em um nível politicamente aceitável os conflitos sociais (como sugere Santos)¹³, as políticas sociais no Brasil mantiveram um caráter emergencial e assistencialista da imensa pobreza criada ao longo de sua história moderna.

Isso não seria espantoso se o Brasil não contasse com um grande sistema previdenciário, cujo nível de gastos sociais chega a 18% do seu produto nacional bruto¹⁴. Analistas indicam que o imenso aparato da previdência social no país tem funcionado, desde seu começo, como o maior mecanismo de controle político dos trabalhadores, por reproduzir o clientelismo e o corporativismo da tradição da cidadania regulada. É um sistema que foi criado em uma ditadura e notavelmente expandido em outra.

Além disso, a burocratização constrói caminhos confusos que faz desaparecer recursos, ou os faz aparecer como moeda corrente da manipulação eleitoral. E em meio a esta "ineficiência" dos serviços previdenciários públicos, acoplados ao modo de funcionamento das relações de trabalho, a miséria aprofunda-se de modo espantoso.

As recentes investigações sobre as decisões de implementação de políticas sociais têm mostrado que, nos locais do país onde existem associações organizadas populares, a perspectiva assistencialista modificou-se completamente ao integrar-se tais associações como participantes da gestão dos programas¹⁵. Isso abriu todo um campo conflitivo entre os técnicos governamentais e as reivindicações organizadas, produzindo efeitos construtivos e disruptivos em ambos os lados.

O principal a ser destacado, no entanto, é que a questão da desigualdade, da justiça e dos direitos passou a ser o crivo principal por onde passam as prioridades, os limites e alcances dos programas, a dinâmica das reivindicações não-atendidas, a proposição de alternativas e a criação de novas práticas reivindicativas. Apesar de todas as dificuldades, significou que o domínio público passou a ser efetivamente público, isto é, debatido, conflituoso, negociado, e, sobretudo, incluindo a participação plural como prática e discurso fundado sobre o significado dos direitos.

Isso significa que, nestas brechas que começam a tentar romper as tradicionais práticas autoritárias – sem garantias de êxito, sem seguranças, com significados mutáveis – a onipotência das práticas de poder é quebrada por ter sido obrigada a aceitar a representação positiva de seu *outro*: reconhecer sua diversidade, reconhecê-lo como sujeito de direitos, com um poder efetivo de ação e de representação.

Estas sumárias indicações a respeito da presença e do impacto dos movimentos sociais contemporâneos na sociedade brasileira (e talvez também em alguns outros países latino-americanos) têm menos o propósito de demonstrar uma "eficácia política" de sua ação do que apontar a sua capacidade de dotar significado positivo à esfera política, ou seja, de lhe dar sentido e história. Ao mesmo tempo, mostram que sua mobilização muda a qualidade e o modo de entendimento do que vem a ser "participação popular": sendo ação coletiva localizada e diferenciada, é ao mesmo tempo algo que vai além da ação, como momentos de descoberta do mundo diversificado e conflitivo, onde os "pobres e carentes" se descobrem como cidadãos

destinados ao exercício das práticas, da reflexão, do debate e das incertezas sobre a condução dos assuntos públicos.

Maria Celia Paoli é professora do departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

Notas

1. Marilena Chaufl, *Conformismo e resistência*. São Paulo, Brasiliense, 1986. Ver também: Chaufl, M. *Reflexões de cidadania*. Discurso de posse na Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo, 2.1.89.
2. Eder Sader, *Quando novos personagens entram em cena*, São Paulo, Paz e Terra, 1988. Ver também Vera Silva Telles, *A experiência do autoritarismo e as práticas instituintes*, dissertação de mestrado, USP, 1984; Paulo Singer e Vinicius C. Brandr, *São Paulo, o povo em movimento*, Vozes, 1980; Ruth Cardoso, "Movimentos sociais, balanço crítico" em Sorj e Almeida (org.), *Sociedade e política no Brasil pós-64*. Brasiliense, 1983; Laís Abramo, *O resgate da dignidade*, dissertação de mestrado, USP, 1986; Sílvia Caccia-Bava, *Práticas cotidianas e movimentos sociais*, dissertação de mestrado, USP, 1983; Nabil Bonduki, *Construindo territórios da utopia*, tese de mestrado, USP, 1987; Irlis Barreira, *Refazendo a política*, tese de doutorado, USP, 1987; e Maria Celia Paoli e Eder Sader, "Sobre classes populares no pensamento sociológico brasileiro" em Cardoso, R. (org.) *A aventura antropológica*, Paz e Terra, 1986.
3. Marilena Chaufl, *Conformismo e resistência*. Brasiliense, São Paulo, 1986.
4. Maria Celia Paoli, "Trabalhadores e cidadania". *Estudos avançados*, IEA/USP, vol 3. nº 7, 1989.
5. Azis Simão, *Sindicato e Estado*. São Paulo, Dominus, 1966.
6. Wanderley Guilherme Santos. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro, 1979.
7. Maria Celia Paoli. *Labour, law and the state in Brazil*. Tese de doutoramento, Universidade de Londres, 1987. Angela Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Vertice, 1988.
8. Esta discussão é sistematizada em Inaiá Carvalho e Ruth Laniado, "Rediscutindo o tema: movimentos sociais e democracia". ANPOCS, 1989, mimeo.
9. José Eduardo Faria (org.) *Direito e justiça: a função social do Judiciário*. São Paulo, Ática, 1988. José Eduardo Faria, *Justiça e conflito*. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1991. José Geraldo de Sousa Júnior (org.) *O direito achado na rua*. UnB, Curso de Extensão Universitária a Distância, 3ª edição, 1991.
10. Boaventura de Sousa Santos, "On modes of production of law and social power". *International Journal of Sociology of law*. 13, 299.
11. "O direito achado na rua", publicação inovadora destinada a ser um curso a distância produzido na UnB, parece-me ser um dos melhores exemplos da nova reflexão e enunciação jurídica a que me refiro. É necessário também citar os trabalhos acadêmicos de Antonio Carlos Wolkner, José Eduardo Faria, Celso Campilargo, José Reinaldo de Lima Lopes e José Geraldo de Sousa Jr., este último também coordenador do programa acima referido.
12. Claus Offe. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
13. Boaventura de Sousa Santos. *O estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*, cap. 6. Porto, Afrontamento, 1990.
14. Sonia Miriam Draibe, "As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas". IPEA/PLAN, *Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas*. Brasília, 1990. Agradeço a Vera da Silva Telles as informações e discussões sobre o assunto.
15. Elza Braga e Irlis Barreira (org.) *A política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais*. Fundação Demócrito Rocha e Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1991.



HISTÓRICO E PROPOSTA PARA NOVAS PRÁTICAS JURÍDICAS

ROBERTO AGUIAR

1. A expressão “direito achado na rua” inquieta a todos que acreditam no direito como uma atividade tão-só dos gabinetes, das salas de audiência e dos especialistas. Além disso, ela espanta por deslocar o olhar jurídico para o povo, para a sociedade organizada, saindo do leito asséptico da norma posta pelas elites atrasadas que, de há muito, se assenhorearam deste país, confundindo-se com o próprio Estado.

Quando essa expressão forte foi esculpida pelo saudoso Roberto Lyra Filho, inaugura-se na reflexão jurídica brasileira a preocupação científica com o momento nomogenético, de modo atualizado. Não mais se aceita a negação da criação jurídica como um fenômeno metajurídico, entendimento tão caro aos herdeiros do pensamento de Kelsen. Nem é mais possível dizer-se que o Estado é a única fonte do direito, como esse pensador entendia. Por outro lado, também não é mais possível trabalhar com a dialética triádica abstrata de Reale, que situa no fato e no valor a origem das normas. Da mesma forma, a visão de Cássio, marcada pela influência fenomenológica, não pode mais dar conta do direito, pois o insere como um interferente na conduta intersubjetiva.

Todas as concepções levantadas tem como característica trabalhar no abstrato, entender o direito como um fenômeno essencialmente estatal, no máximo concedendo ao “costume” a condição de fonte do direito.

A leitura dessa expressão forte desloca para a sociedade concreta, desigual e contraditória, o olhar do jurista, forçando-o a se situar no interior dessas contradições, retirando a possibili-

dade epistemológica da neutralidade como o selo da conduta dos doutrinadores e dos operadores do direito. O direito passa a ser o locus onde as contradições, as lutas, os jogos, os debates e as conquistas se dão. Ele sai da condição de um corpo normativo conservado criogenicamente para se tornar vivo, comprometido, ideológico, simbólico e conforme as preocupações mais atualizadas da filosofia, da ciência em geral e das ciências sociais em particular. O ser humano concreto, de carne, sangue e sonho toma o lugar da “parte”, do “requerente”, do “réu”. O cidadão substitui o sujeito abstrato dos códigos e o ator processual limitado pelas capas dos autos. Ele também poderá fazer valer seus direitos positivos, ele participará das contendas processuais, mas os fundamentos dessas condutas estarão plantados na concretude de sua existência, na sua participação na sociedade e na sua organização enquanto cidadão.

A partir desse olhar, a neutralidade desaparece e o direito se torna um campo de expressão de valores, onde os setores mais atrasados de uma sociedade periférica e de capitalismo tardio, se defrontam em embates concretos com os setores transformadores e com a massa de desvalidos, que lutam para ter voz e vez numa sociedade desigual.

Este, em nosso entender, é o primeiro recado que “O direito achado na rua” apresenta à sociedade.

2. É na Universidade de Brasília que esse aporte teórico/prático se desenvolve, a partir da contribuição de dois de seus professores: Roberto Lyra Filho e José Geraldo de Sousa Júnior.

Inicialmente, é preciso consignar a luta desses pesquisadores para tornar conhecido esse entendimento de direito. O paradoxo, reconhecemos, é que O direito achado na rua, enquanto movimento originário, desencadeia por todo o Brasil uma oxigenação da teoria e da prática jurídicas, repercutindo também em países estrangeiros da América Latina e da Europa, enquanto, na própria Universidade, ele é observado com receio, ou mesmo com aquela tolerância benigna e corrosiva por certos setores ligados à juridicidade, que se negam a uma discussão séria, frontal e vivificadora, de grande importância para o avanço científico e pedagógico da própria área jurídica. É triste verificar que, ainda na instituição-fonte, a importância científica e política desse pensamento não tenha sido percebida, enquanto em outras instituições públicas e particulares, como a Universidade Federal de Santa Catarina, por exemplo, as versões renovadas de direito são objeto de dissertações de mestrado, teses de doutorado, tornando-se também disciplinas de graduação e pós-graduação.

Sob a denominação “direito achado na rua”, podemos vislumbrar várias facetas de produção: a teórica, e pedagógica, a de participação cidadã. Evidentemente elas estão interimplicadas em uma unidade orgânica.

Em termos teóricos, a produção científica de Roberto Lyra Filho foi de importância fundamental para lançar os marcos para a renovação do pensamento jurídico. Ressaltamos, aqui, algumas de suas obras mais significativas: *Criminologia dialética*. Rio de Janeiro, Borsoi, 1972; *A filosofia jurídica nos Estados Unidos da América*. Porto Alegre, Fabris, 1977, “A carta aberta a um jovem criminólogo”. *Revista de Direito Penal*, nº 28, Rio de Janeiro, 1979; *Para um direito sem dogmas*. Porto Alegre, Fabris, 1980; *O direito que se ensina errado*. Brasília, CADIR (UnB), 1980; *Problemas atuais do ensino jurídico*. Brasília, Editora Obreira, 1981; *O que é direito*. São

Paulo, Brasiliense, 1982; "A criminologia radical". *Revista de Direito Penal*, nº 31, Rio de Janeiro, 1982; *A reconciliação de Prometeu*, Centro de Estudos Dialéticos, 1983, (*Revista Humanidades*, nº 20, 1989); "Humanismo dialético". *Direito & Avesso*, nº 3, Brasília, 1983; *Karl, meu amigo; diálogo com Marx sobre o direito*. Porto Alegre, Fabris, 1983; *Por que estudar direito hoje?* Brasília, Edições Nair Ltda, 1984; *Pesquisa em que direito?* Brasília, Edições Nair Ltda., 1984. Aqui tão somente listamos parte de sua produção, com o fito de ressaltar sua importância para o aprofundamento do tratamento dialético do direito, seja em seus aspectos teóricos, seja no campo educativo.

José Geraldo de Sousa Júnior continua e aprofunda o trabalho científico, enfocando sua atenção aos aspectos da crítica às teorias tradicionais do direito e às questões ligadas à cidadania e à emergência dos novos atores sociais que se constituem nos novos sujeitos de direito. Destacamos aqui algumas de suas obras: "Para uma crítica da eficácia do direito". Porto Alegre, Fabris, 1984 (dissertação de mestrado. 1981); "Fundamentação teórica do direito de morar". *Direito & Avesso*, 1982; "Ser constituinte". *Revista Humanidades*, nº 11, 1986; "Ser gente e cidadão". *Revista Humanidades*, nº 19, 1989; "A nova Constituição e os direitos do cidadão". *Revista Vozes*, 1988; "Movimentos sociais—emergência de novos sujeitos: o sujeito coletivo de direito" in *Lições de direito alternativo 1*, São Paulo, Acadêmica, 1991.

A produção desses dois professores indubitavelmente contribuiu para uma renovação radical no pensamento jurídico de nosso país. Para evidenciar sua importância, queremos aqui pontuar alguns aspectos teóricos fundamentais, acompanhando a obra "O direito achado na rua", curso da Universidade de Brasília, CEAD, 1987.

2.1 O direito achado na rua aponta para uma posição científica que supera o positivismo e rejeita o jusnaturalismo, procurando construir uma ciência jurídica antidogmática, que assume as contradições da história, a dimensão ideológica do conhecimento humano e o caráter político da origem normativa, que não pode ser vista como um processo neutro, mas uma cristalização de interesses e projetos de seres concretos, situados na história e pertencentes a grupos sociais determinados. A leitura renova-

da de Marx fundamenta essas reflexões, que são enriquecidas pelas contribuições atuais de Boaventura de Souza Santos.

2.2. O tratamento da juridicidade está referido à sociedade concreta. Os conceitos de sociedade política e sociedade civil trazidos à tona por Hegel e reelaborados pelos pensadores marxistas são instrumentos de análise da emergência do direito moderno e contemporâneo no interior de sociedades conflitivas, que albergam interesses e projetos contraditórios. Assumindo essa posição, "O direito achado na rua" situa a juridicidade como um fenômeno a ser estudado pelos instrumentos das ciências sociais. O direito não é uma ciência normativa-ética, nem é uma ciência das normas postas. O direito tem de trabalhar com a globalidade do ser humano, imerso e atuando na concretude da história, nas contradições da sociedade e nos conflitos existenciais e materiais que a sua própria condição humana impõe. A fonte e o destinatário dos preceitos jurídicos é o cidadão e o Estado é um dos instrumentos (o hegemônico) para a realização desse direito.

2.3. A consequência desse entendimento leva "O direito achado na rua" a rejeitar as concepções monistas do direito, que o entendem como emanção estatal. O direito passa a ser plural. Não mais um só ordenamento jurídico sacralizado pelo Estado, mas vários ordenamentos em luta, pois os despossuídos, os dominados, na medida em que se organizam, criam direitos paralelos e forçam o direito hegemônico a se modificar, ou mesmo desaparecer, no caso de uma revolução.

2.4. Por isso, a preocupação de "O direito achado na rua" com o direito de resistência, com a classificação das diferenças entre revolução e reforma, com a legitimidade, a soberania popular e a cidadania. Essa visão nova obriga, cientificamente, o estudo dos novos sujeitos de direito. Não mais aquela estrita individualidade, mas o ser humano coletivamente organizado, conquistando espaços jurídico-políticos na sociedade conflitiva. Essa concepção responde às demandas da contemporaneidade, superando o padrão napoleônico que marca nossos doutrinadores e que atrela o mundo jurídico às concepções da Primeira Revolução Industrial, no limiar do século XXI.

2.5. O consectário desse pensamento é a revisão conceitual dos direitos humanos, que saem da categoria de pautas programáticas para se constituírem em bandeiras e princípios decorrentes de lutas históricas, que devem ser defendidos e ampliados pelo exercício vigilante e permanente da cidadania organizada. Assim, os direitos subjetivos saem da neutralidade e passam a ser fundamentados em valores que sobrepõem as interpretações restritas das normas positivadas. O direito não está posto, o direito é um perpétuo *in fieri*, ligado aos embates dos grupos e classes sociais e à concretização da dignidade traduzida pelos direitos humanos.

2.6. Essas concepções levam, necessariamente, à renovação das práticas jurídicas, à revisão do uso do direito, à modificação da exegese, à revalorização dos preceitos constitucionais, a partir não mais da legalidade em sentido estrito, mas da legitimidade ou não do direito que rege determinada sociedade.

3. Sob o ponto de vista pedagógico, "O direito achado na rua" tem desenvolvido atividades em duas pontas do processo pedagógico. De um lado, por intermédio da atividade docente de Roberto Lyra Filho e, atualmente, de José Geraldo de Sousa Júnior, um trabalho tutorial está sendo desenvolvido, com um



atendimento personalizado de alunos de graduação em direito e outros cursos da Universidade. O resultado é promissor. Vários desses alunos são professores em universidades públicas e privadas por todo país, outros se dedicam, de modo renovado, às práticas jurídicas, além dos que se encaminharam para mestrados e doutorados no país e no exterior. A outra ponta é representada pelo ensino a distância, que problematiza e discute com milhares de interessados os temas e concepções produzidos pelo “O direito achado na rua”.

Isso possibilitou o desdobramento dessa nova visão jurídica. Como exemplos citamos o tão discutido direito alternativo cuja matriz teórico-prática está no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O IAJUP – Instituto de Apoio Jurídico Popular no Rio de Janeiro, O GAJOP – Gabinete de Assessoria Jurídica a Organizações Populares, em Recife, a ANAP – Associação Nacional dos Advogados de Lutas Populares, com sede em Goiânia, os Juízes para a Democracia em São Paulo, para citar alguns.

A Nova Escola Jurídica, defendida por Roberto Lyra Filho, transcendeu os seus limites e hoje integra um movimento nacional e internacional de renovação epistemológica, teórica e técnica do direito.

4. Outra dimensão que percebemos em “O direito achado na rua” é seu sentido de participação. Ele não é um movimento que se conforma em permanecer entre quatro paredes observando o mundo. Seu papel participativo traduz-se em momentos cruciais de nosso país, quando os direitos humanos são feridos, quando a Lei Maior foi discutida, quando a democracia periclitou. Tal atividade foi de tanta importância que gerou o NEP – Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos da Universidade de Brasília, instância sistematizadora e pedagógica desse pensamento.

5. Analisamos “O direito achado na rua” sob alguns ângulos para mostrar sua significação para o país e para a Universidade, em particular. Cabe agora refletirmos sobre os novos desafios que esse movimento enfrenta e tem de dar conta.

Podemos resumir esses desafios em algumas chamadas:

5.1. O desafio da ruptura dos paradigmas das ciências e a emergência de novas totalidades.

5.2. O desafio da crise do socialismo e do capitalismo e suas repercussões no direito e na cidadania.

5.3. O desafio da fragmentação do mundo, aspecto tão caro aos teóricos da pós-modernidade.

5.4. O desafio das questões ambientais, que força, até mesmo, uma redefinição do entendimento do ser humano, suas relações com a natureza e a produção que desenvolve.

5.5. O desafio da construção democrática em um país centenariamente manipulado por elites atrasadas e predadoras.

5.6. O desafio da ineficácia das instituições jurídicas para atender às demandas sociais por direitos.

5.7. O constante e perene desafio de um direito que tende a ser leniente com a miséria, o autoritarismo e a desigualdade.

5.8. O desafio de sempre renovar-se, sem preconceitos, sem ortodoxias estioladoras, nesse momento atual, onde o saber se abre, para dados novos, ao lado de uma sociedade que mostra seu tecido se esgarçando pela violência. O caso da Casa de Detenção é um exemplo atual e gritante.

5.9. O desafio da busca da função social do processo, do contrato, da posse arejando as teorias jurídicas sobre esses temas.

No fundo, “O direito achado na rua” pode ser uma das forças, dentre tantas outras, para, a se usar a expressão de Lefort, promover a invenção democrática.

6. Sendo um movimento multifacético, sua natureza é transdisciplinar. Não se reduz à área jurídica. Ele toca o cerne da condição humana, a compreensão das relações sociais, a análise dos fenômenos de poder, a produção e a distribuição dos bens e a ampliação do conceito de cidadania. Abrange tantos lados em virtude do direito estar presente em todos eles. Logo, essa tarefa não se restringe a juristas, mas necessita do concurso de todos aqueles que se dedicam à ciência e filosofia, já que o conhecimento caminha para a síntese, para as interfaces, para a criação de novas significações e linguagens, depois da fase de especialização historicamente necessária.

Todas as manifestações críticas aqui citadas nada mais são do que a procura do ser humano por um direito que espelhe sua igualdade fundamental e sua dignidade que vai se construindo dialeticamente na história.

Roberto A. R. de Aguiar é professor titular do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da UnB.

Resumen

Derecho encontrado en la calle

Entre las innovaciones académicas desarrolladas en la UnB, se destaca el importante trabajo realizado por los profesores que heredaron de Roberto Lyra Filho la llamada Nueva Escuela Jurídica Brasileña. Se diversifican los papeles y las responsabilidades del derecho mediante la integración comprensiva de sus determinantes sociales. La práctica jurídica se contextualiza, obteniéndose con eso, una aplicación e inteligibilidad más segura.

Abstract

Law encountered in the streets

Among the academic innovations that have prospered at Brasilia University, the important work carried out by professors who have inherited from Roberto Lyra Filho the legacy of the so-called New Brazilian Juridical School deserves special mention. The comprehensive integration of its social determinants diversifies the roles and responsibilities of the law. Juridical practice is contextualized thus propitiating sounder application and intelligibility.



BIBLIOTECA CENTRAL: HISTÓRIA E PERSPECTIVAS

O ASPECTO RENOVADOR DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA QUE A UnB CONCRETIZOU E DESENVOLVEU ENCONTRA-SE NA IMPLANTAÇÃO DE SUA BIBLIOTECA CENTRAL. NELA CONSTITUÍRAM-SE PESQUISAS DE PONTA RELACIONADAS COM TÉCNICAS MODERNAS DE DOCUMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE ACERVOS, ASSIM COMO O TRATAMENTO CIENTÍFICO DAS INFORMAÇÕES

ODILON PEREIRA

30
ANOS

Embora a criação das primeiras universidades brasileiras remonte à década de 1920 (a Universidade do Rio de Janeiro, posteriormente denominada Universidade do Brasil, e a Universidade de São Paulo precederam as demais), é sabido que as escolas tradicionais, que então se associaram para construir essas e as demais universidades da primeira hora, nunca souberam abdicar por completo de sua própria e tradicional autonomia, esvaziando, destarte, o conteúdo do conceito de universidade que se estava propondo para o País: maior integração das antigas escolas isoladas em institutos e faculdades; nível mais elevado de coordenação das atividades na gestão da universidade em seus aspectos macro; e delegação de poderes aos executores das políticas globais definidas na esfera da administração superior.

A esses três vinha-se juntar um terceiro desiderato: o de congregar-se num mesmo espaço físico (o *campus*) as diversas escolas, institutos ou faculdades, sempre com a mesma preocupação de economizar esforços e otimizar recursos na perseguição dos objetivos históricos colimados pela universidade.

Não eram, de fato, idéias nem inovações totalmente originais, da lavra (como é vezo creditar-se) de intelectuais brasileiros, mas sim importação, cá para os trópicos, de modelos europeu-norte-americanos bem-sucedidos naquelas plagas (tradicionalmente exportadoras de cultura e/ou de valores), onde a civilização raiou mais cedo, ou que circunstâncias de natureza vária tornaram mais afortunada.

Esse o contexto, esse o cenário, esse o momento histórico em que surgiu no panorama nacional a Universidade de Brasília, a primeira a transformar em experiência viva a concepção nova que haveria de pervadir toda a reforma universitária de 1968.

A biblioteca dessa universidade haveria de, por força das circunstâncias referidas, nascer Central e exibir todas as características históricas que contribuíram para formar a fisionomia da UnB, e que se costuma resumir num conceito singular (nas duas acepções): pioneirismo.

Como a instituição de que é parte, não poderia deixar de incluir entre suas preocupações (e missões) primeiras o atendimento, através da formação de um bem selecionado acervo documental, aos requisitos fundamentais da universidade (não apenas moderna, mas eterna): o ensino básico, a extensão, e, sobretudo, a pesquisa, seja com a preocupação (válida, embora

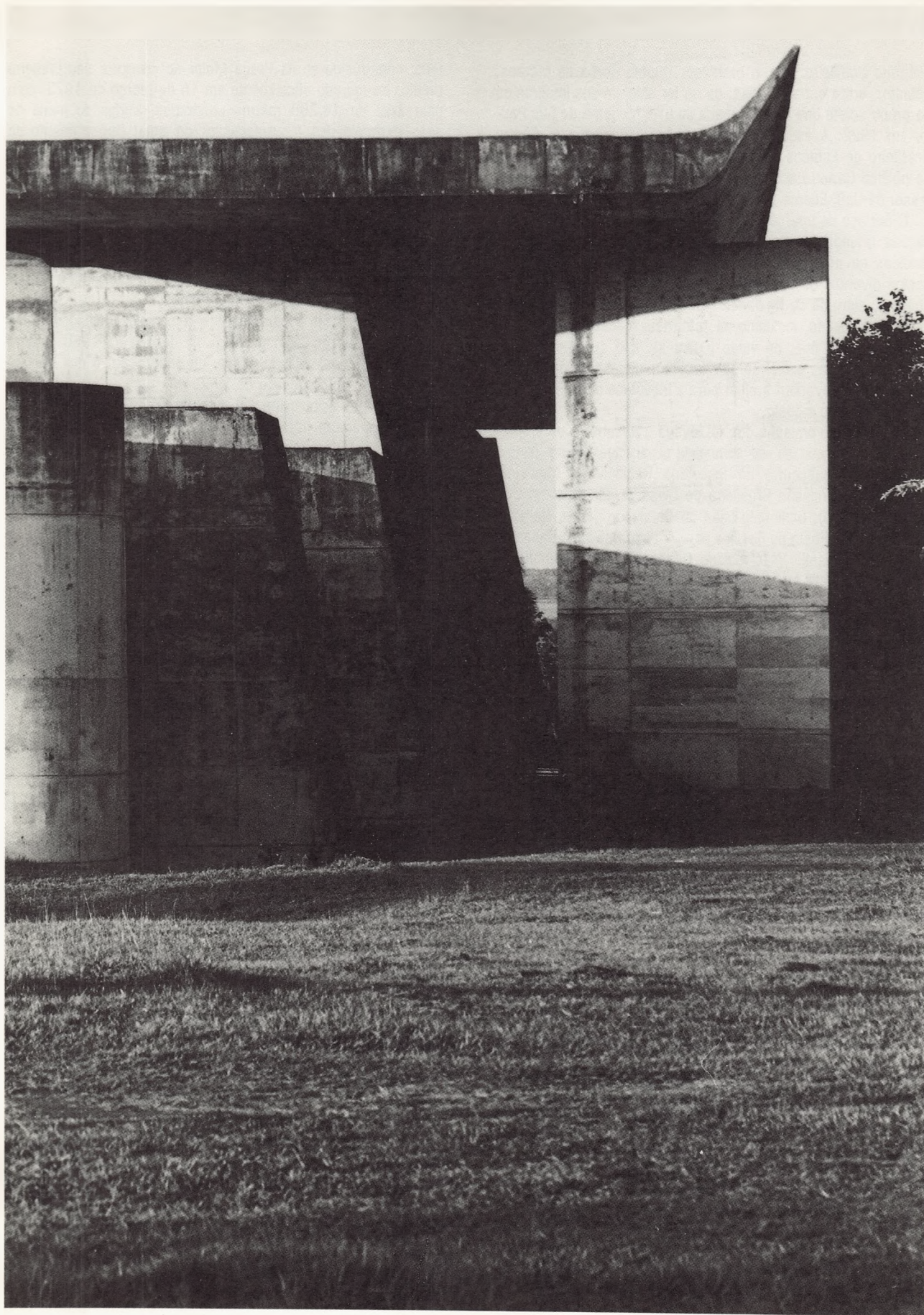
tacanha) do desenvolvimento auto-sustentado, seja com o objetivo maior do desenvolvimento puro e simples, do cumprimento da missão (que me parece nobre e suficiente) de recuar constantemente as fronteiras do conhecimento, que não conflita com outras missões menores, como a de assessoramento intelectual, científico e tecnológico a governos ou a instituições de natureza privada, nem com atividades outras a que se convencionou denominar, de uma forma um tanto vaga e abrangente, extensão.

A Biblioteca da UnB foi pioneira e líder na adoção de processos técnicos e administrativos inovadores, e apresenta-se para ingressar no terceiro milênio com a mesma carga de vitalidade e energia criadora que lhe assinalaram as origens.

Pioneira e líder a BÇE o foi ao implantar no País o conceito e a prática, vigentes em países mais avançados do Primeiro Mundo, de centralização das coleções e dos serviços. Era a consequência natural de sua localização no *campus* de uma universidade que adotara esse como um de seus princípios basilares.

No que respeita às características técnicas de sua organização, teve ela o privilégio de contar, em seus primórdios, com a colaboração de profissionais da mais reconhecida competência, não apenas em nível nacional, mas igualmente no internacional. Destacamos a atuação do professor Abner Lellis Correa Vicentini, que lhe deu a sólida estrutura organizacional que ainda hoje ostenta, em seus aspectos básicos, e consolidou na equipe de profissionais como autoridade máxima que era em classificação decimal universal, no Brasil, os conhecimentos teóricos desse sistema, então em expansão no mundo inteiro, em virtude de suas características de modernidade, de flexibilidade, de versatilidade e de abrangência da totalidade do conhecimento e da atividade humanos.

Pioneiro o foi, ainda, ao criar, organizar e tornar disponíveis coleções e serviços que nem mesmo bibliotecas mais antigas, e mesmo centenárias, possuíam à época em que se formou a da UnB, cujo núcleo inicial se constituiu a partir de valiosas bibliotecas particulares, como as dos eminentes intelectuais brasileiros, professores Homero Pires, Pedro de Almeida Moura, Hildebrando Accioly, Fernando de Azevedo, e a do crítico literário Agripino Grieco. A aquisição dessas bibliotecas permitiu que se dispusesse, desde o início, de uma preciosa coleção de estudos clássicos (considerada a melhor do país) e de uma coleção de obras raras, selecionadas sob a orientação do então maior bi-



biógrafo brasileiro vivo, o professor Rubem Borba de Moraes, detentor, entre outras glórias, da de ter sido um dos integrantes do grupo seleto que fez a Semana de Arte Moderna de São Paulo, em 1922. A essas coleções vieram juntar-se a do Centro Brasileiro de Estudos Portugueses, a do escritor Pedro Nava, a do político Carlos Lacerda e a do inesquecível helenista e professor da UnB, Eudoro de Sousa.

O Serviço de Intercâmbio de Publicações; a coleção de publicações oriundas de organismos internacionais; a de teses defendidas na própria universidade; a de documentos sobre aspectos diversos de sua vida e de sua história (memória da instituição), além da de Multimeios (à época cognominada Serviço de Documentação, incluindo microformas, mapas, discos sonoros, partituras, fitas de vídeo e filmes), são apenas algumas dessas iniciativas pioneiras que haveriam de inspirar outras instituições e as levariam a olhar para a Biblioteca da Universidade de Brasília como modelo.

Dá os compromissos que foi levada a assumir e os empreendimentos de que se viu compelida a participar foi um passo: sede de um subcentro da Biblioteca Regional de Medicina; membro da Comissão Brasileira de Classificação Decimal Universal (CB-CDU); Biblioteca-base do Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos; Posto de Serviço para Acesso Público a Bases de Dados (do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), para mencionar apenas alguns.

Tais compromissos representam naturalmente uma carga enorme de responsabilidade. E essa responsabilidade torna-se ainda maior se se levar em conta uma característica própria da Biblioteca Central (geralmente 'ignorada' até por nós próprios) que a distingue de outras bibliotecas universitárias brasileiras e a distancia (positivamente) do padrão internacional. É a que diz respeito ao fato de, ao longo de sua história, ter desempenhado cumulativamente as funções de biblioteca *universitária pública, escolar e especializada*.

Como biblioteca primordialmente universitária, mantém as portas abertas não apenas a sua própria comunidade acadêmica, mas, bem assim, às de outras instituições de ensino superior sediadas no Distrito Federal e mesmo além-fronteiras.

Em face da carência, ainda hoje, de biblioteca pública e de bibliotecas escolares à altura dos requisitos da população da capital do país, vem funcionando como sucedâneo daquelas, sendo, até, por alguns, considerada a melhor biblioteca pública/escolar de Brasília.

Biblioteca especializada é, também, no sentido de que cobre com profundidade considerável uma vasta gama de áreas do conhecimento, complementando os estudos e as pesquisas de quantos a procuram como alternativa ou reforço às coleções de outros centros de informação especializada.

No que respeita aos aspectos de arquitetura e instalações, foi não apenas a primeira biblioteca universitária no país construída para funcionar como tal, mas tem sido considerada um cartão de visita da UnB, por sua concepção e sua integração na paisagem do *campus* e de Brasília como um todo.

O crescimento da coleção, a expansão dos serviços e a afluência de uma sempre crescente comunidade de usuários internos e externos ao *campus*, tornaram premente a necessidade de uma área maior, e, sobretudo, adrede construída para funcionar como biblioteca, e biblioteca universitária. É o que foi

feito, construindo-se na Praça Maior do *campus* seu primeiro prédio, inaugurado oficialmente em 15 de março de 1973, com uma área de 16.200 metros quadrados, abrigando numa de suas extremidades o predecessor do atual Departamento de Ciência da Informação e Documentação (tradicional e universalmente identificado como Departamento, Faculdade ou Escola de *Biblioteconomia*).

Projetada para abrigar o acervo máximo de um milhão de volumes e atender a uma população diária de dois mil usuários, de há muito ultrapassou essa última cifra (atende hoje a aproximadamente três mil usuários por dia) e seu acervo já se aproxima da casa dos seiscentos mil volumes.

Esse crescimento vertiginoso e a complexificação de suas atividades fizeram com que ainda na década de 1960 fossem iniciados estudos visando a sua informatização, o que de fato ocorreu no início da década de 1980.

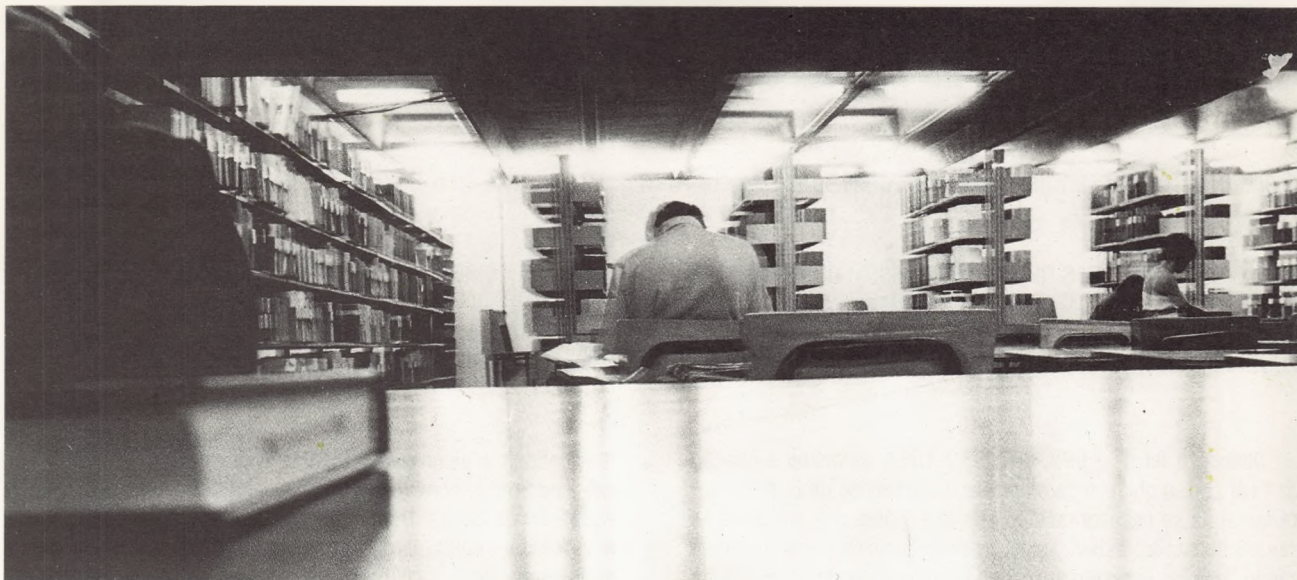
Parcial de início, e inevitavelmente sujeita aos percalços de quem se aventura por caminhos ignotos ou mal trilhados, a informatização obtida como fruto daquele esforço inicial está sendo revista e repensada para se adequar às exigências da nova realidade em que se encontra imersa a UnB dessa última década do século e do milênio.

Entre outros testemunhos de seu esforço pela integração ao mundo das novas tecnologias, sobretudo nos campos da informática e do teleprocessamento, inscreve-se sua associação aos sistemas de acesso a bases de dados nacionais e internacionais, como o *Dialog*, o *Questel*, o *STN International*, o *Orbit*, a *Bireme* e o *Prodasen*. Mais recentemente iniciaram-se entendimentos no sentido de se abrigar na Biblioteca da UnB um posto de serviço de acesso público a bases de dados (SPA), do CNPq, ampliando-se, assim seu raio de atuação nessa área de disseminação da informação científica e tecnológica.

Nem tudo são flores, porém, nem só de glórias se teceu a história dessa instituição, que, aos trinta anos, conta ainda em seu passivo com algumas iniciativas merecedoras de maior atenção e empenho por parte dos que compõem seus quadros e dos que a dirigirão nos próximos anos.

Alguns desses problemas, que vamos registrar, sem maiores detalhes aqui (mas que, com detalhes, foram elevados ao conhecimento e à apreciação das autoridades competentes da administração superior), são agora crônicos, e já não causam tanto impacto, pelo hábito da longa convivência com os mesmos: carência quantitativa e qualitativa de pessoal adequado à magnitude das tarefas e das responsabilidades cometidas à BCE, e cuja tendência natural é crescer com o passar do tempo; inadequação das instalações, em termos de conforto para o elemento humano que delas se serve e de manutenção, para uma serventia sempre à altura dos requisitos mínimos; demasiada exposição do patrimônio (sobretudo bibliográfico) à sanha dos que ainda não assimilaram alguns princípios básicos do convívio civilizado, e que se comprazem em dilapidar ou mesmo furtar o bem alheio; a inexistência de políticas claras e coerentes em algumas de suas áreas vitais, como *avaliação de coleções/desenvolvimento do acervo* (que pressupõe seleção criteriosa e descarte oportuno, para obtenção de um acervo qualitativa e quantitativamente sadio, sem raquitismos nem inchaços).

O mesmo se diga com respeito ao acesso (atualmente livre e universal) e ao direito a empréstimo domiciliar (hoje estendido a



Biblioteca central – acervo geral

inúmeras categorias de usuários externos à UnB, sem uma definição precisa dos vínculos mínimos que constituem direito a esses serviços).

Há, ainda, indefinição ou leitura inadequada do que venha a ser o *depósito legal* estatuído pelo regimento geral e regulamentado pelo ato da reitoria número 267/87, que, a nosso ver, se refere específica e unicamente aos trabalhos publicados, e não a suas variadas formas de versões preliminares. Assim, não deveriam ser objeto do *depósito legal* na BCE originais (manuscritos, datilografados ou em forma de listagem de computador), de trabalhos finais de alunos, de *papers* de professores, de projetos, de relatórios de pesquisa, de teses acadêmicas que tenham permanecido meros *candidatos* a eventual publicação futura.

Finalmente, urge reavaliar o pressuposto sobre que assenta o *sistema de bibliotecas* da UnB, que, salvo melhor juízo, vem laborando em contradição desde sua origem. Com efeito, ao mesmo tempo em que se insiste na *centralização* de todo o patrimônio bibliográfico num único prédio, continua-se a denominá-lo de *Biblioteca Central*. Ora, se é *Central*, é em relação a quê? Se é única, não é *Central*. Torna-se, portanto, supérfluo o adjetivo restritivo. Mas se o regimento menciona um *sistema de bibliotecas*, está explícita, no mínimo, a admissão da possibilidade de existência de outras, além da *Central*.

Na verdade, embora de duração efêmera, duas dessas bibliotecas chegaram a existir, e funcionaram no antigo Centro Integrado de Ensino Médio (CIEM) e na Unidade Integrada de Saúde de Sobradinho (UISS), o primeiro, escola de aplicação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, e a segunda, hospital da rede oficial, que funcionava como escola da Faculdade de Ciências da Saúde da mesma universidade em convênio com o Governo do Distrito Federal.

Em antagonismo (explícito ou dissimulado) com o ímpeto centralizador que presidiu as ações dos diretores da Biblioteca Central, sobretudo dos primeiros anos, sempre existiu uma força centrífuga que impulsionou unidades acadêmicas diversas a ins-

tituírem oficiosamente suas próprias bibliotecas, independentes e à revelia da (oficialmente *única*) Biblioteca (*Central*).

Talvez seja este (ou esteja prestes) o momento de enfrentarmos essas realidades conflitantes, questioná-las, e partirmos para o estabelecimento de uma política consistente de administração do patrimônio, não apenas *bibliográfico*, mas *documental* da Universidade, incluindo-se aí as diversas bibliotecas não-oficiais espalhadas pelo *campus*, os *centros de documentação*, as diversas *'tecas'*, os *arquivos*, os *quase-museus*, etc.

Oxalá, equacionados os problemas remanescentes, acima apontados, e outros eventualmente supervenientes, possa a BCE retomar o rumo e o ritmo do início da jornada, e, através da modernização de seu sistema de informação e dos demais setores de atividades, enfrentar os desafios atuais e os que já se delineiam no horizonte de um futuro que avança muito celeremente na direção do presente.

Odilon Pereira da Silva é Bacharel em filosofia e em biblioteconomia, mestre em ciência da informação, prof. assistente da Universidade de Brasília (CID) e diretor da Biblioteca Central da UnB.

Reseumen

Biblioteca central: história y perspectivas

El aspecto renovador de la universidad brasileña que la UnB concretó y desarrolló se encuentra en la implementación de su biblioteca central. En ella se constituyeron investigaciones avanzadas, relacionadas con técnicas modernas de documentación y evaluación de acervos, así como el tratamiento científico de las informaciones.

Abstract

CENTRAL LIBRARY: HISTORY AND PROSPECTS

An innovative feature of Brazilian universities UnB has implemented and developed the organization of its central library. The library has produced leading-edge research on modern documentation techniques, assessment of collections and the scientific treatment of information.

CENTRO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

O CEC INTEGRAVA PESQUISADORES ESPECIALIZADOS NA CULTURA GREGO-LATINA COM UM OBJETIVO COMUM: FORMAR UMA GERAÇÃO DE PENSADORES QUE REDISCUTISSEM OS PERCURSOS FILOSÓFICOS DO OCIDENTE POR MEIO DA COMPREENSÃO DE TEXTOS

FUNDAMENTAIS DE NOSSA TRADIÇÃO EUROASIÁTICA. O CONTEMPORÂNEO REVIGORA-SE NESTA NOSTALGIA. **JOÃO PEDRO MENDES**

Quando a lei nº 3.998, de 15-12-1961, autorizou a criação da FUB com o objetivo de manter a Universidade de Brasília, para que esta se consagrasse ao estudo e à pesquisa em todos os ramos do saber, estava dado o passo decisivo para a materialização dos planos de um escola de visionários. Acalentavam estes o sonho de pioneiros de idéias novas em novos espaços. O ambiente estava impregnado de utopia, solo fecundo de onde brotaram os grandes empreendimentos da história e também, como é da condição humana, as ambições e a mesquinhez pessoais de alguns dos seus executores. Da mescla de tudo isso – miséria e grandeza – se entretecem as civilizações. Parafraseando Fernando Pessoa, o homem sonha, a vontade quer, Deus ajuda e a obra nasce.

Instituída a Fundação Universidade de Brasília pelo decreto nº 500, de 15-1-1962, as diversas etapas que uma obra de tamanho vulto reclama para se erigir e funcionar começam a ser cumpridas, mais pelo entusiasmo e idealismo da comunidade nascente, desde os elevados escalões administrativos aos mais humildes servidores e aos jovens alunos, que de pronto acorrem, do que segundo os cronogramas oficiais e as verbas do poder público.

Como um dos pilares de sustentação e manutenção do grandioso edifício levantado no planalto central para gerar, expandir, aplicar e difundir ciência, cumpre focalizar aqui a Biblioteca Central e, mais acuradamente, um de seus redutos significativos – o Centro de Estudos Clássicos. Falar da razão de ser desta seção da Biblioteca é ressuscitar a velha “Querela dos Antigos e dos Modernos”. Antes, porém, mencionamos as deficiências de recursos humanos e materiais (chegaram dotações do Banco Interamericano, mas nem a tudo supriam) e sua admirável superação pelo abnegado desdobramento dos pioneiros, que a tudo acudiam com zelo e afã de bem servir.

Por sobre constituir um centro documental e bibliográfico (com livros, mapas, microfilmes, microfichas e periódicos especializados), o CEC destinou-se, originariamente, a sediar cursos de mestrado orientados por seu diretor e que produziram alguns brilhantes resultados. Fruto da estrênuo dedicação à cultura antiga, tanto a UnB como outras universidades brasileiras possuem hoje, em seus quadros, muitos professores que, no âmbito do CEC, hauriram o gosto pela cultura e pela pesquisa da Antiguidade Clássica.

As instalações, originalmente precárias, a custo abrigavam o acervo que ia chegando e sendo laboriosamente cadastrado por

funcionários e alunos competentes e ousados. O professor Eudoro de Sousa, convocado de Santa Catarina pelos professores Agostinho da Silva e Darcy Ribeiro, assumiu a direção do Centro e vezes sem conta perdia a paciência por não ver a seu jeito o processamento metódico de títulos e fichas. A tudo sobrelevava, contudo, a dedicação operosa dos primeiros colaboradores. As acomodações iniciais foram no prédio pré-moldado SG-12, levantado pela Construtora Rabelo e onde atualmente funciona a Associação dos Servidores, segundo informa Tião Varela, testemunha presencial e atuante da fundação (vd. seu relato em *Passados que não se apagam*, Edunb, 1990).

A transferência da BCE, com suas seções, para o prédio definitivo deu-se em 1973 (inauguração em 12 de março). Passaram a integrar o Centro de Estudos Clássicos, de forma paulatina, coleções adquiridas no mercado, nomeadamente de herdeiros de grandes mestres e classicistas, como Pedro Moura, Homero Pires, Agripino Grieco, Carlos Lacerda, Wandick Londres da Nóbrega. A figura polêmica do antigo reitor, professor Azevedo, de formação em ciências físicas e nucleares mas igualmente em humanismo clássico, teve neste processo indelével intervenção. A própria biblioteca pessoal do primeiro diretor do CEC, comprada em abril de 1988, a instâncias de interessado grupo de mestres e alunos, faz agora também parte desse valioso depósito, após criteriosa seleção que encaminhou alguns volumes à seção de obras raras (por ex. a *Suda*, na famosa edição de 1619, erroneamente conhecida por “Léxico de Suidas”, nome suposto do autor; o original remonta ao séc. X d. C., época bizantina; o exemplar que pertenceu a Eudoro de Sousa contém, além do texto grego, a primeira versão latina), bem como ao acervo geral da BCE. Merecem referência especial, ainda dentro desta valiosa aquisição, 170 títulos da celebrada Loeb Classical Library (W. Heinemann/Londres e Harvard/USA), em texto bilingüe grego-inglês, sobre arte, literatura, mitologia, filosofia, religião, história e geografia da Antiguidade Clássica. E ainda as obras completas de Luciano de Samotrácia (10 vols.), em grego e francês, as coleções de referência universal *Die Fragmente der Vorsokratiker*, de Diels-Kranz, e *Doxographi Graeci*, de Diels, bem como estudos só encontráveis nas melhores bibliotecas do exterior, como *Aristóteles, Darstellung und Darlegung seines Denkens*, de Ingmar Düring, *Aristóteles*, de David Ross, e igual título de Werner Jaeger.

Em boa hora, a administração da UnB, em crônica luta contra a escassez orçamentária, comprou, aliás por preço quase sim-



Em meados de 1960, o incansável trabalho do ex-jesuíta e tradutor Arthur Rodrigues

bólico, tão rica variedade de títulos. Muitos vieram preencher algumas falhas nas coleções já existentes.

Aludimos acima à famigerada “Querelle des Anciens et des Modernes”, ou, na expressão de Swift, “The Battle of the Books”, por ter tudo a ver com a razão dos fundadores para implantarem no coração da nova *universitas*, que se pretendia paradigma de instituições congêneres no País. Movidos por essa lufada renovadora, não desdenharam o antigo. Da famosa controvérsia ressaltam pontos que ainda hoje merecem a nossa reflexão.

Disputar sobre os méritos comparados dos antigos e dos modernos é tema recorrente no embate das gerações, a começar na relação educacional pai-filho. Censura-se o presente contrapondo-o ao espelho do passado; reage-se ao que é im-

posto considerando-o obsoleto. Na comédia nova dos gregos, o assunto era freqüentemente levado à cena (v. g. no *Díscolo*, de Menandro). No séc. XVII, levantou-se acesa polêmica na França, quando Charles Perrault recitou na Academia o seu poema “Século de Luís, o Grande” e, sobretudo, quando logo depois publicou *Paralelos dos Antigos e Modernos*. Neles procurava demonstrar que os últimos eram de longe os melhores. Refutaram-no La Fontaine, Boileau (*Reflexões sobre Longino*), Racine e La Bruyère; defenderam-no Fontenelle e outros acadêmicos. Ao findar o século, Arnauld (o Grande) conseguiu apaziguar os contendores, nas pessoas de Boileau e Perrault. Anos depois, a discussão reacendeu-se com virulência, quando Houdar de La Motte exibiu sua tradução de Homero, “corrigindo e embelezando” o grande épico. Madame Dacier, tradutora da *Ilíada* e da

Odisséia, edita contra La Motte uma furiosa verrina, “Das causas da corrupção do gosto”. O espírito conciliador de Fénelon conseguiu a paz entre os dois.

Houve muitos outros lances na contenda. O importante, contudo, é a profunda antinomia entre tradição/autoridade e modernidade/originalidade, que acompanha a marcha da civilização humana. A questão em torno de Homero marca bem a oposição entre saudosistas presos ao passado, com seus valores perenes, e os que crêem nos progressos das luzes, da razão e da moralidade geral. Na verdade, a temática está presente em todas as discussões contemporâneas que incidam sobre educação, aprendizagem, crítica estética, transmissão da cultura. A equação é posta, mas jamais resolvida.

O grito de protesto dos românticos repele a imitação dos clássicos, mas reincide nos valores estéticos e culturais da Antiguidade. Dir-se-ia que esses valores essenciais fluem como um rio que obstáculos, por vezes, fazem desviar das margens, mas logo depois volta ao leito natural e retoma o curso das idades.

Os fundadores da UnB, ao erigirem o Centro de Estudos Clássicos, fincaram no solo movediço nutriente da vida do espírito os instrumentos que mantêm em áspera tensão os que se acercam da *alma mater* do saber, como tesouro em permanente busca. A par dos testemunhos das modernas conquistas da ciência, em todos os seus ramos, dotaram o “templo de Minerva” dos documentos matriarcais que encerram as bases de todo o saber e cultura hodiernos. Sem um lastro desses, é arriscado construir.

Para a inquietude dos verdadeiros estudiosos, o grupo dos fundadores do CEC, nas longas e silenciosas noites do cerrado que antecede o bulício da construção do campus, colocou-se a si próprio estas questões, ao decidir pôr mãos à obra:

- Nos domínios da ciência, das belas-artes, da civilização em geral, será que avançamos mais longe que os gregos e romanos?
- Não estaremos adiantados em relação a eles em determinados campos, e atrasados noutros?
- Ou seremos simples repetidores, condenados a uma situação de inferioridade total, “bárbaros semicivilizados que nos servimos das artes de homens verdadeiramente cultos”?

Todas as indagações impõem um perpétuo desafio na investigação das causas das coisas – apanágio e razão última de uma instituição modelar como se pretendeu a UnB na fundação e hoje continua a se pretender.

A título de elucidação e registro, assinalemos algumas obras fundamentais, além das já referidas, que podem ser compulsadas no CEC:

- *Opera omnia* de Aristóteles (ed. da Academia Borússica/Berlim) e de Platão (ed. de Burnet/Oxford);
- *Stoicorum veterum fragmenta* (ed. Hans von Arnim/Stuttgart);
- *Opera omnia* (ed. G. Olms/Hildesheim) e *Opus epistolarum* (ed. de Oxford) de Erasmo;
- *Tragicorum graecorum fragmenta* (ed. de Bruno Snell);
- *Commentaria graeca in Aristotelem* (23 vols., ed. Reimer);

- *De optimo reipublicae statu, deque nova insula Utopia*, de Thomas Morus (reprod. da ed. princeps, 1517);
- *Realencyclopädie der klassischen Altertumswissenschaft*, de Pauly Wissowa (“grosse” e “kleine”);
- *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines*, de Daremberg e Saglio;
- *Geschichte der lateinischen Literatur des Mittelalter*, de Manitius;
- *Patrologia graeca et latina*, de Migne;
- *Septuaginta*;
- Diversas coleções, algumas incompletas, de clássicos gregos e latinos: Belles Lettres, Loeb, Teubner;
- Dicionários e enciclopédias da Antiguidade clássica, como: Forcellini, Du Cange, Bailly, Liddel and Scott, Vigouroux;
- Obras básicas sobre Egito antigo, Mesopotâmia, Creta, Tróia, Micenas;
- Microfilmes de textos clássicos esgotados, estudos sobre filologia, religião, mitologia, filosofia, história, arte, cerâmica e literatura;
- Fac-símiles em fototipia, como do MS GREC 1807 do CODEX PARISINOS A, de Platão (2 tomos);
- Periódicos especializados em antiguidade clássica, como: *Hermes*, *Gnomon*, *Parola del Passato*, *L'Année Philologique*, *Gymnasium*, *Journal of Hellenic Studies*, *Revue des Études Latines*, *Rheinisches Museum für Philologie*, *Philologus: Zeitschrift für das klassische Altertum*, *Archaeologia Classica*, *Emérita*, *Eranos*, *Glotta*, *Harvard Studies in Classical Philologie*, *Mnemosyne*, *Museum Helveticum*, *Phronesis*, *Revue Hittite et Asiatique*, e muitos outros, quase todos incompletos, por questões de pagamento de assinatura.

Anote-se que ao CEC, quase sempre através de alguns pesquisadores da casa, chegam com frequência pedidos de empréstimos ou fotocópias de obras ou estudos raros, quer do Brasil quer do exterior.

João Pedro Mendes é professor do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília.

Resumen

Centro de estudios clásicos

Fundado luego después de la inauguración de la UnB, el CEC integraba investigadores especializados en la cultura greco-latina en un objetivo común: formar una generación de pensadores que rediscutieran los caminos filosóficos y existencias de occidente mediante la comprensión de textos fundamentales de nuestra tradición euroasiática. Lo contemporáneo se vigoriza en esta nostalgia.

Abstract

Classical Studies Centre

Founded shortly after Brasilia University was inaugurated, the Classical Studies Centre congregated researchers specializing in Graeco-Roman culture with a single aim: educating a generation of thinkers capable of re-appraising the philosophical and existential paths western man has trodden. They were to be versed in the exegesis of the great texts of our Eurasian tradition. Nostalgia revigorates today's world.

M O D E R N I S M O

O MODERNISMO BRASILEIRO COMPLETA 70 ANOS. NADA MAIS OPORTUNO QUE UMA REVISÃO DESSE PROCESSO FUNDAMENTAL PARA OS DESTINOS DA CULTURA BRASILEIRA. JUNTO COM AS COMEMORAÇÕES É NECESSÁRIO CONTEXTUALIZAR AS PROPOSTAS

DA GERAÇÃO DE 22. SEM ESSE ESFORÇO O MODERNISMO SERÁ UMA DESMEMORIADA FESTIVIDADE.

SÉRGIO ROUANET

No bojo do programa *Modernismo: ver, ouvir e pensar*, estamos iniciando hoje um curso alusivo aos setenta anos da Semana de Arte Moderna. As palestras não poderiam ser mais variadas, nem mais diversificada a formação profissional dos conferencistas. O leque temático abrange a literatura, a história, a política, a fotografia, o jornalismo, a pintura, a música, o cinema, o teatro, o rádio, o patrimônio histórico, o índio, e os palestrantes incluem escritores, ensaístas, filósofos, antropólogos, cineastas, teatrólogos, jornalistas e fotógrafos.

Não poderia ser diferente, porque o ciclo tem como objeto a Semana de Arte Moderna, acontecimento cultural múltiplo, interativo, que explodiu todas as fronteiras estéticas convencionais e aproximou gêneros artísticos até então estanques. Num curto intervalo de tempo, três dias de fevereiro, num determinado lugar, o Teatro Municipal, alguns intelectuais transformaram a São Paulo de 1922 numa Paulicéia Desvairada, apresentando quadros, tocando piano, fazendo conferências, urrando poemas, dedicando-se com zelo interdisciplinar ao exercício público do escândalo, e esbofetendo o gosto do público com uma agressão ecumênica, que ignorava as compartimentalizações acadêmicas.

A semana, nesse sentido, foi mais que um conjunto de manifestações artísticas. Foi ela própria uma obra de arte, uma obra de arte total, no sentido wagneriano, um *Gesamtkunstwerk*, abrangendo a literatura, a música, a pintura, obra coletiva assinada por Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Manuel Bandeira, Di Cavalcanti, Guiomar Novais, Menotti del Picchia, Renato Almeida, Mário de Andrade, Oswald de Andrade.

Como toda obra de arte, a Semana de Arte Moderna vive em dois registros temporais: o da época em que ela surgiu e o da época em que ela é lida e interpretada. Uma coisa é a *Divina Comédia* como acontecimento singular inscrito num espaço-tempo específico, a Itália pré-renascentista, e sujeito a determinações que só nesse espaço-tempo valem, como as circunstâncias biográficas de Dante e as circunstâncias políticas de uma Europa partilhada entre duas ambições hegemônicas: a do Papado e a do Império. E outra coisa é a vida histórica do poema, sua forma de apropriação pelo humanismo, pelo barroco, pelo classicismo, pelo romantismo, pelo modernismo.

É o que acontece com essa obra de arte chamada a Semana de Arte Moderna.

No primeiro registro, nada é mais fácil que situar a Semana. Sociologicamente, ela surgiu em São Paulo, numa fase em que o estado ainda era dominado pela monocultura cafeeira mas já se

abria para uma industrialização incipiente, numa fase em que as oligarquias rurais ainda comandavam o processo político mas em que as novas correntes migratórias e as novas fortunas ameaçavam pôr em xeque as forças políticas tradicionais. Esteticamente, ela se propunha atualizar a criação artística brasileira, esclerosada no parnasianismo, num simbolismo decadentista ou num naturalismo exausto.

Mas a Semana não foi apenas uma obra de arte produzida em São Paulo, em fevereiro de 1922. Obra aberta, ela foi modificada em sua significação pelas diferentes leituras que recebeu ao longo das décadas. Para considerar apenas as efemérides, ela foi uma em seu vigésimo aniversário, outra ao completar cinquenta anos e outra por ocasião dos seus setenta anos.

Vinte anos depois, Mário de Andrade relia a Semana, em conferência pronunciada no Itamaraty, em 30 de abril 1942. Para Mário, ela tinha produzido resultados positivos em três áreas principais: estabilização de uma consciência criadora nacional, a atualização da inteligência brasileira e o direito à pesquisa estética permanente. Mas na opinião de Mário, ela tinha se limitado a uma renovação superficial da cultura brasileira, emaranhando-se num diletantismo formalista que desconhece os grandes problemas da atualidade brasileira e mundial. *Mutatis mutandis*, era uma autocrítica semelhante à que Oswald de Andrade fizera anos antes no prefácio de *Serafim Ponte Grande*, quando confessou ter sido “palhaço da burguesia” e afirmou que o modernismo tinha sido uma doença infantil, um “sarampão antropofágico” que atingira os que não tinham recebido a vacina marxista.

O meio século da Semana, em 1972, foi comemorado em plena ditadura militar. A Semana, enquanto obra de arte, é lida agora como instigação para a rebeldia estética, mas também política. Professores e estudantes protestam contra o regime militar, muitas vezes na linguagem cifrada necessária para driblar a censura, invocando os grandes temas libertários do movimento de 1922.

Qual a leitura de hoje, no septuagésimo aniversário da Semana? É óbvio que não há uma leitura única, como aliás está implícito na própria variedade de temas e autores previstos neste curso. Mas creio que não estaria errando muito se dissesse que em nossa época nenhuma releitura da Semana seria relevante se não separasse o espírito e a letra do movimento modernista.

30
ANOS

A letra do modernismo brasileiro, enquanto obra de arte, certamente envelheceu. Esse envelhecimento afetou os três temas de Mário: a questão da consciência nacional, a questão do compromisso com a atualidade e a questão da pesquisa estética.

Primeiro, a exigência nacionalista, antiquíssima no Brasil. A denúncia da importação cultural recebeu de Sílvio Romero a formulação mais virulenta (o Brasil macaqueou a Constituição francesa de 1824, arremedou o parlamentarismo inglês, em suma, somos mestiços e meridionais, capazes de fazer pastiches, mas não de criar), foi posta por Chico Campos nos manuais do Estado Novo (a democracia liberal é naturalmente uma invenção européia, alheia à realidade nacional), adquiriu dignidade epistemológica com o ISEB, foi brandida pelos militares como um argumento contra a importação de ideologias exóticas, foi redescoberta na Nova República, figura no programa político de certos partidos populares e continua disponível, nova e matinal como no primeiro dia, como um tema que une a direita e a esquerda, dá aos conservadores o prestígio do pensamento crítico e alimenta nos semicultos a ilusão de serem inteligentes a preço reduzido.

O *topos* aparece com grande destaque nos textos modernistas. Rui Barbosa é uma cartola na Senegambia, é preciso matar os importadores de consciência enlatada. Nossa revolução é a revolução caraíba, nossa forma de relacionar-se com o mundo exterior é a antropofagia, rejeição seletiva do que não nos convém, Guaraci é a mãe dos vivos, Jaci é a mãe dos vegetais, antes dos portugueses descobrirem o Brasil já o Brasil tinha descoberto a felicidade, em suma, contra a Europa patriarcal, viva o matriarcado de Pindorama.

Ora, salvo engano, ultrapassamos hoje essa exigência nacionalista secularmente imposta a nossos artistas. Como assinala Antônio Cândido, essa exigência pode ter sido necessária no início de nossa vida cultural, mas "é atualmente inviável como critério, constituindo nesse sentido um calamitoso erro de visão". Já Machado de Assis dissera que "o que se deve exigir de um escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem de seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço". Mas talvez se possa ir um pouco mais longe, e perguntar se a própria exigência de fazer cultura nacional não seria obsoleta hoje em dia, ainda que essa cultura nacional se limite a "um certo sentimento íntimo". Pois a exigência política, hoje em dia, é a de incorporar as camadas mais pobres da população aos circuitos nacionais e mundiais da cultura, e não a de defender a autenticidade nacional contra a imitação da cultura estrangeira. Roberto Schwarz já demonstrou que o *topos* do caráter imitativo da cultura brasileira, parecendo crítico, é, na verdade, ideológico, pois desvia a atenção do tema central (as relações de poder, que segregam da cultura moderna grandes parcelas da população) para um tema periférico (a compulsão mimética das nossas elites). Sim, os românticos, os isebianos e os militares tinham razão quando diziam que as idéias européias importadas são idéias fora do lugar, mas o deslocamento ocorre porque tais idéias se baseiam na doutrina dos direitos humanos, sistematicamente desmentida pela realidade brasileira, que não é outra coisa que a exploração sistemática da maioria pela minoria. Não são as idéias que não

prestam, é o sistema social brasileiro. É este que precisa ser mudado, e não as idéias.

Segundo, a atualidade não se coloca mais como um compromisso, como uma exigência ética. Estamos longe, hoje em dia, da moral do engajamento, que Sartre popularizou em minha geração, e que ele inscreveu no título de sua revista: *Os Tempos Modernos*, o requisito ético de sermos homens de nosso tempo. É como cidadãos que temos que lutar pelas grandes causas de nosso século, e o combate pela verdade e pela justiça, mais necessário hoje que nunca, é uma militância cívica, e não uma tomada de posição estética. Esse combate cívico pode assumir a forma do artigo, da poesia, da oratória, mas não é a justiça de nossa luta que determina a qualidade artística do nosso ensaio, do nosso poema ou do nosso discurso. Podemos fugir em nossa produção cultural dos conflitos do presente, sem que essa fuga prejudique necessariamente a qualidade do nosso fazer artístico. De resto, aprendemos com Adorno que hoje em dia é no fechamento com relação ao universo exterior, no hermetismo de uma obra de vanguarda, na negação aparente do social, que reside a única esperança de resistência contra um mundo totalmente administrado. Nenhuma obra de arte verdadeiramente grande pode ser socialmente alienada. O realismo socialista, por outro lado, é sempre alienado. Um operário heróico de romance mascara a condição operária muito mais radicalmente que um grande romance em que não apareça um único operário. Felizmente para a literatura brasileira, a atualidade aparece em romances como *A Bagaceira*, *Vidas Secas* ou *Capitães de Areia* como um dispositivo interno, imanente à estética da obra, e não como uma exigência exterior, imposta por uma ideologia, por mais engajados que tenham sido os autores no plano biográfico.

Terceiro, o direito à experimentação artística é hoje em dia tão incontestável que mal podemos compreender a força libertadora da Semana de 22 com relação ao academicismo. O mérito é do modernismo, sem dúvida, mas o próprio triunfo da bandeira vanguardista tornou parcialmente obsoleta sua pregação.

Mas se a letra envelheceu, o espírito modernista está mais ativo que nunca. Esse espírito constitui a encarnação mais completa da modernidade cultural. Nem sempre modernismo e modernidade coincidiram. Frequentemente o modernismo condenou a modernidade técnica e econômica. Foi rara a convergência entre o modernismo e a modernidade política — a democracia. Muitos vanguardistas estéticos foram tradicionalistas políticos, como Pound, Yeats e Eliot. As mesmas assimetrias se verificaram no modernismo brasileiro, como ocorreu com a transformação da corrente verdeamarelista no grupo Anta e depois no integralismo. Mas o mesmo não acontece com a modernidade cultural. Em que consiste ela? Na autonomia intelectual, na capacidade de pensar por si mesmo, na negação de todas as tutelas, na recusa de todos os dogmas, na palavra de ordem kantiana — *sapere aude* — ousa servir-te de tua razão. É esse exatamente o espírito do modernismo. Ele exprime em sua forma pura a modernidade cultural, cujo gênio tutelar é Mefistófeles, o demônio negador, *der Geist der stets verneint*. No modernismo, a modernidade cultural chega à sua realização mais completa. Mefistófeles está em casa, e Fausto não está longe, o lado construtivo do modernismo, como Mefistófeles é seu lado destrutivo.



É nesse sentido que o modernismo está vivo. Ele vive em seu impulso crítico e em seu impulso construtivo, isto é, enquanto questionamento de todos os valores oficiais e enquanto vontade de modernização estética, social e política. Somos todos modernistas quando recusamos mandarinatos e ortodoxias, quando lutamos por uma cultura livre e por um país justo.

O espírito do modernismo dissolve constantemente todas as verdades aceitas e combate sem tréguas todos os academicismos. Ele não hesita sequer em combater o próprio academicismo modernista e algo de mais perverso ainda, que é o que poderíamos chamar o modernismo vulgar.

Muitas pessoas, que nunca ouviram falar em modernismo, aderem inconscientemente a esse modernismo vulgar.

Por exemplo, a atitude de desprezo pela tradição cultural se generalizou. Isso era legítimo em 1922. Nada mais saudável, naquela época, que investir contra mocinhas do Sion que declamavam Lamartine nos saraus lítero-musicais de Laurinda Santos Lobo. Mas todos sabiam quem era Lamartine. Quando os poetas de 1922 diziam que todos deviam inventar seu ritmo e criticavam a métrica parnasiana, subentendia-se que todos sabiam compor alexandrinos. Hoje em dia ninguém faz a Bilac o cumprimento de criticá-lo, pois só os militares sabem ainda de sua existência. O que quero dizer é que a barbárie filosófica do modernismo, que criticava a tradição a partir de um conhecimento integral dos seus conteúdos, deu lugar a uma barbárie nada filosófica, fundada no total desconhecimento dessa tradição. Os modernistas queriam ser bárbaros, nós somos obrigados a sê-lo. Para eles a barbárie era uma escolha, para nós é um destino.

Outro tema do modernismo vulgar é uma certa visão do Brasil, em que o atraso é visto como progresso e em que a preguiça e a falta de caráter aparecem como valores positivos. Inútil dizer que é uma apropriação errada de Mário de Andrade. Fundar o caráter nacional brasileiro nas virtudes macunaímicas do jeitinho e da avacalhação é tão suburbano quanto ver nas virtudes marciais de Siegfried o símbolo da alma alemã. São duas idiotices com sinais contrários, mas igualmente reacionárias.

Outro *topos* do modernismo vulgar é o nacional-populismo. O verdadeiro modernismo brasileiro foi uma tensão produtiva entre a cultura européia e a nacional, entre a chamada cultura superior e a popular. Os rapazes de 1922 defendiam a autenticidade da cultura brasileira, mas seus autores de cabeça eram os europeus Marinetti, Tzara e Breton. Interessavam-se pela cultura popular, como Mário pelo folclore, mas sua estética era vanguardista e muitas vezes hermética. Ora, o modernismo vulgar esquece essa interpretação dos contrários, na qual residia a dialética do alto modernismo brasileiro, e acentua apenas um dos pólos de cada dicotomia — o nacional em detrimento do universal e a cultura popular em detrimento da cultura superior. É uma banalização inaceitável. Sim, os modernistas queriam construir uma cultura nacional, mas sabiam que, sem a cultura universal, a brasileira se torna provinciana ou desliza no exotismo — “triste xenofobia, que acabou numa macumba para turistas”, como disse Oswald — e sabiam, pior ainda, que a ideologia nacional-chauvinista desagua no fascismo. Sim, eles queriam uma cultura popular, mas não achavam que popular fosse sinônimo de popularidade, engano às vezes cometido por alguns teóricos contemporâneos da comunicação, com um olho em Gramsci e outro no IBOPE. Oswald jamais sucumbiu a essas facilida-

des. Afirmou que “é preciso dar cultura à massa”, que “a melhor poesia atinge o povo pela exegese” e num jogo de palavras característico, que “a massa comerá o biscoito fino que fabrico”.

Todos esses temas transformaram-se em lugares-comuns. Dir-se-ia que de tão hegemônico, o movimento de 1922 gerou um novo *establishment*. Os mandarins de hoje não declamam Alberto de Oliveira, que ninguém mais sabe quem foi. Falam em prosa e fazem discursos, como no tempo de Ruy. Cada um de nós quer ajustar contas com a cultura acadêmica. Todos querem expulsar o pensamento estrangeiro. A antropofagia se difundiu. O Brasil inteiro rói, incansavelmente, o fêmur do bispo Sardinha.

É nisso que o espírito do modernismo pode ser útil. Ele pode ser mobilizado contra si mesmo, ou antes, contra seu pastiche, sua contrafação. O espírito do modernismo tem força suficiente para vencer o modernismo vulgar. Ele pode devorar esses canibais medíocres, que ritualizaram, transformando-a em gastronomia oficial, a antropofagia crítica que presidiu à Semana de Arte Moderna. Ele pode ir mais longe ainda, e devorar a própria Semana, como a única forma de resgatar o seu radicalismo — deglutindo-a, aproveitando suas proteínas e jogando fora os ossos. Tenho certeza de que se Oswald fosse vivo ele endossaria esse programa e estaria de acordo em autodevorar-se, para, com essa autofagia anular os males da antropofagia institucionalizada.

Eis, senão a leitura, pelo menos uma das leituras que 1922 pode fazer de 1922. Ela será completada, corrigida ou cancelada por outras leituras, feitas por outros conferencistas. Tanto melhor. Pois a Semana é conflito, contradição e escândalo. Num época em que se fala tanto em pós-modernidade, esperemos que a modernidade cultural, recusando sua morte anunciada, prove estar viva, e que seu representante, o espírito do modernismo, com sua astúcia de velha toupeira, solape sem cessar o chão das nossas certezas.

Declaro aberto o curso *Modernismo: 70 anos*.

Sérgio Rouanet é diplomata

Resumen

Modernismo

El modernismo brasileño completa 70 años. Nada más oportuno que una revisión de ese proceso fundamental para los destinos de la cultura brasileña. Junto con las conmemoraciones es necesario contextualizar las propuestas y las prácticas de la generación del 22. En ese esfuerzo comprensivo, el modernismo será sólo una desmemoriada festividad.

Abstract

Brazilian Modernism

Brazilian Modernism is 70 years old. Nothing could be more appropriate than a review of this movement that has been of fundamental importance for the fate and future of Brazilian culture. In the midst of our celebrations, we should strive to place the proposals and *modus operandi* of the '22 generation in their context. Without this endeavour to understand it on its own terms, Modernism will be little more than a giddy, memoryless escapade.

Humanidades

10 A N O S

A DÉCADA *HUMANIDADES* ASSINALA UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO CULTURAL QUE SUBSIDIOU CONSTANTEMENTE SUA EDITORAÇÃO. É PRECISO SEMPRE IMPEDIR QUE A MEDIANIDADE TRANSFORME O COTIDIANO EM UMA IRRACIONALIDADE COM-PARTILHADA CONSCIENTEMENTE. POR ESSA RAZÃO, É TAMBÉM PRECISO QUE UMA REVISTA CULTURAL PROPONHA HORIZONTES CRÍTICOS E COMPREENSIVOS PARA A SOCIEDADE. É ISSO QUE COMEMORAMOS ESTE ANO.

O EDITOR

A revista *Humanidades* completa dez anos de atividades. Sobreviveu a diversas crises da universidade brasileira, convivendo com problemas comuns a todos os órgãos culturais como a consolidação de suas finanças e com a necessidade de formação de um público leitor. Impressa nas páginas da revista estão não somente artigos cobrindo as mais variadas áreas do pensamento humano, mas também as dificuldades inerentes à continuidade de um projeto cultural.

Desse modo, a perda da periodicidade, a sofisticação gráfica de alguns números, os altos e baixos de um percurso editorial ilustram mais sua luta para sobreviver que me-

ra incompetência ou ingenuidade. Fruto de uma utopia, a *Humanidades* articula seu horizonte reflexivo com a constante prática de concretização de seus ideais. As disparidades e desajustes devem ser vistos por um outro ângulo.

É o que se depreende da leitura de seu primeiro editorial (vide *box*). Objetivando divulgar textos relacionados com uma formação humanística – abrangente e problemática – a *Humanidades* fazia intercâmbio com organismos e revistas internacionais. Com isso, o chamado aspecto generalista e formativo foi desenvolvido.

Contudo, o projeto tem de conviver com a instituição que o abriga. A universidade

em crise identifica-se na crise da própria revista.

Para uma nova UnB, uma nova *Humanidades*. Foi assim que, após dois anos de paralisação, a *Humanidades* voltou a circular, em 1986, na chamada "era Cristovam". Com a redemocratização da sociedade, a revista transformou-se no veículo básico de interação entre a comunidade e a UnB.

Os textos publicados já não possuíam aquela anterior postura clássica. Ao invés de se formar um público, queria-se um maior contato com o mesmo. Assim, a marca publicista dominou a sua linha editorial.

EDITORIAL DA PRIMEIRA REVISTA - 1982, PROJETO INICIAL

A revista *Humanidades* reflete os esforços da Editora Universidade de Brasília em divulgar textos de elevado significado cultural, independentemente de serem ou não inéditos, e está comprometida com a tese do ensino humanístico ou generalista; admite, portanto, que a educação brasileira encontrará melhores dias, quando adotar currículos que enfatizem tal ensino, à semelhança do que ocorre em nações mais desenvolvidas.

A aprendizagem vocacional conduz à profissionalização estreita, que já não atende aos reclamos do desenvolvimento harmônico em sociedades modernas porque, apesar de importante, a profissionalização não é suficiente. O conhecimento da ciência, da história, da filosofia, da política e da religião é necessário aos cidadãos de que a nação precisa, capazes de enxergar além de seu tempo, superiores a apetites materiais e interesses pessoais. A crise de nosso tempo é, certamente, a crise de valores e não da tecnologia.

A Universidade de Brasília agradece ao diretor da *Daedalus*, revista da *American Academy of Arts and Sciences* dos EUA, dr. Stephen Graubard, e à diretora da *National Endowment for the Humanities*,

dr^a Judith Chayes Neiman, a transferência graciosa à Editora Universidade de Brasília dos direitos autorais das publicações das importantes instituições que dirigem.

O reconhecimento por parte de empresários brasileiros da importância do ensino humanístico é uma notícia altamente alvissareira para a educação. Por isso, deve ser louvado o esforço da *Shell do Brasil* em patrocinar esta revista que, longe de estimular assuntos de interesse comercial ou tecnológico, busca justamente realçar os méritos da educação generalista e enfatizar preceitos morais. Por isso, ao dr. Abel Carparelli, presidente da *Shell do Brasil*, a *Universidade de Brasília* e a *Fundação Roberto Marinho* agradecem o inestimável apoio e estímulo recebidos e a ele devem os recursos necessários para o custeio integral desta publicação.

Devido à urgência em publicar os dois primeiros volumes de *Humanidades*, somente a partir do terceiro a seleção de textos ficará afeta ao conselho de consultores; o material dos dois primeiros volumes foi selecionado e preparado pelo conselho editorial.

Os editores



A *Humanidades* precisava abarcar um número maior de leitores para que fosse comunicado o sopro renovador de uma democratização que invadia o país inteiro.

Entre uma e outra linha editorial as opções futuras. O ideal seria o equilíbrio que recuperasse a positividade da tradição ao mesmo tempo que o questionamento da contemporaneidade. Sem uma definição de sua linha editorial, simplesmente seriam publicados artigos variados sem nenhuma 'relação de parentesco'.

Conscientes disso, propomos uma visão integrada para a *Humanidades*. O perfil editorial seguirá as recentes transformações pelas quais passa a universidade bra-

sileira. O fazer ciência hoje, deve alcançar um ótica multidisciplinar, sabedora de que a especialização só se legitima ao convergir para problemáticas sócio-culturais de maior amplitude. Estamos em um novo renascimento.

Desta maneira, a *Humanidades* privilegia o questionamento de temáticas que, ao mesmo tempo, incorporem a verticalidade de um saber tradicionalmente fundado em disciplinas e se projetem para além de seu círculo de influências. A realidade é avistada em suas múltiplas facetas e possibilidades, ao invés de se reduzir a modelos gerais que bloqueariam qualquer reflexão mais aprofundada.

RETOMADA DA REVISTA, APÓS DOIS ANOS DE PARALISAÇÃO - 1986

Com a retomada desta revista, o objetivo-síntese da UnB é o resgate da palavra humanidades não apenas no seu sentido consolidado de cultura clássica. *Humanidades* renasce, embora com todo o respeito ao passado, com um forte compromisso com o presente, e, sobretudo, com o entendimento de que o futuro é a mais importante parte de nossa herança.

Queremos redimir a palavra que perdeu força com o crescimento do egoísmo hedonista que prevaleceu a partir do século XVIII com os filósofos sociais; redimir na palavra os aspectos apolíneos que os românticos marginalizam através da sobrevalorização dionisíaca dos sentidos; modernamente, redimi-la tanto da visão mecanicista e acrítica dos que ainda vêm com otimismo o consumismo desenfreado, quanto do enfoque negativista dos neomalthusianos que não vêem futuro além da estagnação.

Queremos resgatar no conceito de humanidade o seu significado de aventura. Não apenas aquela de Ulisses, mas a de todos os Ulisses que já nasceram e que ainda hão de nascer. A aventura de lembrar e conhecer o passado, de entender e vi-

ver o presente e de sonhar e construir um futuro.

Uma humanidade assustada e crítica com o presente, mas confiante e otimista com o futuro; uma humanidade cuja confiança se manifesta pela esperança e pela potencialidade da liberdade de opinião, no dever e no prazer do debate, sob todas as suas formas: desde o eternamente válido método socrático, até às mais modernas construções da lógica matemática através de computadores. Esta será uma revista cuja linha básica é o respeito à humanidade, através da tolerância teórica e do total comprometimento com a qualidade do saber.

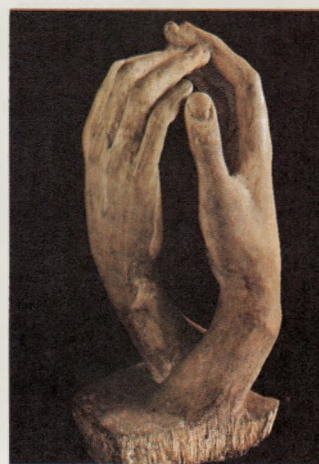
Queremos redimir também o humanismo cosmopolita, mas um cosmopolitismo que abranja o conceito de Nação e o respeito aos direitos existenciais de cada ser humano. Dos gregos a prendemos, além do respeito ao saber e à estética do aprendizado, a solidariedade ao homem através da identidade nacional e do respeito à individualidade. E para nós, da *Humanidades*, nossa Grécia é aqui e agora..

Cristovam Buarque
Reitor da UnB

Humanidades



Humanidades



Humanidades





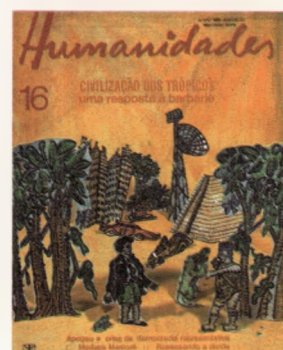
BALANÇO DA ERA CRISTOVAM BUARQUE - 1989

Com o número 22 de *Humanidades* conclui-se a "era Cristovam" na UnB e na sua Editora. Foram treze edições seguidas. Sem interrupção. Em meio às longas greves, à burocracia engenhosamente infernal, à escassez de pessoal e de patrocínio financeiro, etc. Sem abrir mão do nível e da independência editoriais e sem sacrificar o padrão gráfico. Enfim, acreditamos na concepção e no papel de *Humanidades* – a revista séria que dá prazer, como dissemos numa das primeiras campanhas de divulgação. Para quem participou do início ou assistiu de perto, cada número que saiu do prelo foi um milagre, uma impossibilidade lógica que aconteceu. Graças a Sílvia Távora, que deu forma e substância, testando a nova revista. A Aírton Lugarinho, que dá sequência aos trabalhos. A Alexandre Lima, que criou e gerenciou a infra-estrutura. E a tantos outros que colaboraram com profissionalismo. Mas, principalmente a Cristovam. Pai intelectual e principal fiador do projeto. Entre os marcos da gestão Cristovam Buarque na UnB, de 1985 a 1989, coube à Editora e sua *Humanidades* um lugar especial. Fizeram parte da estratégia e do êxito da transformação da universidade e da derrota do marasmo. Exemplificaram, como outros projetos neste período, a coragem de liderança que projetaram a UnB, nacional e internacionalmente, como universidade

pública e viável, voltada para o futuro do Brasil. Com muita satisfação, registramos aqui alguns avanços que esta gestão viabilizou. Primeiramente, resgatamos a Editora para a própria Universidade, buscando retomar os rumos idealizados pelos seus fundadores. Antes reservada para uns poucos. Devolvemos a Editora à UnB por intermédio de conselhos editoriais legítimos, representativos e autônomos, onde nem o reitor poderia determinar o que seria editado. Os frutos não demoraram a aparecer. Abrimos para áreas novas e relevantes do saber: antropologia, cinema, ciências da Terra, etc. Enfocamos Brasília, a Amazônia e a América Latina, assim como a própria UnB. Buscamos o pensamento novo; as idéias em fase de elaboração, sem desprezar o clássico, o universal: Aristóteles, Diógenes, Bobbio, Garcia Lorca.

Humanidades privilegiou ensaios sobre temas da atualidade em ciência, cultura, arte, política, publicando autores novos e consagrados, e transformando-se, em pouco tempo, na principal publicação do gênero do país. Hoje a revista tem linha editorial consolidada e conta com apoio financeiro expressivo e diferenciado. Tiragem crescente, produção regularizada e distribuição nacional.

Timothy M. Mulholland
Ex-diretor da Editora UnB



Em função desse perfil editorial, pode-se constituir e alcançar um público leitor interessado na informação com formação, na academia revitalizada, no prazer de ler pela ocupação do esclarecimento.

As humanidades mergulham dentro de si mesmas em busca do fundamento que as origina: o eterno compromisso ético do ser humano de incorporar suas fronteiras pensando em outros horizontes. A *Humanidades* é assim: um convite para a experiência de pensar a partir da experiência da descoberta, entendendo-se as humanidades como meio e fim de toda a atividade de questionamento e pesquisa.

Enfim, a *Humanidades* está de volta no incessante torvelinho em que se debatem

as instituições brasileiras. Acompanhar a revista é reorientar compreensivamente o passado por meio da convivência com as dificuldades imediatas. Pôr em circulação a *Humanidades* é um ininterrupto exercício técnico e reflexivo para evitar que a medianidade nos sufoque com sua inércia.

Resumen

Humanidades 10 años

La década *Humanidades* suscribe una propuesta de intervención cultural que subsidia constantemente su editorial. Es preciso siempre impedir que la medianidad transforme lo cotidiano en una irracionalidad compartida

conscientemente. Por esa razón, también es preciso que una revista cultural proponga horizontes críticos y comprensivos para la sociedad. Eso es lo que conmemoramos este año

Abstract

Humanidades – 10 years on

The first decade of the *Humanidades* Review reveals a proposal for cultural intervention that has unwaveringly underpinned its editorial approach. We must strive to prevent mediocrity making a conniving mockery of our everyday existence. This explains why it is likewise necessary for a cultural review to set critical horizons the general public can grasp. That, indeed, is what we are celebrating this month.

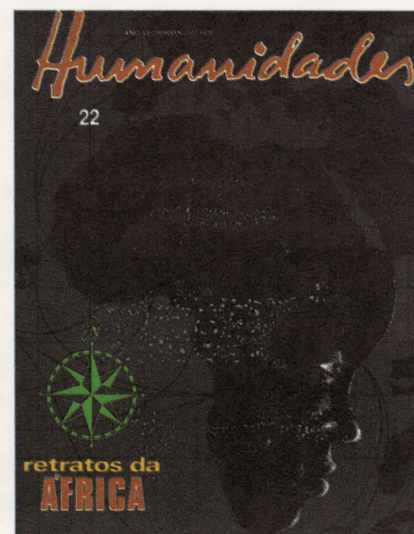
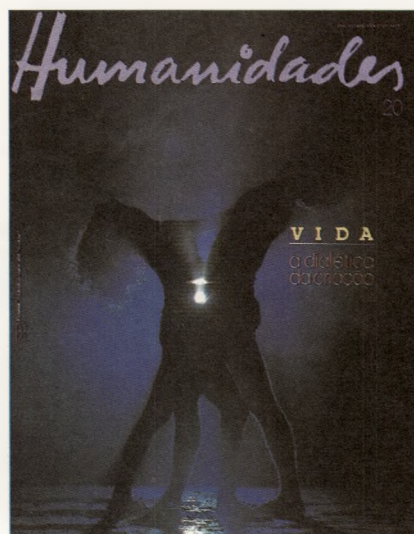
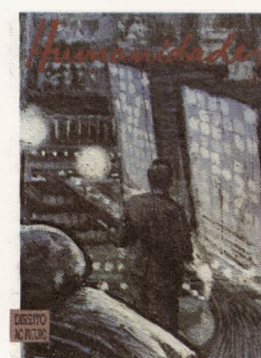
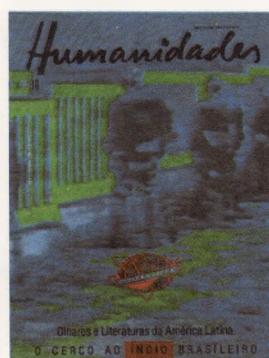
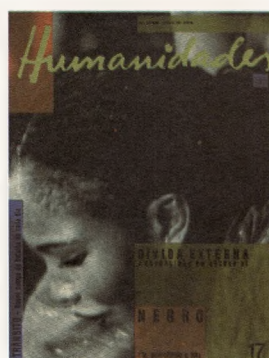
REFLEXÕES - 1990

Estamos iniciando uma nova década com algumas propostas de mudanças em nossa revista. *Humanidades* iniciou sua existência em 1982 com uma linha editorial que visava à publicação de textos clássicos, em sua maioria traduzidos e não-originais.

Na segunda metade do ano de 1986, já na gestão do primeiro reitor eleito da Universidade de Brasília, a revista retoma seu espaço, após um hiato de dois anos. A primeira fase da revista foi até o número 9. Retomando a numeração, começou sua nova fase em 1986, com o número 10, e estamos agora chegando ao 23º número de *Humanidades*.

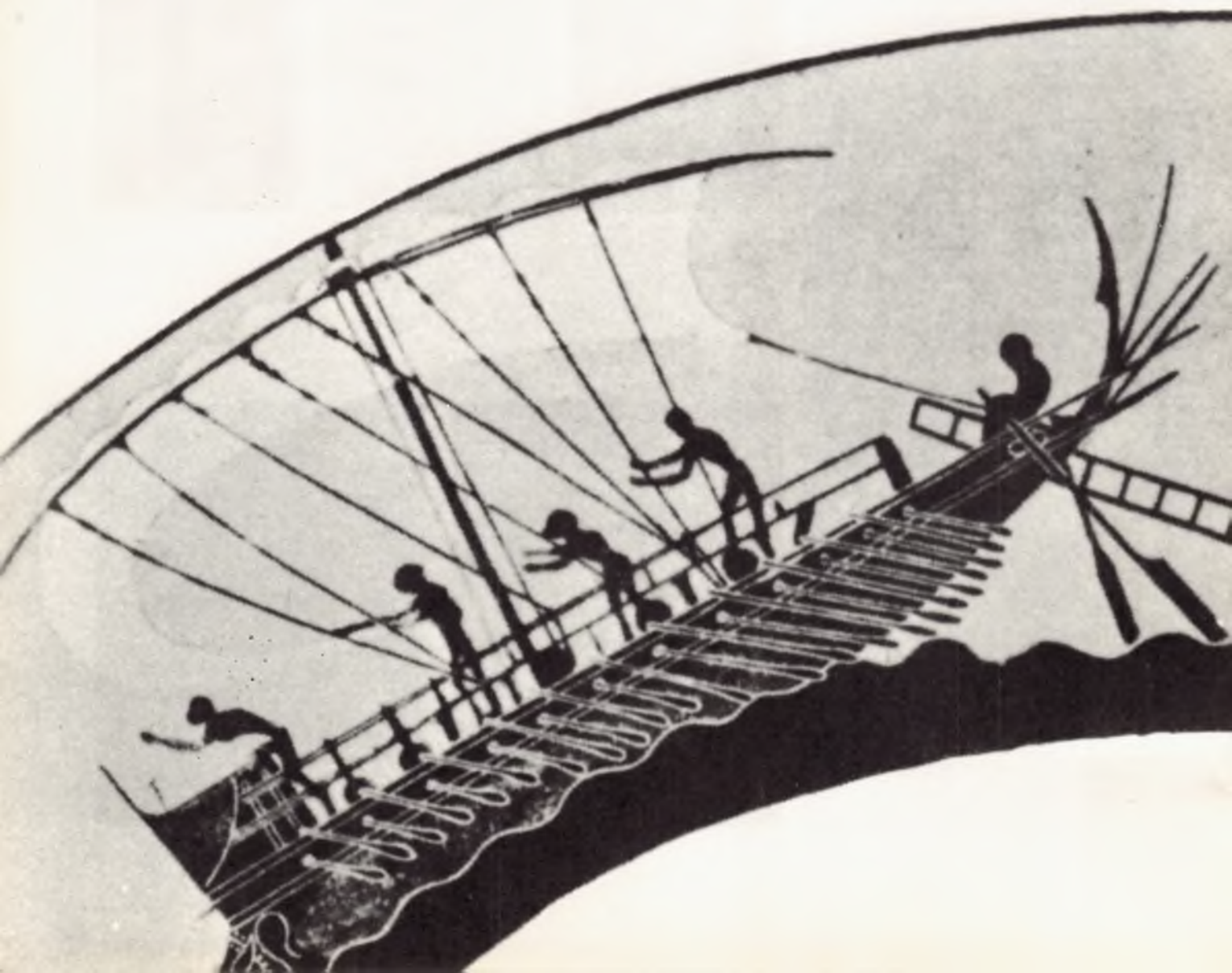
A partir deste número, nossa revista está mudando o sistema de numeração. O presente fascículo, que seria o 23, passa a ser o número 1 do volume 7. A designação de volume substitui a designação de ano. Assim, a cada ano e a cada quatro fascículos se formará um volume.

Com este número também introduzimos um novo espaço para a expressão artística. Nossa página de humor, transforma-se em um *Espaço Aberto* para que desenhistas, ilustradores e artistas plásticos possam expressar sua arte livremente. Teremos estas manifestações em nossas páginas e esperamos receber colaborações de todo o Brasil.



PAIDÉIA

*É falsa a imagem que se herdou da educação na Grécia
ao se privilegiar o racional em detrimento do sensível*



NO PRIMEIRO NÚMERO DA REVISTA *HUMANIDADES*, O HELENISTA E DIRETOR DO CENTRO DE ESTUDOS CLÁSSICOS DA UNB, PROF. EUDORO DE SOUSA, PRÁTICA UMA VERDADEIRA ARQUEOLOGIA DA CULTURA GREGA, REVELANDO SUAS MATRIZES FILOSÓFICAS BÁSICAS. COM ISTO, POSTO QUE A GRÉCIA FUNDOU PRATICAMENTE O OCIDENTE, SÃO REDISCUtidas AS OPÇÕES E OS PERCURSOS FORMATIVOS DO HOMEM MODERNO. A HISTÓRIA É REVISITADA. OS HELENOS SÃO, AO MESMO TEMPO, AS PERGUNTAS E AS RESPOSTAS PARA NOSSAS CRISES INTELECTUAIS.

EUDORO DE SOUSA

Vai aproximadamente para um mês que recebi, por ofício da Reitoria, a incumbência de fechar um seminário sobre a democracia grega. "Fechar", digo eu, só porque, segundo o teor desse ofício, o seminário se realizaria de 13 a 20 de outubro, e eu fora destinado a intervir no dia 20. Menciono estes pormenores, e neles insisto, só para deixar bem claramente expresso o sentimento da minha responsabilidade, designadamente, a que resulta da obrigação de acrescentar mais alguma coisa às tantas que tão brilhantemente foram tratadas pelos eminentes professores e pensadores que me precederam. E não me coíbo de confessar que fiquei literalmente apavorado. Pois não dou novidade nenhuma àqueles que, com tão gratuita amabilidade, me apelidam de "grecista", dizendo que, sê-lo, não me obriga a votar-me com igual amor e a devotar-me com igual carinho ao estudo de todos os aspectos da cultura helênica.



O convite prescrevia o tema. Teria eu de falar sobre *A Paidéia*. Ora, para mim política e educação nunca se ergueram em primeiro plano, na perspectiva em que se representou (e ainda se representa) o drama cultural da Grécia Antiga. Mas, eximir-me, era impossível. Tentarei, pois falar d'*A Paidéia*, com o propósito de dizer algo que valha a pena de se escutar.

Segundo um provérbio grego, o primeiro passo levar-nos-ia até metade do caminho a percorrer. Por ora, só muito vagamente me apercebo de qual será o último. Mas o alcance do primeiro já está perfeitamente determinado, sem a menor contribuição da minha parte: é a própria ambigüidade do curto enunciado do tema proposto e prescrito: *Paidéia*. Efetivamente, qualquer pessoa advertida não poderia deixar de sentir certa perplexidade, presa desta dúvida bem justificada: afinal, que querem de mim? Que eu discorra acerca da *Paidéia*, entendida como nome próprio ou como nome comum? No primeiro caso, o tema ficaria restrito à consideração da obra monumental de Werner Jaeger, que tem esse nome por título: no segundo, deveria cingir-me a discorrer sobre a educação entre os gregos, que também se designava por esse nome: *paidéia*. Não encetei a menor diligência para dissipar a dúvida e desfazer a ambigüidade. Pelo contrário, não pedi qualquer explicação, porque a mesma ambigüidade e todas as suas conseqüências se me afiguravam propiciar admiravelmente aquele passo primeiro, e que bastaria decidir-me a dá-lo, para levar a bom término a tarefa que me fora proposta, ou mesmo imposta, contra uma inclinação natural para falar de bem diversos assuntos. Ainda preliminarmente, convém deixar assinalado, e com bastante ênfase, que não posso e não devo esquecer que, trata-se d'*A Paidéia* autorizada por Jaeger, ou da *paidéia*, sem nome que a autorize, o quadro geral foi de antemão fixado pela temática do seminário: "Democracia Grega". Por conseguinte não se pode nem deve perder de vista que "filosofia da educação" ou "processo histórico da educação" se referem predominantemente à educação que se inclui no projeto político democrático, e em especial, ao da democracia ateniense, por ser esta a que melhor conhecemos.

Tudo isto, assim posto e disposto, comecemos por uma observação cuja banalidade não lhe diminui a importância e o interesse: da edição original da obra de Werner



Jaeger, em três volumes, todo o segundo volume e metade do terceiro versam sobre Platão. E se traduzirmos o quantitativo em qualitativo, e compararmos o tratado do texto de um drama, não resta sombra de dúvida de que Platão é o "protagonista", de que temos, antes, um extenso prólogo e de que tudo o mais poderia ser relegado para um acontecer que se desenrola atrás da cena, o qual vem a ser relatado em cena por algum mensageiro. Pelo menos é esta a impressão que me ficou da primeira leitura, e depois nenhuma outra conseguiu apagá-la. Podemos, sem grave inconveniente, insistir na imagem. Platão é uma figura trágica, ou como tal nos aparece, se medirmos o sucesso do seu pensamento, no mundo ocidental, pelas suas intenções. Efetivamente, no que tange à história da filosofia, ninguém ainda pôde passar à margem, e de satento, da gnosiologia e da metafísica do grande escolarca da Academia; mas perguntamos aos especialistas em ciência política, ou melhor, em história da política, como práxis, se a constituição preconizada por ele não poderia ser omitida, sem perigo de percalços e atropelos. Pelo menos, é

certo, e disso posso assegurar os ouvintes: sobre a história da constituição política de Atenas, ninguém jamais achará nem os mais tênues vestígios do pensamento platônico. Isto tem uma razão de ser, que muito excede as que já foram lembradas. Em breve a invocarei em corpo inteiro. Por enquanto, prossigo, reconhecendo que talvez de todo não seja destituída de verdade a anedota, segundo a qual Platão teria começado por escrever tragédias, até o dia da sua conversão à filosofia, por influência de Sócrates. Na verdade, nunca ele deixou de ser trágico, neste sentido bem determinado, de que, para a posteridade, só existiram um *Plato dimidiatus*: a historicidade dividi-lo-ia ao meio e uma das duas metades seria inexoravelmente rejeitada. E o mais trágico reside precisamente em que a rejeição incide sobre a metade em que se encontra o móbil de todo o seu pensamento.

É claro que, ao alcance de todos, estão os motivos da rejeição da política, como o tal, pelo estudioso que se propõe averiguar o "quê" e o "quanto" vale o pensamento de Platão, o que faz com que ele bri-

lhe como estrela de primeira grandeza em qualquer constelação visível em todas as épocas da história da filosofia, mas que se desvanece até os derradeiros limites da visibilidade, quando se tente (se alguma vez se tentou) colocá-lo entre os que, na verdade, exerceram influência positiva no decorrer do processo evolutivo da teoria e da práxis política. Decerto não existe, entre homens medianamente cultos, nenhum que ignore o nome de Platão, ao passo de especialista, para que se ouçam os nomes de Clístenes e Efiltes, porque, estes, ao contrário do que acontece com Platão, são nomes que qualquer cultor de teoria política não pode nem deve esquecer.

Falar apenas de “utopia” não apazigua contradição. Entra sem esforço na ordem do verossímil pensar que só um acidente obscuro a que a *politéia* platônica chegasse a ser “realidade histórica” em Siracusa. Porém, é inútil e ocioso falar aqui em possibilidades não-realizadas. Passemos, pois, da possibilidade à atualidade e da contingência à necessidade, se quisermos acertar no motivo de todos os motivos para que na história só entrasse aquele *Plato dimidiatus*, isto é, um Platão dividido em duas metades, uma das quais foi rejeitada. Pois não há dúvida que a teoria política desaparece na sombra da teoria das idéias. Então, prestemos ouvidos atentos a um estudioso a que podemos conceder quase ilimitado crédito.

O fundamental da tese que Werner Jaeger defende na sua *Paidéia* resume-se em poucas palavras – infelizmente difíceis de achar entre tantas e tão densas páginas do seu livro admirável. Essas tão poucas palavras são as seguintes: *Platão subordinou a política à educação, a politéia à paidéia*, o que decerto tão escandalosamente soaria outrora, quanto soa agora. Quem estaria disposto a tolerar, ontem como hoje, tal subordinação? E ainda: a admitir que as mais sagradas leis da *pólis*, são precisamente aquelas que hão de abrir o espaço vital para o filósofo? Pois não é certo que a constituição democrática de Atenas assegurava ao cidadão todos os direitos ao exercício da filosofia? Se assim não fosse, como se entenderia que Platão tivesse podido fundar a sua Academia, nela pregando a subversão habilmente insinuada pela necessidade de estabelecer outra constituição? O certo é que não podemos deixar de admirar a democrátissima tolerância da democracia ateniense, principalmente quan-

do lembramos que, tivéssemos nós que procurar um paradigma da *politéia*, seria para o lado da apolínea Esparta que, *mutatis mutandis*, teríamos de olhar. A não ser que adotemos outra explicação inevitável: algo muito poderoso impedia que os responsáveis pelo governo da cidade levassem a sério as lições do filósofo político.

Daqui por diante, vejo-me obrigado a considerar separadamente alguns pontos, sem que, por ora, anteveja como agrupá-los numa figura coerente.

Em primeiro lugar, vem uma consequência quase indiscutivelmente certa de tudo quanto precede. Com efeito, se *Paidéia* é título adequado, o subtítulo da obra de Jaeger, “Formação do Homem Grego”, só explica o significado da palavra *paidéia*; de modo nenhum, ele resume e condensa em fórmula breve o conteúdo do livro. Pelo menos, mais acertado parece que Platão não formou o homem grego – só disse, e muito bem, como, em seu entender, ele deveria formar-se. Por conseguinte, se, quanto a Platão, Werner Jaeger quisesse fazer justiça ao subtítulo do seu livro, deveria ter aduzido razões plausíveis para negar a simples possibilidade de o autor da *República* ter contribuído, por muito pouco que fosse, para a “formação do homem grego”. Deveria ter vincado os traços de ironia trágica que não são difíceis de perceber-se no fato de que, afinal, em matéria de educação – de uma educação subordinada à política, note-se bem! – os sofistas levaram de vencida o Sócrates de seus diálogos, e que aos poetas, principalmente Homero, Hesíodo e os trágicos, nunca se recusou o mérito de haverem formado o povo de Atenas. E, a meu ver, com excelentes razões. Sobre a *pólis* grega, sobre o que ela, na realidade foi, ninguém aprenderá na *República* e nas *Leis*, tanto quanto nos ensina Sófocles na *Antígona* e no *Édipo em Colono*. Mas isto, é claro que não refuta a *politéia* platônica, pois essa é irrefutável se concordarmos com as premissas: 1) de que a política deve subordinar-se à educação; 2) de que o mundo é uma caverna onde vivemos aprisionados, e 3) de que a educação consiste em dela sair o mais prontamente quanto possível.

Em segundo lugar: quando Aristóteles escreveu que o homem é um *zôon politikon*, como sentido de que o homem é o animal que somente na *pólis* atualiza todas as potências inerentes ao seu ser, ou que o ser humano só é vivendo ou convivendo a

vida própria de que *pólis* foi dotada, parece-me evidente que se colocava do lado oposto a Platão: – à *paidéia* não se subordina a *politéia* – pelo contrário, aquela depende desta. Isto, sem prejuízo de se pensar que a melhor das constituições *praticáveis* devia deixar aberto amplo espaço para a educação. Daí que só no último livro (VIII) da *Política* Aristotélica se concentram as normas a que deve obedecer a formação da juventude grega. É certo que também no último livro da *República* (X) se nos deparam muitas proposições normativas acerca da educação; mas, aqui, quase todas elas visam à escandalosa expulsão dos poetas, sobretudo de Homero e dos trágicos. É o lado negativo da positividade da educação filosófica, que fora estabelecida bem no centro da obra, pelo célebre tríptico sol-Linha Segmentada-Caverna. Escusaríamos de lembrar, se não corrêssemos sempre o risco de esquecê-lo, que Aristóteles, por muito alto que vise a sua especulação metafísica, nunca perde de vista o solo que pisam seus pés. Um dos mais eloquentes e brilhantes testemunhos do que acabamos de dizer é o conteúdo do livro que nos resta da *Poética*, pois em suas poucas páginas acumulam-se os mais incisivos argumentos contra a pretensão platônica de excluir os poetas ou, em geral, os artistas, da sua *República*. Se a *Poética* usasse a linguagem de Platão, Aristóteles diria que uma obra de arte não imita a já imitada idéia, mas que a idéia diretamente incorporada no mundo sensível, e que os poetas, imitando idéias, seriam cada um deles imagem do demiurgo. Assim como o demiurgo do *Timeu* constrói mundos dentro do mundo. Seja como for, o certo é que, depois das lições da *Poética*, bastante difícil se tornava o não ver na arte um dos mais poderosos instrumentos da educação.

Em terceiro lugar, reincidimos em Aristóteles, mas agora como o autor de uma *Retórica*. Não vamos falar propriamente dela – o que nos levaria demasiado longe – mas só a propósito do fato manifesto de o filósofo do Liceu ter experimentado a necessidade de se pronunciar acerca da arte da linguagem prosaica, tal como já tratara (ou havia de tratar) da linguagem poética. Esparsamente, também Platão muito escreveu sobre retórica e, antes dele, os sofistas. Isto, para mim, é altamente significativo: aponta certamente para uma das mais notáveis características da cultura e, por conseguinte, da educação grega. Esta característica é a *oralidade*. Com esta pa-

lavra quero dizer que, sendo certo que a composição de obras literárias de todos gêneros e espécies tenha sido feita por escrito, a comunicação ou a difusão delas sempre foi predominantemente *oral*. E assim, desde a época arcaica, portanto, sem excluir a *Iliada* e a *Odisséia*. É necessário e imprescindível que se leve em conta este fato importantíssimo: cultura livresca, só a encontramos plenamente desenvolvida, no trânsito do período clássico para o helenístico, isto é, quando a *pólis* grega já se nos apresenta agonizante, morrendo para jamais ressurgir. O fato da oralidade, assim definida, bastaria para explicar por que é *Mnemosyne* a mãe das Musas, embora essa maternidade mítica admita outras explicações. O povo grego conhecia de memória a obra de seus poetas e de alguns prosadores (dou como exemplo Heródoto) só por repe-

tidas vezes ter escutado a recitação ou assistido à representação delas, em ocasiões festivas. E estas não eram poucas nem de pouca importância. É claro que isto supõe uma capacidade de memorizar, pouco menos do que desconhecia entre nós, ou melhor, entre todos os que já têm fácil acesso aos livros. Não posso falar em rigorosos termos numéricos — ninguém o poderia —, mas damos por certo que muitos gregos dos séculos V e IV poderiam recitar os poemas homéricos em sua totalidade (ca. de 25.000 versos) ou todas as odes de Píndaro e de Baquídes, livros inteiros de Heródoto, e, decerto, no século IV, em Atenas bem raros seriam os que não sabiam de cor o "Epitáfio" que Tucídides atribui a Péricles. O Estado, portanto, por meio de seus festivais, tinha em mão firmes e generosas a educação do povo, e dela dispunha à medi-

da de um calendário religioso dos mais densos que conhecemos na Antiguidade. Quanto à retórica, propriamente dita, escusamo-nos de gastar muitas palavras: a sua função de estabelecer normas para compor discursos políticos e jurídicos, capazes de persuadir ou dissuadir corpos administrativos de leis de justiça, fala por si, no concernente ao seu valor educativo. E ainda aqui, ou sobretudo aqui, reina, soberano, o princípio da oralidade: orações jurídicas ou políticas eram escutadas atenta e, às vezes, entusiasmaticamente, por centenas ou milhares de cidadãos, não em poucos, mas em muitos dias do ano. A retórica filia-se diretamente na sofística. Sem prejuízo da veracidade que pode caber à crítica verrinosa e ao sarcasmo contundente de Platão, os sofistas estão hoje plenamente reabilitados; pelo menos, em princípio, porque, em princípio,

**ENQUANTO A PÓLIS GREGA
MANTEVE TODO O SEU
PRESTÍGIO, OS DEUSES DA
CIDADE REVESTEM-SE DA
FIGURA HUMANA.**



nem se pode censurar-lhes a avidez do lucro, pois o seu ensino também era avidamente procurado pelos possesores do desejo de uma rápida ascensão aos mais altos escalões das magistraturas, sabendo nós (e eles) que, numa constituição democrática, sempre venceria o mais votado. Era justo que pagassem por seu valor, o valor que pretendiam. A sociedade grega é *agônica*, no mais alto grau. "Agônico" é o adjetivo que corresponde ao substantivo *agôn*, e esta palavra significa "luta", "competição". Daí que nossa "agonia" designe a última competição da vida com a morte. Também é certo que a reabilitação dos sofistas não resulta em problema sério, quando se abriram as portas para o antropocentrismo, e tão facilmente se admitiu, na sequência de Protágoras, que "o homem é a medida de todas as coisas, do ser das que

são, e do não ser das que não são". Os gregos nem sempre pensaram assim; mas assim tinham de pensar, se quisessem estabelecer uma constituição democrática — pois, que poder caberia ao homem comum, quanto a sufrágio, se em suas mãos, de algum modo, não detivesse a "medida das coisas"?

Em quarto lugar vêm naturalmente a sequência e as consequências do que precede. Dir-se-ia, talvez, que eu me esqueci dos deuses. Mas não. Pois aqui situa-se, em seu lugar próprio, a questão do *antropomorfismo*. Enquanto a *pólis* grega manteve todo o seu prestígio — o que equivale a falar do tempo que decorre até o final do classicismo —, os deuses da cidade revestem-se da *figura* humana. As artes plásticas não querem saber da crítica dos filósofos e, na época de Péricles, em que a de-

mocracia ateniense atinge a cumeada de seu desenvolvimento, Ictino, o arquiteto, e Fídias, o escultor, regem aquela inextinguível e inextingida sinfonia de mármore, marfim e ouro, executada na Acrópole de Atenas, para maior glória da cidade, cujas esquadras tinham repellido o bárbaro para bem longe dos limites da Grécia continental e insular. A crítica ao antropomorfismo era fácil, enquanto incidisse e reincidisse sobre a concepção de que deuses, que verdadeiramente o sejam, embora possam por algum tempo assumir o aspecto exterior dos homens não o têm por toda a eternidade de suas vidas. Mais difícil era levar adiante a luta contra o antropomorfismo, designadamente, passar da refutação da figura para a recusa da índole. Os gregos, em sua maioria, viam na identidade da forma externa, não a aparência, mas a aparição da

O POVO GRECO CONHECIA
DE MEMÓRIA A OBRA DE
SEUS POETAS E DE ALGUNS
PROSADORES POR MEIO DE
REPETIDAS RECITAÇÕES
E REPRESENTAÇÕES
DAS MESMAS.



mesma forma interna. De modo que acreditavam, sem estremecimento de dúvida, que suas leis, mesmo aquelas promulgadas segundo o que poderíamos chamar de direito positivo, não poderiam entrar em contradição e conflito com os mais secretos desígnios e intenções dos deuses. Aqui está o antropomorfismo absoluto, aquele que nem os filósofos cuidaram de refutar. Os trágicos, sim. A *Antígona* é o grande exemplo.

Em quinto e último lugar, nesta sequência de pontos singularmente considerados, cada um dos quais mereceria maiores desenvolvimentos, proponho-me só lembrar do que tratamos em cada um deles:

1. Excetuado Platão, aos poetas nunca se recusou o mérito de haverem educado o povo da Grécia.
2. Aristóteles reabilitou a poesia como instrumento de educação, mediante a doutrina da catarse.
3. A oralidade é o grande princípio da difusão da literatura. Aí radica também a importância da retórica, e conseqüentemente, a reabilitação dos sofistas. Alusão ao *homo mensura*.
4. A questão do antropomorfismo, com uma referência às artes plásticas.

Agora chegou o momento de traçar uma figura coerente, que inclua estes pontos e o mais que dissera antes. Mas escusaríamos até de traçá-la, se conseguíssemos achar a raiz da árvore, cujos ramos se representam por estes quatro pontos. Note-se que, ao estabelecê-los, ainda não nos acudiria a idéia de que imaginar, assim, uma árvore — que, como todas ou quase todas, tem raízes que se ocultam no solo — bem serviria um propósito, de início, ainda mal-definido. Poderíamos, agora, defini-lo melhor? Tente-mo-lo, não esquecendo que obedecemos à temática deste seminário: a democracia grega (não a política, em geral). Então, levando em conta aqueles quatro pontos, que damos por bem-estabelecidos, não há como evitar uma conclusão que, não obstante o risco do escândalo ou só do paradoxo mais ofensivo, poderíamos formular nos seguintes termos: a educação, a *paidéia* preconizada por Platão, bate violentamente de encontro à situação historicamente verificada, quer pela documentação existente, quer pela não-existente (argumentação *ex silentio*). Poder-se-ia objetar, é claro, que a intenção do Filósofo é precisamente essa:

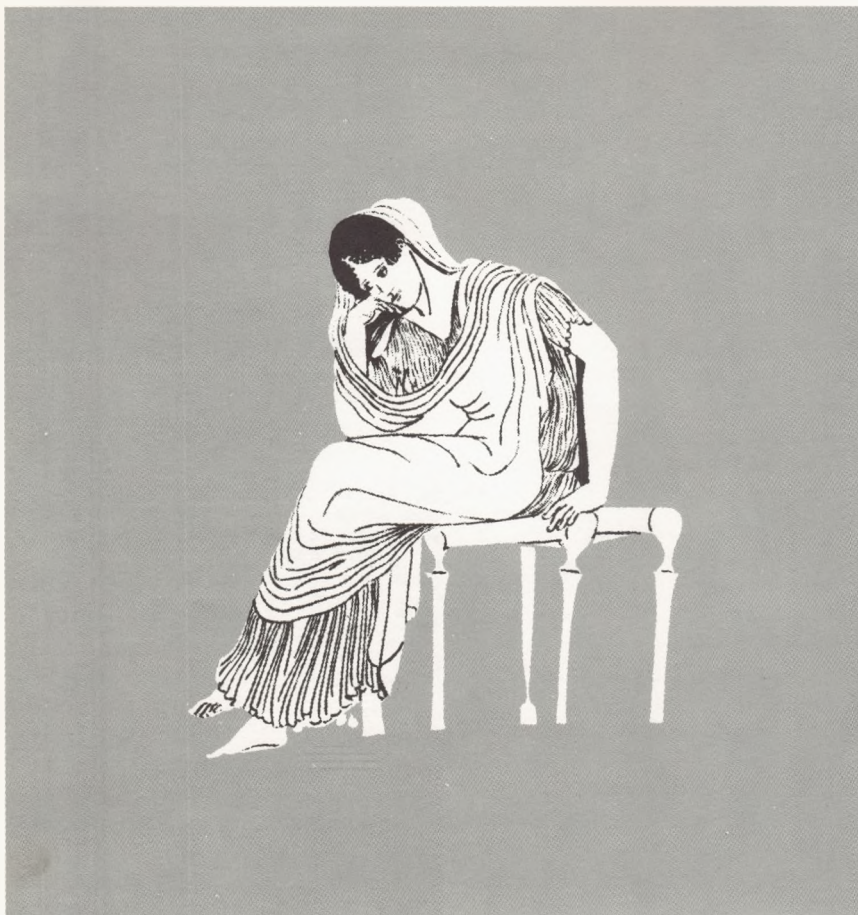
mostrar como as constituições democráticas são incompatíveis com a *política* que propiciaria a realização do seu modelo de *paidéia*. Mas o fato é que poucas dezenas de anos após o ensino platônico, a *pólis*, democrática ou não, morre sob os golpes de Filipe e Alexandre, para não mais se erguer. E, entretanto, nenhuma dá mostras de querer apostasiar do que sempre fora ou do que viera a ser. Em matéria de política e da educação decorrente, tudo se passa como se platão nunca tivesse existido, ou, pelo menos, nada tivesse escrito, de porte relevante, no que respeita à política e educação. É neste sentido que ousou afirmar o como e quanto falha a obra de Jaeger, se levarmos a sério o que ele diz no subtítulo da *Paidéia*: “A formação do homem grego”. Claro que seria pura tolice negar que o ensino platônico tenha formado *alguns* homens gregos, mas não me parece que essa formação excedesse as intenções e propósitos do *mégiston máthêma*, quero dizer, da “suprema doutrina” acerca da idéia do Bem, isto é, do Sol do mundo inteligível. Já em seu tempo o filósofo devia ter sido um *Plato dimidiatus*, como certamente o foi, nos séculos subsequentes, até que a evidência do fato estalou a partir do século III da nossa era, nos escritos de Plotino, e depois, nos de todos os neoplatônicos, e até para além destes, pela propagação medieval do pensamento agostiniano. O platonismo histórico desemboca muito naturalmente na mística, a qual, quando não é a inerente aos chamados cultos “mistéricos”, é necessariamente individual e, portanto, passa ao lado e à distância de qualquer processo político. Da mística, o único efeito político não passa além da abstenção de aderir a qualquer forma de vida política.

Mas com tudo isto, ainda não passamos do *hoti* para o *dióti* do *que* para o *porquê*, do *fato* para o *fator*. Que razão haverá para que não nos surpreendamos em ver frustradas as intenções da *paidéia* e da *politéia* platônicas, e, principalmente, na perspectiva da democracia? Esta questão é, sem dúvida, de muito maior alcance do que a questão de fato. Questão de fato é que Platão venceu, quanto à gnosiologia e à metafísica, e que foi vencido quanto à política e educação de massa, se é que de “massas” já se pode falar, na época clássica da cultura grega. Platão foi um filósofo para o futuro, quisesse-o ou não. Se quis ser um político e um educador, para o seu presente, se acreditava verdadeiramente

em que poderia converter alguma cidade grega a uma constituição em que o filósofo fosse rei ou em que o rei fosse filósofo, disso pessoalmente, duvido eu, apesar da malograda experiência de Siracusa. Em todo o caso, a VII Carta é o manifesto do desengano e da desilusão, pois, creditando-o ainda das melhores intenções, Dionísio II nem entendera nada acerca daquela sua “doutrina suprema” e nele morriam todas as esperanças de achar o rei-filósofo, que se sentaria no trono posto no vértice da pirâmide formada por todas as camadas sociais da sua *pólis* daquela em que teria pretendido experimentar a praticabilidade da teoria político-educacional.

Estes são fatos, mas o fator permanece oculto, porque está nas raízes da árvore a que há pouco nos referíamos. Procuremos desocultá-lo.

Descobrir o fator oculto não é tão difícil assim, pois creio que, consciente ou inconscientemente, deliberada ou indeliberadamente, já aplicamos bastantes esforços nesse sentido, em quase todas linhas que compõem este brevíssimo estudo, e não posso deixar de crer que muitos dos ouvintes não estejam tão preparados quanto eu, para dar a resposta mais certa a uma pergunta que pode formular-se deste modo: não tinha a maioria dos gregos que recusar, ou, pelo menos, que permanecer indiferente, escutando aquela “doutrina suprema”, que constituía, por assim dizer, o núcleo, ou o germe, de todo o desenvolvimento de uma *politéia* posta ao serviço de uma *paidéia* que se recusava a admitir como válidos os já multisseculares instrumentos da educação? Pergunta que admite formulação mais breve, mais carregada do mesmo sentido: não se nos apresenta a Grécia histórica como um flagrante desmentido na própria súplica da tal “doutrina suprema”? Esta, todos os leitores da *República* sabem qual é: está no centro da obra, formando aquele tríptico das grandiosas metáforas, que são a “Analogia do Sol”, a “Linha Segmentada” e a “Caverna”. Comum às três é a divisão do mundo em dois — mundo sensível e mundo inteligível, estando, o primeiro afetado do coeficiente da “aparência”, e o segundo, do coeficiente da “realidade”. Os dois estão irremediavelmente separados. A Caverna descreve a *paidéia*, nos mais significativos pormenores do processo educativo. Dêem-se-lhes as voltas que se queira: não há maneira de fazer com que Platão não



tenha dito o que efetivamente disse e quis dizer. Ninguém poderá pensar que ele não disse o que sabia ou que não sabia o que disse. Ora, o que Platão muito bem disse é que a primeira e a decisiva etapa da *paideia* é libertar-se o homem das cadeias que o prendem ao fundo da caverna e não lhe permitem que olhe senão para as sombras que nele se projetam.

Note-se bem: não creio que haja quem possa furtar-se ao encantamento dessa composição inspirada, objeto da merecida admiração dos homens, por mais de 24 séculos. E entre todos, nenhum mais do que eu, que insisto, ano após ano, em ler e comentar essas páginas da *República*. Mas, sabendo o que sei, ou julgo saber, acerca da cultura e da história do povo grego ("história" figura aqui do sentido etimológico), não posso reprimir o pensamento de que só uma pequena parcela de "marginalizados" seria permeável a tão brutal rejeição da realidade e da verdade do mundo sensível.

"Tudo o que, aliás, se conhece da Grécia em geral, e de Atenas em particular, nos leva à justa suposição de que os gregos talvez pudessem admitir que o sensível platônico fosse 'aparência' da realidade mas não a 'aparência' que à realidade se opõe."

Daí a "guinada" que se depara em Aristóteles, no sentido do realismo e, até do empirismo. Era a reação natural de um grego que, enquanto educador de Alexandre da Macedônia, "editou" um texto da *Iliada* e da *Odisséia*, do qual não consta que tivesse sido expurgado *ad usum delphis*; que deu, na sua *Retórica*, aquela importantíssima noção do *entímema*, isto é, do raciocínio ou silogismo de probabilidade ou verossimilhança, raciocínio ou silogismo de que ele não poucas vezes usou em seus livros acromáticos, introduzindo a elaboração rigorosamente científica de suas doutrinas cosmológicas, antropológicas e teológicas.

Até o fim da época clássica — por conseguinte, enquanto durou a política, em seu

sentido etimológico — portanto, até à dissolução da *pólis* nas grandes monarquias helenísticas, não houve lugar para a destituição da sensibilidade, como meio predominantemente eficaz, em matéria de educação, isto é, da "formação do homem grego". Arquitetura; artes plásticas, música, poesia em todos os seus gêneros e espécies, retóricas, que é rítmica do discurso persuasivo ou dissuasório, as grandes festividades religiosas que se adensam nos calendários das grandes cidades, são os membros do corpo vivo da cultura, do seu corpo *sensível*, e é pela sensibilidade visual e auditiva que um grego é introduzido na greccidade da Grécia.

Creio que nada mais preciso acrescentar, a título de demonstração do ponto em que falha a *Paidéia* de Werner Jaeger, se essa grande obra pretendeu descrever a "formação do homem grego", dedicando tão numerosas e riquíssimas páginas ao pensamento de Platão. Admito que esse pensamento possa educar-nos, e decerto que nos educa, mas só porque, apesar de todas as aparências em contrário, somos nós quem estamos talvez irremediavelmente perdidos para o valor da sensibilidade.

Eudoro de Sousa foi diretor do Centro de Estudos Clássicos da UnB.

Resumen

Paidéia

En el primer número de la revista *Humanidades*, el helenista y director del Centro de Estudios Clásicos de la UnB, Prof. Eudoro de Sousa, practica una verdadera arqueología de la cultura griega, revelando sus matrices filosóficas básicas. Con esto, puesto que Grecia fundó, prácticamente, occidente, son rediscutidas las opciones y los tares formativos del hombre moderno. La historia es revisitada: los helenos son, al mismo tiempo, las preguntas y las respuestas para nuestras crisis intelectuales.

Abstract

Paideia

In the first issue of *Humanidades*, the Hellenist and director of Brasilia University's Classical Studies Centre, Professor Eudoro de Sousa, sets out a veritable archaeology of Greek culture, unearthing its basic philosophical matrices. Given that Greece virtually founded western civilization, this leads to a re-discussion of the formative paths modern man has trodden and the options unfolding before him. History is revisited: the Hellenes provide us, at one and the same time, with questions and answers that bear on our intellectual crises.

Mito e filosofia



O mito funda a história

Originalmente apresentado como tese de doutoramento na Universidade Gama Filho, o trabalho do professor Bastos, por meio de cuidadosa exegese, revela os componentes principais do pensamento do helenista Eudoro de Sousa. Considerado um dos arquétipos da UnB, sua obra não possuía divulgação que merecesse a importância das questões nas quais trabalhou a vida inteira.

Eudoro de Sousa reinterpreta a cultura grega, buscando reconstituí-la em seus fundamentos. Com isso, reinterpreta, por extensão, a tradição ocidental.

Nesta verdadeira arqueologia histórica, o mito é reabilitado em toda a sua problemática. Eudoro, ao fazer a poética do mito, indica elementos para uma teoria dramática do conhecimento - certa disposição da sensibilidade e da razão em se preocupar com as origens simbólicas do homem, com a genética da compreensão humana.

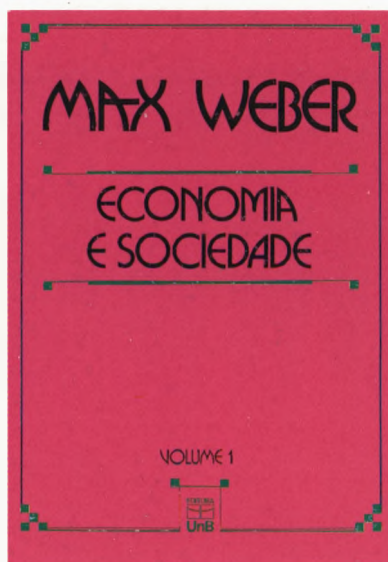
A partir de hoje, através do trabalho de Fernando Bastos, pode-se adentrar nesse novo Ocidente do qual nos fala Eudoro de Sousa.

Edunb últimos lançamentos EDITORIA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA



Desde a criação do Estado italiano em 1861, três fases marcaram as relações com o Brasil: o encontro dos homens, promovido pela imigração de massa ao final do século XIX, o progresso do diálogo, do conhecimento mútuo e das divergências, no período entreguerras, e a moderna cooperação que se buscou a partir de 1949.

Essas relações bilaterais evidenciaram a evolução dispar que ambos os países apresentaram quanto ao modo de inserção internacional. Enquanto o Brasil encaminhava de forma lenta e retardada sua própria modernização, a Itália vencida a pobreza, fortalecia sua base de autonomia e partia para a competição. Os descompassos históricos e seus respectivos padrões de conduta foram objeto das investigações do autor.

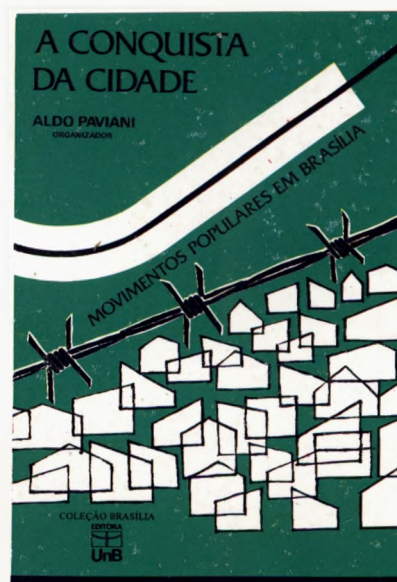


Economia e sociedade de Max Weber é o grande clássico das ciências sociais nos século XX. Nenhum sociólogo, nenhum cientista político, nenhum historiador, nenhum jurista, nenhum economista que se preze pode ignorar esta obra fundamental.

Para esta edição foi utilizada a quinta edição alemã, que se apresenta como praticamente definitiva mediante a incorporação dos resultados de várias décadas de trabalho de pesquisa de fontes, de crítica dos textos e de análise do pensamento weberiano.

No caso brasileiro, portanto, diversamente do que ocorreu no México, não se trata de abrir caminho para as etapas pioneiras da pesquisa, mas de colocar a obra de Weber à disposição de um público já interessado e crescente.

Esta edição em língua portuguesa, assim como a quinta edição alemã, será composta de três volumes, o último dos quais conterà as notas explicativas coligidas por Johannes Winckelman.



A presente coletânea, tanto quanto as três já organizadas na Universidade de Brasília, faz avançar o conhecimento do processo de urbanização no Distrito Federal, sobretudo em termos de estudo de caso. Esta é uma abordagem inter e multidisciplinar de certos aspectos da organização intra-urbana, onde são encontradas duas preocupações: uma, presa à urbanização; outra, aos movimentos sociais urbanos. Na primeira, cinco contribuições resgatam a visão histórica e geográfica, percorrendo os acampamentos e a lógica de Brasília como "grande projeto" e/ou canteiro de obras, onde a habitação serviu para segregar, controlar e cooptar as classes menos favorecidas, ao mesmo tempo que privilegiou setores empresariais específicos, sobretudo os dos ramos imobiliários. A segregação "planejada" foi se reproduzindo com a espacialização da cidade, sob o formato de núcleos múltiplos. A cada "nova" cidade-satélite a Capital Federal se tornava social e espacialmente menos igualitária: os ricos morando no centro ou próximo a ele, sendo beneficiados pelas melhores condições de trabalho, de infra-estrutura e de serviços urbanos, tornando-se o *locus* da elitização da cidade; os pobres, disseminados na periferia, onde as condições de trabalho são reduzidas, os equipamentos públicos são ainda precários, com necessidade de deslocamentos pendulares diários que impõem enormes sacrifícios à população periférica (cerca de dois terços do total populacional).

